

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA**

**Origem e Estratégias de Consolidação Institucional**

**1894 – 1930**

**Aldo José Morais Silva**

**Salvador**

**2006**

**Aldo José Morais Silva**

**INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA**

**Origem e Estratégias de Consolidação Institucional**

**1894 - 1930**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Professor Doutor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas.

**Salvador**

**2006**

**Aldo José Morais Silva**

**INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA**  
**Origem e Estratégias de Consolidação Institucional**  
**1894 - 1930**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História.

**BANCA EXAMINADORA**

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Prof. Dr. Antonio Fernando Guerreiro de Feitas (Orientador)  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lina Maria Brandrão de Aras  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lucia Maria Pascoal Guimarães  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque  
Universidade Estadual de Feira de Santana

*Para*

*Izabel e Amanda*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, pela orientação dedicada, sem a qual não teria caminhado com a segurança necessária para execução deste trabalho.

À Prof<sup>a</sup>. Lina Aras, pela paciência com que leu versões preliminares de alguns dos textos e ainda pelas valiosas sugestões que me fez.

À Prof<sup>a</sup> Consuelo Pondé de Sena, Presidenta do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, por assegurar aos pesquisadores o acesso democrático e indiferenciado ao valioso acervo daquela instituição.

À Arquivista do IGHB, Zita Alves Magalhães, e à sua atenciosa e prestativa estagiária, Edméia Araújo dos Reis, sem as quais a pesquisa no arquivo do IGHB não seria possível.

Ao corpo funcional do Museu Casa do Sertão (da UEFS), sobretudo nas pessoas de sua Diretora, Cristiana Barbosa de Oliveira Ramos, e da Bibliotecária Ana Martha Machado Sampaio, pela presteza e apoio na consulta do acervo sob sua guarda.

Por fim, aos muitos que de algum modo contribuíram para a realização deste trabalho, a todos os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Este trabalho analisa a origem e o processo de consolidação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia de 1894 a 1930, considerando a sua participação na promoção da desejada modernidade e civilidade da sociedade baiana no contexto da 'modernização' brasileira que caracterizou a Primeira República. Com esse propósito discute-se as condições históricas do nascimento da instituição e sua relação com o antigo Instituto Histórico Provincial que lhe antecederam. Do mesmo modo, discute a utilização do IGHB para inserção da Bahia no projeto nacional republicano, tendo como elemento chave a análise das discussões sobre questão racial na Bahia e o interesse do instituto em respaldar os discursos acerca da imigração europeia para o estado. O trabalho discute, ainda, a utilização destas mesmas questões pelo IGHB como vias e estratégias de interlocução com a sociedade e governo baiano, visando o apoio necessário à sua consolidação institucional. Após estas considerações, o estudo evidencia o momento de consolidação do IGHB e as implicações deste fato para as relações do Instituto com o governo e a sociedade, bem como sobre as características da sua produção institucional.

Palavras-chave: Instituto Histórico, história institucional, sociedade baiana, intelectualidade baiana, primeira república.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the origin and the process of consolidation of the Geographic and Historical Institute of Bahia from 1894 to 1930, observing its participation in the effort to promote the modernity and civility of bahian society in that context of the brazilian modernization, which characterized the First Republic. With this objective, this paper discusses the historical conditions of the institution source and its relation with the ancient Provincial Historical Institute than precede it. This study debate, further, the use than GHIB for insertion of Bahia into national republican project, utilizing to this the examination of the debates about the racial question in Bahia and the efforts of the Institute about to stand up for the discourses about European immigration to Bahia. The text discusses, further, the use of these same questions by the GHIB as channel and strategies of interlocution whit the society and Bahian government, thinking about the necessary support to its institutional consolidation. After these considerations, the study discusses the moment of consolidation of the GHIB and its implications for the relations of the Institute with the government and the society, as well as about the characteristics of its institutional production.

**Key Words:** Historical Institute, institutional history, bahian society, bahian intellectuality, First Republic.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01	Cidade de Salvador (décadas de 1940 e 1950)	65
Mapa 02	Área de ocorrência da capoeiragem em Salvador em 1917	67
Gráfico 01	Receitas do IGHB entre 1895 e 1909	138
Gráfico 02	Receita e Despesa do IGHB entre 1910 e 1931	144
Foto 01	Primeira sede do IGHB (prédio alugado)	147
Foto 02	Segunda (e atual) sede do IGHB no ano de sua inauguração	149
Foto 03	Theodoro Sampaio	185
Foto 04	Braz Hermenegildo do Amaral	197
Gráfico 03	Variação do número de artigos da Revista do IGHB entre 1894 e 1930 (total e por área)	221
Gráfico 04	Variação da média quadrienal de artigos na Revista do IGHB entre 1894 e 1929	223
Gráfico 05	Variação do número de páginas da Revista do IGHB entre 1894 e 1930	223

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Estabelecimentos e produção industrial nacional (1907-1920)	47
Tabela 02	População urbana nas capitais (1900-1930)	51



Tabela 03	População do Brasil por estado (1900-1912)	52
Tabela 04	Municípios baianos mais populosos (1920-1930)	53
Tabela 05	Distribuição das sociedades geográficas por continentes em 1935	74
Tabela 06	Temática dos artigos publicados pela Revista do IHGB (1839-1939)	77
Tabela 07	Sócios efetivos fundadores do IGHB: atividade profissional	108
Tabela 08	Sócios admitidos ao IGHB entre 1916 e 1930	115
Tabela 09	Ocorrência temática na revista do IGHB n <sup>os</sup> 1 a 53	128
Tabela 10	Receitas do IGHB (1895-1909)	137
Tabela 11	Subvenções ao IGHB (1895-1909)	139
Tabela 12	Receitas e despesas do IGHB (1895-1909)	140
Tabela 13	Principais despesas do IGHB (1895-1905)	141
Tabela 14	Receitas e despesas do IGHB (1910-1931)	142
Tabela 15	Subvenções ao IGHB (1912-1930)	144
Tabela 16	Número de sócios do IGHB (1909-1928)	152
Tabela 17	Leis estaduais relativas à imigração e colonização (1894-1922)	207
Tabela 18	Ocorrência das áreas temáticas antes e depois de 1923	222

## SUMÁRIO

Lista de ilustrações	07
Lista de Tabelas	08
<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO I CENÁRIOS DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA</b>	35
1. ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR	35
2. O CENÁRIO SOCIAL E URBANO	50
3. O CENÁRIO POLÍTICO	68
<b>CAPÍTULO II INSTITUTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS: INSTITUIÇÕES DO SEU TEMPO</b>	72
1. OS INSTITUTOS HISTÓRICOS NO BRASIL	76
2. AS ORIGENS DOS INSTITUTOS BAIANOS: OU, PARA QUE QUEREMOS UM INSTITUTO?	82
<b>CAPÍTULO III O IGHB: NASCER OU RENASCER ?</b>	99

1. OS COMPONENTES DO NOVO IGHB	108
2. AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO IGHB E O APOIO DO ESTADO	126
2.1. O apoio oficial ao IGHB	135
2.2. Aproveitando o momento: a consolidação do IGHB	145
<b>CAPÍTULO IV O IGHB E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA BAHIA</b>	154
1. O IGHB E A 'MODERNIZAÇÃO' REPUBLICANA NA BAHIA	155
2. O IGHB: UM PALCO PARA DISCUSSÃO DA QUESTÃO RACIAL NA BAHIA	162
3. O IGHB E A DEFESA DA IMIGRAÇÃO EUROPÉIA	174
3.1. A 'Bahia européia' nos estudos dos membros do IGHB	179
3.2. As alternativas à modernização pela imigração européia	183
<b>CAPÍTULO V ENTRE OS PLANOS E OS FATOS: A ATUAÇÃO DO IGHB</b>	194
1. A IMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA A BAHIA: EXPECTATIVAS E MEDIDAS	206
2. O IGHB DE 1923 A 1930: A REDEFINIÇÃO DE UM PERFIL INSTITUCIONAL	214
<b>CONCLUSÃO</b>	226
<b>Fontes</b>	228
<b>Referências</b>	
<b>Apêndices</b>	
<b>Anexos</b>	

## INTRODUÇÃO

Em setembro de 1924, o Ministro das Relações Exteriores do governo Arthur Bernardes, Felix Pacheco, realizou uma visita à sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), cujo novo e imponente prédio fora inaugurado pouco mais de um ano antes. Homem público experiente, o Ministro logo percebeu que a instituição que o recebia pretendia ser muito mais do que uma 'casa de memória' e, adequando sua fala às expectativas de seus anfitriões, pronunciou em discurso aos sócios:

Tanto vale dizer que a tarefa dessa casa – a Casa da Bahia [...] nada tem de regressiva, antes exerce uma função propulsora notável, ajudando a compor a figura cultural do país, pelo grande destaque impresso a todos os seus atos anteriores de crescimento, de progresso, de independência e de patriotismo.

Desempenha assim esse Instituto um papel eminentemente necessário na formação de nossa Pátria. O coeficiente da Bahia, nesse trabalho de

conjunto do Brasil para avante, é formidável. E aumentará incessantemente com a reintegração desta bela terra como no esplendor de todo o seu antigo prestígio<sup>1</sup>.

O que o ministro entendeu foi que a expectativa da casa espelhava o anseio da sociedade baiana por recuperar a posição de destaque nacional de que o estado há muito tempo já não gozava<sup>2</sup>. E o Instituto era um instrumento para esse fim, por simbolizar (ou dever expressar) o apreço da sociedade baiana pelo conhecimento, pela racionalidade e civilidade que emanavam (assim se apregoava) de tais instituições de saber, presentes também nos demais principais centros do país. Além disso, o IGHB devia ser reconhecido (até porque era essa a imagem que dele tinham os baianos) como uma instituição capaz de pensar e propor os encaminhamentos necessários à adequação do estado ao ideal de sociedade moderna, civilizada e branca, então encampado pelos dirigentes republicanos no período da chamada Primeira República.

Esse é o cenário em que se coloca o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia entre 1894 e 1930, período no qual a agremiação nasce e se firma como uma das mais importantes instituições do estado. O estudo que ora iniciamos tem por objetivo proporcionar um maior conhecimento sobre essa organização, através da análise de sua origem e do seu processo de consolidação no cenário da Bahia da Primeira República. Nesse sentido trabalharemos basicamente dois enfoques distintos, mas indissociáveis, começando pelas condições históricas do nascimento da instituição e da expectativa criada em torno da mesma sobre seu potencial para auxiliar na inserção da Bahia no projeto (civilizatório) nacional republicano, particularmente quanto às discussões sobre a questão racial e ao respaldo das políticas oficiais locais de imigração européia.

Concomitantemente o trabalho discutirá ainda a utilização destes mesmos elementos pelo IGHB como vias e estratégias de interlocução com a sociedade e o governo baiano, visando o apoio necessário à sua consolidação institucional.

---

1

Discurso do Ministro Felix Pacheco em sessão a ele dedicada, em 18 de setembro de 1924. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 49, p. 514-519, 1924.

<sup>2</sup> No decurso dos anos da Primeira República a Bahia ressentia-se ainda de um processo de retração econômica que se iniciara por volta da década de 1870 e que implicou, entre outros aspectos, em perda do prestígio e poder político do estado. Voltaremos a discutir tal processo, mais detalhadamente, no primeiro capítulo.

Consolidação que, uma vez obtida, passa a ser analisada em suas implicações sobre a relação entre o Instituto e estas mesmas instâncias (governo e sociedade), bem como, em linhas gerais, sobre as características da sua produção institucional.

O interesse pelo estudo desta instituição surgiu quase que por acaso, ainda durante as pesquisas para o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, entre 1998 e 2000. Na ocasião, ao pesquisar a constituição de um discurso que defendia a especialidade climática do município baiano de Feira de Santana, deparei-me com a recorrência das descrições de climas especiais em praticamente todas as obras que, desde fins do século XIX e primeiras décadas do XX, se propunham a caracterizar as diversas regiões da Bahia<sup>3</sup>.

Boa parte das obras então consultadas encontravam-se no arquivo do IGHB e, mais importante, eram de autoria de personalidades que faziam ou viriam, posteriormente, a fazer parte do próprio Instituto. Além desse fato, que por si só já justificaria um maior conhecimento daquela agremiação, um outro elemento chamou-me a atenção: aquelas obras mostravam-se particularmente preocupadas em traçar uma imagem positiva da Bahia, especialmente através da valorização das características do meio natural, notadamente o clima, cuja especialidade (como já o dissemos) era freqüentemente exaltada. Esta especialidade, por sua vez, em muitos casos tomou a forma da 'europeização' das terras baianas, ou seja, da identificação ou atribuição de características européias às regiões descritas, que assumiam assim a capacidade de abrigar tanto as variedades agrícolas como as populações de origem européia, num claro sinal sobre o entendimento daqueles autores acerca da viabilidade da imigração européia para a Bahia.

Afigurou-se assim a leitura, mais tarde convertida em hipótese inicial desta pesquisa, de que aqueles estudos espelhavam a posição do próprio IGHB, como instituição auto-imbuída em defender e respaldar o discurso acerca da viabilidade e necessidade da imigração européia para a Bahia, durante a Primeira República. Essa interpretação pareceu compartilhada (e respaldada) também por Wlamyra Albuquerque, que em seu estudo acerca dos vários significados assumidos

---

<sup>3</sup> SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. p. 82-109.

pelas comemorações da Independência da Bahia (o 2 de julho), entre 1889 e 1923, dedicou-se a uma breve (mas elucidativa) análise da participação do IGHB nas ações dedicadas à modernização baiana. Com esse fim a autora identifica o ideal de sociedade nacional adotado pelos integrantes do Instituto e assinala que tal modelo destoava da realidade social baiana. Esta realidade, sustenta a autora em alusão à opinião de membros destacados do IGHB, era marcada pela degeneração racial, o incômodo atributo de uma população majoritariamente mestiça e negra, em função do que conclui:

A campanha imigracionista aqui empreendida evidenciava qual a sociedade sonhada pelos sócios do instituto, assim como a matriz cultural que desejavam hegemônica. Nos discursos em prol da imigração, era apresentada a rota pela qual a modernidade poderia chegar à Bahia<sup>4</sup>.

A pesquisa iniciada em 2003 alterou bastante (mas não de imediato) essa hipótese inicial, que se mostrou infundada. Não que não tenha havido, de fato, um tal discurso. Ele efetivamente existiu, foi registrado por Albuquerque e voltaremos a demonstrá-lo no decurso deste trabalho. A inadequação daquela hipótese residia, isto sim, na suposta motivação daquelas falas. Com efeito, como nos evidenciaram as fontes, a produção e difusão daquele discurso deveu-se menos às convicções de parcela significativa dos integrantes do IGHB (ainda que alguns com elas pudessem ser identificados), do que às circunstâncias em que se encontrava o Instituto em seus primeiros anos de existência – uma instituição incipiente, constantemente ameaçada pela eminente extinção em função da falta de recursos e, conseqüentemente, desejosa de obter e manter o imprescindível apoio governamental (político e financeiro) para a manutenção de suas atividades.

O que inicialmente afigurou-se como uma iniciativa isolada – a afirmação de uma posição institucional frente a uma questão premente para a sociedade – mostrou-se, portanto, parte de um dos muitos recursos e estratégias de que lançou mão o IGHB para garantir sua sobrevivência e consolidação no cenário baiano da Primeira República, e acabou por se mostrar como a ‘verdadeira’ questão que se

---

<sup>4</sup>

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Capinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 30-35.

apresentava para a compreensão do IGHB, de sua origem e do papel que pôde ou pretendeu exercer no período em questão. Fomos assim 'conduzidos', por nosso objeto de estudo, da análise dos discursos sobre a imigração européia para uma história institucional propriamente dita, e, por meio desta, para a tentativa de compreensão da relação estabelecida entre o Instituto e a sociedade que o abrigava.

Algumas considerações se fazem necessárias sobre os componentes dessa relação. Quando nos referimos ao Instituto estamos, antes de qualquer coisa, fazendo uma alusão aos atores que lhe constituem, dão-lhe sentido e definem, a partir de suas pretensões e possibilidades, o lugar da agremiação frente às demais instituições e à sociedade civil do estado. Esses atores compõem as elites baianas (intelectuais, econômicas e políticas) no cenário da Primeira República, segundo a concepção formulada por Mills<sup>5</sup>. Têm, além disso, e mesmo de forma complementar no caso da Bahia, o apreço pelas letras e pelos espaços afeitos ao seu culto e desenvolvimento, exatamente por serem estes os espaços em que podiam assinalar sua distinção frente à grande massa da população, majoritariamente analfabeta e incapaz de reconhecer seus méritos literários.

Tais espaços, além disso, eram tanto mais valorizados quanto se avultava desde fins do século XIX a crise econômica da Província e, conseqüentemente, o empobrecimento de parte de sua população mais abastarda. Para essa fração de indivíduos, uma elite economicamente decadente (quando não já completamente arruinada), mas que era ao mesmo tempo parte da elite intelectual e, portanto, legatária de títulos e posições sociais ostentadas como atributos de estirpe, as instituições de saber apresentaram-se como os espaços capazes de garantir certo reconhecimento social que já não podia assentar-se sobre o poder econômico ou político.

E não menos significativa é a perspectiva de que tais instituições se mostrassem úteis ainda exatamente por possibilitarem o contato entre esse segmento em declínio econômico e os representantes mais vigorosos da economia e da política baiana, garantindo assim a manutenção e o eventual desenvolvimento de teias de relações que, em muitos casos, garantiram a sobrevivência daqueles, mediante sua inserção, por exemplo, em diferentes níveis do serviço público.

<sup>5</sup> Tratamos aqui das elites segundo a concepção de Wright C. Mills, para quem as elites são compostas por "homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências" e assim "ocupam os postos de comando estratégicos da estrutura social, no qual se centralizam [...] os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem". MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 12.

Uma outra ponderação se faz aqui necessária quanto à noção de ‘sociedade’ com a qual o Instituto se relacionava e da qual esperava apoio. Já dissemos da importância das instituições de saber para as elites intelectuais em um cenário caracterizado pelo analfabetismo da maior parte da população. Essa grande parcela do corpo social não compunha, por certo, a ‘sociedade’ com a qual o Instituto pretendia se relacionar.

Num período em que o rádio, como meio de comunicação de massa, ainda era incipiente na Bahia, a ampla parcela iletrada da população tinha limitada a sua possibilidade de conhecer diretamente e de forma consistente a produção do Instituto, fosse ela aquela veiculada pela sua revista (de tiragem ademais limitada) ou pelos jornais em que freqüentemente as atividades do IGHB eram anunciadas ou seus sócios assinavam artigos. Isso para não mencionar a questão, não menos significativa, das diferentes visões de mundo, valores e expectativas distintas existentes entre os segmentos letrados e iletrados da sociedade, e que poderiam determinar, por exemplo, o simples desinteresse destes últimos pelas questões julgadas dignas de atenção por aqueles.

As instituições de saber e, em particular, os institutos históricos, são um fenômeno próprio das comunidades urbanas, logo, urbana é também a ‘sociedade’ com a qual o IGHB quer dialogar. Seu caráter (ou pretensão) estadual em princípio predispõe-no a se relacionar com as ‘sociedade urbanas’ de todo o território baiano, mas a exiguidade de centros economicamente relevantes no interior durante a Primeira República, a deficiência das vias de comunicação e, mais significativamente, o fato de que boa parte dos jovens com recursos para tal buscava a capital do estado para concluir seus estudos (passando com freqüência a ali se fixar), praticamente restringia o universo social do IGHB a Salvador.

Nesse ambiente urbano soteropolitano\*, a condição de alfabetizado era assim um pré-requisito para aqueles que desejassem conhecer e se relacionar com o Instituto. Conseqüentemente era também o primeiro critério para que o Instituto julgasse alguém digno de ser visto e ouvido como parte da sociedade. Mas mesmo entre os que tinham alguma alfabetização (que podia ser muito rudimentar e direcionada apenas para atividades profissionais básicas como escrever e calcular), apenas aqueles que possuíam uma educação mais consistente e que dela se valiam

---

\* Para os não familiarizados, o termo refere-se ao que ou a quem é próprio ou natural da cidade de Salvador.

para ocupar funções com maior nível de especialização apresentavam-se como os interlocutores preferenciais do IGHB. Eram eles os ditos segmentos médios da sociedade: professores, advogados, farmacêuticos entre outros profissionais liberais, funcionários públicos e, talvez, alguns pequenos comerciantes. Muitos dos quais, como veremos posteriormente, acalentavam a expectativa de integrar o Instituto e, muito provavelmente, compuseram o grosso das fileiras da instituição.

Tais segmentos estavam (ou acreditavam estar) intelectualmente habilitados para compreender a retórica empregada pelos integrantes do Instituto e, mais importante, comungavam das mesmas crenças e expectativas quanto ao que julgavam ser as questões fundamentais para a Bahia. Ocorre que, ao que tudo indica, este não chegou a ser um grupo numericamente expressivo até o final da Primeira República. De fato, embora não tenhamos dados seguros sobre a estratificação social baiana nesse período, supomos que uma estimativa de meros 5% da população como integrantes da classe média já seria uma projeção extremamente otimista, dado que até o final do Império esse contingente foi estimado em não mais do que 2% da população soteropolitana<sup>6</sup>. Disso resulta que a ‘sociedade’ considerada pelo Instituto foi sempre uma fração do conjunto total da população, ainda que os discursos da instituição se pretendessem representativos e direcionados a toda a sociedade.

O IGHB foi assim uma instituição constituída pelas elites e para as elites. Pelo mesmo motivo o Instituto foi concebido como uma instância de referência para aqueles grupos, uma referência não só enquanto espaço de interlocução, mas também – e como decorrência dessa primeira característica – como centro de reflexão sobre as questões e a gestão do estado a partir do conhecimento e valorização de seus recursos e personalidades<sup>7</sup>.

Por conseguinte tomamos o Instituto enquanto instância de produção de saber inserida em uma realidade social e histórica específica e, portanto, voltada para a articulação de sua produção com as “particularidades” do “lugar” que a abriga<sup>8</sup>. Tal abordagem nos remete necessariamente à seara dos estudos sobre as instituições, tomadas enquanto “organizações ou grupos dotados de certa

<sup>6</sup> ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)*. Salvador, 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. p. 144.

<sup>7</sup> Estatuto do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Título I, Cap. I. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, v. 1, n. 1, p. 37-58, 1894.

<sup>8</sup> CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-22.



estabilidade estrutural assentada em normas e valores dos próprios grupos ou organizações; ou então em valores da sociedade em que se inserem”, conforme define Netto<sup>9</sup>.

De modo mais específico, tratamos de instituições científicas, cuja origem no contexto nacional pode ser entendido como ligado ao processo mais amplo de constituição de uma “rede científica” na América Latina. Esse processo, analisado por Aceves (tomando o caso da difusão das áreas farmacêutica, química e metalúrgica), deu-se de modo peculiar em cada país, desde fins do século XVIII, ainda que a ciência moderna, de matriz européia, pudesse ser identificada como um parâmetro inicial e comum para a tal difusão, que ocorreu necessariamente sob a forma “de um processo dialético no qual não pode ser deixada de lado a interação das partes implicadas” [tradução nossa]<sup>10</sup>. Essa leitura é reforçada por Fonseca, que salienta o papel atribuído à ciência e, por extensão, às instituições científicas no processo de afirmação nacional das ex-colônias espanholas, ao considerar que:

A ciência [...] esta[va] impregnada da idéia de *nação* e de *pátria*, ao compreender o potencial transformador da ciência e os benefícios advindos daí, especialmente a auto-suficiência econômica [...]. A ciência por si só não faria surgir o país, mas permitiria capacitá-lo, por meio da descoberta de recursos, para seu crescimento futuro. A possibilidade da existência de um conjunto maior de recursos e de sua utilização racional, através de instrumentos e procedimentos científicos, proporcionariam a auto-suficiência econômica, impactando necessariamente na situação política. Desta forma, sua proposta insere-se no movimento social em favor da emancipação das colônias espanholas<sup>11</sup>.

Algo semelhante, sem dúvida, ocorre com o processo de implantação da ciência moderna no Brasil. Primeiramente porque aqui também ficou marcada inicialmente a crença na ciência como fator potencializador da economia nacional, como bem observa Dantes ao identificar as primeiras instituições culturais do país (criadas após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro), dentre as quais se encontravam as escolas profissionais de medicina e engenharia militar, uma escola de belas artes, um horto e uma casa de história natural. Estas instituições já representavam a opção por modelos institucionais “já reconhecidos e partícipes das

<sup>9</sup> NETTO, Lino Ferreira. In. SILVA, Benedito (Coord.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 612.

<sup>10</sup> ACEVES, Patricia. La red científica en el área farmacéutica, química y metalúrgica en la Nueva España de finales del siglo XVIII. In. AFONSO-GOLDFARD, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Orgs). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995. (Coleção América 500 anos: raízes e trajetórias; v. 2). p. 746-747.

<sup>11</sup> FONSECA, Maria Rachel Froes da. Ciência e identidade na América Espanhola (1780-1830). In. AFONSO-GOLDFARD; MAIA, 1995, p. 828.

sociedades consideradas modernas” e, como tais, eram vistos pela Coroa como “essenciais para a exploração mais sistemática das riquezas naturais”<sup>12</sup>.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), durante o Segundo Reinado, é bem indicativa da persistência dessa convicção acerca da natureza e finalidades das instituições de saber no (e para o) país, sendo-lhe conseqüentemente atribuída, segundo Iná Castro, “à tarefa de melhor dar a conhecer o território como base do enraizamento da nação” e cabendo-lhe, do mesmo modo:

[...] desconstruir as ressonâncias das imagens negativas, muitas em alguns meios intelectuais brasileiros, sobre o clima e a natureza dos trópicos e reafirmar, a partir dessa mesma natureza, todas as possibilidades reservadas ao projeto civilizatório da nação em formação<sup>13</sup>.

Tais perspectivas de atuação deviam-se igualmente, lembra Figueirôa, referindo-se também ao IHGB, ao fato de que o Instituto brasileiro tinha seu modelo organizacional inspirado no *Institut Historique* de Paris e que, à semelhança daquele e de outros institutos pioneiros, possuía:

[...] uma preocupação central vinculada à questão da afirmação do nacional. De um lado, a problemática abrangida envolveu sempre questões relativas ao Brasil e aos brasileiros: línguas e costumes dos indígenas – por excelência, o símbolo da nacionalidade – Geologia, Geografia, Paleontologia, Antropologia, etc. de regiões brasileiras. De outro as páginas da Revista do IHGB constituíram espaço para o escoamento de uma produção científica realizada por brasileiros, tanto contemporâneos quanto ilustrados das gerações anteriores. [...]<sup>14</sup>.

Tratam-se de instituições que, como já o dissemos, devem ser entendidas como científicas, na medida em que, como observa Schapochnik, produzem os saberes (especialmente históricos) oficiais – logo politicamente condicionados – e, portanto, orientados por uma cientificidade política<sup>15</sup>. Do mesmo modo, em sua área de estudos ‘geográficos’ os institutos estiveram sempre envolvidos com o desenvolvimento das ciências no Brasil, constituindo-se em espaços de origem para

<sup>12</sup> DANTES, Maria Amélia M. Relações científicas e tradições científicas locais: modelos institucionais no Brasil no final do século XX. In. AFONSO-GOLDFARD; MAIA, 1995. p. 924-928.

<sup>13</sup> CASTRO, Iná Elias de. Do imaginário tropical à política: a resposta da geografia brasileira à história da maldição. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. V. 10, n. 218 (11), 1 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-11.htm>>. Acesso em: 15. nov. 2006.

<sup>14</sup> FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Ciências no torrão natal: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional. In. Idem. p. 776.

<sup>15</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/Fapesp/Anpuh, v. 13, n.25, p. 67-80, set. ago, 1993.

muitos dos estudos acerca das características naturais regionais, fossem eles voltados para a identificação da flora, fauna, relevo ou hidrografia, como bem o assinala Figueiroa, para quem, referindo-se também ao IHGB “não se restringiu à Literatura ou à história (como entendemos hoje), mas também empreendeu diversas ações no campo das ciências naturais [...]”<sup>16</sup>.

Tais estudos, vale salientar, reafirmam a tendência histórica dos institutos de buscar no reconhecimento e afirmação das riquezas naturais nacionais (fossem elas minerais, vegetais ou animais) os elementos para o fortalecimento da identidade nacional. Daí a associação entre a história e a geografia (esta última entendida como meio-ambiente natural, até o início do século XX), associação concebida inicialmente pelo instituto brasileiro (mas extensível a seus similares regionais), cuja ação perscrutando e registrando tais riquezas já era percebida como um ato de domínio da natureza, um triunfo da civilização, conforme o indica Heloisa M. B. Domingues<sup>17</sup>.

Não nos alongaremos por ora na análise da origem e propósitos do IHGB (essa discussão será feita no primeiro capítulo). De imediato importa apenas ressaltar o que estes estudos sobre a temática institucional sinalizam: a relevância do papel das instituições de saber na busca pela afirmação nacional, mediante a equiparação do Brasil às nações cientificamente desenvolvidas e, portanto, civilizadas.

Por outro lado, conquanto os estudiosos do assunto tenham já assinalado a importância dessas instituições (em particular do IHGB) no cenário nacional, pouca atenção tem sido dispensada às agremiações que, constituídas a partir do modelo do Instituto brasileiro, deram início a suas atividades em âmbito regional. Trata-se mesmo de um campo ainda pouco explorado pela historiografia nacional, cuja numericamente limitada produção sobre o tema, até onde pudemos verificar, concentra-se no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP).

O instituto paulista foi o objeto de pelo menos três trabalhos acadêmicos mais sistemáticos: o primeiro a dedicar-se exclusivamente à instituição constituiu-se na dissertação de mestrado de Marcelo Mahl, em que o autor analisa a gênese e a trajetória do IHGSP, enfatizando o esforço da organização em construir um ‘lugar’ de

<sup>16</sup> FIGUEIROA, Sílvia F. M. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX. *Interciência*, v. 17, n. 3. p. 141-146, may-june 1992.

<sup>17</sup> DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

destaque para o estado na história nacional a partir da construção do mito da *raça* e da atuação do bandeirante<sup>18</sup>. Esse enfoque assemelha-se ao adotado por Antônio Celso Ferreira em seu “A epopéia bandeirante 1870-1940”, que também analisa a utilização da figura do bandeirante para a construção da identidade regional pelos intelectuais daquele estado, no âmbito do IHGSP e da Academia Paulista de Letras<sup>19</sup>.

Além destes, o Instituto paulista foi analisado também por Lilia Moritz Schwarcz, que se debruçou ainda sobre o Instituto pernambucano, como parte de sua já bem conhecida pesquisa sobre a introdução, as leituras e as adaptações processadas no país das várias idéias racistas darwinianas<sup>20</sup>. Mais recentemente, foi o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás que recebeu uma análise acadêmica de sua experiência constitutiva, por Giovana G. Tavares. Nesse caso a autora que fez da instituição tema da sua dissertação de mestrado, analisa a trajetória da agremiação goiana de 1930 a 1970, situando as diferentes fases vivenciadas pela instituição no contexto mais amplo dos momentos políticos e das relações com as autoridades locais<sup>21</sup>.

Com estes poucos títulos fecha-se o limitado leque (mesmo considerando a possibilidade, bastante plausível, de que nos tenha(m) escapado título(s)) de estudos sobre as experiências regionais dos institutos. No âmbito local a historiografia acadêmica baiana tampouco atentou para um conhecimento mais profundo do instituto histórico local, salvo pelas análises desenvolvidas sobre aquela instituição por Wlamyra Albuquerque, à qual já nos referimos pouco antes, e por Paulo Silva, em estudo dedicado à análise das “relações entre intelectuais, particularmente os historiadores, e o poder político”, e das conseqüentes implicações de tais relações (entre outros fatores) para a “produção do conhecimento histórico [especialmente pelo grupo da chamada Concentração

<sup>18</sup> MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica: o instituto histórico e geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Assis, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista.

<sup>19</sup> FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante 1870-1940*, São Paulo: Unesp, 2002.

<sup>20</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. ver o capítulo 4 “Os institutos históricos e Geográficos: Guardiões da história oficial”. p. 99-140.

<sup>21</sup> TAVARES, Giovana Galvão. *A Trajetória de uma casa de saber: o Instituto Histórico e Geografia de Goiás (1930-1970)*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas.

Autonomista] do período que se estende de 1930 a 1945”, conforme anuncia o próprio autor<sup>22</sup>.

Digna de nota é ainda a tese de doutoramento de Rinaldo Leite, sob o título “A rainha destronada”, em que o autor analisa os esforços da intelectualidade local para a construção da identidade baiana ao longo dos anos da Primeira República<sup>23</sup>. Aqui, porém, o IGHB não chega a ser discutido em sua condição de instituição. Não obstante, o autor vale-se amplamente das falas de personalidades proeminentes do Instituto (quase sempre registradas na Revista do IGHB e, por isso mesmo, uma das fontes mais recorrentemente utilizadas por ele) para caracterizar as ações e estratégias discursivas dedicadas à configuração de determinadas imagens da Bahia e do seu povo.

Noutras palavras, embora Leite não se preocupe em discutir as condições institucionais que condicionavam e/ou possibilitavam a produção de tais discursos por aqueles indivíduos, evidencia em sua análise a relevância da produção do IGHB para o cenário intelectual do período, corroborando assim – ainda que indiretamente – o destaque conferido ao IGHB pelos autores supra citados.

Cabe assinalar que não só no caso de Leite, mas também nos demais estudos, as análises desenvolvidas sobre o IGHB inserem-se em propostas mais amplas, configurando-se como elementos constituintes da argumentação dos autores citados sobre seus distintos objetos. Evidentemente esse fato não desqualifica em nada as análises em questão, no que se refere à contribuição para o estudo do IGHB. Com efeito, pelo contrário, a menção ao Instituto em estudos com propósitos tão díspares apenas confirma a relevância do entendimento do papel desempenhado por aquela instituição para a compreensão da história da Bahia.

O que desejamos salientar aqui, porém, é que não sendo o IGHB o objeto principal destes estudos, naturalmente não lhe foi dedicado um olhar mais específico, que permitisse o traçar de uma história da instituição, nos termos do que foi desenvolvido pelos mencionados trabalhos de Mahl, Schwarcz e Tavares, do que resulta nosso esforço para suprir tal lacuna.

Partindo de tais pressupostos, o estudo compreenderá o período de 1894 a 1930. Nesse recorte 1894 é o ano da fundação do IGHB, momento em que, de

<sup>22</sup> SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000. p. 16.

<sup>23</sup> LEITE, Rinaldo César Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

imediatos, seus integrantes comprometem-se com a expectativa de integração da Bahia ao projeto de modernização nacional<sup>24</sup>. O ano de 1930, por sua vez, já não é uma referência tão facilmente justificável. A data remete-nos ao fim da chamada Primeira República, mas esta, para alguns estudiosos, não se aplicaria adequadamente à experiência histórica baiana. Esse é o caso de Vasconcelos, para o qual, considerada uma abordagem com enfoque sócio-econômico, a Primeira República (ou República Velha) na Bahia compreenderia o período de 1889 a 1944, tendo em vista que:

O período republicano tradicionalmente é dividido em duas partes, sendo a “República Velha” (1889-1930), na qual as elites agrárias paulistas e mineiras dominavam a nova república, e a segunda parte, que é iniciada com a revolução de 30, que resultou no domínio das elites urbanas e industriais, sobretudo as de São Paulo. Mas a Bahia tem uma temporalidade própria, diferente da nacional: de fato, o processo industrial só se consolidou após a descoberta do petróleo e com as novas condições de desenvolvimento, após o final da Segunda Guerra Mundial, daí o corte temporal só ser efetuado entre 1944 e 1945<sup>25</sup>

Embora reconheçamos a pertinência de um enfoque desta natureza, preferimos a ‘convencional’ data de 1930 por dois motivos: o primeiro dos quais reside no fato de que tratamos da trajetória do IGHB em um período no qual boa parte dos esforços da sociedade baiana estavam voltados para garantir que esta se pusesse em sintonia com uma dinâmica nacional, sendo o próprio Instituto um dos ‘instrumentos’ de tais esforços.

Nessa perspectiva, ainda que 1930, como baliza temporal, possa sugerir uma leitura do processo histórico atrelado à explicação política (e conseqüentemente à própria história política), como observa Borges<sup>26</sup>, não se pode desconsiderar que esse momento foi também – e é isso que nos interessa – o início de uma série de transformações de ordem econômica e sócio-cultural tão significativas que alteraram a própria percepção acerca da identidade nacional<sup>27</sup>.

<sup>24</sup> ALBUQUERQUE, 1999. p. 30.

<sup>25</sup> VASCONCELOS, Pedro Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002. p. 259.

<sup>26</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.

<sup>27</sup> Vale lembrar aqui, apenas para frisar o quanto as transformações do pós-30 estendem-se para além do campo estritamente político, os estudos produzidos acerca do cinema brasileiro, da música popular e do teatro, por Maria Rita Galvão e Carlos Roberto de Souza, Gilberto Vasconcelos e Matinas Suzuki Jr., e Décio de Almeida Prado, respectivamente, no já bem conhecido 4º volume do 3º Tomo (O Brasil Republicano) da coleção História geral da civilização Brasileira, sob a direção de Boris Fausto.

No mesmo sentido, mas no, por assim dizer, campo das percepções quotidianas, a data em questão assinala o fim do período também identificado como a *Belle époque* nacional, fase em que a nação e, particularmente, as camadas dirigentes viveram a crença de que os avanços da ciência e os povos deles detentores ofereciam modelos seguros para direcionar os esforços de superação do atraso do país, até então ainda fortemente marcado por seu passado colonial<sup>28</sup>. A superação desta fase marcou o fim das expectativas iniciais em torno do potencial modernizador do regime republicano em âmbito nacional e, conseqüentemente, também na Bahia.

Até mesmo a defesa da imigração europeia como instrumento de promoção desta modernidade (pela modificação do caráter mestiço da população, mediante o seu embranquecimento), discurso até então amplamente difundido no país, sofreu um revés nesse momento, como resultado da adoção de uma nova postura perante a questão. É o momento em que, como assinala Jeffrey Lasser:

...o governo Vargas começou a estabelecer normas que modificaram a noção de raça, incluindo o que hoje os acadêmicos chamam de etnia e religião. [e como conseqüência] Quase imediatamente após o golpe de Vargas, em 1930, uma série de medidas administrativas diminuiu a categoria de imigrantes aceitáveis<sup>29</sup>.

Tais medidas (resultado da influência na intelectualidade do Estado Novo, das doutrinas científico-racistas em voga nos regimes autoritários europeus) fundamentavam-se num novo entendimento de que, ao contrário do discurso difundido na Primeira República, nem toda imigração (mesmo europeia) era necessariamente boa, visto que nem toda ela era necessariamente “branca”. Essa nova leitura veio determinar o estabelecimento, em 1932, da proibição do livre ingresso de estrangeiros no país<sup>30</sup>, medida que, na prática, pôs fim ao fenômeno da imigração verificado nas décadas anteriores e, naturalmente, repercutiu também nos meios intelectuais e na sociedade baiana em geral, exatamente porque, como já o assinalamos (e voltaremos a discutir) pôr-se em sintonia com o panorama nacional era um dos principais anseios daquela sociedade.

<sup>28</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: república – da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 27-28.

<sup>29</sup> LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a era Vargas. *Revista brasileira de história* São Paulo: ANPUH/Marco Zero. v. 14, n. 28, p. 121-150, 1994.

<sup>30</sup> Nesse momento a entrada de estrangeiros foi limitada à observação da quota anual de 2% do número de imigrantes (por nacionalidade) que já estava no Brasil. BERGMANN, Michel. *Nasce um povo: estudo antropológico da população brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 128.

Por outro lado, se é verdade que as transformações econômicas (com suas implicações sociais) indicadas por Vasconcelos só ocorreram na Bahia a partir de 1944-45, é igualmente correto afirmar que o ‘fato político’ assinalado pelo ano de 1930 contou também com episódios e personalidades relacionados ao estado, como o demonstrou José Calazans B. da Silva, em estudo sobre a Revolução de 1930 na Bahia<sup>31</sup>. De modo ainda mais significativo, os acontecimentos de 30 resultaram em implicações concretas para a Bahia. Implicações não apenas sob a perspectiva da configuração e das possibilidades (criadas ou, mais acentuadamente eliminadas) para as forças políticas locais frente ao cenário nacional, mas também no que se refere ao caráter da produção intelectual baiana do período, particularmente da historiografia, como bem o observa Paulo Silva, ao considerar:

A historiografia produzida na Bahia, entre 1930 e 1946, infundiu conteúdo a [o] discurso que ampliava a grandiosidade pretendida [para o estado]. Os estudos históricos foram desenvolvidos visando a constituir uma imagem do passado na qual os grupos dirigentes locais encontravam elementos que justificavam suas reivindicações de poder. Assim, a reconstituição do passado vinha reforçar o tecido social das elites locais e dar apoio ao projeto político contrário ao nacionalismo centralizador do governo Vargas. Nesse sentido, a historiografia baiana revelou-se um discurso sobre a autonomia política e sua defesa<sup>32</sup>.

Assim, em síntese, fica evidente que as transformações assinaladas pela baliza de 1930, fazem desse momento, quer seja no panorama nacional ou na conjuntura local, um divisor de águas também para compreensão da trajetória da Bahia e, em particular, do IGHB, posto que a experiência então ‘superada’ (o modelo social e político da República Velha) fora o referencial eleito pela sociedade local e, portanto, perseguido por ela, com o auxílio do Instituto.

A essas considerações (que já se alongam) sobre a periodização do estudo devemos acrescentar ainda uma outra, que de resto também explica a defesa enfática da baliza de 1930. Devemos admitir que haviam pelo menos outras duas possíveis balizas finais para o estudo, e que talvez para muitos se mostrariam mais apropriadas. Referimo-nos, em princípio, ao ano de 1923 quando o Instituto logra concluir e inaugurar sua nova e imponente sede, fato que, no nosso entender, espelha a obtenção da sua consolidação institucional. Ou 1946, quando a criação da

---

<sup>31</sup> SILVA, José Calazans Brandão da. *A revolução de 1930 na Bahia: documentos e estudos*. Salvador: Mestrado em Ciências Sociais da FFCH; Universidade Federal da Bahia, 1980. Veja-se em especial as análises das repercussões da passagem de Juarez Távora pela Bahia, na terceira parte da obra, “estudos”. p. 63-91.

<sup>32</sup> SILVA, P. 2000, p. 15-16.



Universidade Federal da Bahia proporcionou as condições para que o IGHB perdesse a posição de que desfrutava como uma das principais, senão mesmo como a principal, instituição aglutinadora da intelectualidade baiana.

Essas datas foram preteridas por motivos tanto epistemológicos quanto práticos, no que se refere – nesse último caso – à dimensão que assumiria a pesquisa e ao risco de inexecutabilidade de que se revestiria frente aos limites e aos prazos que se impõem a um empreendimento desta ordem. Assim, 1923 foi desconsiderado porque, exatamente por ser o momento mais emblemático da consolidação da instituição, tornou-se conveniente examinar o período que lhe é posterior a fim de determinar se e o quanto a consolidação alcançada influiu sobre a natureza das relações mantidas entre o Instituto, o Governo Estadual e a sociedade baiana. Noutros termos, a análise do período pós 1923 tornou-se relevante para, por contraposição, melhor definir as relações aludidas, até aquela data.

O ano de 1946, marco amplamente conhecido pelos estudiosos como o do nascimento da Universidade Federal da Bahia é, como já afirmamos, certamente tido como um momento no qual a nova instituição assume o papel de centro de referência para a intelectualidade local e, no sentido mais amplo das relações institucionais, para o próprio Governo Estadual, como fonte de informações e de reflexão sobre o estado. Todavia, para além da dimensão e dos riscos em que uma pesquisa assim dilatada implicariam, como já o dissemos, é preciso reconhecer que 1946 não é menos problemático como baliza, particularmente porque o fenômeno ao qual está associado (a universidade), só se consolidou anos mais tarde.

Com efeito, a despeito de sua criação formal, na prática a universidade permaneceu funcionando como faculdades isoladas, enquanto não se concretizou a transição dos modelos institucionais e o pleno desenvolvimento de uma estrutura administrativa uniforme. Nesse cenário não é difícil vislumbrar a persistência do papel exercido pelo IGHB como instituição aglutinadora da intelectualidade local, embora também seja temerário especular sobre o tempo de sobrevivência desta condição. O fato é que, a despeito do advento da universidade, o IGHB continuou a ocupar uma posição central no cenário intelectual baiano por algum tempo<sup>33</sup> e, para uma boa parte da intelectualidade, jamais perdeu tal prerrogativa.

---

33

Uma definição da duração desse período de transição, bem como as condições em que se deu a transição do *status* de referência para a intelectualidade, do IGHB para a UFBA, são ainda pesquisas a serem desenvolvidas.

De um modo geral, portanto, a dificuldade em estabelecer uma baliza final para o estudo apenas espelha o artificialismo de qualquer recorte na existência de uma instituição que funciona ininterruptamente desde sua fundação, a mais de um século, e que esteve sujeita ao longo de sua trajetória a múltiplas influências e relações. Entre as várias possibilidades indicadas, 1930 tornou-se objeto de nossa defesa. Trata-se de uma opção possível, como de resto as outras, mas que esperamos poder demonstrar ser mais adequada à consecução do nosso propósito.

De resto, contribuíram também para determinar as opções feitas, o volume e a tipologia das fontes primárias disponíveis sobre o IGHB, que se encontram basicamente no acervo documental do próprio Instituto e no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Nesse último, onde o material diretamente relacionado à instituição é surpreendentemente escasso, mas as poucas exceções merecem aqui ser comentadas.

A primeira delas não é, a rigor, um documento relacionado ao IGHB. Tratam-se dos dois relatórios encaminhados ao Governo Provincial, em 1874 e 1876, pelo Secretário do Instituto Histórico da Bahia, uma organização similar ao IGHB, que o antecedeu ainda durante o Império e que se extinguiu quase duas décadas antes da fundação da agremiação republicana. Essa documentação mostrou-se relevante porque nos possibilitou reconstituir o percurso existencial daquele primeiro Instituto e identificar os fatores que contribuíram para o seu insucesso, tornando evidentes as ameaças que pairavam também sobre a agremiação que lhe sucedeu.

Nesse sentido, cabe observar que ambos os relatórios foram produzidos num momento em que a instituição já se encontrava agonizante há vários anos. Isso permitiu ao seu autor produzir um relato que chama atenção pela clareza e objetividade com que identifica as causas das dificuldades da instituição, um relato tanto mais verossímil quanto, pela relativa distância temporal dos fatos narrados (a despeito do envolvimento emocional do narrador), reconhece os fatores externos e internos à instituição, que determinaram o malogro daquilo que era também fruto do seu próprio trabalho.

Menos espontâneos, mas não menos relevantes para os nossos propósitos são os dados da série de falas, mensagens e relatórios dos governadores do estado, praticamente ininterruptas de 1893 a 1930. Essa série é particularmente importante por sua persistência ao longo do período estudado e pela oportunidade

que propicia de acompanhar o tratamento oficial para muitas das diferentes questões envolvidas em nossa temática.

Como registros oficiais a série de falas e relatórios traz uma leitura própria dos fatos, preocupada em respaldar as ações e propostas governamentais. E, embora assim concebidos – o que exige uma análise especialmente cautelosa de sua ‘fala’ – esta documentação mostrou-se reveladora do tratamento oficial para o problema do desenvolvimento da imigração estrangeira no Estado. Nesse particular, valemo-nos da relativa padronização das falas, cuja ‘fórmula’ trazia sempre tópicos como “colonização” ou “Imigração”. Nessas seções tais temas eram obrigatoriamente abordados, ainda que com freqüência muito pouco houvesse para ser acrescentado ao texto do ano anterior, que por sua vez, registrava quase sempre (pelo menos quanto à imigração) o insucesso do seu empreendimento. As falas foram trabalhadas assim não apenas quanto à verificação do discurso oficial em relação à questão, mas também quanto às discrepâncias e omissões observadas entre tal discurso e as medidas para sua viabilização, por exemplo.

Não menos elucidativa foi a série no que diz respeito à relação estabelecida entre o Governo Estadual e o IGHB. Aqui, novamente, foram muito mais os silêncios, as ausências que ‘falaram’ mais alto, quando contrapostas a outros documentos, indicadores das discussões travadas no IGHB. Nesse sentido podemos afirmar que tais ausências constituíram-se no primeiro e mais contundente indício de que era o IGHB que buscava referências nos discursos oficiais sobre a imigração, e não o contrário, pelo menos durante o período de busca de sua consolidação institucional, entre 1894 e 1923.

É bem verdade que a série apresenta várias referências a muitos dos integrantes do Instituto enquanto intelectuais, autoridades políticas ou integrantes da máquina burocrática, permitindo um vislumbre da inserção de tais personagens nas esferas governamentais. Mas estas personalidades são citadas especificamente em função daquelas atividades ou atribuições outras, e não em função de sua relação com o IGHB. Ou seja, salvo pela menção ao Instituto por ocasião de sua fundação<sup>34</sup>, nenhuma alusão à agremiação baiana volta a figurar nas falas. E mesmo naquela única referência, mesmo havendo a preocupação com a apresentação e descrição

---

<sup>34</sup> APEB. Biblioteca. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. In. *Mensagem e relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa* pelo Dr. Joaquim Manoel Pereira Rodrigues Lima – Governador do Estado em 7 de abril de 1895. Bahia: Typographia do Correio de Notícias, 1895. p. 36-38.

dos seus propósitos, não há qualquer identificação do Instituto como um espaço destinado às discussões e proposições acerca da temática imigracionista, ainda que o tema, como já o dissemos, ocupasse sempre um espaço destacado na série.

Das fontes localizadas no APEB os jornais do período são os registros mais abundantes e ricos sobre o Instituto. Trabalhamos com quatro periódicos que juntos abrangeram os anos de 1898 a 1930, com algumas lacunas, sendo eles: o Correio de Notícias (1898-1900), o Diário de Notícias (1903-1907 e 1910-1916), o Diário da Bahia (1903-1905 e 1916-1930), e O Imparcial (1918). Essa seleção observou, sobretudo, a abrangência do período do estudo e não teve qualquer pretensão de compreender todos os periódicos a fazer referências ao instituto, não só porque seria impossível identificar de antemão tais periódicos, como porque buscamos mesmo certa aleatoriedade nos títulos.

O propósito então foi o de identificar a ‘espontaneidade’ da ocorrência das referências ao Instituto (e aos temas correlatos). Tal estratégia se mostrou acertada na medida em que permitiu reconhecer tanto a frequência e difusão da temática racial na imprensa do período, por exemplo, como a irregularidade das notícias sobre o IGHB nos vários jornais, que alternaram períodos de notas praticamente diárias e de anos de silêncio entre uns e outros periódicos. Analisaremos essas ocorrências ao longo do trabalho e, de modo mais específico, no quinto capítulo. Por ora devemos apenas frisar que os jornais trouxeram a visão da sociedade sobre o Instituto Histórico, ainda que – naturalmente – a partir da perspectiva e dos interesses de cada segmento social e político a eles vinculados. Constituíram-se assim no fundamental contraponto entre os discursos oficiais, as posições do IGHB e da sociedade, acerca do próprio IGHB.

Se, para quem deseja conhecer o olhar da sociedade baiana sobre o Instituto, os jornais do período são os instrumentos mais adequados, a identificação e entendimento das propostas, além do conhecimento da própria organização e composição daquela instituição, não podem prescindir da consulta ao seu vasto acervo, que se encontra dividido entre sua biblioteca e o chamado arquivo histórico. Desses espaços, a biblioteca é o espaço mais conhecido e utilizado por pesquisadores das mais diferentes origens. Ali, entre outros materiais, encontra-se devidamente catalogado e facilmente acessível o seu amplo acervo bibliográfico, majoritariamente dedicado à história (em suas múltiplas vertentes) e à geografia nacional e local; há também uma hemeroteca diversificada com alguns dos

principais periódicos da capital baiana, do século XX e, mais significativamente, toda a coleção de revistas do Instituto, da qual voltaremos a tratar.

O arquivo histórico, por sua vez, não oferece as mesmas facilidades. Aberto sem maiores dificuldades ao público pesquisador especializado mediante a entrega por este de uma carta apresentação (assinada pelo orientador ou instituição de pesquisa à qual se vincula), o arquivo logo revela seu amplo acervo, composto seguramente por mais de uma dezena de milhar de documentos (não há ainda um levantamento completo). Esse acervo, porém, se encontra basicamente organizado em caixas segundo o ano da documentação. Nesse conjunto geral, distingue-se apenas as sessões dedicadas a Braz do Amaral e a Theodoro Sampaio, compostas por documentos relativos a estes que foram dois dos seus mais proeminentes integrantes. Todavia, carecem ainda essas sessões, como de resto todo o conjunto do acervo, de um levantamento mais sistemático, do que resulta a inexistência de um catálogo sumário da documentação do arquivo.

Com isso o pesquisador vê-se compelido a perscrutar cada uma das dezenas de caixas, pastas e documentos avulsos para só então lhes conhecer o conteúdo e constatar, não raro, que a documentação ali contida extrapola a datação indicada, ou não corresponde ao que se supunha encontrar. Essa deve ser uma situação transitória, pois o arquivo está em processo de organização, sob a responsabilidade de uma profissional da área com o auxílio de uma assistente. Infelizmente, porém, o ritmo do trabalho é lento (determinado principalmente pelo volume da tarefa e pela limitação numérica de pessoal), devendo ainda levar alguns anos para ser concluído.

Por outro lado, embora a perspectiva de trabalhar com uma documentação praticamente inédita seja estimulante, as dificuldades operacionais para uma pesquisa assim realizada são consideráveis pelo longo tempo despendido com esse 'garimpar', tanto mais difícil de ser levado a cabo quanto mais rigorosos se mostram os prazos impostos para conclusão da pesquisa. Não por acaso, dentre os autores citados, que se dedicaram ao entendimento da atuação do IGHB, apenas Albuquerque indica ter consultado esse arquivo, detendo-se, porém, nas sessões dedicadas a Braz do Amaral e Theodoro Sampaio e em documentos avulsos como livros de atas e registros fotográficos.

Não obstante, a consulta ao acervo revelou pelo menos uma série documental de maior interesse para os nossos propósitos. Trata-se do conjunto de

fichas de propostas de adesão de sócios, encontradas a partir de 1916. Com esta série pudemos delinear um perfil mais embasado dos sócios do Instituto e, de resto, da sociedade que o respaldava.

Nesse particular, as características das fichas de propostas determinaram diretamente o quanto pôde ou não ser dito sobre tais grupos. Um exemplo disso é o fato de que só foram preservadas as propostas aceitas, de tal sorte que não um conjunto de ‘recusas’ com o qual se possa estabelecer um contraponto entre o sócio preferencial e aquele preterido (se é que houve) pela instituição. Do mesmo modo, a exiguidade de informações solicitadas nas fichas limitou bastante os detalhes possíveis de serem incorporados ao perfil delineado. Não há nelas (posto que não solicitados) dados sobre filiação, idade ou mesmo profissão dos proponentes, embora a identificação da profissão tenha sido sempre acrescida, freqüentemente substituindo o quesito “títulos” em cada ficha.

De fato, em sua quase totalidade, as únicas informações constantes são o nome do proponente, sua profissão ou atividades (em lugar do “título”), a categoria de sua associação (titular, correspondente, honorário...), sua naturalidade e endereço, além do voto ou parecer da comissão de seleção e admissão, ao qual muito raramente se acrescia algum comentário acerca do candidato (ver reprodução do modelo em anexo). São, como dito, dados escassos em termos qualitativos, mas compensados pela extensão de sua ocorrência, o que nos possibilitou averiguar tanto os índices gerais de adesão em diferentes momentos, como a procura e a ocorrência de categorias específicas nos mesmos períodos.

Além dessa documentação seriada, muitos documentos avulsos foram consultados e se mostraram igualmente úteis para o estudo. Destacamos algumas correspondências recebidas, particularmente esclarecedoras acerca da percepção da sociedade sobre o papel e as possibilidades do IGHB no cenário social baiano; os informes periódicos do levantamento de sócios à Secretaria Geral de Estatística do Rio de Janeiro e o registro das subvenções federais e estaduais ao Instituto entre 1924 e 1930, entre outros.

Toda essa documentação, vale lembrar, não se revela ao pesquisador sem a sistemática averiguação de cada caixa, sem o folhear individual de cada conteúdo não inventariado. Isso por si só explica a nossa opção, assim como, presumimos, a daqueles autores, de utilizar não o arquivo, mas a revista do Instituto como primeira fonte para o conhecimento da instituição. De fato, se as séries

documentais mencionadas pareceram pouco diversificadas até aqui, é porque a maior parte delas, do que se pode pretender averiguar sobre a existência de uma instituição, está inserida na revista – esse verdadeiro ‘arquivo móvel’ do IGHB.

Atas de sessões solenes e ordinárias, relatórios anuais, discursos diversos, registros de correspondências recebidas e enviadas, planos orçamentários, listas de sócios, entre outros registros, tudo está transcrito na revista. Mas a ocorrência desses registros é também inconstante, o que acaba por lançar uma luminosidade muito desigual sobre a existência da instituição, seja quanto a períodos ou a áreas específicas (como a financeira, por exemplo). Além disso, mesmo registros documentais de ocorrência regular, como as atas das sessões, apresentam com frequência grande variação em relação à estrutura e ao seu nível de detalhamento. Quanto a esse último aspecto, aliás, são majoritárias as atas que se limitam ao simples ‘registro do expediente’ dos encontros, com uma descrição padronizada dos trabalhos (com leitura da ata anterior, registro dos sócios presentes, apresentação das correspondências recebidas...) e poucas referências a fatos pontuais, como a morte ou a admissão de um sócio, o registro de alguma proposta de homenagem ou de um tema para monografia, seguidos pelas listas de doações e ofertas ao acervo do Instituto.

Raríssimos são assim os registros em ata de discussões sobre pontos polêmicos entre os sócios, ou mesmo explicações (ainda que consensuais) acerca da relação entre a instituição e o Governo, por exemplo. Tais registros, bem mais raros e esporádicos ocorrem quase que exclusivamente nos discursos ou nos trabalhos assinados, quando a responsabilidade pelo conteúdo das falas podia ser imputado ao seu autor – e somente a ele. A instituição preferiu assim, no registro de suas atividades, a adoção de uma fórmula marcada pela concisão e neutralidade, que empobrecia (na perspectiva de quem estuda) o documento por ela produzido.

Muitas dessas lacunas, que lamentavelmente não são supridas pela documentação do arquivo, podem determinar a persistência de eventuais dúvidas no leitor e, de nossa parte, conduzem-nos a algumas especulações (factíveis, queremos crer) que se incorporam ao trabalho. Acreditamos, todavia, que tais hiatos não comprometeram o conjunto da pesquisa, primeiro porque quando ocorrem foram bem assinaladas, além de não se constituírem em pontos fundamentais do estudo. E, finalmente, porque sinalizam as muitas possibilidades e questionamentos que

ainda cercam o estudo do IGHB como instituição, do qual este texto pretende ser apenas uma contribuição.

Considerados os objetivos propostos, o presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro deles buscamos apresentar um breve panorama da vida baiana no decurso da Primeira República, como recurso para familiarizar os leitores (baianos ou não) com as características econômicas, sociais e políticas do estado no período em questão, contemplando, na medida do possível, não apenas a capital, mas também as principais regiões e/ou cidades do interior. Tal caracterização busca também apresentar, em seu conjunto, o cenário e as circunstâncias históricas que condicionaram as experiências de constituição dos institutos históricos da Bahia, bem como o desenvolvimento das discussões e das propostas acerca da imigração européia para Estado, pelo IGHB.

Com o segundo capítulo buscamos situar o Instituto no contexto histórico de sua fundação. Para tanto realizamos um breve apanhado sobre a origem dos institutos e instituições afins, observando seus traços comuns e suas peculiaridades espaço-temporais. Nesta mesma linha de análise situamos a origem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ressaltando os aspectos de sua organização que lhe garantiam a 'fidelidade' ao 'modelo' institucional internacional, bem como os traços que serviram de base para organização das suas instituições irmãs pelo Brasil, identificando-as brevemente. Em seguida passamos a tratar especificamente do projeto de fundação do Instituto Histórico baiano, analisando a experiência da criação do primeiro Instituto Provincial, na década de 50 do século XIX, bem como as condições de seu insucesso e extinção.

O terceiro capítulo tratará do IGHB, analisando o contexto de sua fundação, em 1894, e o seu significado no projeto republicano de modernização da sociedade baiana a partir da análise de seus objetivos e da identificação de seus sócios fundadores. Do mesmo modo, discutimos ainda as condições de funcionamento do IGHB, considerando sua estrutura administrativa, os espaços por ele ocupados e o apoio oficial para o desenvolvimento e manutenção de suas atividades, avaliando a dimensão e a importância desse apoio para a vida da instituição. Delimitaremos aí também o que chamaremos de 'o momento da consolidação' do IGHB, uma figura de linguagem da qual nos valem para distinguir 'apenas' o período em que o espaço e o prestígio continuamente construídos pelo



Instituto desde sua fundação alcançam os seus mais elevados níveis junto à sociedade baiana.

No quarto capítulo discutimos a inserção do IGHB no projeto republicano de modernização da sociedade baiana, em particular no que se refere à modificação do caráter étnico racial da população local. Com este fim iniciamos avaliando como se deu, no âmbito do IGHB, a discussão acerca do caráter racial da população. Buscamos apresentar os discursos, estudos e artigos relativos à raça, identificando seus principais propagadores e postulados básicos.

Nesse percurso fazemos a análise da defesa da imigração europeia, assumida pelos membros como discurso presente no IGHB, em função das discussões desenvolvidas sobre a necessidade de alteração do caráter racial da população e da necessidade de respaldar as políticas governamentais para a questão. Nesse sentido nos detemos nos artifícios, propostas e/ou sugestões apresentadas com tal finalidade, veiculadas na revista do Instituto ao longo do período estudado, tratando, em particular, da adoção ao recurso à 'europeização' das terras e climas.

O capítulo discute, ainda, o desenvolvimento das propostas alternativas para promoção da modernização da sociedade baiana frente ao malogro do projeto de promoção da imigração europeia para o Estado. Nesse particular, apresentamos o desenvolvimento progressivo das discussões travadas no Instituto sobre a viabilidade do processo de modernização/civilização da sociedade baiana a partir da incorporação de seu elemento indígena e, posteriormente, do reconhecimento desta como uma nova (e primeira) civilização dos trópicos, necessariamente mestiça.

O quinto e último capítulo da tese discute o caráter da inserção do IGHB (e das propostas dos seus membros) na sociedade baiana da Primeira República, atentando, em particular, para a relação do IGHB com o governo estadual. Com este fim discutimos a natureza da interlocução entre o IGHB e as instituições locais, assim como as 'funções' incorporadas pelo Instituto e que contribuíram para a definição de sua pretendida relevância social. Discutimos a presença e veiculação de idéias do IGHB nos jornais do período, salientando a natureza política da relação entre o Instituto e os periódicos, bem como as alterações ocorridas nestas relações em decorrência do prestígio e da autonomia alcançada por aquela instituição em 1923.

Em seguida, identificamos (em suas linhas gerais) os projetos e políticas de imigração européia (ou de substituição desta) propostos e/ou implementados pelo Governo do Estado, durante o período desse estudo, confrontando-os com os pressupostos desenvolvidos pelos membros do IGHB, de modo a identificar o nível e natureza da 'influência' destes sobre o Instituto. Após isto, nos detemos nas transformações ocorridas no perfil do IGHB, decorrentes da obtenção de sua consolidação institucional em 1923, salientando as implicações deste fato sobre sua produção e sua relação com o governo do estado.

Os capítulos em questão representam o resultado de três anos de pesquisa. Contudo, muito ainda resta a ser dito acerca do IGHB, uma instituição hoje centenária e cujos meros 35 anos aqui discutidos estão longe de compor o amplo quadro analítico a que faz jus. De igual maneira, mesmo os aspectos aqui analisados, por certo, poderão ser retomados, aprofundados e esclarecidos, em face de novos questionamentos e novas perspectivas. E há ainda uma trajetória a ser perscrutada após a baliza temporal final desse trabalho.

Acreditamos, porém, que este trabalho, como iniciativa de estudo acadêmico, poderá suscitar entre os pesquisadores de um modo geral, o interesse no aprofundamento do conhecimento acerca desta instituição que, num cenário em que a Bahia via-se desprovida de outros espaços plurais de confronto e debate de idéias, atuou como o meio por excelência para o diálogo e as reflexões acerca do estado. Os pressupostos das discussões ali travadas eram certamente estranhos ao entendimento hodierno, mas este fato não deve obscurecer (sobretudo e fundamentalmente no meio acadêmico) a justa percepção da relevância desta instituição para a sociedade baiana da Primeira República e, quiçá, para além dela.

## **CAPÍTULO I**

### **CENÁRIOS DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

No decurso do período relativo à Primeira República (1889-1930), o estado da Bahia apresentava aos seus visitantes poucas diferenças em relação à fase imperial que lhe precedera. No que se refere às características econômicas, em especial, o período republicano guardava ainda, em linhas gerais, os mesmos traços dos períodos colonial e imperial, como a dependência dos mercados externos, a carência de capitais, as poucas inter-relações intra e interestaduais e a conseqüente ausência de um mercado interno<sup>35</sup>.

Tal vulnerabilidade às variações do comércio internacional acentuou, no final do século XIX, a crise econômica que se abateu sobre o estado como resultado do declínio da economia, provocado pela drástica queda nas exportações de açúcar e tabaco<sup>36</sup>. Como efeito dessa desaceleração da economia dá-se uma acomodação tácita dos diferentes setores sociais, o que implicou na preservação das práticas,

---

<sup>35</sup> GUIMARÃES, Emmanuel Ribeiro. Evolução da economia baiana: algumas considerações. *Planejamento*. Salvador, v. 5, n. 1, p. 31-46. jan. mar. 1977.

<sup>36</sup> ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*. Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54. out. dez. 1977.

valores e instituições presentes na Bahia imperial, e conferiu ao estado (do posterior período republicano) um ritmo incomodamente lento, mas ainda assim tolerado pelos segmentos dominantes da sociedade, frente à alternativa das incertezas de alterações sociais mais profundas.

## 1. ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR

O relativo imobilismo da Bahia durante a Primeira República implicou, entre outras coisas, em uma visão acentuadamente ensimesmada por parte das populações urbanas, especialmente por parte dos habitantes da capital, Salvador. Tal visão levava a maioria de seus habitantes e, o que é mais emblemático, de um modo geral, a intelectualidade local e os integrantes do governo (segmentos aos quais, em tese, caberia pensar e propor as estratégias para o desenvolvimento e integração regional) a um quase completo desconhecimento sobre o próprio estado, para além da estrita área do seu sítio urbano, do seu entorno imediato e do Recôncavo. Essa dificuldade dos moradores de Salvador, notadamente os segmentos políticos e a intelectualidade, em pensar e enxergar a Bahia para além de sua capital tem sido constatada por vários estudiosos, em diferentes pesquisas acerca do Estado nesse período.

Em seu estudo acerca da abolição na Bahia, por exemplo, Jailton L. Brito, chama a atenção para a leitura realizada por Luís Anselmo da Fonseca, médico e abolicionista baiano, sobre aquele movimento na província, em fins de 1887. Brito observa que o abolicionista equivocadamente considerou o movimento fraco na Bahia, atribuindo tal leitura ao fato de ter “seu olhar mais voltado para a capital da Província”<sup>37</sup>, o que o levava a desconhecer as manifestações de apoio popular ao abolicionismo ocorridas no interior, mais vigorosas que as da Capital, como no caso de Cachoeira – então uma das principais localidades do Recôncavo baiano.

Graciela Gonçalves, em estudos sobre as secas na Bahia, afirma que pelo menos até o final da década de 50 do século XIX, os relatos sobre as secas no interior da então província eram esparsos, motivados quase sempre pelo registro da diminuição da oferta de gado, oriundo daquelas áreas, para o abastecimento do

---

<sup>37</sup> BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política (1870-1888)*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. p. 19.

Recôncavo e da Capital. Do mesmo modo, segundo Gonçalves, uma maior consciência do problema, bem como ações para sua minimização, só foram adotadas mais significativamente quando a Capital viu-se ‘invadida’ pelas levas de migrantes famintos e os efeitos das secas começavam a atingir também os segmentos mais privilegiados das localidades interioranas, desencadeando assim os pedidos de ajuda ao Governo Provincial. Todavia, ainda segundo a autora, não raro, especialmente durante a Primeira República, tais solicitações de ajuda vindas do interior foram tratadas com indiferença, especialmente quando as localidades solicitantes haviam perdido importância econômica, caso das localidades envolvidas com a mineração<sup>38</sup>.

Freitas, por sua vez, chama atenção para a persistência, do período imperial às primeiras décadas do século XX, da falta ou deficiência dos meios e vias de transporte no Estado, considerando que tais deficiências determinavam, em grande medida, o desconhecimento dos governantes acerca do interior da Estado. Não por acaso, observa o autor, “as crônicas de numerosas cidades da Bahia, registram ainda hoje, e com um certo orgulho, a primeira (e por vezes a única) visita de um de seus dirigentes” [tradução nossa]<sup>39</sup>.

De fato, conquanto durante a Primeira República tenha sido aumentada em mais de 1.400 Km a rede de vias férreas pelo interior, indo de 1.238 Km, em 1899, para 2.699, em 1929, tal aumento pouco contribuiu para a resolução da problemática das comunicações, já que sua implementação priorizou a ligação das áreas produtoras de matéria-prima aos portos de exportação<sup>40</sup>, frequentemente ladeando ou sobrepondo-se às estradas já existentes, em lugar de buscar uma interligação mais efetiva entre as diferentes regiões do Estado. Com efeito, nesse sentido Kátia Mattoso salienta:

O que se ignorava em 1930 era semelhante ao que se ignorava em 1830, época em que só se conheciam as terras percorridas ou ocupadas. O mistério começava onde acabavam a via férrea, as terras cultivadas, o pasto e o horizonte que um homem descortinava de uma colina (...) <sup>41</sup>.

<sup>38</sup> GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. pp. 11, 43, 130, 146-148 e 155-156.

<sup>39</sup> FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Au Brésil: deux régions de Bahia (1896-1937)*. Paris, 1992, Tese (Doutorado em História). Université de Paris – Sorbonne. Paris IV. p. 85.

<sup>40</sup> GUIMARÃES, 1977, p. 42.

<sup>41</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia século XIX: uma província do império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 42.

Um outro indicativo desse desconhecimento é, paradoxalmente, a produção de trabalhos que buscaram apresentar um panorama dos municípios, cidades e vilas baianas, descrevendo suas terras, climas e populações<sup>42</sup>. Dentre tais trabalhos, um dos últimos a ser produzido foi “O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio” (1925), de Theodoro Sampaio, cuja análise acerca da pouca utilização (que conseqüentemente implicava em desconhecimento) das terras baianas ilustra bem tal percepção. Sobre o problema, afirmava Sampaio:

Da grande superfície territorial do Estado, nem mesmo a décima parte está sendo explorada pela agricultura. Vasta é a extensão ainda inculta e largas são os tratos devolutos, especialmente na zona litorânea do sul, ainda em boa parte coberta da mata virgem primitiva, como no baixo Rio de Contas, no Rio Pardo e na maior parte dos rios que descem da Serra dos Aymorés nos limites com Minas Gerais.<sup>43</sup>

A produção dessas obras no decurso da Primeira República, por iniciativa particular ou do Estado, punha em evidência a grande carência por tais informações. Ao mesmo tempo, porém, ainda que o seu desenvolvimento sugira um interesse por tais conhecimentos, o perfil desses estudos deixa claro que os mesmos, de fato, podiam contribuir pouco para uma compreensão mais apurada da realidade do estado. Como observa Neves<sup>44</sup>, eram eles, com raras exceções, estudos de caráter meramente descritivo, as corografias<sup>45</sup>, às quais se somavam aquelas produzidas e publicadas pelos membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia<sup>46</sup>. Eram, por sua própria natureza, estudos pontuais, fortemente marcados pelo caráter memorialístico, freqüentemente produzidos pelos ‘filhos’ das terras retratadas, o que faziam, não raro, com traços ufanistas.

Não se trata aqui, contudo, de cobrar anacronicamente de tais obras uma abordagem, estranha à época, de análise conjuntural mais ampla. Mas de

<sup>42</sup> Pelo menos oito destas obras foram produzidas no período, a saber: *Estado da Bahia, posição geográfica, dimensões, povoação e clima*, publicação oficial de 1897; *Memória sobre o Estado da Bahia*, de Francisco Vicente Vianna, 1893; *Municípios da Bahia*, de Guimarães Cova, 1913; *A Bahia e os seus municípios*, publicação custeada pelo Estado em dois volumes, 1916 e 1917; *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*, de Francisco Borges de Barros, 1923; *O Estado da Bahia, agricultura, criação de gado, indústria e comércio*, de Theodoro Sampaio, 1925, e o *Álbum Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia*, de Manoel Rodriguez Folgueira, 1930.

<sup>43</sup> SAMPAIO, Theodoro *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. p. 21.

<sup>44</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. et. al. *Bambúrrios e quimeras* (olhares sobre Lençóis: narrativas de garimpos e interpretações da cultura. Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 21-23.

<sup>45</sup> Etimologicamente o termo ‘corografia’ designa, segundo Bueno, a “parte da geografia que estuda particularmente um país ou um território de importância considerável”. In. BUENO, Francisco da Silveira (org.) *Dicionário escolar da professor*. Brasília: Ministério da educação, 19[60]. p. 334.

<sup>46</sup> Entre 1895 e 1919, além de uma descrição do Estado, nove municípios foram descritos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, nos números 04, 05, 07, 08, 10, 12, 15, 22, 30, 44 e 45.

reconhecer que, exatamente por não terem sido produzidos sob tais premissas e com objetivos distintos, não podiam oferecer aos seus leitores os elementos necessários à superação do desconhecimento mais profundo sobre o estado.

Essa Bahia desconhecida permaneceu, durante todo o período em questão, um estado de economia agrícola-exportadora, complementada por uma pecuária extensiva, tendo Salvador como centro convergente da atividade comercial, sobretudo daqueles produtos voltados para o circuito internacional de trocas, como açúcar, fumo, escravos e diamantes, seguidos ainda pelo couro, madeira, algodão e cacau, com a predominância comercial de um ou outro, de acordo com a conjuntura do cenário internacional.

Para além da Cidade da Bahia, como era conhecida a velha capital, a região mais próxima e familiar aos seus dirigentes e intelectuais era o Recôncavo com seus cerca de 11.000 Km<sup>2</sup>, compreendendo todo o entorno da Baía de Todos os Santos. Essa familiaridade, por sua vez, resultava da articulação agromercantil do conjunto Salvador-Recôncavo, que historicamente se estabelecera entre a capital e aquela área em cujos solos de “massapê” desenvolveu-se a cultura da cana de açúcar, desde o século XVI<sup>47</sup>.

A atividade açucareira do Recôncavo chegou a possibilitar o desenvolvimento de pólos urbanos locais, como os municípios de Santo Amaro da Purificação, Cachoeira e São Francisco do Conde, conferindo-lhes um caráter complementar na dinâmica de trocas iniciado no comércio de Salvador. Essa relação só veio a se romper por volta da década de 1870 quando a cultura da cana-de-açúcar tem o seu declínio acentuado, afetada por pragas até então desconhecidas e, o que é mais significativo, pela queda nos preços, determinada pela concorrência com o açúcar de beterraba na Europa e pelo açúcar de cana das Antilhas.

Também afetada nesse momento foi a cultura fumageira. Segunda atividade em importância econômica no estado, a produção de fumo vinculava-se desde tempos coloniais ao comércio atlântico de escravos, ao qual era destinada pelo menos metade da produção regional. Ocupava o fumo as áreas imediatamente posteriores à zona de desenvolvimento da cana-de-açúcar, concentrando-se nos municípios de São Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Maragogipe, Amargosa,

---

<sup>47</sup> PEDRÃO, Fernando. O recôncavo baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 307.

Currallinho, Feira de Santana, Irará<sup>48</sup> e Cruz das Almas<sup>49</sup> mas apesar da proximidade com a cultura da cana-de-açúcar, a produção de fumo diferia daquela por ser uma atividade levada a cabo basicamente por pequenos proprietários e lavradores.

A vinculação da produção de fumo ao tráfico, sem dúvida ocasionou o seu momentâneo enfraquecimento, quando da proibição daquele, a partir de meados do século XIX. Almeida<sup>50</sup> sustenta mesmo que tal impacto se estendeu pelo século XX derrubando o volume comercializado de 167.000 arrobas, em 1815, para 64.000, em 1934. Ainda segundo Almeida, o cenário internacional foi também determinante na decadência da cultura fumageira na Bahia, que não pôde fazer frente aos investimentos direcionados, por exemplo, às Índias Orientais Holandesas, onde a produção saltou de 50 para 255.000 fardos entre 1864 e 1903, em Sumatra, e de 182 para 400.000 fardos entre 1890 e 1910, em Java.

Em estudo mais recente, porém, Elizabete Silva<sup>51</sup> contesta a persistência de tal decadência, sustentando que no decurso das primeiras décadas do século XX a lavoura de fumo recuperou-se, experimentando uma expansão que “demonstra[va] a sua importância como produto agrícola de peso na economia baiana”. Indicativo de tal revigoreamento seria o desenvolvimento da produção de charutos no Recôncavo, como resultado de investimentos estrangeiros, notadamente alemães, que estabeleceram fábricas especializadas na região; o aumento da produção, que (contrariando os dados apresentados por Almeida) atingiu 28 toneladas (cerca de 186.666 arrobas) de fumo, somente em 1926, e o destaque alcançado pelo fumo baiano no comércio de Bremen, na Alemanha, “antes dividido somente com os Estados Unidos”.

Em fins do século XIX e durante as primeiras décadas do XX as regiões para muito além do Recôncavo ainda eram destinadas à atividade pastoril-extrativa (e também mineira), que fora também a força motriz responsável pela conquista e ocupação de mais de 70% dos sertões que compunham o território baiano. É certo que a importância da pecuária como elemento de colonização jamais limitou-se à Bahia, sendo mesmo reconhecida como significativa para todo o Nordeste. Nesse

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Waldir Ferreira. A Bahia no século XIX. In. SOUZA, Regina Celeste de Almeida (Coord.) *Atlas do estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC; SEPLAB, 1970. (C 03/1-2).

<sup>49</sup> SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, p. 41.

<sup>50</sup> ALMEIDA, 1977. p. 32-33.

<sup>51</sup> SILVA, E. 2001. p. 30-41.



sentido, Costa Porto, ao comparar esta atividade com capacidade fixadora da mineração na região, afirmava:

[...] A mineração, de fato, não deixava raízes profundas: brusca e violenta na arrancada, acabava perdendo contato com as fontes donde brotara e, esgotados os veios auríferos, estes núcleos cedo decaíam, transformando-se em “cidades fantasmas, assombradas com o brilho de suas passadas grandezas, vivendo vida de saudade e recordação” [...].  
A pecuária, essa fixava, porque sua penetração se fazia por contigüidade, caminhando aos poucos e sem pressa, conservando os novos currais alguma ligação com o ponto de partida, e sendo embora, reduzidíssimo o elemento humano, o curral ia criando condições existenciais para que, mais tarde, se desabotoassem nódulos populacionais fortes e coesos.<sup>52</sup>

Embora a noção de fugacidade, atribuída por Costa Porto, às povoações originadas da atividade mineradora precise ser relativizada, é inegável que foi a pecuária extensiva, por sua própria natureza, um fator de povoamento mais abrangente, além de proporcionar formas de organização social e do trabalho distintas das verificadas na Capital e nas áreas da atividade açucareira. Nesse aspecto, Eurico Alves Boaventura chega mesmo a identificar o sertão como movimentado pelo que chama de civilização pastoril, caracterizada pelos “pastos, malhadas, currais e casas-de-fazenda”, que gerou sua própria fidalguia pastoril, a sua aristocracia dos currais<sup>53</sup>.

No contexto da economia do Estado, tais áreas voltavam-se basicamente para a produção de insumos necessários à atividade açucareira, bem como para o abastecimento da população dos centros urbanos<sup>54</sup>. Mas é certamente na capacidade de originar e/ou incrementar o desenvolvimento de diversas localidades no estado que a importância da atividade pastoril pode ser aferida, confirmando a análise de Costa Porto. Das muitas cidades e povoados surgidos ao longo das rotas de expansão pastoril no estado, a mais ilustrativa é, talvez, o município de Feira de Santana.

A origem daquela localidade e sua associação à pecuária remonta ao séc. XVII, quando dá-se o desmembramento da grande sesmaria de Tocós, de propriedade de Antônio Guedes de Brito. Após comprar parte da antiga sesmaria, o bandeirante João Peixoto Viegas deu início ao combate ao grupo indígena *paiaíá* e,

<sup>52</sup> PORTO, Costa. *O pastoreio na formação do nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959, p. 33.

<sup>53</sup> BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 16, 171-250.

<sup>54</sup> PEDRÃO, 1996, p. 311.

paralelamente, à atividade da pecuária, através da qual a região foi ocupada, estabelecendo-se o início do processo de colonização propriamente dito.

Ainda no séc. XVII os herdeiros de Antonio Peixoto Viegas dividiram a propriedade original em fazendas. Dentre as muitas fazendas então surgidas, estava a de Santana dos Olhos d'Água. Esta fazenda, a exemplo de outras de maior porte na região, transformou-se em pequeno povoado, sendo a capela ali erigida, o ponto em torno do qual a população das circunvizinhanças passou a reunir-se periodicamente, dando origem assim a uma pequena feira, ainda no primeiro quartel do século XVIII.

Quem nos informa sobre esse processo é Celeste Maria Pacheco de Andrade, em seu estudo das origens e povoamento da região de Feira de Santana, seguramente a obra mais criteriosa sobre o tema<sup>55</sup>. Para a autora, o desbravamento da região pelos Peixoto Viegas tornou-a um “pouso abrogatório do caminho que dava o São Francisco e para as minas de ouro de Jacobina”<sup>56</sup> criando com isso as condições gerais para o posterior desenvolvimento da vila de Feira de Santana, que veio a converter-se, segundo a autora, em “um dos pontos de referência para a expressão geográfica e econômica da Província, tornando-se o centro da área pastoril da Bahia”<sup>57</sup>.

Outro estudioso do tema, o brasilianista Rollie E. Poppino, tem opinião semelhante. Para este autor, o aumento da atividade de criação e do comércio deste entre o litoral e o sertão possibilitou o desenvolvimento do primitivo povoado de Santana dos Olhos d'Água. Segundo o brasilianista, desde a afirmação da atividade pecuária nas terras do interior da Bahia, já no século XVI, a comercialização do gado produzido na região se fazia na feira de Capuame, no norte do Recôncavo. No final do século XVIII, porém, as pastagens de Capuame foram incorporadas à atividade canvieira e a feira de gado foi reorientada para outros povoados, dentre os quais Feira de Santana e Nazaré<sup>58</sup>. Sobre esse momento e o posterior destaque de Feira de Santana em relação a Nazaré, informa Poppino:

<sup>55</sup> Neste estudo Andrade faz uma análise das diferentes tendências historiográficas acerca da origem e povoamento de Feira de Santana, evidenciando a primazia da família Peixoto Viegas no processo de povoamento, em contraposição a uma versão tradicional dominante que silencia sobre a atuação desta família (uma família de cristãos-novos) em favor da sobrevalorização (ou mitificação) da atuação do casal católico Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Cf. ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Salvador, 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. p. 69-88.

<sup>56</sup> ANDRADE, C. 1980, p. 128.

<sup>57</sup> Idem. p. 130-131.

<sup>58</sup> POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapoã, 1968. p. 55.

Durante algum tempo a mais importante [das feiras] foi a de Nazaré, ao sul da baía de Todos os Santos. Por essa época, só na Cidade do Salvador consumia-se uma média de mais de vinte mil cabeças de gado, anualmente. Uma grande parte provinha da feira de Nazaré. Os animais vendidos em Nazaré para consumo na Capital teriam que fazer o percurso em pequenas embarcações, ou dar a volta em toda a baía. Isso acarretava despesas e inconvenientes e os fazendeiros do interior passaram a enviar o gado, cada vez em maior número, para o mercado de Feira de Santana.

[e esclarece]

Feira de Santana foi escolhida para feira do gado por três razões importantes. Primeiro, porque estava situada no caminho mais direto entre o Recôncavo e as imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, é que a região era atravessada por dois rios e por numerosos riachos. Salvo nos períodos de seca prolongada, o suprimento de água dessa área bastava para milhares de cabeças de gado.<sup>59</sup>

Uma vez estabelecida a feira de gado, no início da primeira década do século XIX, o antigo arraial de Santana dos Olhos d'Água prosperou e a feira livre avolumou-se ano após ano, atraindo um número crescente de tropeiros e comerciantes. Por volta de 1819 o lugar já era conhecido como a Feira de Santana, tal era o destaque que aquela alcançava na região. Cerca de um século depois o município já figurava como a terceira economia do interior do Estado, perdendo apenas para os municípios de Ilhéus e Itabuna (então significativamente impulsionados pela atividade cacaueteira). Feira de Santana mantinha então sua atividade econômica baseada ainda, e em pé de igualdade, no comércio de gado e no comércio varejista<sup>60</sup>.

Outro importante fator de desenvolvimento e fixação no interior foi a atividade da mineração. Com efeito, desde meados do século XIX, quando foram descobertas pedras preciosas em Mucujê, a mineração apresentou-se como uma atividade de destaque na região central da então Província, a zona das Chapadas, identificadas à época como Lavras Diamantinas. Nessa região a atividade da mineração propiciou o florescimento de diversas localidades como Morro do Chapéu e Caetité, passando por Lençóis, Andaraí, Bom Jesus do Rio de Contas e Minas do Rio de Contas, entre outras<sup>61</sup>.

Distinguiu-se, porém, a mineração da atividade pastoril pela brevidade daquela. Embora tenha proporcionado um desenvolvimento rápido e pungente a boa

<sup>59</sup> POPPINO, 1968. p 54-55.

<sup>60</sup> SILVA, A. 2000. p. 77-78.

<sup>61</sup> OLIVEIRA, 1970, (C 03/1-2).

parte das localidades nela envolvidas, as lavras tinham sua produtividade limitada pela falta de recursos e pela baixa tecnologia empregada no processo de mineração, de tal forma que em fins do século XIX, com a descoberta das minas do Cabo, já eram superadas pela produção internacional, determinando a estagnação ou mesmo o influxo das economias e comunidades que impulsionara pouco tempo antes.

A Primeira República viu ainda outra atividade dar novo fôlego à economia baiana, inaugurando uma etapa distinta em seu desenvolvimento regional: a cacauicultura. O cacau já era conhecido e cultivado na Bahia desde fins do século XVIII, mas só a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente a partir da década de 1860, passou a ter alguma relevância econômica, tendo já Ilhéus como principal área produtora, chegando a contribuir com quase 20% das exportações provinciais ainda em 1888<sup>62</sup>.

A produção inicial foi estimulada significativamente pelo cenário internacional, de tal forma que, em 1893, as exportações já alcançavam 100.000 sacas e, em 1911, superaram as 500.000, o que a colocava a Bahia como segunda produtora mundial. Cerca de dez anos depois a região chegava a produzir um milhão de sacas de cacau por ano, mas a partir de então a participação do estado no comércio internacional começava a diminuir em função do fortalecimento da produção das colônias africanas. Em 1935 a produção dessas colônias somava mais que o dobro da produção baiana, mesmo tendo esta se elevado a cerca de dois milhões de sacas por ano<sup>63</sup>.

O desenvolvimento da cultura cacauera acarretou também o florescimento das localidades dedicadas a sua produção. Dentre estas Ilhéus é, também, o caso mais ilustrativo, pois, de acordo com Falcón:

A primeira tentativa de povoamento das terras que hoje correspondem ao município de Ilhéus verificou-se no século XVI através da doação de Dom João VI a Jorge Figueiredo Correa das terras correspondidas entre as cem léguas da costa no litoral sul do Estado [...].

A incapacidade do donatário em deslanchar o progresso da capitania levou ao fracionamento das terras, divididas em diversas sesmarias na segunda metade do século XVIII sem que qualquer alteração significativa fosse registrada. Durante esse século, a região continuou mergulhada numa atividade agrícola sem expressão, estando desocupada a maior parte das terras exploráveis.

Até o começo do século XIX, Ilhéus não passava de um pequeno povoado fundado pelos jesuítas, cujas edificações mais importantes eram uma igreja

---

<sup>62</sup> FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Iamaná; Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995. p. 40.

<sup>63</sup> ALMEIDA, 1977, p. 34-35.

e um colégio, com uma rarefeita população de “nove mil almas e 977 escravos”, “1.042 almas” das quais habitavam o vilarejo. Foi o florescimento econômico do cacau o responsável inclusive pela elevação da vila à categoria de cidade em junho de 1881. De tal forma que – pode-se afirmar sem exagero – muito provavelmente a cidade não teria se consolidado se ali não se tivesse implantado a empresa econômica da cacauicultura<sup>64</sup>.

No mesmo processo ganham importância os municípios de Itabuna, Belmonte e Canavieiras, todos experimentando um extraordinário aumento populacional. Tal aumento é bem exemplificado pelo caso de Ilhéus e Itabuna que passam de cerca de 7 mil habitantes em 1892, para 105 mil em 1920, contrapondo uma taxa de crescimento médio anual de 7%, contra 2% do restante do estado<sup>65</sup>.

Embora tenha permanecido sempre em destaque na pauta de exportações do estado – freqüentemente representando mais de 50% desta – até o fim da Primeira República, o cacau também esteve sujeito às incertezas do comércio internacional. Essa vulnerabilidade dos produtos agrícolas de exportação foi determinante para o ritmo de desenvolvimento e mesmo pelos recuos de um outro segmento da economia baiana no período, a indústria.

De fato, a industrialização na Bahia relaciona-se diretamente à queda da lucratividade do setor agromercantil, em diferentes momentos entre o século XIX e o fim da Primeira República. Nesse momento o declínio do comércio atlântico de escravos (destino preferencial para o investimento dos recursos oriundos do setor agrário)<sup>66</sup>, motivou a procura por alternativas de investimento no cenário econômico local. Das várias opções tentadas destacaram-se a formação de estabelecimentos bancários e, em menor escala, o desenvolvimento da atividade industrial. As casas bancárias foram, sem dúvida, objeto de uma ação empreendedora mais determinada por parte dos segmentos detentores de capitais no estado e a expressão mais evidente da disponibilidade de recursos em tais segmentos desde a década de 50 do século XIX, sobre o que manifestou-se Pinto de Aguiar:

O problema da disponibilidade de recursos para organização de um sistema bancário regional não existia, como o demonstram os saldos de sua balança do comércio exterior, num período em que a posição das transações de cabotagem, internacionais, não parecem ter sido deficitária para ela, pois abastecia-se de produtos manufaturados na Europa, e era menos dependente, em gêneros alimentícios, das regiões sulinas do país.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> FALCÓN, 1995, p. 39.

<sup>65</sup> FALCÓN, 1995, p. 42.

<sup>66</sup> PEDRÃO, 1996, p. 318.

<sup>67</sup> AGUIAR, Pinto de. In. AZEVEDO, Thales; LINS, E. Q. Vieira. *História do banco da Bahia 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. xiii.

As divisas direcionadas para a indústria na Bahia, contudo, foram bem menos volumosas, a ponto de sua exiguidade ter sido sempre apontada como uma das causas da relativa debilidade do setor<sup>68</sup>. Ainda assim as iniciativas nesse sentido possibilitaram o estímulo necessário ao florescimento de um setor industrial expresso principalmente pelo ramo têxtil. Com efeito, este setor aglutinou a maior parte da indústria local, de tal modo que José Luis Pamponet Sampaio afirma ser “a sua história [...], em larga medida, a história das tentativas de industrialização na Bahia”<sup>69</sup>. Tais empreendimentos tiveram início em 1834, com a criação da fábrica têxtil de Santo Amaro do Queimado, em Salvador, seguida pela fábrica Nossa Senhora da Conceição, também de Salvador, em 1865. A estas pioneiras seguiram-se ainda outras oito unidades fabris até 1875<sup>70</sup>.

A partir de então o setor têxtil recebeu constantes investimentos até a década de 1890, multiplicando o número de estabelecimentos e de sua importância no cenário econômico nacional. Não por acaso, em 1891 a Bahia viu nascer dentre outras 29 empresas (sendo uma das três do setor têxtil), a Companhia Industrial do Norte, sob o comando de Luiz Tarquínio. Tratava-se daquele que veio a tornar-se o maior dos empreendimentos locais nesse campo, auferindo, dois anos após sua fundação, “a terça parte dos operários, quase dois terços dos teares e, possivelmente, quase metade da produção dentre suas congêneres fundadas em 1891”<sup>71</sup>, além de ser reconhecido como modelo tanto em suas instalações e planejamento, como no até então inusitado padrão de assistência social concedido aos funcionários, através da organização da chamada “Vila Operária”<sup>72</sup>.

O auge do setor, contudo, deu-se em 1866, quando o parque industrial têxtil baiano contava com 59% dos teares e 73% dos operários têxteis do Brasil. E não obstante os principais investimentos terem se limitado à década de 1890, o setor permanece relevante e até se amplia ainda durante as primeiras décadas do

---

<sup>68</sup> GUIMARÃES, 1977, 36.

<sup>69</sup> SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a companhia empório industrial do norte (1891-1973)*. Salvador, 1975. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia. p. 11.

<sup>70</sup> Foram elas as fábricas: Todos os Santos, fundada em Valença, em 1844; a São Carlos do Paraguaçu, fundada em Cachoeira, em 1857; a Modelo, fundada em Salvador, em 1858; a Nossa Senhora do Amparo, fundada em Valença, em 1860; e as fábricas São Salvador, Nossa Senhora do Pilar (também conhecida como Bonfim ou Progresso), Nossa Senhora da Penha e São Braz da Plataforma, fundadas em Salvador, em 1870, 1873, 1873 e 1875, respectivamente. Cf. Idem. p. 60.

<sup>71</sup> Idem. p. 77.

<sup>72</sup> Esta Vila, fala-nos ainda José Luiz Pamponet Sampaio, ocupava uma área de 21.476 m<sup>2</sup>, onde se viam distribuídos oito blocos habitacionais com um total de 258 residências. O complexo contava ainda com gabinete médico, farmácia, loja, creche, açougue e armazém (que funcionavam em regime cooperativo), bem como uma escola e uma biblioteca. Cf. Idem. p. 86-98.

século XX, de tal modo que, em 1925, o número de indústrias têxteis baianas era de sete, chegando a nove em 1927, sendo que em 1925 o número de empregados do setor já alcançava a marca de 4.870 trabalhadores<sup>73</sup>.

A despeito da dimensão alcançada na década de 1860 e da relevância que o setor industrial têxtil baiano manteve internamente nas décadas seguintes, este sofreu uma progressiva defasagem em relação a outros pólos têxteis, estando por volta de 1900 já completamente superado pelos estados do centro-sul. As razões para tal reversão situam-se, primeiramente, na deficiência da produção de insumos.

A cultura do algodão na Bahia, além de produzir uma matéria prima de má qualidade, jamais chegou a atender a demanda de seu parque industrial, de tal forma que, embora o volume de exportações de tecido entre 1861 e 1872 tenha alcançado a ordem de 20% do montante das exportações, no mesmo período ficaram em 30% as importações de algodão para suprir as necessidades (de quantidade e qualidade) de algodão, evidenciando uma dependência do mercado externo que acabava por sujeitar o setor às mesmas incertezas e dificuldades do setor agromercantil.

Some-se a isso o fato de que, como alternativa ao investimentos dos capitais usualmente oriundos e, preferencialmente, destinados ao setor agrário exportador, o setor têxtil industrial baiano teve o direcionamento dos investimentos também dependente das variações do cenário comercial internacional. A melhoria dos preços dos produtos historicamente cultivados – e, portanto, o estímulo daí resultante para ampliação de culturas, aquisição de mão-de-obra, etc. – afetava diretamente o volume de recursos direcionados àquele setor. Não por acaso, a redução dos investimentos na indústria têxtil ‘coincide’ com o reaquecimento da cultura fumageira, voltada para produção de charutos no Recôncavo, que se avolumava nas primeiras décadas do século XX.

A estrutura (e a mentalidade) econômica da elite agromercantil baiana, portanto, não propiciava o desenvolvimento de um setor industrial especializado como o têxtil. E tal limitação do setor industrial estendia-se aos outros segmentos, ainda que o parque industrial baiano se mostrasse aparentemente diversificado, ligado à produção de bens e produtos de uso urbano. Veja-se nesse sentido os dados apresentados na tabela seguinte:

TABELA 01 - **Estabelecimentos e Produção Industrial Nacional (1907-1920)** (oito primeiros)

<sup>73</sup> SANTOS, Mário. A. S. Novas e velhas ocupações na Salvador republicana (1850-1930). In. FRENANDES, A.; GOMES, M. A. F. (orgs). *Cidade e história*. Salvador: M.A.U., 1992. p. 258.

Estados	1907		1920	
	Estabelecimentos	Receita em réis	Estabelecimentos	Receita em réis
Distrito Federal	662	218.345	1.541	666.476
São Paulo	326	118.087	4.145	986.110
Rio Grande do Sul	314	99.726	1.773	353.749
Rio de Janeiro	207	56.002	454	184.161
Pernambuco	118	55.206	442	136.479
Paraná	297	33.085	623	102.301
Minas Gerais	529	31.880	1.243	172.061
Bahia	78	25.078	491	71.923

Fonte: CARONE, Edgar. *A república velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970. p. 78.

Como se observa, a exceção de São Paulo (que teve seu parque industrial aumentado em cerca de 13 vezes entre 1907 e 1920), a Bahia é o estado que isoladamente apresenta o maior índice de crescimento industrial no período, com um aumento de 6,3 vezes no número de suas indústrias, contra uma média 3,1 vezes dos demais estados. Há que se considerar, porém, que em 1892, a Bahia ocupava o terceiro lugar na produção industrial nacional (com um total de 142 indústrias<sup>1</sup>), isso significa que mesmo o aumento dos estabelecimentos industriais desse período não foi capaz de alterar o quadro mais amplo da economia do estado, marcado por sua crescente debilidade em relação ao resto do país.

Mesmo quando considerado apenas o período de 1907-1920, o aumento numérico não encontra equivalência nas receitas geradas por tais indústrias. De fato, no mesmo período o aumento da receita das indústrias baianas foi de apenas aproximadamente 2,9 vezes, o que colocava a Bahia na penúltima posição dentre os oito estados relacionados, a frente apenas de Pernambuco que multiplicou suas receitas em somente cerca de duas vezes e meia.

A disparidade entre os estabelecimentos industriais e as receitas por eles gerados evidencia a natureza localizada e quase artesanal dessa indústria, voltada para o abastecimento da capital e dos centros urbanos mais proeminentes do estado. Eram empreendimentos como padarias, fábricas de bebidas e de alimentos variados, vidros e cristais, sapatarias, cerâmicas, pequenas forjas, serrarias, entre outros diversos ramos, parte deles abertos por imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, com os poucos recursos trazidos de seus países de origem desde as últimas décadas do século XIX<sup>2</sup>. Tais empreendimentos, embora numericamente expressivos, possuíam proporcionalmente pouca importância econômica por seu

<sup>1</sup> GUIMARÃES, 1977, p. 37.

<sup>2</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. *A Itália no nordeste*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1992. p. 70 e 102.



pequeno porte e – mais significativo – pelo pequeno volume de capitais que agregavam e que, por extensão, lhes dificultava um processo de expansão.

De um modo geral, portanto, a indústria baiana careceu das condições necessárias ao seu efetivo desenvolvimento, sobretudo quando comparada à expansão verificada no centro-sul. Rômulo Almeida atribui tal cerceamento à pequena capitalização do setor, a condição pouco favorável em que a Bahia se encontrava no cenário político da República, às deficiências infra-estruturais do estado (em particular dos transportes e do sistema portuário) e, por fim, à falta de empreendedorismo de sua elite econômica<sup>3</sup>.

Tal alternância no destaque de uma ou outra atividade econômica teve seu contraponto no setor do comércio como único segmento a equiparar seu peso e sua constância no período da Primeira República. Essa proeminência pode ser avaliada quando se considera, por exemplo, que em 1889 o comércio baiano ocupava o segundo lugar no cenário nacional, um destaque que só foi realmente diminuído durante a Primeira Guerra, quando os negócios com a Alemanha (notadamente a venda de cacau e fumo) foram paralisados<sup>4</sup>.

O comércio, sempre diversificado, concentrava em Salvador os negócios de exportação dos produtos agrícolas e de importação de manufaturas. Estas, por sua vez, daí seguiam para as diversas regiões do interior do estado, de onde provinha uma grande variedade de “catados” destinados ao abastecimento da capital ou mesmo de outros estados<sup>5</sup>.

Uma das poucas exceções à proeminência da praça soteropolitana devia-se ao comércio com gado, cujos negócios tinham como centro as feiras em localidades interioranas, como a já mencionada feira de gado de Feira de Santana (a mais destacada), ainda que destinados, também, em grande parte à Capital. Tanto o comércio de gado quanto de outras mercadorias, contudo, alcançavam praças para além dos limites do estado, evidenciando a dimensão tomada pelo setor comercial baiano. Sobre tal aspecto afirmou Rômulo Almeida:

As casas de comércio, em 1912 eram 16.094 sexto lugar no Brasil, sendo as casas atacadistas 257, quinto lugar, no total brasileiro de, respectivamente, 251.221 e 2.910. Ainda nessa época, e por algum tempo

<sup>3</sup> ALMEIDA, 1977, p. 43-44.

<sup>4</sup> VASCONCELOS, Pedro Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002. p. 265.

<sup>5</sup> FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia Análise & Dados*. Salvador. SEI. v. 9 n. 4, p. 24-37. mar. 2000.

mais, numa tendência decrescente, o comércio baiano alcançava todo o norte de Minas, Goiás e o sertão de Pernambuco e Piauí, além de Sergipe<sup>6</sup>.

Os principais agentes desse comércio eram os grandes negociantes (nacionais e estrangeiros) de produtos voltados para o mercado internacional. Estes eram também responsáveis pelas importações de manufaturas que abasteciam o estado e seus mercados adjacentes. Parte significativa destes exportadores-importadores eram ainda proprietários de lojas, atacadistas e varejistas, de diferentes ramos, que atuavam pessoalmente ou por meio de representantes no mercado. Abaixo destes grandes negociantes situava-se uma gama de comerciantes informais que atuavam normalmente como atravessadores (especialmente de alimentos) entre a capital e o seu entorno imediato.

Haviam ainda os feirantes e vendedores ambulantes que preenchiam os principais centros urbanos oferecendo à população uma ampla gama de produtos, que iam desde quitutes caseiros a tecidos e produtos importados<sup>7</sup>. Além destes comerciantes urbanos, contava-se, por fim, com os mascates, que faziam a ponte entre o comércio dos centros urbanos e as áreas rurais mais afastadas, de onde retornavam com produtos locais, com demanda nas áreas urbanas. A importância de tais profissionais, contudo, não se limitava a sua atividade estritamente comercial, pois que atuavam também como elos de ligação entre as cidades e o campo, levando a este últimas notícias, jornais, revistas, novidades da moda e inovações tecnológicas que, em conjunto, abasteciam as regiões mais remotas também de informação e valores, com significativas implicações culturais.

## 2. O CENÁRIO SOCIAL E URBANO

Ao iniciar a Primeira República, a Bahia figurava ainda como um dos estados mais populosos da nação, com um contingente de 2.117.956 de almas (dado relativo ao ano de 1900). A dimensão de tal contingente era então, sem dúvida, um reflexo da sua antiga condição de capital colonial e do fato de ter-se

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, 1977, p. 46.

<sup>7</sup> MATTOSO, 1992. p. 489-496.

mantido sempre como uma metrópole regional, a rivalizar com o Rio de Janeiro em importância econômica por todo o século XIX.

A proeminência demográfica do estado manteve-se até o fim da República Velha, com a Bahia situada entre as três unidades da federação com maior população urbana, tendo à sua frente apenas o Distrito Federal e São Paulo, mas não sem alterações significativas. Embora a simples menção à permanência da Bahia entre os estados mais populosos tenda a induzir a uma avaliação positiva de seu desenvolvimento sócio-demográfico, uma análise mais detalhada dos dados apresentados na tabela seguinte evidencia o impacto das crises econômicas sofridas pelo Estado sobre o seu crescimento populacional, o que fica patente na disparidade nos números da população soteropolitana em relação à capital paulista e ao Distrito Federal. Enquanto estas últimas têm sua população aumentada em 3,71 e 2,18 vezes, respectivamente, entre 1900 e 1930, Salvador experimentou um crescimento de apenas 1,63 vez nesse período.

TABELA 02 - **População Urbana nas Capitais (1900-1930)** (Três primeiras)

Habitantes	1900	1910	1920	1930
Mais de 500 mil	Distrito Federal 691.565	Distrito Federal 905.013	Distrito Federal 1.157.087	Distrito Federal 1.505.595
			São Paulo 587.072	São Paulo 887.810
De 200 a 500 mil	São Paulo 239.820	São Paulo 375.439		
	Salvador 205.813	Salvador 242.176	Salvador 284.963	Salvador 335.309

Fonte: CARONE, Edgar. *A república velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970. p. 12.

Os dados em questão restringirem-se ao desenvolvimento das capitais, mas se mostram bastante ilustrativos da tendência seguida pela Bahia como um todo, a despeito do período das três primeiras décadas do século XX ter propiciado expressivas mudanças no cenário econômico baiano, com a emergência da cacauicultura na região sul do estado, o que, como já foi assinalado, determinou um desenvolvimento desigual daquela, com uma taxa de aumento populacional muito acima da média estadual. Ocorre que esse desenvolvimento localizado deu-se mais pelo redirecionamento da migração interna e de outros estados do que como resultado de um aumento da natalidade, proporcionada pela melhoria das condições de vida. Some-se a isso os índices elevados de saídas de baianos para outros estados, que permaneceu no patamar de 02 por 1.000 habitantes entre 1872 e 1940,

de tal forma que, em 1940, haviam cerca de 339.851 baianos vivendo fora do estado<sup>1</sup>.

Tal análise é confirmada quando avaliados os dados relativos aos diferentes estados brasileiros. Veja-se nesse sentido a tabela seguinte:

TABELA 03 - População do Brasil por estado (1900-1912)

Estados	População		Taxa de crescimento (em vezes)
	1900	1912	
Alagoas	649.273	848.526	1,31
Amazonas	249.756	378.476	1,52
Bahia	2.117.956	2.746.443	1,30
Ceará	849.127	1.179.197	1,39
Descrito Federal	691.565	975.818	1,41
Espírito Santo	209.783	362.409	1,73
Goiás	255.284	428.661	1,68
Maranhão	499.308	683.645	1,37
Mato Grosso	118.025	191.145	1,62
Minas Gerais	3.594.471	4.628.553	1,29
Pará	445.356	809.886	1,82
Paraíba	490.784	630.171	1,28
Paraná	327.136	554.934	1,70
Pernambuco	1.178.150	1.649.023	1,40
Piauí	334.328	441.350	1,32
Rio de Janeiro	926.035	1.325.929	1,43
Rio Grande do Norte	274.317	424.308	1,55
Rio Grande do Sul.	1.149.070	1.682.736	1,46
Santa Catharina	320.289	463.997	1,45
São Paulo	2.282.279	3.700.350	1,62
Sergipe	356.264	426.234	1,20
Território do Acre	—	86.638	—
BRASL	17.318.556	24.618.429	1,42

Fonte: *Anuário estatístico do Brasil 1908 - 1912*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

Como se constata, uma comparação entre os anos de 1900 e 1912, com números fornecidos pelo Anuário Estatístico de 1908 a 1912<sup>2</sup>, permite vislumbrar o quanto era afetada a Bahia em sua evolução econômica, pois ali o estado figura com uma das mais baixas taxas de crescimento populacional, à frente apenas de Minas Gerais, Paraíba e Sergipe.

<sup>1</sup> SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A república do povo: sobrevivência e tensão* – Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001. p. 14-15.

<sup>2</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

A distribuição dessa população pelo Estado foi sempre bastante desigual durante o período. Em 1920, por exemplo, quando a população baiana era de 3.334.465, os 18 municípios mais populosos somavam 1.097.479 de habitantes, ou seja, cerca de 32,9% do total, segundo dados apresentados por Theodoro Sampaio<sup>3</sup>. E, mesmo neste universo, as disparidades eram acentuadas, sendo os municípios “litorâneos”, ainda segundo Sampaio, detentores de mais de 50% desse total. Sampaio divide os 18 municípios em questão em três zonas distintas, que identifica como: zona litorânea, zona do sertão e chapada e zona do São Francisco, sendo estas detentoras de 612.924 (55,80%), 353.323 (32,20%) e 131.232 (12,00%) habitantes, respectivamente. O detalhamento das zonas em questão pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA 04 - Municípios baianos mais populosos (1920-1930)

Zona	Municípios	População		Alteração
		1920	1930	
Litorânea	Capital	283.422	336.000	18,55 %
	Santo Amaro	84.930	107.861	27,00 %
	Feira de Santana	77.600	98.552	27,00 %
	Ilhéus	63.012	80.024	27,00 %
	Cachoeira	61.980	35.813	- 42,22 %
	Itabuna	41.980	53.314	27,00 %
Sertão e Chapada	Conquista	84.038	71.174	- 15,31 %
	Condeúba	60.297	76.577	27,00 %
	Jacobina	48.804	51.356	5,23 %
	Minas do Rio de Contas	42.328	20.774	- 50,92 %
	Jequié	40.676	51.657	26,99 %
	Morro do Chapéu	39.663	37.678	- 5,00 %
São Francisco	Bomfim	37.517	31.671	- 15,58 %
	Barreiras	31.108	39.507	27,00 %
	Urandy	27.227	26.048	- 4,33 %
	Barra	26.128	30.924	18,36 %
	Juazeiro	24.255	30.804	27,00 %
	Remanso	22.514	28.593	27,00 %

Fonte: SAMPAIO, Theodoro *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. p. 17-18.

Quando comparados com os números relativos ao ano de 1930<sup>4</sup> os dados populacionais tornam ainda mais claras as implicações dos problemas econômicos do estado. Nessa nova conjuntura a zona litorânea, responde com 711.564 (58,80%) dos habitantes, a zona do sertão e chapada com 340.887 (28,20%) e a zona do São

<sup>3</sup> SAMPAIO, Theodoro. Op. Cit. p. 17-18.

<sup>4</sup> BAHIA, Diretoria Geral de Estatística. *Anuário estatístico 1929-1930*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933. p. 208-222.

Francisco com 155.876 (13,00%), num total de 1.208.327 de habitantes. A zona do sertão e da chapada perdia, portanto, em dez anos cerca de 12.436 almas, o que certamente reflete ainda o declínio das comunidades envolvidas com a mineração, no século anterior, mas é também o resultado do fenômeno das secas, que freqüentemente provocaram migrações maciças até mesmo para outros estados<sup>5</sup>, e levaram o próprio estado a financiar o êxodo de grandes contingentes populacionais<sup>6</sup>.

Nesse contexto o município de Minas do Rio de Contas é o exemplo mais dramático, com uma redução de mais de 50% em sua população. Igualmente ilustrativa é a situação do Município de Cachoeira que, embora situada na zona de maior crescimento, registrava (como exceção) um decréscimo populacional de 42,22%. Tal involução relacionou-se diretamente à política de transportes do governo estadual nas primeiras décadas do século XX, em que se estabeleceu uma priorização das rodovias para veículos automotores. Sobre tal opção observa Freitas:

A partir da segunda década [do século XX], todo o sistema viário construído – ferrovias e hidrovias costeira e fluvial – passaria a ter a companhia das estradas de rodagem, desde o primeiro momento impondo-se como alternativa mais aconselhável para resolver o problema dos transportes na Bahia. O serviço de navegação e as estradas de ferro foram, pouco a pouco, sendo obrigadas a concorrer com as estradas de rodagem que começaram a ser construídas em todos os lugares. A complementaridade entre os diversos sistemas pregada no discurso oficial ficou restrito às boas intenções.<sup>7</sup>

Nessa conjuntura a antiga cidade de Cachoeira, até então um dos principais portos fluviais do recôncavo, foi diretamente afetada pelo progressivo abandono das linhas e do próprio comércio fluvial, o que determinava, por sua vez, o quadro de estagnação econômica que caracterizou a cidade por todo o restante do século, e que teve na redução demográfica apenas a sua dimensão mais imediatamente perceptível.

Além destes condicionantes de ordem interna, a defasagem do desenvolvimento populacional baiano pode ainda ser associada à inexistência, no estado, de um fluxo imigratório similar ao que impulsionou as comunidades do centro-sul do Brasil em fins do século XIX e as primeiras décadas do XX. Embora a

---

<sup>5</sup> GONÇALVES, 2000, p. 130.

<sup>6</sup> FREITAS, 1992, p. 31.

<sup>7</sup> Idem, p. 32.

Bahia tenha recebido imigrantes nesse período, quando os recebeu foi sempre em número muito menor e de forma bem mais esporádica que aquelas regiões.

Em verdade, estudos acerca do tema demonstram que desde o início do século XIX a Bahia era o destino de estrangeiros no Brasil. Nesse sentido podem ser citadas as colônias italianas formadas ainda durante o Império, que não se limitaram a capital, estabelecendo-se também em cidades interioranas como Conceição do Almeida, Jequié, Jaguaquara, Poções e Morro do Chapéu<sup>8</sup>.

A formação destes núcleos, observa Andrade, deu-se principalmente como resultado daquilo que chama de “migração organizada”, promovida em diferentes ocasiões por grandes fazendeiros ou por empresas privadas. Esse foi o caso das empresas inglesas que contrataram pessoal para construção da Estrada de Ferro São Francisco (ligando Salvador a Juazeiro). Tratavam-se de engenheiros e técnicos de nível médio oriundos de diversas partes da Europa, bem como trabalhadores italianos que junto aos brasileiros realizavam serviços menos especializados<sup>9</sup>.

A despeito dessa relativa difusão, tais empreendimentos quase sempre não lograram êxito em função de fatores diversos. Frequentemente as dificuldades começavam com os contratos enganosos que anunciavam condições de trabalho inexistentes aos estrangeiros, ou, por outro lado, que prometiam mão de obra capacitada (homens adultos) e entregavam famílias com grande número de crianças, mulheres e idosos. O descumprimento de cláusulas contratuais (por empresas e contratantes), a falta de pagamentos e a inobservância de prazos de carência dificultavam, de igual maneira, a vinda de imigrantes.

Os que vinham precisavam conciliar suas expectativas (de tornarem-se proprietários de terras) com a realidade da restritiva política fundiária do governo baiano. Aqueles que conseguiram se estabelecer na terra tiveram de enfrentar a falta de recursos e apoio do governo, o isolamento geográfico das colônias e a conseqüente dificuldade de escoamento de sua produção. Some-se a isso as más condições de trabalho, as dificuldades de adaptação climática à nova terra, e a

---

8

AZEVEDO, Thales. *Italianos na Bahia e outros temas*. Salvador: Egeba, 1988. p. 30.

<sup>9</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. *A Itália no nordeste*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1992. p. 69-70.

ocorrência – freqüentemente letal – das muitas doenças tropicais, como a malária e a febre amarela<sup>10</sup>. Submetidos a tais condições a maior parte dos imigrantes abandonou as áreas rurais, dirigindo-se para as cidades (especialmente a capital) onde, quase sempre em situação de miséria, buscavam o apoio da sociedade e do governo para a obtenção de sua repatriação<sup>11</sup>.

Para os que ficaram, porém, novas oportunidades se apresentaram. Boa parte dos colonos restantes dedicou-se à execução de trabalhos artesanais e ao pequeno comércio. Eram, como indica Andrade acerca dos italianos, “sapateiros, alfaiates, caldeiros, operários da construção civil, especialistas em metalurgia e aqui montavam oficinas [muitas das quais se tornaram fábricas] e estabelecimentos comerciais”. A estas habilidades somava-se ainda uma ‘cultura’, por assim dizer, de desenvolvimento e valorização familiar que levava os filhos a se “encaminharem ou para o próprio negócio, ou para profissões liberais que permitissem uma ascensão social”<sup>12</sup>.

Como resultado da associação destes fatores, no início do século XX, membros da comunidade italiana (tomada ainda como referência) já ocupavam posição de destaque na economia baiana, como é o caso de nomes como Giuseppe Vita, proprietário de renomada fábrica de cristais e de águas gasosas; Caetano Ricci, do ramo de calçados; Giuseppe Alfaro, importador e exportador Scaldarerri; Linguanotti, com fábrica de massas alimentícias e Umberto Savastaro, alfaiate<sup>13</sup>.

Um segundo grupo a se destacar nesse processo foi o dos portugueses, que tiveram no Brasil o principal destino de seus emigrantes durante toda a Primeira República, a ponto de fazer do país “uma significativa fonte de renda para as finanças portuguesas através da remessa de parte do capital produzido pelos imigrantes”<sup>14</sup>. Na Bahia, porém, a presença portuguesa durante a Primeira República

<sup>10</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. *História, Ciência e Saúde Manguinhos*. v. 10, n. 1, p. 151-172, Abr. 2003.

<sup>11</sup> Para uma visão geral da questão ainda no século XIX, ver LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Salvador, 1982. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

<sup>12</sup> ANDRADE, 1992. p. 102 e 137-138.

<sup>13</sup> Idem. p. 70 e 141.

<sup>14</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Relações econômicas entre Brasil e Portugal (1880-1930)*. Salvador, 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia. p. 18, 36-37.



foi inferior à verificada em outros estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Maranhão<sup>15</sup>, o que foi determinado tanto pela existência de um sentimento antilusitano, durante a primeira metade do XIX<sup>16</sup>, como pela já mencionada retração da lavoura açucareira, na segunda parte do século.

Numericamente mais expressiva na primeira metade do século XX foi a imigração espanhola para a Bahia. Nesse período formou-se em Salvador uma expressiva colônia “galega” atraída inicialmente pelo mito da “Bahia como paraíso de todas as raças, hospitaleira e receptiva a todos os povos”<sup>17</sup>, idéia que logo se mostrou sem correspondência na sociedade soteropolitana, que via os imigrantes como ameaças em potencial, capazes de “provocar alterações ou sublevações na ordem estabelecida”. Nesse contexto os imigrantes eram desejados sim, mas seu destino devia ser o interior do Estado, onde não representassem perigo para as camadas dirigentes locais. Ao que parece, apenas um empreendimento se desenvolveu (ainda no século XIX) com mão-de-obra espanhola no interior, conforme nos sugere Durval Vieira de Aguiar, e mesmo este fracassou completamente. Trata-se do empreendimento desenvolvido na localidade de Caravelas, por iniciativa da companhia da estrada de ferro Bahia-Minas, que:

...mandou buscar ou **comprar** espanhóis, que estabeleceu em três núcleos; garantindo-lhes seis meses de alimentação gratuita.  
[cessado o auxílio da companhia e com o agravamento das dificuldades de adaptação ao novo meio...]  
aos colonos que não puderam fugir fomos encontrar famintos, cadavéricos, outros esverdeados de inflamações, ou roídos pelos bichos de mosca e de pé, nos tristes e imundos ranchos onde se abrigavam sustentados pela **Providência**, quando não se podiam arrastar para comerem alguma fruta ou alguma raiz de mandioca. [...] Não sabemos se por lá ainda existem colonos, mas o real foi que todos os que puderam fugir vieram para a capital para regressarem à pátria, onde sem dúvida não exaltam o tratamento que aqui tiveram [grifos do original]<sup>18</sup>.

Outros grupos numericamente menos expressivos (e em alguns casos com presença mais breve) na Bahia, ainda no período imperial, foram os de alemães. Parte destes estabeleceram-se em Salvador, como aliás o faziam desde o

<sup>15</sup> MONTEIRO, Tania Penido. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: emigração e comércio*. Porto: Centro de Estudos da Secretaria da Emigração, 1985. p. 63.

<sup>16</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos imigrantes. In. NOVAIS, Fernando A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 309-310.

<sup>17</sup> BACELAR, Jefferson. *Galegos no paraíso racial*. Salvador: CED/CEAO/Iamaná, 1994. p. 15-17 e 175.

<sup>18</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da província da Bahia: com declaração de todas as distâncias das cidades, vilas e povoações*. Salvador: Tipografia do Diária da Bahia, 1888. p. 289-290.

século XVII, onde passavam a atuar no comércio, na prestação de serviços ou até mesmo no desenvolvimento de pequenas indústrias. Outros seguiram para o interior, fazendo-se presentes em 1818 com a colônia Leopoldina, no município de Caravelas<sup>19</sup>, em 1858-1861 como mão-de-obra para a Imperial Companhia Metalúrgica de Açuruá (destinada à exploração de ouro e jazidas de diamantes entre os rios São Francisco e Verde-superior) e, em 1873, na tentativa de colonização da Fazenda Comandatuba, à beira do Rio Una<sup>20</sup>, mas também estes não obtiveram sucesso e, em pouco tempo, extinguíram-se.

Além destes grupos de colonização, alguns estudos registram também a presença mais dispersa de alemães na Bahia na Primeira República. Nesse caso sua presença se deu, por volta da década de 20, em função do desenvolvimento da atividade fumageira do Recôncavo, da qual eram parcialmente responsáveis como investidores<sup>21</sup>. Não há números precisos quanto a essa população de origem alemã no estado, mas é certo que nunca chegaram a formar um contingente expressivo, de tal modo que, como conseqüência da adesão do Brasil aos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial e do conseqüente sentimento de hostilidade para com os cidadãos com qualquer das nacionalidades dos países do eixo, os alemães residentes na Bahia puderam ser transferidos para o pequeno município de Maracás, pelo governo estadual, formando ali uma única 'colônia'<sup>22</sup>.

Mais expressivo que o seu número foi a participação alemã na economia do estado, dado que se fizeram presentes na produção de café e cacau, na mineração desde o período entre 1816 e 1873, bem como na já mencionada produção de charutos no Recôncavo, além de estarem à frente de empresas de abastecimento de energia e de transporte. Esse destaque na economia local é confirmada ainda pelo impacto sentido pelo setor comercial baiano quando, por conta da Segunda Guerra Mundial, dá-se a pressão norte-americana para o fim dos negócios entre a Bahia e a Alemanha<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> LYRA, 1982, p. 25-29.

<sup>20</sup> COSTA, Virginia (Coord.) *História da imigração no Brasil: as famílias*. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileira, [1992]. p. 52.

<sup>21</sup> SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. p. 41.

<sup>22</sup> SILVA, Marina Helena Chaves. *E eis que chegaram os alemães: alteridade e memória em Maracás*. Jequié, 2001. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documentação), Universidade do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. p. 17.

<sup>23</sup> HILTON, Satnley. *O Brasil e as grandes potências (1930-1939): os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 114.

De um modo geral os estudos acerca da imigração para a Bahia caracterizam aquela como um empreendimento de pouco êxito quanto aos seus resultados efetivos, já que na primeira década republicana entraram apenas 3.000 imigrantes no Estado<sup>24</sup>. Mas, ao mesmo tempo, tais estudos sinalizam o esforço da sociedade baiana para promover a imigração ao longo do século XIX e início do XX. Tal esforço resultava da visão disseminada pelos ideais de modernidade e civilidade então em voga, em todo Brasil, que associavam (dentre outros aspectos) o 'nível civilizatório' de uma sociedade à sua condição étnica. Tal noção (de civilização) se traduzia na ausência ou à minimização da presença de raças inferiores (negros, indígenas e orientais) ou degeneradas, isto é, mestiços de qualquer tipo, mas, sobretudo, os de características negróides.

Na Bahia tais idéias são abraçadas por algumas das principais instituições representantes e aglomeradoras da intelectualidade local, como a Faculdade de Medicina e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Nesses espaços (e particularmente no Instituto), as questões sobre o caráter racial do povo baiano foram amplamente discutidas, servindo como elementos de interesse comum e, conseqüentemente, de pontos de diálogo com o Estado. Voltaremos a discutir tal relação mais pormenorizadamente em momento posterior. Por ora, cabe observar que o ideal de sociedade – branca e europeizada – perseguido pela intelectualidade local chocava-se drasticamente com a realidade da composição étnica da população baiana, motivando assim o esforço local para promover a imigração (necessariamente européia) e, conseqüentemente, branquear a sociedade.

Essa sociedade que se desejava transformar era basicamente uma sociedade mestiça, em que, além do predominante elemento negro, a presença indígena ainda se fazia sentir, sobretudo nas áreas mais afastadas no interior do Estado. Mas naturalmente muito da percepção das elites e da intelectualidade local se dava em função da composição da população da capital, onde o elemento negro e mestiço de diversas matizes eram preponderantes. É difícil precisar, contudo, a dimensão deste contingente, pois o censo de 1920 não registrou a categoria 'cor', o que só permite estimar os percentuais destes elementos para toda a Primeira República.

---

<sup>24</sup> SANTOS, 2001, p. 14.

As estimativas em questão tomam como base o ano de 1872 e 1940, quanto os percentuais de não-brancos em Salvador eram de 68,9% e 64,9%, respectivamente<sup>25</sup>. Ocorre que mesmo esses dados podem ocultar certa distorção pois, no que tange à 1872, muito possivelmente considera-se uma população escrava flutuante que não necessariamente permanecia na Província. Para Pedrão, tal possibilidade deve-se ao fato de que, com a crise da atividade agromercantil e a conseqüente diminuição da utilização de mão de obra cativa, a importância do escravo na Bahia passou a residir mais na comercialização das peças do que em sua participação no processo produtivo daquele setor. Um indicativo disso eram as cifras do negócio entre 1853 e 1875. Nesse período 64.431 escravos entram em Salvador, sendo que destes 21.810 foram revendidos para outras províncias, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Estes dados, contudo, estão certamente subestimados, pois desconsideram as transações não registradas (para evitar o pagamento dos impostos).

Outro indicativo é o percentual de apenas 12% de escravos em Salvador, em 1872, a despeito de haver, ao longo do século XIX, uma média de 7.800 escravos importados anualmente<sup>26</sup>. Some-se a isso o fato de que os dados em questão restringem-se à capital, sendo qualquer projeção destes para o interior do estado questionável em seus resultados, no que diz respeito especificamente ao contingente de negros.

É certo, porém, que qualquer que tenha sido o percentual de negros, índios e mestiços, estava muito acima do que era considerado como aceitável ou, o que é mais sintomático, como viável para a civilização e modernização do país e, em particular, do estado. De igual maneira, essa população, qualquer que fosse sua conformação, sofrera com as sucessivas fases de crise econômica e de secas, de tal modo que ao iniciar-se a Primeira República a sociedade baiana encontrava-se empobrecida em sua maior parte, tendo acentuadas as suas desigualdades econômicas<sup>27</sup>.

Os estudos acerca do tema sugerem que, em fins do século XIX, cerca de 90% da população soteropolitana encontrava-se em condição de pobreza, sendo bem provável que esse índice possa ser estendido às demais regiões do estado.

<sup>25</sup> BACELAR, Jefferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 55.

<sup>26</sup> PEDRÃO, 1996, p. 311.

<sup>27</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador, EDUFBA, 1996. p. 30-33.

Esta pobreza, nas palavras de Fraga Filho, “possuía múltiplas faces e gradações”. Mesmo para os menos desvalidos, as condições de vida eram geralmente difíceis, com poucos recursos e praticamente nenhum conforto no dia-a-dia. Ainda segundo o autor, muitos daqueles que possuíam um ou dois escravos de ganho, tinham no trabalho destes sua única fonte de renda. Estes escravos, por sua vez, além de trabalharem para o sustendo de seus senhores, necessitavam ainda providenciar a própria subsistência.

Para o grande contingente de trabalhadores das ruas (carregadores, mercadores, feirantes, etc.), a instabilidades dos mercados, as baixas remunerações e o custo de vida fazia com que levassem uma existência em que era “impossível alimentar perspectivas de vida que ultrapassassem os estreitos limites da sobrevivência imediata”<sup>28</sup>. Esta parcela da população vivia (no caso de Salvador) nas partes inferiores dos sobrados e lojas da cidade, ou em casebres nas áreas periféricas, habitações apertadas, úmidas e mal ventiladas, tidas como insalubres mesmo para os padrões da época. As parcas condições de vida dessas populações eram marcadas ainda pela exigüidade de bens materiais para o uso no dia a dia. Sobre o que afirma ainda Fraga Filho:

A pobreza expressava-se também na quase falta de mobiliário dentro das casas. A gente pobre geralmente possuía um ou dois catres, uma mesa, algumas cadeiras ou bancos, um ou dois baús onde eram guardadas as roupas de uso pessoal e de casa. Não poucos possuíam apenas algumas esteiras e caixas ou baús de madeira muito ordinária onde eram guardadas as poucas roupas do corpo e os objetos pessoais. Esse padrão de vida não diferia muito das condições de existência observada entre os escravos de ganho envolvidos na revolta dos malês em 1835.

A condição de pobreza explicitava-se também na precariedade das roupas das pessoas. Quando faleceu em 1779, Antonio dos Santos, comerciante pobre estabelecido em Cachoeira, não deixou mais do que a “roupa do meu uso”, quase reduzida a algumas camisas, ceroulas, calções, meias, lençóis e um capote. Mesmo assim deixava-as de caridade para pessoas igualmente pobres que acompanhassem seu corpo até a sepultura [...].

No final do século XIX, algumas mulheres pobres só saíam às ruas disfarçando a pobreza de seus trajes cobrindo-os com as célebres caponas, uma capa de pano preto, guarnecida de pelúcia, que descia até os pés, completada por um capuz que cobria a cabeça.

A documentação da época nos revela a dura realidade dos que haviam cruzado os limites da pobreza para se transformarem em verdadeiros miseráveis. Sinais desses dramas seriam as dezenas de recém-nascidos diariamente abandonados nas portas das igrejas e dos conventos por pais empobrecidos e sem condições de sustentá-los. As autoridades freqüentemente recolhiam cadáveres de crianças e velhos depositados nos

<sup>28</sup> FRAGA FILHO, 1996. p. 26.

adros das igrejas por pessoas sem recursos para promoverem ao menos um funeral minimamente digno aos seus mortos<sup>29</sup>.

Esse quadro geral viu-se sem dúvida agravado, na Primeira República, com a abolição da escravatura e a inexistência de uma estrutura social e econômica capaz de absorver o contingente de mão-de-obra então 'liberado', que foi assim impelido a ocupar-se em subempregos e, com grande freqüência, a sujeitar-se à mendicância como único recurso de sobrevivência.

A carência generalizada de recursos refletiu-se igualmente na preservação de prédios e da infra-estrutura urbana, acarretando a progressiva deterioração destes. Em fins da primeira década do século XX a capital baiana chamava a atenção de visitantes e autoridades pelo estado de degradação de seus prédios e ruas, fato agravado pela estrutura colonial da cidade, com suas vias estreitas e sistemas de esgotamento sanitário deficiente ou inexistente. O hábito da população, de jogar lixo nas vias públicas, associado à deficiência nos serviço de coleta, e a falta de um sistema regular de abastecimento de água, faziam do meio urbano um ambiente insalubre, propício às freqüentes e mortíferas epidemias<sup>30</sup>.

Se as condições urbanas não eram favoráveis, as habitações em particular não gozavam de melhor situação, mesmo se consideradas aquelas ditas de melhor nível, pois todas obedeciam a um mesmo padrão arquitetônico que Klüppel assim caracteriza:

O desenho das construções estreitas e alongadas, com entradas de iluminação e ventilação nas duas extremidades, possibilitava a penetração dos raios solares apenas nos cômodos localizados nos extremos das casas. Os pés direitos altos permitiam uma grande cubagem de ar e poderia dar sensação de conforto, considerando-se o calor das ruas. Porém, a exceção das salas da frente e dos fundos, o "miolo" dos edifícios eram locais extremamente insalubres onde o ar permanecia estagnado, sendo as alcovas consideradas verdadeiros "laboratórios de insalubridade" [...]. Aí o desenvolvimento de microrganismos era propiciado pela baixa luminosidade e pela quase inexistência de ventilação. Fato agravado nos cômodos cobertos de madeira, sem telhas vãs que pudessem permitir através de suas frestas a penetração de ventilação ou saída do ar aquecido, além da iluminação do interior através da introdução de algumas telhas de vidro<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Idem, p. 28.

<sup>30</sup>

SILVEIRA, Maria Juliana Rodrigues da. O Discurso saneador e a modernização da cidade de Salvador (1890-1930). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA: Salvador 450 Anos, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 889-900.

<sup>31</sup> KÜPPEL, Griselda Pinheiro. Salvador: salubridade, traçado e clima urbano. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA: Salvador 450 Anos, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 807-821.

É a percepção desse quadro geral que determina a implementação da reforma urbana na capital baiana, seguindo o modelo adotado pelo Rio de Janeiro e que se estendeu às principais cidades do período, como Belém, Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo, e que se caracterizou pela ampliação de vias públicas, abertura de praças e espaços verdes, bem como pela demolição de casarios e a relocação das populações de baixa renda para áreas mais afastadas do centro.

No caso baiano tais reformas se deram de modo mais emblemático entre 1912 e 1916, período do primeiro governo de J. J. Seabra, que vivera anos antes na Paris *hausmaniana* e, após seu retorno ao Brasil, fora Ministro da Justiça no Governo Rodrigues Alves e Ministro da Viação no governo de Hermes da Fonseca, exatamente quando Pereira Passos promoveu suas reformas no Rio de Janeiro<sup>32</sup>. Na Bahia, Seabra contou com o apoio do intendente municipal Júlio Viveiros Brandão, sendo as obras financiadas por capitais estrangeiros (assim como nas demais cidades)<sup>33</sup>, visando concretizar os princípios de ordem e progresso republicanos.

Na capital baiana, como na Capital Federal e nas demais cidades que experimentaram tal processo, estas reformas urbanas ‘ordenadoras’ e ‘progressistas’ logo assumiram um caráter de esforço para controlar e redefinir os espaços e as práticas sociais e, portanto, foram acompanhadas de perto pelo desenvolvimento de um discurso oficial e de medidas de combate à incivilidade da população. Essa população contra a qual se destinavam tais recursos era especialmente aquela mestiça ou negra, cuja situação de abandono após a abolição, que os privou de educação e oportunidades sociais, tornava-os facilmente associados à idéia de desordem e incivilidade, tornando-os em muitos casos os principais obstáculos a serem superados (eliminados, se possível) para se alcançar a desejada modernidade republicana.

Não por acaso as duas primeiras décadas republicanas na Bahia foram marcadas pela perseguição e repressão às práticas e às comunidades afro-descendentes, consideradas ‘coisas típicas das raças africanas incivilizadas’ como

<sup>32</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. J.J. Seabra e a reforma urbana de Salvador. In. BATISTA, Marta Rossetti; CRAF, Maria Elisa de Campos (Orgs.) *Cidades brasileiras II: práticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1999. v. 2. p. 110-111.

<sup>33</sup> Idem. A mudança no desenho urbano de Salvador: principais agentes no século XIX e princípios do XX. In. BATISTA, Marta Rossetti (Coord.) *Cidades brasileiras II: práticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1998. v. 1. p. 109.

sua religiosidade, suas festividades, seus ritmos, a capoeira. Situação que persistiu até pelo menos a década de 30 do século XX, enquanto 'política oficial' do estado<sup>34</sup>.

No mesmo espírito dos ideais de modernização e civilização da sociedade que determinam a realização das reformas urbanas, dá-se a introdução de novos padrões de comportamento e lazer, levando a capital baiana a experimentar algumas 'novidades' propiciadas pelas novas tecnologias, como a melhoria dos serviços de transporte urbano, o advento da luz elétrica, do telefone e a proliferação dos cinematógrafos, uma valiosa alternativa em termos de lazer aos festejos e folguedos populares, freqüentemente protagonizados pelas camadas mais pobres (e negras) da comunidade<sup>35</sup>.

A despeito de tais esforços, a reforma urbana de Salvador não teve nem a dimensão nem o impacto inicialmente almejado. As dificuldades econômicas limitaram os planos iniciais, reduzindo a dimensão das obras realizadas e das áreas efetivamente alteradas, de tal sorte que no decurso da década de 20 a imprensa lamenta-se pela persistência dos elementos denunciadores do atraso da cidade em relação aos demais centros urbanos do Brasil, como a permanência de velhas construções coloniais, as ruas estreitas e a insalubridade de boa parte destas.

Permanecia assim a capital baiana uma cidade velha, cenário que não se alterou significativamente até meados do século XX. Tal peculiaridade não passou despercebida dos estudiosos da cidade. O geógrafo Milton Santos, por exemplo, um dos mais célebre intelectuais a dedicar-se à compreensão do não desenvolvimento da capital baiana, afirmou, em 1959:

[...] durante o último século o eixo econômico nacional se deslocou para o sul e a Capital baiana viveu um período de quase estagnação, de crescimento, situação que somente mudou a partir de 1940, de um lado porque um novo dinamismo lhe foi comunicado, e do outro porque acolheu enormes vagas de rurais tangidos do campo<sup>36</sup>

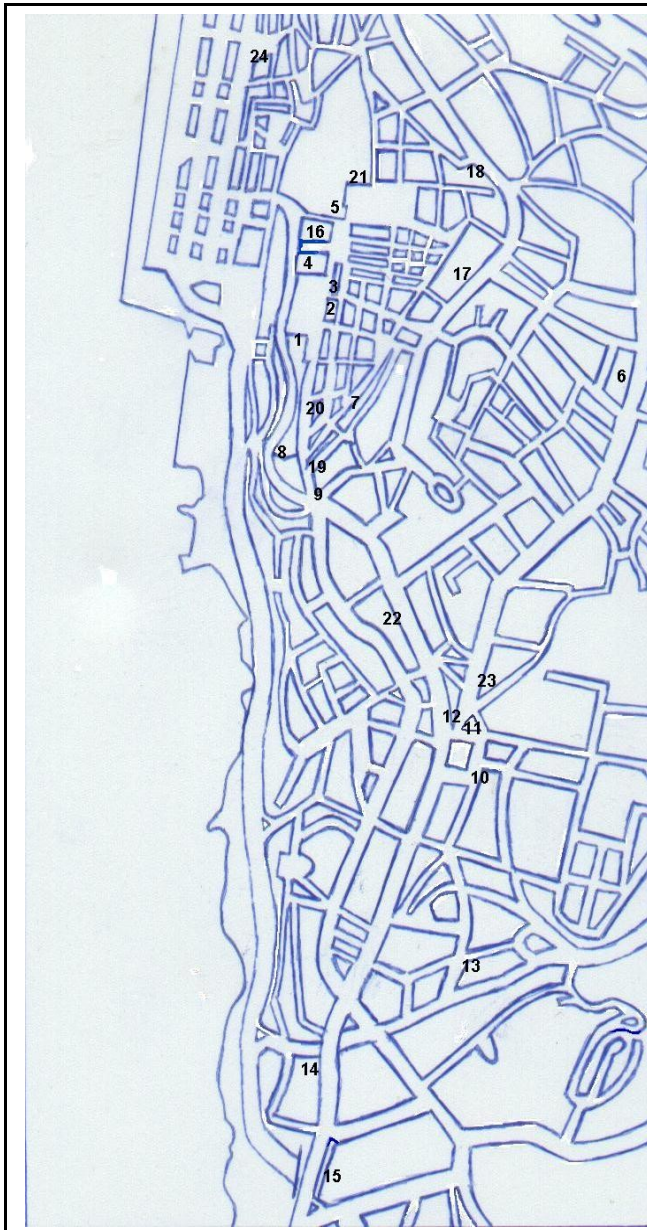
Esta paralisia pode ser vislumbrada observando-se o mapa representativo da cidade de Salvador entre as décadas de 40 e 50 do século XX. Neste mapa se constata que, ao longo de toda a Primeira República e, de fato, até meados do século XX, a Capital baiana estava restrita (em seus principais sítios) a uma área de, aproximadamente, três quilômetros de comprimento por um quilômetro de largura.

<sup>34</sup> PIRES, Antonio Liberac Cardoso. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea*. Campinas, 2001. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. p. 26.

<sup>35</sup> FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. *Cinematógrafos: espetáculos da modernidade (1897-1930)*. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA: Salvador 450 Anos, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 867-875.

<sup>36</sup> SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. p. 15.



**MAPA 01 - Cidade de Salvador (décadas de 1940 e 1950)****Sítios Principais****Praça Tomé de Souza**

- 01 – Palácio Rio Branco
- 02 – Prefeitura
- 03 – Câmara de Vereadores
- 04 – Biblioteca Pública

**Praça da Sé e Terreiro de Jesus**

- 05 – Catedral
- 06 – Fórum Ruy Barbosa
- 07 – Secretaria da Fazenda

**Praça Castro Alves**

- 08 – Secretaria de Agricultura
- 09 – Cines São João e Guarani

**Praça da Piedade**

- 10 – Secretaria de Segurança Pública
- 11 – Gabinete Português de Leitura
- 12 – Instituto Geográfico e Histórico

**Politeama**

- 13 – Cine-teatro Politeama

**Campo Grande**

- 14 – Palácio da Aclamação
- 15 – Hotel da Bahia

**Outros Referencias**

- 16 – Cinema Excelsior
- 17 – Cine Pax
- 18 – Cine Jandaia
- 19 – Hotel Meridional
- 20 – Rua Chile / Comércio
- 21 – Faculdade de Medicina
- 22 – Escola Politécnica
- 23 – Faculdade de Direito
- 24 – Associação Comercial

Fontes: CONDER, 1986 (Base Cartográfica).

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *A Salvador das décadas de 40 e 50 do século XX*. (aula pública).  
Disciplina História da Bahia II, 31 maio 2005.

Nessa área, observa Freitas, encontravam-se as suas instituições fundamentais de governo, bem como órgãos civis e educacionais, além das principais opções de lazer da cidade, quase tudo a uma distância nunca superior à percorrida em uma caminhada de dez ou quinze minutos, quando estas não se ladeavam diretamente. Esse acanhamento, em grande medida, é condicionado pela já aludida retração do crescimento demográfico da cidade (ver Tabela 02), que acabava por amortecer a demanda por novos espaços e serviços.

Nesse aspecto, Milton Santos, considera o desenvolvimento da cidade “quase insignificante, na escala brasileira de crescimento urbano” e amplia os dados fornecidos anteriormente, observando que, entre 1872 e 1940, Salvador elevou sua população urbana de 129.000 para 290.000, ou seja, apenas 2,25 vezes, explicando assim tal fenômeno:

Esse amortecimento no ritmo de crescimento demográfico está ligado, de um lado, aos fatores já mencionados [retração econômica] e, de outro lado, a uma mudança das correntes migratórias. As pessoas do nordeste eram expulsas pela seca, ou por um superpovoamento relativo, devido a alta natalidade e a uma certa estabilidade da técnica agrícola. Dirigiam-se, então, para a zona florestal do sul que desdobravam para fazer plantações de cacau [...]. A zona cacauzeira é, assim, um verdadeiro exutório que substituiu a capital do estado no papel de receptáculo da população nordestina excedentária. Salvador é assim aliviada da presença desses excedentes agrícolas, economicamente marginais. É a explicação real da atenuação da curva demográfica da cidade do Salvador nos primeiros 40 anos do século 20 e, especialmente entre 1920 e 1940.<sup>1</sup>

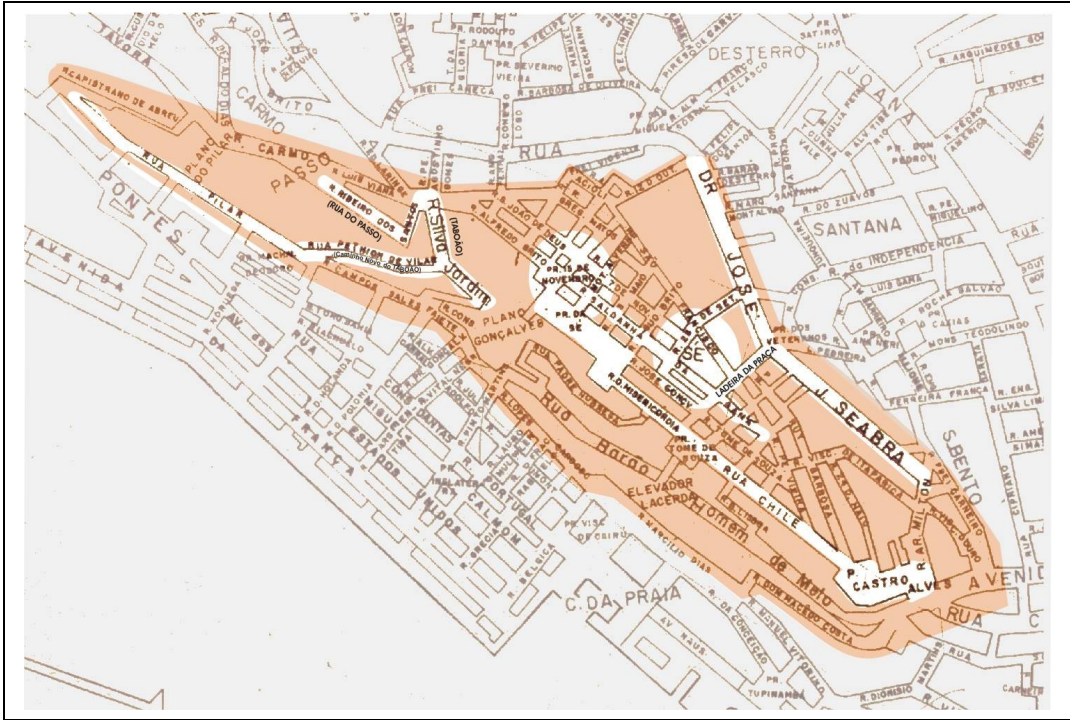
A acomodação da demanda por novos espaços, resultante desse amortecimento demográfico, contribuiu para (ou simplesmente pôs em evidência) uma outra limitação do projeto de modernização da Capital baiana, no que se refere à segregação das populações pobres e mestiças da área central da cidade. Com efeito, enquanto a reforma urbana empreendida no Rio de Janeiro teve como um dos seus traços marcantes a retirada das camadas menos favorecidas do centro para as periferias, em Salvador, esses grupos permanecem ocupando o núcleo principal da cidade, dividindo espaço com o comércio e as suas principais instituições públicas e privadas. Não por acaso, conforme observa Oliveira<sup>2</sup>, por volta de 1917 a área da cidade com maior incidência da prática da capoeiragem (prática característica das camadas populares) sobrepõe-se aos sítios que abrigavam tanto o comércio como as referidas instituições, conforme pode ser constatado na figura abaixo:

#### MAPA 02 - Área de ocorrência da Capoeiragem em Salvador em 1917

<sup>1</sup> 1

SANTOS, M., 1959, p. 41-44.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Josivaldo Pires. *Pelas ruas da Bahia: criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana (1912-1937)*. Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. p. 34-45.



Fonte: Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, s/d.

Constatar o malogro das expectativas de afastamento das camadas pobres, mestiças e negras do centro não significa negar a existência de ações sistemáticas, senão de recolocação de tais grupos, pelo menos de readequação ou alteração de práticas e costumes que, em seu conjunto, significassem uma reorganização dos valores e padrões de sociabilidade, equiparando-os ao modelo urbano europeu então tido como civilizado e mais propício (logo desejável e necessário) ao desenvolvimento nacional e, em particular, do estado<sup>3</sup>.

Ante a dificuldade de promover alterações infra-estruturais mais significativas, portanto, instituições e autoridades voltaram-se para aquilo que se mostrava aparentemente mais exequível, talvez mesmo uma pré-condição para as demais transformações desejadas, ou seja, a alteração dos costumes e do caráter étnico-social da população, viabilizando assim o seu embranquecimento físico e 'moral', sua europeização<sup>4</sup>.

### 3. O CENÁRIO POLÍTICO

<sup>3</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador (1912-1916)*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p. 110-129.

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Capinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 21-25.

O advento da República na Bahia pouco alterou o ritmo e as instituições do estado. Para Pinheiro, isso decorre do fato de que, salvo alguns poucos intelectuais e profissionais liberais, a maior parte da população pouca ou nenhuma familiaridade tinha com os ideais e princípios do republicanismo, o que se expressaria no fato de que as suas formas de organização e representatividade partidária de massas eram praticamente inusitadas para a maioria da sociedade<sup>5</sup>.

Já Araújo, em estudo específico sobre o tema, sugere ter sido possível uma “relativa simpatia popular pela causa da República na Bahia, mesmo que isso não tenha significado, concretamente, engajamento imediato”<sup>6</sup>. O autor deixa claro que seus estudos não sugerem a existência de um “movimento republicano que tivesse possuído dimensões físicas significativamente diferentes daquelas [apontadas pelos] que nos antecederam”, mas faz questão de salientar que os estudos anteriormente produzidos tenderam a minimizar ainda mais a importância do movimento entre a população.

Por outro lado, embora Araújo sustente a relativa difusão das idéias republicanas notadamente entre os segmentos médios da sociedade em Salvador – um contingente que, admite, dificilmente chegava à “marca de 2% do conjunto da população da capital”<sup>7</sup> – reconhece também que (como observaram outros estudiosos da questão), ao contrário das elites paulistas, cuja ascensão econômica instigava-as a busca por mais poder político (através das idéias republicanas), a classe dominante baiana não se tornou republicana enquanto durou a monarquia. Em suas próprias palavras:

A Bahia foi uma Província na qual a classe dominante agrária ou mercantil associou-se, em grande medida, aos interesses e ao destino do regime monárquico [...] A província, economicamente estagnada, conseguia manter certa posição no plano nacional, sobretudo pela interferência da sua política nos Ministérios<sup>8</sup>.

Consuelo Sampaio, ao discutir a atuação dos grupos políticos na Bahia, é enfática ao defender que as elites políticas eram beneficiárias de uma longa e bem sucedida relação com o Estado Imperial, razão pela qual, observa a autora, “somente com a partida da família imperial para a Europa, a Bahia tornou-se

<sup>5</sup> PINHEIRO, Israel. A república na Bahia: capital versus interior. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA: Salvador 450 Anos, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 1041-1050.

<sup>6</sup> ARAÚJO, 1992, p. 59.

<sup>7</sup> Idem. p. 144.

<sup>8</sup> Idem. p. 39.

republicana”<sup>9</sup>. Com efeito, foi a Bahia a última das províncias a reconhecer relutantemente o novo regime, já que:

[...] até a vigésima quinta hora, a maior parte da elite política jurou fidelidade ao Imperador e, abertamente repudiou a ideologia igualitária da República. Liberais e Conservadores uniram-se em protesto contra a mudança no regime. O último Presidente da Província, o liberal José Luiz de Almeida Couto, recusou o convite que o Marechal Deodoro da Fonseca lhe fizera para continuar a chefiar o executivo baiano [...]. De igual modo, o Conselho Municipal de Salvador rejeitou solenemente a ditadura militar, através de monção que reafirmava lealdade à Monarquia e solidariedade ao Imperador deposto.<sup>10</sup>

Constatada, porém, a irreversibilidade do processo estas mesmas elites logo se puseram a articular a sua reacomodação no novo cenário, de forma a garantir o mínimo possível de rupturas e perdas de poder e prestígio. Mais do que uma estratégia momentânea, contudo, tal política de acomodação veio a caracterizar o cenário baiano durante toda a Primeira República, estendendo-se para além desta. Tal política explicava-se por um lado, pela fragilidade econômica do estado e sua conseqüente dependência de eventuais recursos oriundos do governo central. Por outro, a própria estrutura política baiana, cindida entre as forças da capital e do interior, determinava a imperiosa necessidade do apoio federal para o governo estadual, ante a independência político-econômica das oligarquias rurais baianas e o peso destas como arregimentadoras de votos e apoio político.

Nesse aspecto, em particular, esclarece Pinheiro em análise das relações praticadas no regime anterior, mas perfeitamente aplicáveis com maior ou menor intensidade – conforme a conjuntura – à Bahia republicana:

[...] O fato de que somente a elite urbana exercia os cargos políticos e administrativos mais importantes [...], não afetava a elite rural, porque concretamente ela não dependia deles para desenvolver suas atividades fundamentais no campo da agricultura e do pastoreio. Pelo contrário, esse controle da política [...] exercida pela capital se dava dentro de um contexto em que o interior votava nos políticos da capital, desde que estes não os molestassem em seus interesses locais e no domínio completo sobre o seu território. De modo que a ‘supremacia’ da capital sobre o interior, na verdade, mostrava a subordinação daquela a este, na medida em que os votos do campo lhe chegavam condicionados a um certo estatuto de autonomia local.<sup>11</sup>

Em tal cenário, em que o exercício efetivo do poder político vinculava-se mais ao apoio externo, os partidos políticos instituídos funcionavam mais como

<sup>9</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1999. p. 233.

<sup>10</sup> Idem, p. 27.

<sup>11</sup> PINHEIRO, 2001, p. 1043.

meras agremiações para fins de viabilização de eleições ou, o que era mais emblemático, como instrumentos de arregimentação de apoios em função de interesses particulares. Daí o grande personalismo de que se revestiu a política baiana na Primeira República (mas não apenas nesta), fazendo com que as siglas fossem, no dia-a-dia, substituídas pelas designações ligadas aos líderes partidários, de tal forma que se era ‘severinista’ ou ‘seabrista’, por exemplo, antes de se ser legendário do PRB ou do PRD.

Pelo mesmo motivo os partidos não possuíam divergências ideológicas dignas de nota e seus programas abordavam as mesmas questões, como a defesa do federalismo e o estímulo ao desenvolvimento econômico, sem, contudo, abordar problemas ligados às necessidades e condições de vida da população. Consuelo Sampaio afirma que o nascimento desses partidos tinha como motivação as divergências pessoais entre os líderes políticos e, de maneira mais pragmática, a perspectiva de participação destes mesmos líderes no processo eleitoral, dado que nenhum dos “*notáveis locais* queria ser excluído do poder”<sup>12</sup>. As camadas populares, em contraposição, pouca ou nenhuma participação ativa tinham na vida política-partidária baiana até o final da Primeira República. Para a autora:

Faltavam às camadas sociais subalternas condições básicas para aperceberem-se de uma organização desse tipo. A população urbana e fabril era por demais incipiente; mesmo na Capital, a força do conservadorismo freava quaisquer manifestações que pudessem ameaçar a ordem estabelecida, ainda que, para tanto, fosse necessário recorrer à força policial. [...]

No entanto, de forma paradoxal, era essa apatia que fazia com que a camada popular não fosse afastada *in limine* do processo político. Paternal ou coercitivamente, uma minoria, travestida de eleitores, era conduzida às urnas, durante as eleições. Contudo os votos desse minguado eleitorado pouco ou nenhum significado tinha no jogo político-partidário. Atendiam apenas a exigência jurídica do sistema representativo. Era o *bicório*, ou, em última instância, o Legislativo, quem decidia as eleições<sup>13</sup>

Ainda segundo Consuelo Sampaio, a política da Primeira República na Bahia teve como protagonistas pelo menos três grupos distintos. No primeiro momento (até 1912) assumiram os antigos monarquistas, como Luiz Viana, Severino Vieira e José Marcelino de Souza. O segundo momento, de 1912 a 1924, compreende a fase de dominação de J. J. Seabra. O período final, de 1924 a 1930, é protagonizado por Góes Calmon e Otávio Mangabeira. A transição de tais fases,

<sup>12</sup> SAMPAIO, C. 1999, p. 235.

<sup>13</sup> Idem, p. 239.

por sua vez, era propiciada mais pelo falecimento dos antigos chefes, do que por eventuais rearranjos políticos ou mesmo a ascensão de novos grupos de poder.

Em qualquer dos grupos mencionados permaneceu o traço comum do conservadorismo. A política de acomodação de tais grupos propiciou a permanência das mesmas elites políticas e econômicas, durante todo o período, à frente da condução do estado, garantindo a preservação de uma estrutura social e econômica interessante àquelas, mas já incapaz de possibilitar o real desenvolvimento do estado. Ironicamente, portanto, era o hermetismo de tais elites que, em última instância, contingenciava o atraso do estado, que estas mesmas elites – através de suas ‘frentes intelectuais’ atribuíam às populações negras e mestiças.

## **CAPÍTULO II**

### **INSTITUTOS HISTÓRICOS GEOGRÁFICOS:**

## ORGANIZAÇÕES DO SEU TEMPO

A origem e consolidação dos institutos históricos e associações afins tem sido objeto, direta ou indiretamente, de diversas pesquisas tanto nacionais como estrangeiras. Não é objetivo deste trabalho perscrutar tais estudos, dada a amplitude de enfoques e objetivos dos mesmos e à conseqüente ‘monumentalidade’ que caracterizaria tal empreendimento, de resto desnecessário à consecução da finalidade específica deste estudo.

Todavia, é válido situar em linhas gerais, com base em alguns destes estudos, o cenário histórico que possibilita e configura o nascimento destas instituições na Europa, influenciando também a experiência brasileira ou distinguindo-a em relação ao velho continente. Nesse sentido, a preocupação por situar a gênese destas instituições remete-nos, necessariamente, ao início do século XIX, momento em que as ‘nações’ européias encontravam-se envoltas no processo de definição ou consolidação das suas nacionalidades, a partir de pressupostos como a associação a um Estado cujo passado fosse reconhecível e que possibilitasse o vislumbre das ‘bases’ de sua continuidade; uma certa unidade lingüística, necessária – antes de mais nada – à administração, ainda que tal unidade fosse, em muitos casos, uma meta, mais que uma realidade imediata; e a capacidade de conquistar outros domínios e povos, o que tanto servia à consolidação da idéia evolucionista de povos-nações distintas pelas diferenças entre os estágios evolucionários, como ao interesse crescente na expansão de mercados e fornecedores de matérias-primas, dos principais atores de então<sup>14</sup>.

Dentre esses pressupostos, a identificação da nação ao Estado e a ‘elaboração’ de um passado histórico comum, constituíram, sem dúvida, os primeiros esforços no sentido de possibilitar a conformação da ‘unidade nacional’. Como

---

<sup>14</sup> HOBBSAWM. Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 49-50.



resultado tem-se a motivação para a busca por elementos históricos e/ou culturais que possibilitassem a delimitação das identidades comuns, necessárias à conformação da idéia de nação.

Para levar a cabo a tarefa de identificar tais elementos os diferentes governos valeram-se da enorme quantidade de documentos que, desde o início do renascimento, vinha sendo reunida e estudada (sobretudo a partir do século XVII) por eruditos preocupados em garantir a sua legitimidade e organização<sup>15</sup>. Assim, sob os auspícios dos governos locais ou das casas reais, no limiar do século XIX, estudiosos debruçaram-se sobre tais acervos a fim de identificar a documentação necessária e produzir os fundamentos de suas respectivas histórias nacionais, o que motivou, por sua vez, a organização de instituições específicas, ou comissões especiais para esse fim.

Dentre as instituições concebidas sob tal espírito a primazia coube a *Gesellschaft für aeltere deutsche Geschichtskunde*, fundada em 1819 pelo Barão de Stein, ministro de Frederico Guilherme III, com a finalidade de desenvolver o estudo da história alemã, e cujo trabalho de reunião, compilação e organização documental, do qual resultou a coleção *Monumentae Germaniae historica*, veio a se tornar referência para os trabalhos produzidos pelos empreendimentos similares posteriores.

Seguem-se a esta primeira sociedade prussiana, a instituição do *Deputazione di storia patri*, em 1833, pelo Rei Carlos Alberto, de Piemonte. Nesse mesmo ano é fundado o *Institut Historique* de Paris<sup>16</sup>, responsável pela coleção *Documents inédits relatifs à l'histoire de France*. No ano seguinte o governo belga dá início a empreendimento semelhante com a Comissão Real de História. Em 1837 o ministério da instrução pública russo cria a sua Comissão Arqueológica, sendo então o termo 'arqueológico' relativo à publicação de fontes históricas. Um ano depois é a vez da Inglaterra, após a centralização dos seus arquivos monárquicos, dar início à organização dos *calendars of state papers*.

Nas décadas seguintes outras nações vão buscar também concentrar esforços para produzir sua história nacional. É o caso de Portugal que, no decurso da década de 1850, organizou o seu *Portugaliae Monumenta historica*, e da Polônia, que organizou o seu *Monumenta Poloniae historica*, durante a década de 1860.

<sup>15</sup> GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 86-97.

<sup>16</sup> LACOMBE, apud. TAVARES, 2000, p. 21.

Nessa segunda metade do século vê-se ainda a consolidação, por assim dizer, de algumas das iniciativas tomadas décadas antes, como a fundação da Sociedade Histórica Imperial da Rússia, a partir da antiga Comissão Arqueológica de 1837, ou mesmo a criação do *Istituto storico italiano*, em 1883, com a finalidade de centralizar os trabalhos produzidos desde 1837 nas diversas cidades italianas<sup>17</sup>.

Paralelamente ao estabelecimento de instituições e ações destinadas ao desenvolvimento do campo dos estudos de história nacional, propriamente dita, desenvolveu-se também, ao longo do século XIX, um crescente interesse pelos estudos geográficos. De fato, nesse sentido, se o XIX foi o século da História, também o foi da Geografia, visto que, como observa Pereira:

O desenvolvimento tecnológico, os novos meios de comunicação, a necessidade crescente de mercados e matérias primas para a produção industrial e uma população cada vez mais numerosa impulsionavam vigorosamente o conhecimento da Terra e permitiam a expansão europeia sobre áreas consideradas até então remotas e inóspitas.<sup>18</sup>

A expressão maior desse interesse foi o nascimento de diversas instituições de estudos geográficos, das quais as primeiras foram a *Société Géographique* de Paris (1821), a *Gesellschaft für Erdkunde* de Berlin (1828) e a *Royal Geographical Society* de Londres (1830). Até o fim do século, contudo, o número de tais instituições, na Europa e América, chegou a 100 (muitas das quais em um mesmo país), gozando todas de progressivo prestígio entre as intelectualidades locais. Não por acaso, em 1879, quando se somavam 50 de tais sociedades na Europa, o número de seus membros já alcançava a cifra de 21.263 sócios<sup>19</sup>, chegando mesmo a ultrapassar a centena de milhar nas primeiras décadas do século XX, conforme se observa na tabela seguinte, ainda que o ritmo de surgimento de novas sociedades fosse bem menor do que o verificado no decurso da segunda metade do século XIX.

**TABELA 05 - Distribuição das sociedades geográficas por continentes em 1935**

Continentes	Nº de sociedades	Nº de sócios
Europa	91	76.182
América	25	17.527
Ásia	13	4.026
África	5	3.959

<sup>17</sup> GLÉNISSON, 1991, p. 98-104.

<sup>18</sup> PEREIRA, Sérgio Nunes. Saber e poder nos institutos e sociedades geográficas no Brasil: um olhar sobre o IHGB. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, ano 30, n. 170, p. 249-258, jul. set. 1998.

<sup>19</sup> CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. *Geo Crítica* – quadernos críticos de geografía humana. Barcelona, ano 1, n. 8, mar. 1977. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/geo8.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

Oceania	2	2.018
Total	136	102.712

Fonte: SPARN, E. apud GAVIRA, José. Las Sociedades Geográficas. *Estudios Geográficos*, Madrid, p. 309-315, 1948.

O crescimento do número das sociedades geográficas, no século XIX, relacionava-se diretamente ao processo de expansão imperialista das nações europeias, processo esse que gerava uma demanda crescente por conhecimentos sobre as terras e regiões consideradas interessantes para o empreendimento colonial, inclusive de modo a facilitá-lo. Por outro lado, tais sociedades, assim como as instituições históricas, prestam-se ao esforço de desenvolvimento ou afirmação das identidades nacionais, sobre o que afirma Capel:

A geografia cumpriu um papel que – como o da história – era absolutamente essencial na época da aparição dos nacionalismos europeus. E o cumpriu não só através do ensino, transmitindo à população que estava sendo escolarizada idéias acerca da "unidade dentro da diversidade" do território nacional, mas também mediante a realização de obras "científicas" e de divulgação acerca do próprio país, obras cujos sugestivos títulos (como *A Pátria*) deixam às vezes pouca dúvida sobre o objetivo perseguido. [tradução nossa]<sup>20</sup>

Instituições históricas e geográficas atuaram, portanto, de maneira semelhante, ainda que involuntariamente, para a definição dos projetos nacionais e, de modo concomitante, para a concretização dos anseios dos estados-nação, particularmente no que se refere ao processo de expansão e conquista territorial europeia.

Assim, não surpreende que parte dos estados-nação latino-americanos tenham-se visto compelidos a adotar também tais instituições como instrumentos capazes de fortalecer os incipientes projetos de nacionalidade. Tampouco restam dúvidas sobre porque, na América Latina, tais instituições já nascem unindo os dois campos do saber, já nascem como institutos necessariamente históricos e geográficos (ou vice-versa), isto é, instituições ocupadas com a formação ou fortalecimento da identidade nacional e com a realização das potencialidades econômicas destas mesmas nações, ainda que não necessariamente pelo viés expansionista.

Coube à *Sociedad Mexicana de Geografía e Historia* e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dar início a tais empreendimentos na América Latina, em 1833 e 1838, respectivamente. Seguiu-lhes, na década de 1840, a constituição de Comissões Corográficas e estatísticas, destinadas ao estudo do

<sup>20</sup> CAPEL, 1977.

território e seus dados, na Venezuela e na Colômbia<sup>21</sup>. No caso destas últimas instituições, sua atuação não alcançou por certo a dimensão daquela conseguida por um IHGB, por exemplo, mas se prestaram a fornecer os subsídios para a administração econômica das jovens repúblicas que as abrigavam<sup>22</sup>.

## 1. OS INSTITUTOS HISTÓRICOS NO BRASIL

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a partir da proposição apresentada, em 1827, pelos integrantes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) deu-se em um contexto no qual se impunha ao governo imperial a tarefa de desenvolver, nas palavras de Wehling, uma “política da memória nacional”, da qual fizeram parte também, no plano literário, a busca romântica pela identidade nacional, e, na esfera administrativa, o estímulo à consolidação da educação e da cultura no país com a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional<sup>23</sup>.

Nesse contexto o IHGB surge como instituição responsável por coletar, organizar e divulgar a documentação histórica, necessária à produção e ao ensino da história nacional, o que se faria, em grande medida, pelo estímulo à criação de institutos provinciais, responsáveis por igual tarefa em nível local. Estes, por sua vez, deveriam encaminhar ao Instituto do Rio de Janeiro os resultados de seus trabalhos, possibilitando a centralização das informações sobre a nação, o que refletia a influência do modelo francês adotado por seus fundadores, baseado na articulação entre as academias literárias provinciais francesas com a academia de Paris<sup>24</sup>.

A partir de tais premissas o IHGB deu início à tarefa que Schwarcz resume como sendo a de “construir uma história da nação e recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em

<sup>21</sup> FIGUEIROA, 1992, 141-146.

<sup>22</sup> VESSURY, Hebe. La ciencia en América latina (1820-1870). In. VAZQUEZ, Josefina Z.; GRIJALVA, Manuel Miño (Dir.) *Historia general de América latina*. Paris: Unesco, 2003. v. 4, p. 546.

<sup>23</sup> WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagem e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 33-34.

<sup>24</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988,

personagens e eventos até então dispersos”<sup>25</sup>. Esta visão expressa bem a interpretação mais difundida sobre o papel do IHGB como instituição preponderantemente responsável pela construção e consolidação de uma identidade histórica nacional<sup>26</sup>.

Mas é certo também que a dimensão ‘geográfica’ do Instituto não foi negligenciada por seus membros, que fizeram da instituição, nas palavras de Figueiroa, um espaço de desenvolvimento das ciências naturais no país, fosse através das publicações em sua revista, das discussões nas sessões ordinárias, da correspondência com instituições afins estrangeiras ou da organização de expedições de exploração do território nacional<sup>27</sup>.

De fato, a simples observação da classificação dos artigos publicados ao longo do primeiro século de existência do IHGB mostra quanto espaço a geografia e a geologia ocuparam no periódico da instituição, figurando como a segunda temática mais abordada no quadro de ecletismo que caracteriza a revista.

**TABELA 06 - Temática dos artigos publicados pela Revista do IHGB (1839-1939)**

Tema	Nº de Artigos	Percentuais
História	844	45 %
Geografia e Geologia	326	18 %
Biografias	295	16 %
Antropologia e Etnologia	86	5 %
Rel. Internacionais	48	3 %
Trad. de Questões Internacionais	41	2 %
Resenhas	27	1 %
Línguas Nativas	170	1 %
Assuntos Gerais	25	9 %

Fonte: POPPINO, Rollie E. apud SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit. p. 138.

Outro ponto de concordância dos diferentes estudiosos do tema é sobre o papel dos institutos regionais, que, em linhas gerais, possuíam por princípio básico os objetivos de contribuir para a elaboração da história nacional, a partir do

<sup>25</sup> SCHWARCZ, 1993. p. 99.

<sup>26</sup> Veja-se, nesse sentido, além dos já citados trabalhos de GUIMARÃES, M., 1988 e TAVARES, 2000; os estudos de GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo, 1994. Tese (doutoramento em História Social). USP; SANDES, Noé F. *A invenção da nação entre a monarquia e a república*. São Paulo, 1997. Tese (doutoramento em História Social). USP; ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção dos vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000; MACHADO, Maria Helena P. T.. Um mitógrafo do império: a construção dos mitos da história nacionalista do séc. XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000, entre outros.

<sup>27</sup> FIGUEIROA, 1992. p. 141-146.

fornecimento de elementos de caráter regional, e de destacar a importância da história de suas províncias ou (depois) estados sede para o cenário maior da nação.

A exemplo da proliferação de tais instituições no cenário internacional, a partir da fundação do IHGB multiplicaram-se os institutos pelo Brasil, ao longo do Segundo Reinado e no decurso do regime republicano. Os primeiros institutos regionais seguiram o modelo do Instituto brasileiro ainda durante o Império. O primeiro deles, o Instituto Histórico Provincial da Bahia, do qual voltaremos a tratar mais detidamente mais adiante, foi fundado dezessete anos depois do Instituto nacional, mas se extinguiu em 1877, após vinte e um anos de atuação<sup>28</sup>. Seguiram-lhe, ainda durante o período imperial, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1862, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em 1869, e o do Ceará, em 1887.

O advento da República trouxe novo fôlego ao projeto de construção da nacionalidade brasileira, agora sob novas bases ideológicas. De fato, sob os auspícios do novo regime os institutos são fundados em número e ritmo bem mais expressivos que no regime anterior, e tal é a propensão geral para tais empreendimentos que até mesmo antigos (e abandonados) projetos são retomados. É o caso do próprio instituto baiano, reinaugurado em 1894. No mesmo ano fundou-se o instituto paulista, seguido pelos institutos de Santa Catarina (1896), do Paraná (1900), da Paraíba (1905), de Minas Gerais (1907), de Sergipe (1912), do Espírito Santo (1916), do Pará e do Amazonas (ambos de 1917), do Piauí (1918), do Mato Grosso (1919), do Rio Grande do Sul (1920)<sup>29</sup>, do Maranhão (1925) e de Goiás (1932)<sup>30</sup>.

A seqüência de inaugurações prossegue por todo o século XX. Schwarcz, em nota, observa que até 1965 (quando é fundado o instituto de Juiz de Fora – MG), pelo menos vinte instituições similares podiam ser contadas pelo país<sup>31</sup>. Mas mesmo após aquela data, e até muito recentemente, novos institutos estaduais foram criados, caso do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, fundado em

---

<sup>28</sup> SILVA, Maria Conceição da Costa e. Nota prévia. In. BAHIA, Fundação Cultural do Estado da Bahia. *O instituto histórico da Bahia e o seu periódico (1856-1877)*. ed. fac-similar. Salvador: FUNCEB, 2001. p. 11-16.

<sup>29</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/ihgrgs/hist.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

<sup>30</sup> TAVARES, 2000, p. 25.

<sup>31</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 260.

1978<sup>32</sup>. Tal profusão torna difícil uma avaliação segura do número exato de tais instituições mesmo na atualidade, pois estes não se restringem apenas aos institutos estaduais (naturalmente mais visíveis), mas também aqueles de âmbito municipal, menores, por vezes de vida efêmera, e de menor projeção.

Como observa Tavares, a ocasião da criação destas instituições era, freqüentemente, determinada pela referência a outras datas 'maiores', significativas para a comunidade local (caso do Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado na data do bicentenário do estado), ou como parte efetiva de tais comemorações, a exemplo da fundação do Instituto paranaense, como parte das comemorações pelo centenário da independência<sup>33</sup>.

Alguns destes institutos locais, por assim dizer, mantêm suas atividades já por várias décadas, como o Instituto Histórico de Petrópolis cuja origem remonta às comemorações do Centenário da cidade, em 1938<sup>34</sup>, ou o Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, criado em 1970<sup>35</sup>. Outros, porém, de ultimíssima ora, como o Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana (2004)<sup>36</sup>, evidenciam a persistência do projeto de criação de tais instituições<sup>37</sup>, o que certamente poria qualquer estimativa desatualizada (pela criação ou extinção de tais agremiações) anualmente.

Os estudos sobre estas instituições concordam quanto ao fato de que, em linhas gerais, todas buscaram adequar-se ao modelo proposto pelo IHGB no que concerne à identificação da documentação histórica relativa aos locais que lhes abrigavam. É igualmente consensual que a atuação destes, ou seja, a história e geografia por eles produzidas, desenvolveu-se buscando explorar as especificidades regionais como elementos sobre os quais se definiam identidades e se assegurava certa proeminência (ou, pelo menos, um mínimo reconhecimento) no cenário histórico regional ou nacional. Em outros termos, na atuação de cada instituto

---

<sup>32</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MATO GROSSO DO SUL. *Pequeno histórico do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*. Disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

<sup>33</sup> TAVARES, 2000, p. 26-27.

<sup>34</sup> NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *História* [do Instituto Histórico de Petrópolis]. Disponível em: <<http://www.ihp.org.br/default2.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

<sup>35</sup> SOBRINHO, Antônio Gaio. *Histórico* [do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei]. Disponível em: <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/cadastro/ihg.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

<sup>36</sup> LOPES, Raimundo Luiz de Oliveira. Editorial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana*. Feira de Santana. ano 1, n. 1. p. 13-15, 2004.

<sup>37</sup> O instituto feirense é o último resultado de um programa, em curso, de proliferação e interiorização dos institutos promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pelo estado.

regional pode-se vislumbrar um claro reflexo da força política e econômica do seu estado ou região no contexto nacional, bem como da efetiva percepção de seus integrantes sobre seu lugar e possibilidades nesse contexto.

Assim, por exemplo, para Schwarcz, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, ao buscar recuperar elementos para constituição da história pátria, destacando a importância da contribuição (histórica) pernambucana para aquela, caracterizava-se por:

[...] respond[er], no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que pretendia manter a sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina.

[e arremata]

O instituto era, portanto, fruto de uma elite rural tradicional porém decadente, e que em face da insegurança da nova situação econômica, “desejava através de seus romantismos culturais preservar o passado como um escudo contra um futuro incerto”<sup>38</sup>.

Para o Instituto paulista, por sua vez, a ascensão econômica do estado de São Paulo e o aumento gradativo de sua importância política, possibilitavam (e mesmo exigiam) a produção de uma história capaz de fazer com que a nação lhe reconhecesse como um dos elementos centrais (quando não o principal) para o destino do país e, logo, para sua história, negando inclusive a proeminência carioca. Assim, cumpria identificar o elemento distintivo do estado, em termos de sua capacidade de intervir no plano da nacionalidade, pela ação modelar de uma mítica raça de desbravadores, sobre que afirma Mahl:

Na procura desta história regional, podemos observar a utilização de fatos, ações e pessoas que pudessem servir como exemplos dignos para a história paulista. Nessa retomada do passado, a intelectualidade privilegiou, como temas de interesse o movimento bandeirante, os trabalhos biográficos sobre personagens da região, a luta do homem para consolidar-se no território selvagem e a formação de um tipo racial novo: a raça paulista. Este último vai, ao longo das décadas iniciais do século XX, sendo relacionado com a figura do bandeirante, na medida em que essa idéia podia corresponder à visão que os letrados tinham de si próprios. Assim, o IHGSP ajudou a construir, através de sua produção intelectual, determinadas idéias a respeito do bandeirante e do que se convencionava na época [...] chamar de raça paulista. [grifos do autor]<sup>39</sup>

<sup>38</sup>

SCHWARCZ, 1993, p. 117-118.

<sup>39</sup> MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica: o instituto histórico e geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Assis, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista p. 13.



Se a realidade de estados em ascensão, como São Paulo, impõe aos integrantes de seu instituto a tarefa de consolidar uma história local, conferindo à mesma o *status* de história nacional, para estados menores, econômica e politicamente pouco expressivos na Primeira República, a tarefa bem mais elementar, mas não menos significativa para as agremiações, era a de garantir que a existência dos seus respectivos estados fosse registrada na história nacional. Tal preocupação é discutida por Tavares, que a ilustra citando a atuação do Instituto Geográfico Paraibano, cujo orador defendia, em 1905:

[...] entendo que só temos uma história colonial, a do Brasil, encarando-se o evoluir conjunto de todas as forças orgânicas do povo luso-americano a sucessão gradual dos fatos decisivos da nacionalidade, constituída pelo cruzamento das três raças elementares do povo brasileiro. Mas, à luz desse mesmo critério, pode-se escrever, à parte, a história colonial de uma região onde se tenha manifestado originalmente ou com intensidade notável os fatos precipuos de nossa história.<sup>40</sup>

Na sua apresentação do Instituto Histórico Geográfico de Goiás como o seu objeto de estudo, Tavares acaba destacando também outra situação de atuação dos institutos, ao discutir o fato de que estes se prestavam a promover a readequação da imagem – e, por extensão, da posição – dos estados em momentos de reconfiguração das forças políticas nacionais. Nesse sentido, para a autora:

No momento em que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás é instituído, o Estado de Goiás precisava legitimar-se. E um dos meios que encontrou foi pelo viés cultural. Lembremos que era o momento do fim da Primeira República, São Paulo perdendo a hegemonia e ‘nascendo’ novos estados e novas oligarquias – restabelece-se a federação. Um novo pacto federativo traz outras regiões ‘para falar’, regiões de fronteiras que incorporam o Brasil esquecido. A pátria tem que dar conta dos novos estados, ela não é só litoral, possui um interior que pulsa e vive e precisa incorporar-se nesse pacto federativo que emerge no país. E para tanto, Goiás precisava de uma ‘carteira de identidade’ para se apresentar à nação.<sup>41</sup>

Desse modo, embora a atuação dos institutos possa, de fato, ser descrita em termos gerais como voltada para a produção de uma história legitimadora das elites regionais e para a colocação dos estados no cenário nacional, as estratégias e os argumentos lançados para a obtenção de tais fins variaram significativamente. E o conhecimento das especificidades que determinaram tais opções é, por certo, uma

<sup>4</sup> 40

PINTO, João Pereira de Castro. apud TAVARES, 2000, p. 26.

<sup>41</sup> TAVARES, 2000, p. 29.

condição para o entendimento mais amplo da realidade sociocultural dos estados e das suas efetivas condições de interferência no contexto político da Primeira República.

## 2. AS ORIGENS DOS INSTITUTOS BAIANOS: OU, PARA QUE QUEREMOS UM INSTITUTO?

Foi a Bahia a primeira província a abraçar o exemplo dado pela criação do IHGB, criando também, em 03 de maio de 1856, o seu Instituto Histórico da Bahia (IHB). Mas, ao contrário da longevidade que caracteriza a agremiação carioca, este Instituto Histórico Provincial, como também era tratado o empreendimento baiano, só conseguiu estender sua existência até 1877, após anos de funcionamento incerto e de atividades exíguas.

Ao fim de suas atividades o IHB deixou poucos registros documentais de sua existência, tão poucos que, em 1894, quando da fundação do novo instituto baiano, o seu então presidente julgava o acervo do IHB completamente perdido<sup>42</sup>. De fato, até onde pudemos verificar, os dados disponíveis ao público<sup>43</sup> a respeito daquele empreendimento encontram-se hoje basicamente em quatro fontes, das quais nos valem para desenvolver a análise aqui apresentada, a saber: na edição fac-similar do seu periódico; nas primeiras edições da revista do novo instituto baiano<sup>44</sup> (que trazem a memória sobre o IHB, transcrições de atas, relações de sócios de 1856 a 1869, expedientes, relatórios, notas da imprensa e ensaios biográficos) e nos dois relatórios apresentados pelo Primeiro Secretário do IHB, por solicitação do presidente da Província, em 1874 e 1876, respectivamente, ambos localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Com base nessa documentação podemos afirmar que a fundação do IHB resultou da iniciativa particular de um pequeno número de integrantes das elites

<sup>42</sup>

TORRES, Tranquilino L. Memória histórica sobre o instituto fundado em 1855. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, ano 1, v. 1, n. 1, p. 65-81, set, 1894

<sup>43</sup> Consta haver pelo menos um documento do IHB em acervo particular de Renato Berbert. SILVA, M. C., 2001, p. 15.

<sup>44</sup> Existem notícias ou textos dedicados ao antigo IHB nas edições de n<sup>os</sup> 1, 2, 4, 6, 9, 11, 15 e 19, da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

locais. Dentre estes dois foram, sem dúvida, os idealizadores do projeto: o primeiro, a autoridade a emprestar seu nome e sua credibilidade à proposta, foi o então Arcebispo da Bahia, o paraense D. Romualdo Antonio de Seixas – Marquês de Santa Cruz, seu primeiro presidente, que era também sócio da Academia de Munique, da Academia da África (de Paris) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>45</sup>. Mas a concretização do projeto deveu-se seguramente a atuação daquele que veio a ser o Primeiro Secretário do IHB durante toda a existência da instituição, o Professor Manuel Correia Garcia, responsável – num primeiro momento – pela arregimentação dos “homens mais eminentes daquela época” para formação do Instituto<sup>46</sup>.

Tal iniciativa foi naturalmente motivada pelo exemplo do IHGB, do qual D. Romualdo era particularmente conhecedor. Mas o grupo foi igualmente animado pela idéia de que não podia a Bahia, berço da nação, prescindir de uma organização que lhe assegurasse o reconhecimento de sua importância para a história nacional. Nesse sentido, escreveu o Primeiro Secretário do Instituto, em nota introdutória do primeiro número do seu periódico:

A história geral do Brasil, está bem reconhecido, é de grande dificuldade. País imenso, ainda não bem conhecido, dividido em 20 províncias, cujos costumes se se assemelham, diversificam; demais possuindo todas as raças em seu solo, só se poderá chegar a uma verdadeira descrição dele, quando cada província seja particularmente descrita e essas diversas narrações possam convergir a organizar-se uma história geral.

[...]

Reconhecida, pois, a grande dificuldade de traçar-se a história geral deste vastíssimo Império, a criação do Instituto foi presidida pelo pensamento de escrever-se a história desta Província, a mais importante dele, porque por ela começou-se, segundo alguns, a descoberta do Brasil.<sup>47</sup>

Não foi, portanto, o IHB um projeto oficial, embora houvesse, desde o início, a expectativa de se obter “logo que estabelecido sob sólidas bases, a alta proteção de S. M. o Imperador”<sup>48</sup> e se passasse a tratar o monarca, na correspondência para outras instituições, como seu “Augusto Protetor”<sup>49</sup>, um

<sup>45</sup> OLIVEIRA NETO, F. G. de. Notícia biográfica de D. Romualdo Antonio de Seixas (Marquês de Santa Cruz). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 68, p. 207, 1942.

<sup>46</sup> TORRES, 1894, p. 70-71.

<sup>47</sup> GARCIA, Manoel Correia. Periódico do Instituto Histórico Baiano: introdução. n. 1 out. p. 3-8, 1863. In. BAHIA, Fundação Cultural do Estado da Bahia. *O instituto histórico da Bahia e o seu periódico (1856-1877)*. ed. fac-similar. Salvador: FUNCEB, 2001.

<sup>48</sup> Parágrafo 1º, do Artigo 1º, do Estatuto do IHB, p. 03. In. BAHIA, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001.

<sup>49</sup> Veja-se nesse sentido a série de correspondências enviadas pelo IHB a outras instituições entre 1861 e 1876. APEB. Sessão Colonial e Provincial; Correspondências Recebidas / Instituições culturais; Série Instrução Pública, maço 4057.

tratamento que jamais se converteu em um apoio concreto por parte do governo imperial à instituição baiana. Essa falta de apoio oficial deu, aliás, a tônica do posicionamento do IHB quando o Monarca fez-lhe uma visita em outubro de 1859. Na ocasião, José de Góes Sirqueira, o então Presidente do Instituto, leu discurso em que, após as homenagens formais (mas não casuais) ao Imperador como grande patrono das instituições culturais no país, passou a enumerar as vantagens auferidas pelas nações que abrigavam (e apoiavam) instituições “literárias e científicas”, no que parece ser uma referência direta a atuação das sociedades históricas e geográficas no processo de expansão colonialista das nações européias, em função do que, salientou o Presidente:

Os governos desses países inteiramente convencidos da importância de tais associações, e de sua utilidade – colocaram-nas sob sua proteção, consolidando-as por meios de privilégios e distinções, pois com razão consideravam que estes vastos focos de luzes eram novas e perenes fontes de glória, de potência e de prosperidade pública<sup>50</sup>.

A implicação lógica de tal argumentação foi, na seqüência, a formalização explícita do pedido de apoio ao Instituto baiano:

V. M. há perfeitamente compreendido todas as vantagens, todos esses resultados de uma aplicação imensa; e o Instituto Histórico tem razões poderosas para muito esperar de V. M. I. Se lhe concederdes, Senhor, vossa proteção ele poderá marchar desassombrado, transpondo os tropeços, que de ordinário encontram as associações desta ordem; envidando todas as forças para reunir e metodicamente entrelaçar esses interesses materiais, que por aí conservam-se dispersos e olvidados, e que muito servirão para construção do belo e majestoso edifício da história pátria. O fim do Instituto, Senhor, é escrever a história da província e a biografia de seus homens célebres. Será isto por acaso inútil e supérfluo?

[e mais adiante, a ratificação do pedido]

Compenetrado destas idéias, Senhor, o Instituto Histórico e eu confio que ele, obtendo vossa alta proteção – corresponderá a sua missão [...]

[e de novo]

[...] V. M. I. procedendo com esta previdência, ao passo que faz sobressair o lustre e esplendor do seu reinado, cria e prepara os elementos da futura grandeza do império.

O presidente ainda arrematou seu discurso observando que instituições como o próprio IHGB, a Academia Imperial de Medicina e a SAIN não sobreviveriam

<sup>50</sup>

SIQUEIRA, José de Góes. Discurso que fez na sessão de 30 de outubro de 1850, por ocasião da visita que S. M. fez ao Instituto Histórico da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 2, p. 276-283, dez. 1894.

sem o apoio do governo imperial. Mas a despeito do esforço argumentativo de José de Góes Siqueira, nenhuma medida foi tomada pelo Imperador para o suporte financeiro do Instituto Provincial baiano.

Ainda assim manteve-se sempre o IHB com os objetivos regimentais de (nesta ordem): produzir a biografia dos homens célebres da Província; obter o referido apoio do imperador para o Instituto; corresponder-se com o IHGB e instituições congêneres no estrangeiro; formar biblioteca; adquirir, organizar e arquivar documentos de interesse histórico e geográfico quer para a Província ou para o Império, auxiliando assim o Instituto do Rio de Janeiro; publicar o seu periódico e discutir temas de interesse da instituição<sup>51</sup>, numa clara alusão aos objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao tempo de sua fundação o IHB contava com trinta sócios, dentre os quais havia um marquês, dois barões, senadores e conselheiros provinciais, oficiais militares e clérigos, além de professores da Faculdade de Medicina da Bahia, uma composição que também espelhava bem o perfil institucional diversificado (ainda que uma diversidade no âmbito das elites) presente no IHGB, que lhe servia de modelo.

Tal composição evidenciava também o tipo de relacionamento que o IHB (e também o IHGB) mantinha com outras instituições de saber. A presença de integrantes da Faculdade de Medicina revela a predisposição do Instituto baiano para acolher, como sócios, alguns de seus professores e, conseqüentemente, para também se fazer ali representado por estes mesmos sócios. Mas é preciso não superestimar o interesse dos institutos em geral por tal proximidade. O perfil diversificado dos sócios (com a grande participação de comerciantes e proprietários de terras, por exemplo) impunha aos diretores o cuidado de não vincular excessivamente as instituições, sobretudo quanto aos valores e à noção de mérito (acadêmico), sob pena de ver afastados os segmentos menos letrados, por assim dizer, de suas fileiras. Por outro lado, tanto os acadêmicos como qualquer um dos outros segmentos de letrados – igualmente presentes nos institutos – como clérigos, militares e magistrados possuíam (e possuem) preceitos, valores e critérios de auto-

---

<sup>51</sup> Artigo 1º, parágrafos 1º a 6º, do Estatuto do IHB, p. 3-4. In. BAHIA, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001.

reconhecimento próprios que certamente não gostariam de ver submetidos ou avaliados segundo padrões que lhes eram estranhos.

Daí que o IHB, como de resto os outros institutos (a começar pelo IHGB), tenha primado por se constituir sempre em um ‘campo neutro’ quanto aos modelos e critérios de *status*, ou, melhor dizer, daí que tenha desenvolvido o seu modelo próprio de *status* e auto-reconhecimento, baseado na figura do intelectual letrado (mas não necessariamente acadêmico), uma figura próxima daquela esboçada por Sérgio Buarque de Holanda, para quem, tal intelectual tinha no saber:

[...] principalmente um instrumento capaz de elevar seu portador acima do comum dos mortais. O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente ao enaltecimento e à dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas.<sup>52</sup>

Um outro referencial possível seria o grupo identificado por Angel Rama, para a América Espanhola, como “cidade letrada”; indivíduos que, valendo-se do domínio da palavra escrita, usavam-na como um elemento de autopromoção e, mais do isso, de distinção entre o seu seletivo grupo e o comum da sociedade<sup>53</sup>. Mas embora os membros dos institutos pudessem ser identificados em muitos aspectos com aqueles grupos, essa identidade não era – a nosso ver – total.

Com efeito, conquanto vários segmentos (notadamente magistrados, advogados e médicos) individualmente fossem mais identificáveis com tais características, sua inserção nos institutos impunha-lhes o comprometimento com o desenvolvimento de conhecimentos específicos (por princípio, históricos e geográficos) que, se não chegavam a atender às demandas da sociedade por estes, resultavam no envolvimento dos sócios com um esforço de produção de saber sobre suas localidades (fosse a cidade, fosse a província), que os afastava – pelo menos parcialmente – da figura de preocupações meramente exteriores apresentada por Holanda, ou dos indivíduos empenhados em definir artifícios distintivos, referidos por Rama.

<sup>52</sup>

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 164-165.

<sup>53</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 54.

Por outro lado, a inexistência de universidades ou outras instituições ‘plurais’ de saber, que funcionassem como espaços de interlocução entre os diferentes segmentos da intelectualidade nacional acabava por conferir aos institutos a ‘tarefa’ de suprir essa lacuna. A diversidade da composição destas instituições, vale reafirmar, impunha-lhes a necessidade de estabelecer parâmetros de *status* e auto-reconhecimento muito mais frouxos que aqueles próprios ao ambiente acadêmico. Daí, a nosso ver, a existência e valorização no âmbito dos institutos – ainda que não de forma absoluta – daquilo que Buarque chama de um “tipo de erudição sobretudo formal e exterior”, mas que talvez fosse melhor definido como um modelo possível de interlocução entre tipos diferentes (considere-se os vários segmentos intelectuais, mas também clérigos, comerciantes e proprietários de terras, por exemplo).

De fato, quais elementos de valoração seriam aplicáveis e aceitos igualmente pelo acadêmico formado em Coimbra ou mesmo no Recife e pelo senhor de engenho? Do mesmo modo, quais temas, a exceção de alguns poucos tópicos gerais (liberalismo, descentralização, antilusitanismo...) poderiam ser debatidos em um ambiente tão heterogêneo com ganhos efetivos para a discussão e aprofundados sem que os interesses setoriais começassem a provocar atritos?

A relativa ‘superficialidade’ dos integrantes dos institutos, a sua valorização da forma sobre o conteúdo das discussões, funcionava assim como um elemento de contenção de atritos, que, de outro modo, seriam praticamente certos naquele ambiente. Nesse sentido, poder-se-ia ainda dizer que, dentro da concepção do próprio Sérgio Buarque, esta superficialidade e formalidade dos membros dos institutos eram elementos fundamentais para a preservação da cordialidade entre os mesmos.

É inegável, contudo, que se por um lado esse recurso possibilitava a convivência entre as diferenças também dava margem, no extremo, à inserção daqueles que viam nos institutos apenas um título a ser aquinhado. Nesse particular, o IHB parece ter sido especialmente afetado, pois que em seu relatório de 1865 o Primeiro Secretário queixava-se: “foram admitidos alguns sócios efetivos e correspondentes, notando-se que o desejo, que demonstram alguns de pertencerem a essa associação logo se arrefece, apenas nela se alistam”<sup>54</sup>.

<sup>5</sup> 54

GARCIA, Manoel Correia. Relatório apresentado na sessão aniversária [do IHB] do dia 7 de maio de 1865. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 15, p. 109-114, mar. 1898.

Além do perfil dos seus sócios, o referencial do instituto brasileiro é igualmente perceptível na organização administrativa do instituto baiano. Esta, além dos cargos administrativos, compunha-se de sete comissões de trabalho permanentes, a saber: comissão de História da Província; de História e Geografia; de Estatística e História Natural; de Topografia, Geodésia e Arqueologia; de Fundos e Orçamentos; de Admissão de Sócios e, finalmente, de Redação do Periódico.

Os trabalhos desta última, contudo, enfrentaram sempre a dificuldade para a efetiva publicação de um periódico da instituição. De acordo com o primeiro dos relatórios citados, apresentado pelo Secretário do Instituto ao Presidente da Província, alguns dos primeiros trabalhos produzidos pelos membros do IHB, identificados como memórias, estudos sobre a flora e a fauna baianas, sobre monumentos e biografias dos sócios falecidos, só vieram a público porque foram publicados no Jornal da Bahia, cujo proprietário era também integrante do Instituto<sup>55</sup>.

Somente em outubro de 1863, sete anos após a sua fundação, pôde o IHB lançar o primeiro número do seu periódico mensal, mantendo sua publicação por mais sete meses quando, em maio de 1864, foi lançado o seu oitavo e último número. Podemos considerar dois fatores para a brevidade da vida da revista do IHB; um primeiro foi, por certo, a sua periodicidade mensal, que demandava um fluxo constante e volumoso de trabalhos, situação incompatível com o pequeno número de sócios do instituto, que somaram apenas 93 durante os 21 anos de existência do Instituto Provincial. Some-se a isso o fato de que muitos destes, encontravam-se mais preocupados em serem vistos como pertencentes à agremiação do que em produzir com a regularidade necessária a tal empreendimento.

Um segundo e importante fator foi a falta de recursos para a manutenção da revista. De fato, mesmo os oito números lançados apresentam todos um formato reduzido, nunca superior a vinte páginas<sup>56</sup>, o que decorria do seu caráter mensal – e da conseqüente dificuldade de se obter um número expressivo de trabalhos – mas também era uma opção mais barata que uma publicação mais volumosa, sobretudo

---

<sup>55</sup> APEB. Sessão Colonial e Provincial; Correspondências Recebidas / Instituições culturais; Série Instrução Pública; maço 4.057. folha 04; Relatório apresentado pelo Primeiro Secretário do IHB ao Presidente da Província, em 2 de fevereiro de 1874.

<sup>56</sup> Os oito números do periódico do IHB, somados, totalizaram apenas 136 páginas.



porque essa publicação se fazia às expensas dos próprios sócios, sem o ansiado apoio oficial para o seu custeio, ao contrário do que “se pratica[va] no Rio de Janeiro em larga escala”, queixava-se o Primeiro Secretário, referindo-se à revista do IHGB.

Os dirigentes do IHB tentaram contornar essa dificuldade financeira tomando a iniciativa de apresentar projeto à Assembléia Provincial para a destinação da quantia de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil reis) como subvenção anual da publicação. A proposta foi aprovada na Assembléia, mas a despesa jamais chegou a ser incluída no orçamento e, portanto, nunca foi efetivamente executada.

Com a falta dos recursos necessários e sem a possibilidade de publicar seus trabalhos os sócios do IHB perderam, progressivamente, o interesse nas atividades da agremiação, sobre o que se manifestou o Primeiro Secretário, ainda em 1874:

Desgostosos os membros do Instituto, aos quais não podem ser agradáveis trabalhos, [...] sem outro fim que não seja o de serem sepultados na profunda e obscura cova do esquecimento, começaram a deixar de comparecer às sessões, de sorte que há dois anos se acham parados esses mesmos trabalhos, esperando esta sociedade por tempos mais profícuos e felizes, em que o amor à pátria como o das letras, tenha o curso que lhe é devido.<sup>57</sup>

Dez anos após o fim da circulação do seu periódico, portanto, o IHB encontrava-se já praticamente paralisado. Em 1876 um novo relatório é solicitado pela Presidência da Província ao Instituto Provincial, o que é prontamente encaminhado pelo Primeiro Secretário. Esse documento, em essência, apenas repete as informações apresentadas dois anos antes, atribuindo a paralisação das atividades do IHB à suspensão da publicação de sua revista e à falta de apoio financeiro do Estado para a sua produção<sup>58</sup>. A esse tempo, ao que tudo indica, as atividades do Instituto estavam limitadas a algumas poucas e esporádicas sessões, a derradeira das quais ocorreu em 1877.

Além da indisponibilidade de recursos para a publicação do seu periódico, um outro claro indicativo da falta de apoio efetivo do governo provincial ao IHB pode

<sup>57</sup> APEB. Sessão Colonial e Provincial; Correspondências Recebidas / Instituições culturais; Série Instrução Pública; maço 4.057; folha 10. Relatório apresentado pelo Primeiro Secretário do IHB ao Presidente da Província, em 2 de fevereiro de 1874.

<sup>58</sup> APEB. Sessão Colonial e Provincial; Correspondências Recebidas / Instituições culturais; Série Instrução Pública; maço 4.068. Relatório apresentado pelo Primeiro Secretário do IHB ao Presidente da Província, em 15 de outubro de 1876.

ser reconhecido na inexistência de uma sede própria para o Instituto durante toda a sua vida. É bem verdade que mesmo o IHGB não contou com uma sede própria quando de sua inauguração. O instituto brasileiro iniciou suas atividades nas instalações cedidas pela SAIN, em 1838, funcionando ali regularmente até 1849, quando ganha sua sede própria e definitiva no Paço da Cidade<sup>59</sup>.

No caso do IHB, porém, a fase do improvisado jamais foi superada. A inauguração do IHB, em 3 de maio de 1856, teve lugar no salão do Conselho da Instrução Pública, que o sediou até 14 de maio. Na segunda quinzena do mesmo mês o Instituto teve suas atividades realizadas no salão do Palácio Arquiepiscopal. A partir de agosto daquele ano o instituto vê-se sem sede e suas atividades são realizadas na casa de Manoel Correia Garcia, Primeiro Secretário do Instituto. Em outubro, diante do anúncio da visita do Imperador à Bahia e da declarada intenção do monarca de conhecer a nova agremiação, o Presidente da Província cede ao IHB o salão da Biblioteca Pública para que ali fosse preparada a recepção solene à Sua Majestade<sup>60</sup>, o que só veio a ocorrer efetivamente em 1859.

O Instituto permaneceu funcionando na Biblioteca Pública por cerca de dois anos, mas não sem contratempos. Em julho de 1861 a diretoria do IHB encaminhou ofício à Presidência da Província reclamando sobre a indisponibilidade das dependências da Biblioteca aos domingos à noite, ocasião preferencial para a realização das suas sessões, por não haver quem abrisse o prédio naqueles dias. Pelo mesmo motivo os dirigentes do IHB solicitaram, no mesmo documento, a concessão do salão do segundo andar do Teatro São João como um local alternativo para sede do Instituto.

O pedido de transferência foi atendido no final de setembro daquele ano, com a transferência das atividades do IHB para as dependências do Teatro São João<sup>61</sup>. Essa estadia, contudo, foi bastante breve, sendo ali realizadas apenas outras três sessões, entre março e abril de 1862. Em maio o Instituto retornou suas atividades para a Biblioteca Pública, sem que os motivos do regresso fossem registrados<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> GUIMARÃES, M., 1988, p. 5-27.

<sup>60</sup> TORRES, 1894, p. 65-81.

<sup>61</sup> Continuação dos apontamentos históricos sobre o antigo instituto de 1856. Ano de 1861: ata da sessão de 29 de setembro de 1861. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 4, p. 196, jun. 1895.

<sup>62</sup> Idem. Ano de 1862: ver atas das sessões de 23 de março, 6 e 27 de abril e 4 de maio de 1862. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 6, p. 403-405, dez. 1895.

Quaisquer que tenham sido os motivos, porém, certamente foram alheios à vontade da direção do Instituto, pois em agosto de 1862 houve uma nova tentativa de mudança, com outra solicitação ao Presidente da Província. Este, por sua vez, oficiou à Câmara determinando a entrega das chaves do salão do júri para que ali fossem realizadas as atividades do IHB aos domingos<sup>63</sup>, mas não há indícios de que essa determinação do Presidente da Província tenha sido cumprida.

Somente em março de 1863 há registro de ter o Instituto logrado transferir-se da Biblioteca, mas seu destino então foi, novamente, o salão do Palácio Arquiepiscopal<sup>64</sup>. Tratava-se de um retorno viabilizado pelo fato de que, em maio do ano anterior, D. Manoel J. da Silveira, o então novo Arcebispo da Bahia, fora eleito Presidente do IHB<sup>65</sup>, garantindo assim o espaço ‘definitivo’ de que a instituição pôde valer-se até a realização de suas derradeiras sessões.

Do exposto fica a certeza de que, mais que a ‘mera’ falta de uma sede, enfrentou o IHB o descaso das instâncias governamentais. Suas sucessivas transferências, o período de desabrigo, a contingência extrema (a visita do Imperador) para concessão do espaço da Biblioteca Pública, as idas e vindas entre os diferentes espaços públicos e o abrigo final em um espaço particular (o Palácio Arquiepiscopal, residência do Arcebispo), indicam claramente uma atitude negligente, senão mesmo francamente hostil, das autoridades provinciais para com o Instituto, percalços que contribuíram para o progressivo desinteresse e abandono dos sócios.

Cabe indagar, nesse ponto, o que determinou o malogro do projeto do IHB? Por certo a falta de recursos para sua manutenção foi um fator significativo, mas a nosso ver esse não é o ponto central da questão, que gira, isto sim, sobre a indiferença do governo provincial para com o instituto, e à conseqüente falta de apoio material, mas também político, igualmente necessários e complementares à subsistência física e simbólica daquela agremiação.

Mas é preciso reconhecer que a indiferença do governo provincial era, em princípio, um reflexo do distanciamento do próprio governo imperial. Nesse aspecto

<sup>63</sup> Continuação dos apontamentos históricos sobre o antigo instituto de 1856. Ano de 1862. Nota transcrita do Jornal da Bahia de 13 de agosto de 1862. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 6, p. 408, dez, 1895.

<sup>64</sup> Idem. Ano de 1862: ata da sessão de 11 de maio de 1862. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 6, p. 407, dez, 1895.

<sup>65</sup> Idem. Ano de 1863: ata da sessão de 15 de março de 1863. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 9, p. 329, set, 1896

é notável a ausência de qualquer representante do governo central ou mesmo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na cerimônia de fundação do IHB, quando se considera que era aquela a primeira instituição irmã do Instituto brasileiro, criada à sua imagem e, pelo menos formalmente, em atendimento ao apelo que lançara para a proliferação de institutos provinciais. O fato de ter sido a Bahia a primeira capital colonial, não era também um elemento simbólico desprezível, além de a província ainda ser, até então, uma das mais expressivas, política e economicamente. Nada disso foi suficiente para despertar o interesse das autoridades imperiais para o IHB, salvo pela visita curiosa – e inócua – do Imperador anos depois, por que?

Em primeiro lugar, provavelmente porque o Império já não precisava tão aguerridamente de instituições para consolidação da identidade nacional e do regime monárquico, como precisara pouco mais de duas décadas antes. Em 1856 o Governo Imperial encontrava-se plenamente consolidado, havia-se superado o período das regências (1831-1840), como também já haviam sido superados os recentes conflitos armados nacionais e internacionais sem perdas para a integridade territorial e política nacional. O próprio império era um fato político incontestado, sendo as idéias republicanas apenas a expressão mais radical de segmentos minoritários e até então sem qualquer expressividade política real, dentre os liberais, majoritariamente identificados com a idéia da civilização imperial e escravista<sup>66</sup>.

Some-se a isso o que parece ter sido uma certa indisposição pessoal do Imperador para com a figura do primeiro Presidente do IHB, o Marquês de Santa Cruz, D. Romualdo Antonio de Seixas. Tal indisposição, à primeira vista, pode parecer improvável, afinal D. Romualdo foi figura de prestígio durante todo o período imperial. Sua biografia registra que, ainda durante o Primeiro Reinado, recebeu do Imperador o título de Pregador da Capela Imperial e a Dignatária da Imperial Ordem da Rosa. Foi Presidente da Junta Governativa do Pará em 1821 e 1823; integrou a Câmara Provincial pelo Pará, em 1826 e de 1838 a 1841, e pela Bahia de 1834 a 1837. Foi nomeado Arcebispo da Bahia em 1826 e, na condição de Primaz do Brasil, presidiu em 1841 a sagração de D. Pedro II. Durante o Segundo Reinado foi

---

<sup>66</sup> ALAMBERT, Francisco. O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. p. 303.

agraciado pelo Imperador com a Gran-Cruz da Imperial Ordem de Cristo; com o título de Conde, em 1858; e, finalmente, com o de Marquês de Santa Cruz, em março de 1860<sup>67</sup>.

A despeito dos muitos títulos formais que recebeu, tanta proximidade com o poder imperial e, mais do que isto, tamanho envolvimento político, levaram D. Romualdo a entrar em choque com a administração monárquica ao longo de sua carreira. As querelas com o governo monárquico foram relatadas pelo próprio Arcebispo em suas memórias. Em um dos primeiros episódios citados, D. Romualdo lembrava que, no ambiente das intrigas palacianas, fora acusado de haver “obtido o Arcebispado [da Bahia] por grande soma [...] oferecida à Marquesa de Santos, a cuja alta influência se atribuíam os mais importantes despachos”<sup>68</sup>. Consta que, a fim de demonstrar a falsidade da acusação, bem como sua autonomia frente à Marquesa de Santos (sua suposta favorecedora), D. Romualdo impediu a entrada da Marquesa (notória amante do Imperador) no quarto da Imperatriz quando esta se encontrava moribunda. O fato não passou despercebido ao Imperador Pedro I que, segundo D. Romualdo, retaliou repreendendo-o quando este apresentou o pleito da sociedade baiana para concessão de condição privilegiada à data do 2 de julho.

Durante o período das regências D. Romualdo opôs-se duramente à proposta de autonomia da Igreja no Brasil às determinações da Santa Sé, apresentadas pelo então Regente, Padre Diogo Feijó. A falta de apoio à proposta valeu a D. Romualdo, segundo seu relato, a animosidade do Regente.

No início do Segundo Reinado D. Romualdo envolveu-se em uma pequena querela com o Bispo Capelão Mor (figura seguramente mais próxima ao jovem príncipe), sobre o direito de realizar a sagração do novo monarca. A questão foi decidida (provavelmente pela Santa Sé) em favor do Arcebispo da Bahia, o que parece ter desagradado D. Pedro II. A retaliação do Imperador, contudo, é apresentada por D. Romualdo como uma demonstração de “ojeriza à Bahia” (como,

<sup>67</sup> OLIVEIRA NETO, F. G. de. Notícia biográfica de D. Romualdo Antonio de Seixas (Marquês de Santa Cruz). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 68, p. 207, 1942.

<sup>68</sup> SEIXAS, Romualdo Antonio de. Memórias. apud. SILVA, Ápio Pereira da. (Monsenhor). Discurso, em seis de maio, na solenidade de inauguração do busto de D. Romualdo Antonio de Seixas, oferecido pelo clero. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 71, p. 21-33, 1944.

aliás, caracterizou também a represália de D. Pedro I à sua atitude no episódio com a Marquesa de Santos).

Segundo relata o biógrafo do Arcebispo, após a cerimônia de coroação e transcorridos os atos protocolares usuais, seguiu-se o momento da concessão de títulos e honrarias em comemoração à data. Foi quando D. Romualdo teve desconsiderados todos os seus pedidos para “vários cidadãos quer da Bahia, quer do Pará”, embora os deputados das diversas províncias tivessem, na mesma ocasião, obtido todos os despachos solicitados para seus conterrâneos. O constrangimento foi ainda prolongado com a promessa de concessão posterior aos pedidos do Arcebispo, embora estes não se tenham concretizado, o que levou D. Romualdo a registrar:

Todos os ministros a quem falei reconheceram a injustiça das mercês e prometeram seu apoio, e do Imperador [...] os nomes dos meus recomendados e as graças com que deveriam ser contemplados assegurando-me [...] que no vapor que estava a partir podia eu já comunicar aos meus amigos que estavam servidos!!! Partiram vapores uns após outros, e os tão prometidos despachos também se evaporaram!<sup>69</sup>.

A mais alta autoridade eclesiástica do Império foi, portanto, um catalisador perfeito para viabilizar, no nível local, a fundação do Instituto, mas seu histórico de desavenças com a realeza, nas esferas palacianas, tornaram-no igualmente uma personalidade controversa, francamente mal quista pelo Imperador e, conseqüentemente, talvez o maior empecilho ao apoio oficial e ao sucesso do projeto de consolidação do Instituto provincial baiano.

Há que se considerar também, no campo das relações sócio-institucionais, o que podemos chamar de fator interno de debilidade, expresso pela falta, por ocasião do fim das suas atividades, de figuras cujo prestígio fosse comparável ao exibido pelo Marquês de Santa Cruz, junto às demais esferas do governo e da sociedade baiana.

Quando fundou o IHB, em maio de 1856, o Arcebispo da Bahia já contava com a avançada idade de 69 anos, e sua atuação como Presidente foi breve. Sua presença nas sessões estendeu-se apenas à reunião de nove de agosto daquele

---

<sup>6</sup> 69

SEIXAS, apud SILVA, Ápio, 1944, p. 26-27.

ano, tendo presidido assim apenas sete sessões da instituição (aquelas realizadas inicialmente no palácio arquiépiscopal – sua residência). As reuniões posteriores, como já foi dito anteriormente, passaram a realizar-se na residência do Primeiro Secretário, ao mesmo tempo em que assumiu a presidência o Primeiro Vice-Presidente, Desembargador João Joaquim Silveira. Após esse momento D. Romualdo só voltou a comparecer a duas sessões do IHB, uma em maio de 1858, ocasião em que fez sua despedida formal da função de presidente, aos 71 anos, alegando a fragilidade da saúde e o peso da idade<sup>70</sup>. A derradeira visita ocorreu dois anos depois, em maio de 1860, quando sua presença foi registrada na sessão, na condição de Presidente Honorário, mas sem qualquer participação nos trabalhos ou outros comentários sobre o mesmo<sup>71</sup>.

Embora o afastamento de D. Romualdo tenha sido tratado na sessão posterior à sua penúltima visita (e somente nela) como motivado por sua frágil saúde (mas sem maiores considerações sobre esta), muitas questões cercam o episódio, e uma basilar é: o Arcebispo parou de freqüentar as sessões, em 1856, porque estas deixaram de ser realizadas em sua residência, ou elas deixaram de ser ali realizadas porque o religioso já não se interessava pelas atividades do Instituto? Infelizmente a documentação existente não oferece respostas seguras para esse questionamento, mas estamos inclinados a crer que o fundador do IHB foi também o primeiro a abandoná-lo.

A referência à saúde de D. Romualdo e a sugestão de que estivesse abalada remete-nos, quase automaticamente, a um primeiro raciocínio de que isso explicaria a transferência das atividades de sua residência como uma forma de garantir-lhe maior tranquilidade e repouso. Todavia, quando as atividades do Instituto foram transferidas do Palácio Arquiépiscopal, não houve nenhuma observação ou registro sobre o motivo da transferência, quer pelos integrantes do IHB, quer pelo próprio D. Romualdo, a quem – por princípio, como fundador e presidente – deveria preocupar o destino e as condições de funcionamento de ‘sua’

<sup>70</sup> SEIXAS, Discurso recitado no dia 16 de maio de 1858, no IHB, em sessão magna comemorativa da fundação dessa sociedade. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 2, p. 257-260, dez. 1894.

<sup>71</sup> Continuação dos apontamentos históricos sobre o antigo instituto de 1856. Ano de 1862: ata da sessão de 27 de maio de 1860. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 4, p. 196, jun, 1895.

instituição. Nesse sentido ainda, considerando que a mudança tivesse sido motivada por sua saúde, estranhamente não localizamos qualquer indício de negociação entre a maior autoridade eclesiástica da província e o governo provincial para a reacomodação do Instituto, ou ainda, na eventualidade de tê-lo feito sem sucesso, qualquer registro seus protestos pela negativa.

No âmbito do Instituto, por sua vez, a não ser nas referidas sessões dos meses de maio de 1858 e 1860, nenhuma palavra foi dita sobre a saúde do Arcebispo até o seu falecimento em dezembro de 1860<sup>72</sup>, o que é de todo incomum, considerando-se os padrões de sociabilidade e as reverências normalmente dispensadas a uma figura em sua posição. É igualmente notável que a partir da transferência das atividades do Instituto para a residência do Primeiro Secretário, as atas das reuniões não mencionem o Arcebispo ou registrem votos de melhoras, por parte dos integrantes (o que seria esperado, caso estivesse seu Presidente afastado por enfermidade). Essas lacunas e omissões sugerem, a nosso ver, uma situação de constrangimento (senão mesmo de aversão) frente à prestigiosa figura do Presidente e fundador, que se tornara, contudo, o primeiro a provocar a desarticuladora (e psicologicamente debilitante) perda da sede.

Aventar explicações para esta possível mudança de atitude do Arcebispo junto ao IHB é tarefa ainda mais incerta que as especulações tecidas até esse ponto. Pode-se pensar em divergências internas como motivadoras do desinteresse do Arcebispo, ou talvez a indiferença do Imperador tenha desgostado D. Romualdo já que, passados quatro meses da fundação do Instituto Provincial, o monarca não o havia prestigiado com uma visita formal ou com a concessão de apoio oficial. Talvez a própria idéia de criar um instituto provincial à imagem do IHGB (e atendendo à sua proposta regimental) tenha sido, em si mesma, uma tentativa do Arcebispo de se aproximar do Governo Imperial – e, por extensão, do monarca, junto ao qual – já vimos – D. Romualdo não se encontrava em posição de grande apreço. Neste caso a indiferença do monarca e a constatação do malogro do seu artifício, teriam certamente motivado o imediato desinteresse de D. Romualdo pela instituição.

Para além das conjecturas, porém, qualquer que tenha sido o motivo do afastamento de D. Romualdo do Instituto, o fato é que passaram a presidi-lo figuras

---

<sup>72</sup> OLIVEIRA NETO, 1942, p. 207.



como o já citado Desembargador João Joaquim da Silva, José Góes de Siqueira, ou o Conselheiro Jonathas Abbott, personalidades sem dúvida respeitadas no cenário social baiano, mas que não possuíam a mesma notoriedade e autoridade que seu fundador (não por acaso, não se fez a biografia destes homens, ao contrário do Primeiro Presidente do IHB). Some-se a isso o fato de que se haviam outras figuras de prestígio comparável no grupo de sócios original, estes há muito haviam abandonado o Instituto – como o observou o Primeiro Secretário – desmotivados pela falta de estrutura e a ausência do periódico. Em outros termos, menos de seis meses após a sua fundação, o IHB encontrava-se sem uma figura de prestígio, capaz de impor-se junto ao governo provincial e pleitear o apoio necessário à sobrevivência da incipiente instituição.

No que se refere ao cenário baiano, por sua vez, a estabilidade do regime monárquico se reflete na acomodação e imobilismo do governo local para com a iniciativa dos idealizadores do IHB. Essa indiferença era reconhecida, aliás, pelo próprio Presidente da Província, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, que em sua fala na abertura da Assembléia Legislativa, pouco mais de uma semana após a fundação do IHB, afirmava: “faço votos para que seus primeiros trabalhos o salvem da prematura morte, que de ordinário se receia da indiferença e da inércia, e que tenha ele [o IHB] uma existência prolongada e gloriosa”<sup>73</sup>.

Sem uma demanda no cenário político-ideológico nacional e local comparável àquela que motivou, décadas antes, a criação do IHGB, o IHB viu-se submetido ao jogo dos interesses e vaidades políticas imediatas, expresso pelas disputas e diferenças pessoais entre integrantes de setores do governo e membros do Instituto<sup>74</sup>, o que acabou por lhe minar o necessário apoio político-institucional.

Além de um cenário político-ideológico mais amplo desfavorável, no momento de sua fundação (instante em que, em tese, o calor da ora e o impacto resultante da ousadia da proposta amenizaria eventuais pré-disposições negativas

---

7 73

LIMA, apud TORRES, 1894, p. 71.

<sup>74</sup> No citado relatório, de 1874, ao Presidente da Província, o Primeiro Secretário atribui a não inclusão da verba aprovada para custeio do periódico do Instituto no orçamento provincial, à ação deliberada de um desafeto político (que não chega a identificar) na Assembléia.

ao projeto), o IHB encontrou um contexto sócio-econômico local dos mais conturbados. Entre 1855 e 1856 a Bahia viu-se acometida pela grande epidemia de *colera morbus*, um dos acontecimentos de maior impacto social de sua história, do qual foram vítimas cerca de 36.000 pessoas. Um acontecimento descrito como “excepcional causa de crise de abastecimento, de mudança de costumes e de mortandade”<sup>75</sup>. Nesse contexto a epidemia foi por certo, e compreensivelmente, um elemento significativo de absorção dos recursos públicos (empregados no seu combate) e de centralização das atenções.

Em síntese, pode-se dizer que o IHB surgiu em um momento em que conspiravam contra a instituição os cenários nacional e local. Conseqüentemente o antigo Instituto Provincial foi visto, na melhor das hipóteses, como um luxo desnecessário, quando não como uma instância de autopromoção de seus idealizadores e dirigentes no jogo da política local, a que cabia um tratamento indiferente ou até mesmo o empenho deliberado pelo anulamento de suas atividades e, conseqüentemente, daqueles que dele se quisessem valer. Indiferença e rejeição foram, portanto, as respostas do governo provincial à proposta do IHB, e como tais, marcaram a sua melancólica decadência e ocaso.

---

<sup>75</sup> DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do séc. XIX*. Salvador: EDUFBA; Sarah Letras, 1996. p. 18 e 129.

### **CAPÍTULO III**

#### **O IGHB: NASCER OU RENASCER?**

Quando, dezessete anos após o encerramento das atividades do IHB, fundou-se o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), bem outro era o panorama político e social do estado e da nação. A República, recém proclamada, trouxera consigo um novo ideal de nação assentado nos princípios do positivismo e na expectativa de modernização do país. Trouxe igualmente a possibilidade da redefinição da participação dos estados nos rumos da política nacional, uma reestruturação que se mostrava francamente desfavorável à Bahia, cuja elite política fora majoritariamente monarquista, e que se via então progressivamente debilitada pela crise econômica que se iniciara na década de 1870.

Assim, cumpria de imediato buscar entrar em sintonia com o novo regime tanto no que diz respeito ao seu 'projeto nacional' como em relação a sua nova dinâmica política, e um novo instituto era uma das vias possíveis para tal

empreendimento. Não por acaso, como já o dissemos, poucos meses após a fundação do IGHB funda-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, buscando, como o baiano, assegurar através da história uma inserção positiva do estado no cenário nacional, que refletisse (no caso de São Paulo) a pujança econômica do estado. Na realidade baiana os esforços deram-se no sentido de se minorar os efeitos do enfraquecimento político e econômico do estado, um empreendimento não menos complexo.

Por outro lado, a criação do Instituto baiano era, em si mesma, uma tentativa de evidenciar a capacidade do estado de se engajar no projeto nacional de civilização da sociedade, na medida que a Bahia demonstrava-se capaz de abrigar e manter uma instituição exclusivamente dedicada ao saber. Nessa perspectiva, o Instituto foi concebido para ser, aos olhos da sociedade baiana e do país, não apenas um instrumento para a modernização do estado, mas um sintoma efetivo desta modernização em andamento. Essa percepção era clara para seus idealizadores e encontrava-se sempre presente em suas manifestações. Assim ocorreu na apresentação formal da revista do Instituto à sociedade, em texto que hoje poderia ser identificado como editorial, no qual seu autor (provavelmente o próprio Presidente, Tranquilino L. Torres) afirmou:

Assistimos, nós outros, a este admirável período de florescência científica, e somos por outro lado parte na renovação social, que dimana das novas idéias, e que transformou as nossas instituições, entrando n'alma e no coração brasileiro.

É por isso natural o maior afã com que esta geração acolhe a criação de um instituto, que lhe vem estudar o passado, para resguardo da tradição, e zelar-lhe o presente, para lição e exemplo do futuro.<sup>76</sup>

Essa leitura da função de uma agremiação desta natureza persistia mesmo anos após o advento do Regime e para além do âmbito do Instituto, o que ficou particularmente evidente nas palavras de Silvio Boccanera, orador do Grêmio Literário baiano, quando este saudou o IGHB, em 1901, afirmando: “Instituições dessa ordem estão espalhadas por toda a superfície do globo; não havendo Estado, governo, povo civilizado, livre e grande, que não ame, que não colha dela seus frutos benéficos de vida”<sup>77</sup>

<sup>76</sup>

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Introdução. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 3-5, set. 1894.

<sup>77</sup> Discurso do Orador do Grêmio Literário, Silvio Boccanera. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 27, p. 111-119, dez. 1901.

Nasceu assim o IGHB anunciando o propósito geral de identificar, organizar e guardar documentos relativos à História e à Geografia; produzir biografias; corresponder-se com instituições irmãs nacionais e estrangeiras; organizar bibliotecas, museus etnológicos e exposições temáticas; organizar expedições de estudo para o interior do estado, além de publicar trimestralmente um periódico e oferecer aos sócios cursos de geografia e história<sup>78</sup>. Tais objetivos não diferiam, em linhas gerais, daqueles anunciados por outras instituições estaduais, ou mesmo do velho IHB (ainda que estes se mostrassem mais ampliados e detalhados que os da antiga instituição). Em todos os casos, mantinha-se como referência o sempre presente Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

É certo também que a ‘simples’ mudança do regime já deu origem a uma demanda e a um esforço de auto-legitimação que colocaram novamente em destaque quaisquer instituições potencialmente viabilizadoras de tal tarefa. O nascimento dos vários institutos históricos estaduais pelo Brasil é a expressão mais imediatamente perceptível desse fenômeno, mas, no mesmo processo dá-se, por exemplo, o estímulo e o desenvolvimento das instituições literárias, destinadas a promover o aprimoramento intelectual da nação, de modo a possibilitar a formação de uma nova ‘nacionalidade republicana’, necessariamente identificada com a tão cara idéia do progresso e civilização da sociedade<sup>79</sup>. Nesse sentido a Academia Brasileira de Letras configurou-se como um caso modelar já que, de acordo com El Far, a instituição:

[...] numa homenagem ao novo regime, do qual receberia proteção oficial, [definiu que] sua inauguração coincidiria com a data do sétimo aniversário da República, dia 15 de novembro. O governo escolheria os primeiros 10 acadêmicos, que por sua vez elegeriam outros 20 e mais 10 correspondentes [...]. No total somariam 40, número igual ao da Academia Francesa, que de comum acordo fora escolhida como modelo à embrionária instituição. [...]

À diferença das inúmeras sociedades literárias anteriores, que procuravam vencer “o mal dos sete dias”, a tutela do governo lhe garantiria vida longa, com toda infra-estrutura necessária ao seu funcionamento. [...]

Podendo usufruir da Imprensa Nacional, responsável pelas publicações oficiais, os futuros acadêmicos ver-se-iam livres do domínio exclusivo das poucas casas editoriais, podendo assim divulgar mais largamente seus romances, poesias, contos e estudos. [...]

[ao que, em contrapartida, os seus integrantes...]

<sup>78</sup> Artigo 1º, parágrafos 1º a 11º do Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 37-38, set. 1894.

<sup>79</sup> DeNIPOTI, Cláudio. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. *Locus*. Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 95-106, 2002.

[...] impunham-se a missão de trabalhar pela unidade da língua portuguesa no país e pelo cultivo de nossa história literária, aspectos por eles considerados fundamentais para uma nação emergente.<sup>80</sup>

No âmbito desse contexto de engajamento das novas instituições (e mesmo da adaptação das antigas, caso do IHGB) ao novo regime, buscando afirmarem-se como agremiações republicanas, comprometidas com os ideais e a visão de sociedade próprios ao regime, a primeira tarefa e desafio a ser enfrentado pelos dirigentes do IGHB, em 13 de maio de 1894, foi a eliminação da divergência interna quanto à promoção de uma imediata desvinculação das imagens do novo Instituto e do antigo IHB.

---

<sup>80</sup> EL FAR, Alessandra. *A encarnação da imortalidade: uma análise da academia brasileira de letras nos primeiros anos da república (1897-1924)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 22 e 15, respectivamente.

Com efeito, naquela data realizava-se a sessão de instalação do Instituto, ocasião em que surgiu também a proposta de se conferir ao IGHB a condição de associação “restauradora ou reorganizadora” do projeto do velho Instituto Provincial. A proposta fora apresentada por Francisco da Natividade Carneiro da Cunha, Frade Beneditino que integrou o antigo Instituto Provincial como um dos seus membros mais atuantes<sup>81</sup>, em função do que declarava estar “fala[ndo] em nome dos mortos e reivindicando os direitos dos fundadores do extinto Instituto Histórico”<sup>82</sup>. Em outros termos, propunha o religioso que se reconhecesse o IGHB como a continuidade da instituição criada por um outro integrante da Igreja Católica, vale lembrar, o então Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas.

Contra a proposta insurgiu-se de imediato Severino dos Santos Vieira, não por acaso o futuro governador do estado, em 1900, e um dos fundadores do Partido Republicano Federalista (PRF), uma das agremiações nascidas, em 1892, para abrigar antigos monarquistas, garantindo-lhes a permanência na vida política local<sup>83</sup>. A ata da sessão em questão registra, muito laconicamente, que a discordância de Severino Vieira baseava-se “entre diversas asserções” na consideração deste sobre a impossibilidade de se “reorganizar uma coisa que desaparecera completamente sem deixar o menor vestígio de sua passagem senão o seu nome”.

Vale observar aqui o quão pouco pertinente era a afirmação de Severino Vieira, pois em princípio apenas dezessete anos separavam o fim do antigo Instituto e a inauguração da nova agremiação baiana. Ademais, como os vários textos publicados na revista do IGHB sobre o antigo Instituto Provincial<sup>84</sup> vieram a atestar posteriormente, haviam sim muitos “vestígios” de sua passagem, como notas em jornais, registros de atas, discursos, relações de sócios, entre muitos outros documentos, que permitiriam a sua “restauração e reorganização”, caso desejado. A oposição de Severino Vieira estabeleceu-se, portanto, a partir de uma leitura sobre a

---

<sup>81</sup> O Frei Carneiro, como era mais usualmente tratado o religioso que ostentava também o título de Padre Mestre do Império, atuou como Orador do Instituto Provincial em 1860. Em 1862 o Frei encontrava-se integrando o Conselho Administrativo da agremiação e, em 1865, passou a compor a Comissão de Redação da História da Província. Ver a respeito *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, nºs. 4, 6 e 15, p. 197, 407 e 114-115, jun. 1895, dez. 1895 e mar. 1898, respectivamente.

<sup>82</sup> Ata da Instalação e 1ª Sessão do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 10-13, set. 1894.

<sup>83</sup> SAMPAIO, C., 1999, p. 66 e 77.

<sup>84</sup> Vele lembrar, que existem notícias ou textos dedicados ao antigo IHB nas edições de nºs 1, 2, 4, 6, 9, 11, 15 e 19, da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

pertinência de tal associação e não, em verdade, sobre a possibilidade de se “restaurar” ou não a antiga agremiação.

De qualquer modo, suas observações determinaram nova e ainda mais vigorosa defesa da proposta pelo Fr. Carneiro, a ponto mesmo do Presidente da Sessão, Tranquilino L. Torres, propor o adiamento do assunto para a ocasião da discussão dos estatutos. Esse adiamento, contudo, não deve ser visto como uma expressão de indefinição ou dúvida quanto à natureza e aos rumos do IGHB, pois oito dias antes, o seu corpo dirigente já havia elaborado um comunicado à imprensa, notificando oficialmente a criação do Instituto, onde se lia:

Os abaixo assinados, de acordo com os outros companheiros, resolveram fundar nesta capital uma sociedade que, com o título de Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, reúna, verifique e publique todos os documentos e objetos arqueológicos concernentes a nossa história pátria, [...], formando assim um centro instrutivo, científico e literário, que concorra para o desenvolvimento de nossa história pátria.

Uma vez que o espírito nacional por força dos últimos acontecimentos políticos que libertaram o país da centralização atrofiadora de todas as suas grandiosas aspirações, vai presunçosamente se erguendo para o desenvolvimento da vida social da nação, em todas as suas modalidades, não pode a Bahia ficar estacionária por mais tempo, no levantamento de sua história, guia de todos os outros empreendimentos.

A exemplo de outros Estados, alguns dos quais já há longos anos possuem instituições deste gênero, [...], não pode nem deve a Bahia, berço da nacionalidade brasileira, ficar na retaguarda dos demais Estados, dilatando a função dessa instituição, que virá prestar serviços reais e incontestáveis.<sup>85</sup>

Fica evidente, portanto, pelo anúncio do IGHB à sociedade, que a agremiação foi concebida e apresentada sem qualquer relação com o antigo IHB, uma vez que não há qualquer menção ao mesmo e, mais do que isto, dado que o novo instituto foi apresentado como portador da missão de equiparar a Bahia aos demais estados, ao abrigar uma organização daquele tipo, como se não houvesse sido realizado nada similar antes. Do mesmo modo, o Instituto é, desde o primeiro momento, mostrado como um fruto dos novos “acontecimentos políticos”, numa postura de evidente sujeição ideológica ao federalismo republicano, que deixava pouca ou nenhuma margem para uma rememoração dos tempos imperiais, sob quaisquer pretextos.

A despeito da clareza do posicionamento dos dirigentes do IGHB junto à imprensa a questão permaneceu como um tema a motivar posições apaixonadas.

<sup>8</sup> 85

Organização do Instituto (Carta dirigida à imprensa da capital do estado pelos promotores da criação do IGHB, em 05 de maio de 1894). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 6-7, set. 1894.



Na segunda sessão do Instituto, o Fr. Carneiro retomou o assunto e se deteve longamente na defesa de sua proposta, no que foi seguido por Francisco Pires de Carvalho (que não figura nas relações de sócios do IGHB), mesmo admitindo decidir a questão, como sugerido por Tranquilino Torres, apenas durante a posterior discussão dos estatutos<sup>86</sup>.

Nesse ponto uma indagação se apresenta: seria o Fr. Carneiro uma voz isolada a defender a evocação da velha instituição imperial, ou fora ele o porta-voz de um grupo, como o foi Severino Vieira ao negar tal evocação e, com isso, defender a posição já previamente externada pelo corpo dirigente do IGHB? Os produtores das atas que registram a contenda foram cuidadosos em omitir as “diversas asserções” e o “combate dos argumentos” entre as partes, de modo que a divergência ficasse resumida (e registrada) como um embate particular.

Consideramos cabível, entretanto, afirmar que o religioso não era uma voz isolada, posto que parte dos integrantes da nova agremiação era de clérigos, havendo pelo menos outros sete entre os sócios fundadores efetivos<sup>87</sup>. Outra parte expressiva dos sócios era remanescente da sociedade imperial, e compusera o grupo daqueles que se negaram a reconhecer, num primeiro momento, a instauração da República, o que os colocava como adeptos em potencial da idéia de prestar uma tal homenagem ao antigo Instituto Imperial.

É certo, também, que se tal grupo existia, era ele minoritário e estava menos capacitado a se impor politicamente no Instituto. Não obstante, sua possível relação com o clero, impunha um tratamento cuidadoso da questão pela ala majoritária. Afinal, mesmo separada do estado, a Igreja manteve-se como uma força política nada desprezível na Bahia da Primeira República. Nessa perspectiva, ganha sentido a estratégia de adiamento da questão, adotada pela direção do novo instituto, como forma de preparação de uma solução para o impasse. Esta decisão se deu na sessão seguinte, ainda que não necessariamente pela via de uma ampla discussão do tema.

De fato, o encaminhamento dado para a questão sugere a construção de um acordo entre a maioria que, buscando contemplar minimamente as preocupações formais externadas pelo Fr. Carneiro, não chegassem a comprometer

---

<sup>86</sup> Ata da 2ª Sessão em 7 de junho de 1894. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 10-13, set. 1894.

<sup>87</sup> Relação dos Sócios. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 2, p. 335-340, dez. 1894.

a franca identificação do IGHB com o novo regime político. Tal artifício foi tentado com a apresentação de emenda ao estatuto, por Antonio Calmon du Pin e Almeida, na qual ficava estabelecido “que a sessão aniversária de instalação tenha lugar no dia 3 de Maio, em homenagem ao Instituto Histórico, fundado na mesma data, em 1856 nesta capital”<sup>88</sup>.

A emenda de Antonio Calmon, aprovada pela maioria, reduzia as pretensões do Fr. Carneiro, de vinculação dos institutos, à mera lembrança formal, com um mínimo de representatividade simbólica, e estava bem aquém do que pleiteara o religioso. Este, ao constatar o malogro do seu intento “respondeu, ocupando-se largamente do assunto e terminou pedindo sua dispensa de sócio”. A unanimidade dos sócios cavalheiristicamente recusou (em vão) a solicitação de afastamento do religioso, mas o assunto foi dado como encerrado, não havendo mais qualquer menção ao mesmo nas sessões posteriores.

O que importa destacar desta ‘pequena’ contenda é a forma como foi conduzido o impasse. Diante de uma proposta politicamente comprometedoras uma figura de prestígio manifesta sua discordância e, embora rechaçasse a idéia com veemência num primeiro momento, silencia no decurso das sessões posteriores. É certo, porém, que esse silêncio não significou um recuo, mas apenas um gesto de auto preservação, visto que fora apenas o porta voz do grupo majoritário, cuja opinião se impôs pelo estabelecimento de um acordo para uma solução consensual, que liquidasse o assunto com cuidado, mas de forma peremptória.

O cuidado era necessário porque boa parte dos integrantes do IGHB era também de velhos partidários da monarquia – o próprio Severino Vieira assim o fora. Mas os tempos eram outros e tais indivíduos possuíam sensibilidade e experiência política suficientes para perceber que ligar o IGHB tão diretamente ao antigo, cuja origem estivera tão associada aos membros do Clero seria uma temeridade política. Afinal, como a República desvencilhara o estado (e as instituições a ele ligadas) e a Igreja, uma relação mais íntima entre esta e o IGHB significava a possibilidade de comprometimento do apoio do governo à instituição, ou até mesmo considerada uma afronta aberta aos princípios do novo regime.

Em qualquer caso, situações que cabia a todo custo evitar com uma mensagem clara, ‘nós não somos eles’, para aqueles que, dentro do IGHB ou fora

---

<sup>88</sup> Ata da 3ª Sessão em 17 de junho de 1894. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 29-32, set. 1894.

dele (no estado ou alhures), tivessem alguma dúvida sobre o objetivo da recém criada agremiação, de servir à República e com ela – mas só com ela – se identificar.

Com tantos recursos e nomes de expressão a lhe prestigiar, não chega a surpreender que o IGHB tenha tido uma acolhida entusiasmada por parte da sociedade baiana de então. A imprensa baiana registrou maciçamente o nascimento da nova agremiação<sup>89</sup>, que permaneceu sendo anunciada por mais uma quinzena. Já no dia seguinte à inauguração os periódicos *Jornal de Notícias*, *Correio de Notícias* e *Diário de Notícias* comunicavam o evento à população. Todos, ao descrever a cerimônia realizada na sede do Grêmio Literário, chegaram a registrar a pequena contenda ocorrida entre o Fr. Carneiro e Severino Vieira, acerca da natureza do IGHB. Mas sintomaticamente nenhum dos jornais teceu comentários, contrários ou favoráveis, à decisão final da direção do IGHB para a questão. Numa postura em que, mais que mera imparcialidade – inexistente, aliás, a qualquer tempo e, em especial, naquela Bahia de fins do século XIX – parecia evidenciar certo desconforto dos segmentos ilustrados locais para romper de forma drástica com os valores da sociedade imperial, ainda que reconhecendo a necessidade de acomodação ao novo contexto político.

Nesse sentido, se houvesse um apoio por demais explícito da imprensa à decisão da ala majoritária, de usar – como homenagem – a data de fundação do velho IHB para a comemoração dos aniversários do IGHB (uma lembrança, aliás, fatidicamente morredoura), tal apoio poderia provocar ressentimentos entre os tantos expoentes do antigo regime. Por outro lado, o novo momento e a predominância incontestada de cabeças republicanas entre os integrantes da prestigiosa organização, tornavam, no mínimo, desaconselhável uma adesão e defesa da causa levantada pelo Fr. Carneiro.

Conformando-se a essa linha ‘politicamente neutra’ os periódicos em questão preferiram optar, no que se poderia chamar de sua ‘linha editorial’, pela exaltação da iniciativa dos fundadores, ressaltando a oportunidade de uma tal instituição para o estado que, àquela altura, já se punha em desvantagem frente a outros, cuja iniciativa mais cedo os havia habilitado a sediar tais agremiações. Uma

---

<sup>89</sup> As primeiras notícias foram veiculadas em 14/05/1895, pelos periódicos: *Jornal de Notícias*, o *Correio de Notícias* e o *Diário de Notícias*. No dia 15 de maio foi a vez do *Estado da Bahia*, da *Gazeta de Notícias* e do *Diário da Bahia*. No dia 27 abordou o assunto *O Monitor Católico*. Cf. *Opinião da Imprensa. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 1, n. 1, p. 13-24, set. 1894.

boa idéia sobre esta atitude pode ser obtida observando-se a nota emitida pelo jornal Estado da Bahia, em que se lê:

Acha-se, portanto, instalada nesta capital uma instituição que, pelos seus fins de alta importância para ciência e para as letras pátrias, merece o mais franco apoio, a mais sincera adesão e os mais ingentes esforços de todos os que trabalham pelo elevamento [sic] social desta terra, de todos os que nutrem a salutar e patriótica idéia de elevar a Bahia, já distinta por vários títulos, à altura que possa enobrecê-la sempre perante suas irmãs e perante o estrangeiro.

A instalação desta sociedade, incontestavelmente de grande necessidade para um Estado como o nosso, rico de tradições históricas que se remontam aos primitivos tempos da descoberta do Brasil, já se fazia de há muito sentir; e deveras punha-nos o coração quando víamos outros estados, como Pernambuco, Alagoas, Ceará e Pará possuindo instituições desta ordem e nós colocados sempre à retaguarda [...]<sup>90</sup>

Na cerimônia de inauguração do IGHB não havia, como não houve com o velho IHB, autoridades representando o governo federal ou o Instituto Histórico brasileiro. Mas então, vale reafirmar, o contexto era bem outro. O nascimento de um instituto histórico há muito já não era um acontecimento notável, vários já haviam surgido após o pioneiro Instituto brasileiro. O que se mostrava realmente inusitado era o apoio da sociedade republicana local, apoio expresso primeiramente pela significativa adesão da intelectualidade e de personalidades de destaque político e econômico, que possibilitam um número de sócios inicial quase cinco vezes maior que o número de fundadores do antigo IHB.

A disponibilidade de recursos nos seus primeiros momentos, mas também nos anos seguintes, foi igualmente notável, expressando-se desde a concessão imediata das instalações do Grêmio Literário (o Monte-Pio dos Artífices, também ofereceu sua sala) para o desenvolvimento das atividades do IGHB, até a aquisição de uma sede própria (mesmo que ainda não a definitiva), próxima à Faculdade de Medicina, menos de quatro meses após a criação do Instituto. Era de fato uma outra instituição a que nascia, mas era também outra a sociedade que acolhia a nova agremiação. Uma sociedade carente de símbolos que lhe assegurassem um lugar na nova ordem e que, por isso mesmo, recebeu aquela instituição ansiosa e determinada a não permitir que tivesse o fim que, anos antes, marcou o IHB.

<sup>9</sup> 90

Transcrição de nota veiculada pelo Jornal Estado da Bahia, em 15 de maio de 1894. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.1, n.1, p. 18-20, set. 1894.

## 1. OS COMPONENTES DO IGHB

Um aspecto notável na resolução do episódio da 'origem' do IGHB reside no fato de que um posicionamento tão firme e rápido só foi possível por haver certa uniformidade, ou no mínimo menos heterogeneidade, entre os integrantes do IGHB, do que havia entre os integrantes do antigo IHB. Mas quem eram aqueles indivíduos? Permaneceu sempre a instituição com um mesmo perfil de sócio, ou este se alterou ao longo do percurso entre a fundação e o fim da Primeira República? Quem, em síntese, deu corpo ao IGHB no período em estudo?

Se começamos a responder esses questionamentos tomando por base o grupo dos 134 sócios efetivos fundadores do Instituto (ver relação em anexo), de imediato a composição dos integrantes do instituto baiano apenas espelha o quadro que se apresentava nas instituições similares em outros estados, no sentido de que compunham-no as elites intelectual, política e econômica do estado. Mas um olhar mais cuidadoso revela outras peculiaridades na composição do Instituto. Veja-se a composição do IGHB na tabela seguinte.

**TABELA 07 - Sócios efetivos fundadores do IGHB: atividade profissional**

<b>Atividade / Profissão</b>	<b>Quantidade</b>
Advogados	12
Médicos	12
Religiosos	08
Engenheiros	06
Militares	05
Professores	04
Farmacêuticos	02
Jornalistas	02
Juizes	02
Comerciantes	01
Diplomatas	01
Total	53

Fonte: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 2, p. 335-340, dez. 1894

Numa avaliação inicial do conjunto dos 134 nomes já é possível identificar com precisão o perfil profissional de 53 deles. Nesse grupo é notável a acentuada predominância de profissionais liberais de formação acadêmica, dentre os quais profissionais de direito eram os mais comuns. Seguiam-nos em igual número os

médicos e, como segunda categoria mais presente, os clérigos, confirmando a influência da Igreja na instituição e deixando entrever o quão delicada para a direção do Instituto foi a condução das divergências suscitadas pela proposta do Fr. Carneiro.

Numa outra avaliação possível, da relação de 134 sócios efetivos fundadores, 78 nomes encontravam-se precedidos pelo tratamento de “Dr.”, o que sugere algum tipo de formação acadêmica. Como a expressão, porém, não assegura com certeza tal formação, confrontamos alguns dos nomes assim identificados com os registros biográficos de seus detentores. Esse recurso permitiu averiguar que os indivíduos em questão eram ‘doutores’ de fato, ou seja, médicos, engenheiros e profissionais do direito, não tendo sido identificados sócios aos quais fosse conferido o tratamento e que não possuíssem a formação necessária para o título, segundo os critérios da época.

Entre os 57 sócios restantes, por sua vez, 8 eram religiosos e 5 eram oficiais militares, ou seja, possuíam também certa formação educacional, restando assim apenas 44 sócios (cerca de 32,6 %) sem qualificação profissional e educacional específica, segmento composto – provavelmente – por comerciantes e proprietários de terras.

O que estes números traduzem é que, embora os ‘tipos’ que integravam o IGHB (basicamente as elites intelectuais, econômicas e políticas) permanecessem essencialmente os mesmos que davam corpo a outras instituições irmãs, a participação de cada um desses segmentos na nova agremiação baiana foi bastante desigual.

No IGHB devemos reconhecer, pelo menos no momento de sua fundação, uma intenção (e uma tendência) de se buscar favorecer a predominância de figuras de perfil intelectual, ativos e produtores, cujos trabalhos (históricos, biográficos, geográficos...) pudessem dar fôlego e sentido à agremiação, viabilizando assim o cumprimento do papel de que se incumbia, de pensar as questões relevantes para Bahia do novo cenário republicano.

Essas figuras intelectuais seriam tipos “engajados”, pessoas que por sua formação educacional mais consistente, se mostrariam detentoras de uma visão mais ampla da sociedade e, conseqüentemente, de uma atitude mais crítica para com esta, segundo definição dada por Marletti<sup>91</sup>, ainda que, no caso específico da

---

91

intelectualidade baiana, esse “engajamento” não implicasse na assunção de posições políticas de esquerda e a sua crítica fosse direcionada com frequência à ocorrência de desvios ou à desarticulação da ordem vigente. Seriam eles, se se preferir uma leitura gramsciana, intelectuais orgânicos às classes dominantes.

De fato essa busca pela presença de intelectuais no grupo fundador acabou por conferir ao IGHB, em seus primeiros momentos, um perfil institucional mais acentuadamente meritocrático que o do seu predecessor. E com este perfil veio a tendência à valorização de qualidades ‘acadêmicas’, expressa nas condições de seleção e ingresso dos sócios, estabelecidas no artigo 8º do seu estatuto, em que se exigida a apresentação de:

[...] trabalho original ou traduzido acerca de quaisquer assuntos (histórico, científico ou literário) a que se propõe o Instituto, quer esse trabalho seja inédito, quer já publicado; uma vez que abone a capacidade do autor; ou ofer[ta] [de] algum presente de valor científico, histórico ou literário sobre o Estado.<sup>92</sup>

A dimensão desta ênfase na capacitação intelectual pode ser bem percebida quando comparada às condições de seleção estabelecidas pelo antigo IHB, que no parágrafo 1º do seu artigo 8º, fazia apenas a vaga exigência de que “os [candidatos] que, sendo por suas qualidades morais e científicas propostos por um ou mais membros efetivos, [deveriam ser] aprovados por maioria absoluta na forma do Regimento Interno”. Sendo somente no parágrafo 2º considerados também como aptos ao ingresso na agremiação “os que oferecerem ao Instituto, ou pelo menos publicarem, alguma obra científica ou literária, ou fizeram alguma outra oferta de valor”<sup>93</sup>.

É fato que, a despeito da expectativa de constituição de uma organização eminentemente meritocrática, houve sempre uma preocupação em aproximar o IGHB e as principais autoridades do estado. Em sua oitava sessão, por exemplo, realizada a 15 de novembro de 1894, concedeu-se o título de sócio honorário ao então governador do estado, Manoel Rodrigues Lima, ao Arcebispo da Capital, D.

---

MARLETTI, Carlo. Intelectuais (verbetes). In. BÓBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Unb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. v. 1, p. 637-640.

<sup>92</sup>

Artigo 8º dos Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 37-58, set. 1894.

<sup>93</sup> Parágrafos 1º e 2º, do Artigo 8º, do Estatuto do IHB, p. 08-9. In. BAHIA, Fundação Cultural do Estado da Bahia. 2001.

Jeronymo Thomé da Silva, e a Rui Barbosa<sup>94</sup>. Mas nos parece sintomático que personalidades de tamanho vulto tenham sido incorporados ao Instituto como sócios e não como presidentes, o que reforça o entendimento sobre a preocupação meritocrática da instituição, expressa – nesse caso – pelo cuidado em reservar a presidência como instância a ser ocupada por intelectuais e que expressasse, além disso, um efetivo vínculo com a instituição.

Esse entendimento ganha respaldo quando considerado o perfil do primeiro presidente do IGHB. Tranquilino Leovigildo Torres (1859-1896) era membro de antiga e poderosa família baiana. Descendia dos condes da Ponte, dos quais o 6º, D. João Saldanha de Melo Torres, era governador da Bahia quando se deu a transferência da Família Real para o Brasil, em 1808<sup>95</sup>.

Sua ascendência mais direta já não detinha títulos de nobreza, embora se conservasse influente. Seu pai, Belarmino Silvestre Torres, era personalidade de destaque do Partido Conservador baiano, tendo sido eleito para várias legislaturas entre 1882 e 1887. Mas tal ascendência de pouco ou nada valeu em seu empreendimento junto ao IGHB. Contrariado o percurso trilhado por seu pai na política, tanto Tranquilino quanto seu irmão, João Nepomuceno Torres (também fundador do IGHB), desenvolveram carreiras na magistratura, sem qualquer envolvimento direto com o campo – e a notoriedade – da política.

Assim, ao contrário do primeiro Presidente do antigo IHB (cujo grande prestígio social foi fundamental tanto para criação do instituto como para sua indicação à presidência) Tranquilino Torres era uma figura pouco expressiva em termos de projeção social. Com sua formação em direito, foi nomeado promotor público da Vila de Vitória, em 1883, vindo posteriormente a atuar como juiz em diversas vilas até 1886. Com a República foi nomeado juiz da comarca de Macaúbas, em 1891. No ano seguinte foi eleito membro do tribunal administrativo pelo Senado Estadual<sup>96</sup>.

Nos dois anos em que esteve à frente do Instituto Tranquilino Torres apresentou pelo menos quatro trabalhos para publicação através da revista da instituição, entre corografias, estudos sobre o antigo IHB, sobre colonização nacional

---

<sup>94</sup> Ata da 8ª Sessão do IGHB, de 15 de novembro de 1894. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n.2, p. 302-304, dez. 1894.

<sup>95</sup> Suma genealógica das mais antigas e tradicionais famílias baianas. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, n. 17, p. 197-201, 1971.

<sup>96</sup> Memorial. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 8, p. 133-152, 1896.



e estrangeira, além de discursos e biografias<sup>97</sup>. Tal produtividade, associada à ausência de uma carreira política, deixa claro seu perfil de intelectual, que provavelmente foi determinante para a não concessão dos títulos de presidentes honorários, até porque a concessão dos títulos deveria, regimentalmente, ser proposta pelo próprio presidente do Instituto.

Mas teria sido difícil para o presidente defender isoladamente esta posição, o que leva-nos a considerar que este provavelmente encontrava apoio em outras personalidades do Instituto. De imediato, seu irmão, João Nepomuceno, era sem dúvida um aliado natural. Além deste, um provável nome de destaque na primeira diretoria do IGHB a apoiar a visão do Presidente era o seu então orador, Hermenegildo Braz do Amaral. Médico de formação, professor de elementos de antropologia no Instituto de Instrução Secundária da Bahia e, a partir de 1902, professor da Faculdade de Medicina<sup>98</sup>, Braz do Amaral foi um dos intelectuais de maior prestígio no meio baiano da Primeira República, com cerca de 36 textos publicados na revista do IGHB entre 1894 e 1930.

A busca por um perfil intelectualizado para a instituição permaneceu, pelo menos formalmente, sem alterações durante o decurso de toda a Primeira República, mas houve também uma acentuada flexibilização destes critérios, especialmente quanto à exigência do trabalho original. De fato, num levantamento de 581 fichas de propostas de sócios, apresentadas entre 1916 e 1930, apenas três fichas, uma do ano de 1916 e duas de 1922, tiveram os seus proponentes (o Bacharel Eugênio Egas, o professor e publicista José Carneiro Rodrigues e o tenente Amílcar Salgado dos Santos) identificados como autores de trabalhos sobre a história nacional, sendo, contudo, admitidos como sócios correspondentes<sup>99</sup>.

O modelo de ficha de inscrição utilizado jamais incluiu um quesito para a identificação das obras produzidas (ver modelo em anexo), o que dá margem à especulação de que, talvez, essa ausência omitisse a existência dos trabalhos dos candidatos. Embora essa possibilidade deva ser considerada, as referências feitas aos trabalhos das propostas de 1916 e 1922, indicam a excepcionalidade desse tipo de ocorrência. Essa idéia é reforçada quando constatamos que outras excepcionalidades eram também registradas sempre que ocorriam. Esse é o caso

<sup>97</sup> Índice: período de 1894 a 1998, números 1 a 93. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, p. 272, 1999.

<sup>98</sup> BRITO, 1996, p. 63.

<sup>99</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 09 (1915-1917). Propostas de 1916; Caixa 13 (1922-1923). Expedientes dos meses de abril e julho de 1922, respectivamente.

dos sócios doadores, que podiam estar enquadrados nas categorias mais freqüentes, de efetivos, honorários ou correspondentes<sup>100</sup>, sem que isso dispensasse a precisa identificação do objeto ou do valor doado (especialmente durante a fase da arrecadação dos fundos para construção da nova sede do Instituto).

Há pelo menos outras quatro dessas referências especiais entre 1922 e 1926<sup>101</sup>, o que demonstra que a Comissão de Admissão estava sempre pronta a registrar tais distinções. Conseqüentemente, tudo leva a crer que só ocorreram três registros de sócios com trabalhos porque, de fato, os demais não os tinham para apresentar no momento do seu ingresso. Isso indica que na prática, desde muito cedo, houve uma flexibilização dos critérios de admissão da instituição, o que é bem compreensível quando se tem em mente que um dos principais fatores a debilitar o antigo Instituto Provincial foi, vale lembra, o seu reduzido número de sócios.

Poucos sócios significava poucos recursos provenientes das anuidades, significava também um número reduzido de colaboradores para a revista e, igualmente significativo, menos possíveis contatos entre o Instituto e setores da sociedade civil ou dos poderes públicos, de todo interessantes para a agremiação. Tais possibilidades por certo não passaram despercebidas pelas primeiras

<sup>100</sup> As categorias em questão eram as principais a compor o Instituto, sendo os *Sócios Efetivos* aqueles residiam na capital e, em tese, freqüentavam as reuniões da agremiação (a ausência às reuniões pelo período de um ano era, inclusive, regimentalmente considerado com indicativo da renúncia do sócio). O título de *Sócio Honorário* era concedido a personalidades ilustres da sociedade e também os sócios que tivessem ocupado cargos da mesa administrativa por mais de cinco. A condição de *Sócio Correspondente* se configurava regimentalmente em três situações: (a) quando o candidato residia fora da capital, (b) quando era sócio efetivo e se transferia para fora da capital e (c) quando o candidato era juiz de direito de uma comarca (condição em que a ausência da capital e as freqüentes mudanças eram características). Além destas categorias principais, o primeiro regimento do Instituto previa ainda a condição de *Sócio Fundador*, reservada obviamente ao grupo criador da instituição e que, com o passar dos anos extinguiu-se pelo falecimento de seus integrantes. Outro grupo previsto era o dos *Sócios Beneméritos*, título concedido aos mais 'destacados' dentre os Sócios Honorários, e/ou às pessoas que fizessem donativos superiores a 1:000\$000 (um conto de réis), prédios ou outros objetos de valor. Havia, por fim a condição de *presidente honorário*, com a qual poderiam ser agraciados vários candidatos (não havia restrição ao número de presidentes honorários), sendo que, neste caso, não eram estabelecidos critérios específicos para a concessão do título, a não ser a exigência de que o nome sugerido (necessariamente pelo Presidente) fosse aprovado unanimemente pelos presentes em uma sessão. Posteriormente, quando da consolidação do Instituto na década de 1920, estas categorias foram ligeiramente ampliadas, de modo que os sócios benebêritos foram divididos em: *Beneméritos* e *Grandes Beneméritos*; os Sócios Efetivos, por sua vez, foram diferenciados em *Efetivos Contribuintes* e *Efetivos Remidos*, além de ser criada a categoria de *Sócio Protetor*. Sobre a estrutura inicial do Instituto ver: Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Capítulo II, Sessões 1ª a 6ª. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. v. 1, n. 1, p. 38-42, set. 1894. Para uma visualização das categorias adicionadas ver: Lista de sócios em dezembro de 1926. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 52 p. 426-454, 1826.

<sup>101</sup> Arquivo do IGHB. Idem. Ver propostas de Torquato Moneira e Márcia Eugênia Gantois Temporal, respectivamente. Caixa 14 (1923-1924), Expediente dos meses de janeiro e fevereiro de 1923. Ver proposta de José Morbecke. Caixa 16 (1926). Propostas de dezembro de 1926. Ver proposta de Leonardo Pedro Lago.

diretorias, que logo trataram de dispensar, de fato, a exigência dos trabalhos, tornando assim a Instituição realmente acessível aos letrados baianos.

Por outro lado, considerando a possibilidade de uma flexibilização extremada dos critérios de admissão iniciais, não se pode descartar totalmente a ocorrência de posteriores admissões de sócios analfabetos. Até porque o estatuto do Instituto tanto não vetava explicitamente o ingresso de analfabetos, como previa a admissão por 'doação' de objetos ou obras de interesse histórico. Assim, pelo menos em tese, seria factível a ocorrência de admissões de analfabetos em função da oferta de algum "presente" ao Instituto. Mas esta nos parece uma possibilidade extremamente remota no âmbito do novo IGHB, pelo perfil que pretendia ter e pela tendência 'natural' deste grupo (que se entendia como intelectualizado) de dificultar o ingresso de tipos que lhes fossem por demais antagônicos.

O IGHB pretendeu-se, portanto, desde sua origem, uma instituição de e para intelectuais. Mas quase que ao mesmo tempo, seus dirigentes perceberam a inviabilidade de critérios de seleção excessivamente rígidos. Destarte, no que diz respeito à sua composição básica, o IGHB converteu-se muito rapidamente da instituição de intelectuais, inicialmente concebida (ainda que estes, naturalmente, também lhe tenham freqüentado), para uma agremiação predominantemente de letrados, não necessariamente 'engajados' e 'críticos' como discutido anteriormente.

A presença constante desses letrados pode ser avaliada nos números relativos ao levantamento dos 581 sócios admitidos entre 1916 e 1930, dentre os quais puderam ser identificadas 34 categorias profissionais<sup>102</sup>, 22 das quais, por sua maior incidência, encontram-se elencadas na tabela 08. Os dados relativos aos 581

---

<sup>1</sup> 102

As categorias em questão resultam de um esforço de síntese da grande diversidade de ocupações identificadas nas propostas de sócios do período. Essa diversidade, porém, em muitos casos resultava da multiplicidade de nomenclaturas para uma mesma atividade básica, como a de 'comerciantes', que abarca também as referências a negociantes. Noutros casos optamos por agrupar à categoria dos 'funcionários públicos' (assim identificados) todas as ocupações que se desenvolviam em função de sua relação com o estado (com exceção dos postos de chefia e cargos de primeiro escalão), como fiscais de secretarias, coletores de impostos, entre outros, cujo local de trabalho (quando mencionado) indicasse claramente tal vinculação. Outra situação foi a da criação da categoria 'Diretor/Chefe de empresa/entidade' que compreende tanto o engenheiro chefe de uma sessão da estrada de ferro, quanto o diretor de um orfanato, ou o de uma empresa. Nesses casos, a opção de agrupá-los deu-se em função da ênfase atribuída nas fichas de sócios aos postos de chefia ocupados pelos candidatos e ao evidente peso que tal condição exerceu para sua aprovação. A categoria 'integrantes do Executivo' compreende desde chefes de estado (reis, presidentes, governadores...) a secretários de governo (em suas várias pastas), todos identificados em função de seus postos. A mesma lógica aplica-se aos 'Integrantes do legislativo' contemplando de senadores a conselheiros municipais, e 'integrantes do Judiciário', que abarca juizes, promotores e procuradores, por exemplo. O raciocínio vale também para as categorias de 'clérigos' e militares. Outra situação comum foi a opção por uma de duas atividades identificadas (Fulano, professor e jornalista, por exemplo). Nesses casos, a caracterização deu-se quase sempre pela primeira referência ou por aquela de formação mais específica (o médico-literato foi assim classificado apenas como médico). As 'outras categorias' compreendem, por fim, as atividades de ocorrência muito reduzida (menos de 3 casos).

ingressos do período evidenciam que, embora tenham se diversificado bastante as atividades dos sócios em relação ao grupo dos fundadores, predominaram os tipos letrados durante todo o período aludido. Somente as categorias profissionais liberais ‘superiores’, necessariamente exigidoras de uma formação educacional mais ampla (engenheiros, médicos, advogados, professores e os estudantes acadêmicos dessas áreas) perfaziam sozinhos cerca de 33,91% dos sócios admitidos. Outras categorias letradas específicas (militares e clérigos) eram 3,1%.

TABELA 08 - Sócios admitidos ao IGHB entre 1916 e 1930

Atividade / Profissão	Quantidade	Percentuais
Médico	71	12,22 %
Engenheiro	57	9,81 %
Comerciante	56	9,64 %
Advogado	54	9,29 %
Funcionário público	49	8,43 %
Professor	39	6,71 %
Diretor/Chefe de empresa/entidade	34	5,85 %
Acadêmico (estudante)	29	4,99 %
Integrantes do Legislativo	21	3,61 %
Integrantes do Executivo	18	3,10 %
Integrantes do Judiciário	14	2,41 %
Agricultor/Fazendeiro	13	2,24 %
Capitalista	13	2,24 %
Jornalista	13	2,24 %
Industrial	11	1,89 %
Militar	11	1,89 %
Clérigo	7	1,20 %
Farmacêutico	7	1,20 %
Sócio de Instituto Histórico	6	1,03 %
Dentista	4	0,69 %
Doador	4	0,69 %
Escritor	4	0,69 %
Outras Categorias	23	3,96 %
Não Identificado	23	3,96 %
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>100 %</b>

Fonte: Arquivo do IGHB – Caixas 09 a 18. Propostas de Sócios (1916 a 1930).

Profissões que, na época, exigiam formação menos específica, mas igualmente assentada no domínio das letras (jornalistas, farmacêuticos, telegrafistas e, entre as categorias mais raras, contadores, escritores, escriturários, dentre outros) somavam outros 6,71% das propostas (ver apêndice com tabela detalhada). Grupos como os de diretores/chefes de empresas/entidades, integrantes do executivo (inclusive chefes), do judiciário e do legislativo, possuíam o domínio das letras como condição mesma para o exercício de suas atribuições e, em conjunto, representavam 14,97% dos sócios.

Se imaginarmos que apenas a metade dos 105 funcionários públicos e comerciantes associados pudessem ser considerados letrados (numa estimativa extremamente pessimista), estes ainda somariam outros 9%, perfazendo todos um universo de 67,69% dos sócios admitidos.

O raciocínio aplicado às categorias já citadas pode ser estendido às demais. Assim, não é difícil perceber que, salvo por alguma improvável (e mesmo ocorrendo, raríssima) exceção, o conjunto dos integrantes do IGHB durante a Primeira República foi constituído por pessoas com formação educacional relativamente ampla, freqüentemente superior. Manteve-se assim, em linhas gerais, o perfil letrado dos sócios fundadores, ainda que algumas alterações significativas estejam sugeridas pelos números dos ingressos. Essas alterações expressam-se, por exemplo, no pequeno ingresso de clérigos (apenas 1,2% dos novos sócios), ao longo dos 14 anos compreendidos pela série de propostas, o que certamente diminuiu substancialmente a representação de religiosos no IGHB em ralação ao percentual existente no grupo fundador (de aproximadamente 6%).

É necessário notar ainda que os militares, que representavam quase 4% do grupo fundador, também tiveram um número de ingressos reduzido (1,89% das admissões). Com isso devemos entender que, embora a representatividade destes grupos, e em particular dos clérigos, de fato tenha seguido uma tendência de redução, esta se deu mais pela diversificação geral dos quadros e o aumento desproporcional da participação de outras categorias específicas, do que em função de uma eventual política de restrição direta ao seu ingresso, ainda que uma tal política fosse concebível dadas as tensões criadas pelos religiosos na questão da identificação ou não do IGHB ao antigo Instituto Provincial.

Por outro lado, podemos especular que a própria flexibilização dos critérios de admissão e a diversificação dos quadros da instituição talvez possam ser entendidos como uma expressão concreta (ainda que indireta) de uma tal 'política', na medida em que, na prática, acabaram por diminuir a influência da Igreja no IGHB. Para além das especulações, foi essa grande diversificação a mais contundente mudança verificada na composição do Instituto, entre o momento da fundação e o transcorrer da Primeira República, inclusive pelo aumento da presença feminina no Instituto, com o ingresso de pelo menos 35 mulheres à instituição, especificamente de 1896 a 1930 (ver apêndice com relação das admitidas).

Nesse particular, cabe registrar que mesmo antes do intervalo 1916-1930 mulheres já eram aceitas no Instituto, como a professora e poetiza Amélia Rodrigues, admitida em 1896. Dona Maria Elisa Valente Muniz de Aragão, admitida em 1902<sup>103</sup>, provavelmente por suas relações familiares (Antonio Ferraz Muniz de Aragão veio ser governador do estado em 1912). Maria Luiza de Souza Alves, foi admitida em 1911 por ser “poetisa, literata e professora do Instituto Normal” e Eufrosina Miranda por ser “professora e poetisa”<sup>104</sup>. Já Heriqueta Martins Catarino foi admitida em 1915 “pelo cultivo das letras e da história”<sup>105</sup>, demonstrando uma maior predisposição do IGHB para acatar a presença feminina do que outras instituições baianas, a exemplo da Academia de Letras da Bahia, onde o ingresso da primeira acadêmica, em 1938, não se deu sem tensões e rupturas no âmbito daquela instituição<sup>106</sup>. E, conquanto parte dessas mulheres devessem procurar o Instituto com a mesma perspectiva de aquisição de *status* que a maior parte dos letrados baianos, algumas delas efetivamente integraram-se à vida da agremiação. Em 1919, por exemplo, haviam 9 mulheres entre os 537 sócios relacionados, sendo provável que boa parte delas estivessem entre os 282 sócios efetivos (242 eram correspondentes e 13 honorários)<sup>107</sup>. Dentre estas sócias pelo menos duas, Maria Luiza de Souza Castro e Leocádia de Sá Matins Catarino, chegaram a publicar na revista da instituição durante o período desse estudo<sup>108</sup>.

O conjunto dessas mudanças mostra-se como um fenômeno tanto mais significativo quanto mais constamos a manutenção – dentro da diversidade crescente – do já mencionado perfil letrado dos associados. Obviamente, contudo, falar de indivíduos letrados não significa falar de estudiosos ou sequer mesmo de interessados em história, geografia ou qualquer dos campos de atuação do IGHB .

Com efeito, os altos índices de adesão ao Instituto estão longe de traduzir o nível de envolvimento destes segmentos letrados com as ‘questões de interesse’

---

<sup>1</sup> 103

Arquivo do IGHB. Caixa 06 (1909-1912). Propostas de 1902 [documentos em desacordo com a período indicado na caixa].

<sup>104</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 06 (1909-1912). Propostas de outubro de 1911.

<sup>105</sup> Idem. Caixa 08 (1914-1915). Propostas de 1915.

<sup>106</sup> SILVA. P., 2000, p. 138.

<sup>107</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 14 (1923-1924). Expediente do mês de abril de 1924. Informe à Diretoria Geral de Estatística

<sup>108</sup> Ver CASTRO, Maria Luiza de Souza. A atuação de Abílio Cesar Borges sobre os processos educativos no Brasil. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 50, p. 42-58, 1925; CATARINO, Leocádia de Sá M. Protesto de uma senhora baiana. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 54, p. 433-435, 1928.

para a Bahia. Seu ingresso e participação (quando chegava a ocorrer) no Instituto devia-se seguramente, para uma ampla maioria, à oportunidade de adquirir o *status* associado a uma instituição de saber. O interesse dos letrados em participar de tais agremiações já foi, aliás, observado por Paulo Silva. Para o autor, referindo-se à posterior (mas não substancialmente distinta) década de 1930, a inserção de tais indivíduos no IGHB, “assim como [a] atua[ção] na imprensa ou no magistério secundário ou superior, conferia[-lhes] [...] a distinção de intelectua[is]”<sup>109</sup>, uma referência tanto mais significativa, quanto menos apropriada era à grande maioria, como assinalou ainda o autor ao afirmar:

O pequeno número dos que, de fato, podiam se dedicar às atividades intelectuais torna a relevância destes talentos precoces muito mais um índice de pobreza da comunidade intelectual baiana que de profusão de talentos imberbes. Realidade que não escapou ao discurso crítico e irônico de Jorge Amado, em 1930, ao se referir, em *O país do carnaval*, à Bahia de então onde “todo mundo é intelectual”.<sup>110</sup>

A ausência dos trabalhos originais dos sócios recém admitidos, já o vimos, constitui-se em um indício dessa intelectualidade mais pretendida que vivenciada pela maior parte dos sócios. Definiram-se assim, na constituição do IGHB durante a Primeira República, dois grupos de perfil distinto: os letrados e os intelectuais. Os primeiros constituíram o grosso das fileiras dos associados. Oriundos dos reduzidos segmentos médios da sociedade baiana buscavam o instituto mais pelo prestígio que tal relação podia proporcionar do que por afinidade de interesses ou de preocupações teóricas.

Seguramente a quase totalidade deles jamais sequer frequentou as sessões e muito menos se habilitou produzir a encaminhar qualquer estudo ou trabalho para apreciação de seus pares. Mas ao mesmo tempo tal segmento espelhava e representava internamente a ‘sociedade’ baiana com a qual o IGHB

---

<sup>1</sup> 109

SILVA. P., 2000, p. 129.

<sup>110</sup> Idem, p. 86.

podia e pretendia se relacionar e, nesse sentido, a dimensão de sua presença na agremiação constituía-se em um bom indicador das possibilidades de apoio e interlocução da instituição com aquela.

O segundo grupo, o dos intelectuais, era naturalmente mais restrito, mas também possuía lá suas distinções. Alguns deles, que podemos identificar como 'envolvidos', tinham seus campos de interesse e de atuação diretamente relacionados ao Instituto e com ele se identificavam (e foram identificados) inquestionavelmente, participando sempre das instâncias de organização e gestão do Instituto. Foram eles nomes de grande notoriedade nos meios acadêmicos da época (alguns ainda na atualidade), destacando-se quer no Instituto, quer na vida pública por sua atuação profissional ou pela qualidade de seu trabalho intelectual. Podem ser citados como ícones desse grupo, particularmente por sua contribuição à história da Bahia, as figuras de Braz do Amaral, Theodoro Sampaio e Wanderley Pinho, entre outros, sobre alguns dos quais voltaremos a falar. Tais intelectuais, por sua relação e prestígio na instituição, conferiram-lhe os rumos e as feições, todos a seu tempo pensaram e fizeram o IGHB.

E havia também os intelectuais menos envolvidos com o dia-a-dia institucional e pouco visíveis como sócios. Esses intelectuais podiam também desfrutar de certa notoriedade à época de seu ingresso, mas na maioria dos casos, exatamente por não terem seus nomes associados (e lembrados) com o IGHB, acabaram pouco conhecidos pela posteridade. Não obstante uma boa parte deles era de intelectuais laboriosos que escreviam e publicavam com regularidade.

Podemos considerar a esse respeito dois exemplos de intelectuais que integraram o IGHB, mas que não chegaram a se notabilizar como sócios. Tratamos



aqui de Ubaldo Osório Pimentel e de Manoel Castelar de Almeida Sampaio, o primeiro sócio correspondente e o segundo sócio efetivo do Instituto baiano. Ambos reconhecidamente estudiosos que publicaram trabalhos, tornando-se referenciais nos seus respectivos campos de interesse, e que ainda assim jamais contribuíram para a revista do IGHB ou para os seus quadros administrativos.

Ubaldo Osório Pimentel (1883-1974)<sup>111</sup>, avô do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, nasceu e viveu na Ilha de Itaparica, salvo pelo breve período de 1900 a 1905 em que esteve em Salvador a fim de dar continuidade a seus estudos. Nesse período, mais precisamente em 1903, e num perfeito exemplo do percurso vivido pelos intelectuais baianos<sup>112</sup>, ainda enquanto estudante, Osório iniciou-se no meio jornalístico, atuando primeiramente como revisor, e depois como colaborador do Diário de Notícias, com “outros valores moços da Bahia naquele tempo”. Em 1905 regressou para sua terra natal, fundado ali, em parceria com Rafael Spínola o jornal “O Ilhéu”, semanário destinado, segundo o próprio, a “combater a chamada Oligarquia Ramista”.

Às suas aspirações literárias e jornalísticas correspondiam, portanto, interesses políticos que lhe valeram, ainda em 1905, a eleição para o cargo de

---

<sup>111</sup> OSÓRIO, Ubaldo. Notas autobiográficas. *A Ilha de Itaparica: história e tradição*. 6. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado, 1979. p. 7-12.

<sup>112</sup> SILVA, P., 2000, p. 83-86.

secretário do grupo da “Concentração Itaparicana”. As relações políticas que estabeleceu a partir de então envolviam nomes como Felix Gaspar de Barros, Antonio Calmon e o Conselheiro Luiz Vianna (que fora, aliás, seu padrinho de casamento). Sob o incentivo ou os auspícios dos mesmos foi nomeado, em 1906, ajudante do Procurador da República. Em 1918 assumiu o cargo de Coletor Federal do Município de Itaparica e, em 1924, sob o governo Góis Calmon, assumiu a intendência da Ilha.

Seu envolvimento com o jornalismo teve continuidade com a produção de textos para o “Correio da Tarde” e para “O Norte”. Publicou ainda panfletos contra a administração municipal, na década de 1930, mantendo a linha da crítica política que iniciara nos jornais. Esse envolvimento com a política por certo determinou o desinteresse de Osório por publicar outros temas, pelo menos durante os anos de sua atuação na vida pública. Não obstante, durante esse período, já coligia os dados que integrariam a sua principal obra “A Ilha de Itaparica”, tornada pública em uma edição póstuma.

Já Manoel Castelar de Almeida Sampaio (1896-1979), informa-nos Hildegardes Vianna<sup>113</sup>, era natural do município baiano de Nazaré e, como tantos

---

<sup>113</sup> VIANNA, Hildegardes. Revisando o poeta Castelar Sampaio. *Separata da Revista da Academia de Letras da Bahia*. n. 43, p. 285-300, mar. 1998.

outros jovens da época, transferiu-se para Salvador visando continuar sua educação. Realizou seus estudos preparatórios no Colégio dos Jesuítas e foi aluno fundador do colégio Antonio Vieira, em 1911. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1919, período em que já publicava suas primeiras poesias no jornal “O Imparcial”.

Na década de 1920 Sampaio participou ativamente da vida literária da capital baiana, e muito provavelmente integrou o grupo literário auto-intitulado “Cavaleiros da Távora Redonda”, liderado por Carlos Chiacchio<sup>114</sup>, uma das figuras centrais do modernismo na Bahia do século XX, juntamente com Pinheiro Veigas e Aloísio de Carvalho Filho, dentre outros<sup>115</sup>. Em meados da década Sampaio ingressou no IGHB<sup>116</sup> (reforçando a sua posição de intelectual perante a sociedade), mas sua produção permaneceu mesmo no campo literário, escrevendo (sempre

---

<sup>114</sup> SILVA, P., 2000, p. 91.

<sup>115</sup> Para uma familiarização com o panorama e as personalidades literárias do século XX na Bahia, e particularmente do movimento modernista, ver BRASIL, Assis. Literatura baiana: breve panorama da poesia baiana no século XX. *Letras da Bahia*. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/artcult/letrasdabahia/literatura.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2006.

<sup>116</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 15 (1925). Expediente do mês de março. Ver proposta de Manoel Castelar Sampaio.

como poeta e epigramista) para revistas e jornais de Salvador até o início da década de 1930.

Some-se a isso o fato de que desde 1925 vira-se obrigado, por força de sua carreira na magistratura, a transferir-se de Salvador para o município baiano de Poções, onde permaneceu até 1932, quando foi transferido para o município de Bom Conselho (atual Cícero Dantas) e dali para Itaquara, em 1934. As sucessivas transferências (outras seguiram-se à de Itaquara) mantiveram-no assim afastado da vida soteropolitana até a sua aposentadoria, na década de 1950. Só então regressou a Salvador onde pôde, nas palavras Hildegardes Vianna, tornar-se um assíduo freqüentador das “sessões da Academia de Letras, do Gabinete Português de Leitura e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”.

A produção de Manoel Castelar de Almeida Sampaio não se restringiu em absoluto ao fim de sua vida profissional. Com efeito, além da mencionada participação nos jornais da capital no início de sua carreira, publicou pelo menos 13 trabalhos entre 1930 e 1970, compreendendo poemas (em sua maioria), novelas e ensaios<sup>117</sup>. Mas, como adiantamos, jamais se interessou em produzir para o IGHB,

---

<sup>117</sup> VIANNA, H., 1998, p. 287-288.

para o que certamente contribuíram os anos de distanciamento do ambiente intelectual da capital e, em especial, do próprio IGHB.

A estes dois exemplos muitos outros nomes de prestígio no cenário intelectual baiano poderiam certamente ser acrescentados, todos igualmente distantes do Instituto, ainda que tivessem feito questão de se tornar sócios. Estes, como os muitos letrados que lhe integraram, foram significativos para a agremiação baiana não pela sua atuação como sócios, mas, sobretudo pelo reconhecimento que prestavam ao IGHB como instituição de saber (tornando-se sócios) e pela ampliação que possibilitavam da rede de relações da instituição baiana.

Uma demonstração concreta dessa avaliação de possibilidades entre o IGHB e seus sócios parece-nos estar claramente delineado no episódio ocorrido entre Raymundo Frexeira, Diretor do orfanato Abrigo dos Filhos do Povo, e o Instituto em 1922. Em julho daquele ano Frexeira foi admitido como sócio, tendo destacada em sua proposta de admissão a sua condição de dirigente do orfanato<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 13 (1922-1923). Expediente do mês de julho. Propostas de sócios do mês de julho de 1922.

Em setembro, em correspondência enviada ao Instituto, o diretor do abrigo justificava que as “escolas desta instituição não se incorporarão à procissão [...] cívica do 7 de setembro”, explicando que o motivo da desistência era a falta de fardamento adequado para as crianças e que não achava conveniente o “desfile da miséria infantil de nossa raça”. O novo sócio reconhecia, porém, haver mencionado ainda em junho daquele ano (portanto antes de sua admissão) a “idéia do comparecimento das crianças [...] às festas de 7 de setembro”<sup>119</sup>.

Embora esse acordo em particular não tenha sido bem sucedido, não deixa de ser sugestivo o fato de um diretor de orfanato sinalizar com a possibilidade de incorporar as crianças sob sua guarda às comemorações cívicas organizadas pelo IGHB (conferindo-lhes ‘volume’ e reconhecimento) e, pouco tempo depois, ser admitido como sócio da agremiação.

Com isso não pretendemos sustentar que o cargo de dirigente de Freixeira tenha sido uma condição *sine qua non* para a sua admissão, afinal outros

---

<sup>119</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 13 (1922-1923). Correspondência recebida da Direção do Abrigo dos Filhos do Povo, em 4 de setembro de 1922.

tantos, de perfil bem menos 'estratégico' para o IGHB (como os vários estudantes, ou mesmo operários) foram admitidos no mesmo período. Mas se não foi um fator determinante, certamente o seu cargo funcionou como um elemento facilitador e, mais significativamente, converteu-o de um candidato possível em um elemento desejável para a agremiação pelas possibilidades de apoio em que implicava. Tais possibilidades justificavam sobejamente, numa perspectiva institucional, a ampla aceitação e manutenção daqueles sócios 'não ativos' por assim dizer, até porque nenhum outro inconveniente provinha da sua vinculação ao Instituto, ou qualquer outro cuidado especial era exigido no trato com os mesmos.

Os sócios atuantes, por outro lado, demandavam dos dirigentes uma atenção maior. Mesmo entre este grupo, é bom lembrar, a diversidade de intelectuais e mesmo a presença dos vários segmentos letrados (magistrados, médicos, advogados, professores...), impunham ao IGHB os mesmos cuidados com a convivência das diferenças de que já tratamos ao discutir a composição do antigo IHB.

Em outras palavras, para os integrantes do novo IGHB a 'superficialidade' de suas relações e discussões, também possuía a função de evitar os possíveis e

prováveis atritos internos, assegurando a cordialidade necessária para preservação da instituição. Esse traço permaneceu válido para relação entre os sócios (e também entre o IGHB e outras instâncias da sociedade) durante toda a Primeira República e até mesmo para além dela. Talvez mesmo, resida aí – na opção pela manutenção de um padrão de reconhecimento que, não podendo aprofundar-se em um modelo específico, assentou-se mais (mas não exclusivamente) nas preocupações de ordem estética, porque válidas e reconhecíveis por todos – a razão do distanciamento que, progressivamente, se estabeleceu entre o IGHB e as demais instituições de saber do estado, notadamente as universidades, a partir da década de 1940.

Nesta fase, na exata medida em que estas e outras instituições de composição mais homogênea e padrões internos de reconhecimento assentados sobre critérios profissionais específicos, instalaram-se na Bahia republicana, aprofundou-se igualmente o fosso entre estas instituições e o IGHB, ao qual foi associada uma imagem (negativa) de diletantismo. Nesse processo, por seu turno, o Instituto foi também se isolando, a ponto de se ver descaracterizado naquilo que fora



seu principal instrumento de consolidação: sua capacidade de diálogo com a sociedade.

De fato, em seus primeiros anos, a despeito do perfil intelectualizado que perseguiu ou até mesmo de uma forte e efetiva presença de intelectuais, as preocupações com as boas relações políticas com as várias instâncias da sociedade local estavam sempre na ordem do dia, e seria ilusório julgar que o mérito acadêmico dos candidatos tivesse sido, em qualquer momento, o único fator significativo a condicionar o seu ingresso no IGHB.

O prestígio social e político de muitos dos fundadores eram elementos importantes para legitimar a nova instituição na conjuntura republicana, mas também perante a conservadora sociedade que com tanto afincado defendera o Império. Não por acaso, dentre os fundadores do IGHB podiam ser encontrados nomes de peso dos quadros políticos-administrativos do regime imperial como Aristides Augusto Milton (1848-1904), que fora presidente da província de Alagoas, em 1881, e chefe de polícia de Sergipe, além de deputado provincial até 1886, e deputado geral até 1889, pelo Partido Conservador. Na república foi ainda eleito deputado para

constituente federal, sendo reeleito por mais quatro legislaturas; José Luiz de Almeida Couto (1833-1895), por sua vez, exerceu mandatos na Assembléia Provincial, na Câmara Municipal e na Assembléia Geral, sendo presidente da província da Bahia por duas vezes, em 1855 e 1889.

Nesse meio tempo, de 1884 a 1885, esteve à frente da Província de São Paulo. Na república foi intendente municipal, em 1892, e senador estadual em 1895, pelo Partido Republicano constitucional, do qual era o chefe; Já Sátyro de Oliveira Dias (1844-1913), foi deputado provincial e Presidente das Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas, além de diretor de instrução pública e Secretário do Interior da Bahia. Com o advento da república foi deputado no Congresso da Bahia, em 1891 e deputado federal, em 1900<sup>120</sup>. E além destes, pelo menos outros quatro fundadores: Aristides Cesar Spinola Zama<sup>121</sup>, Dionysio Gonçalves Martins, Francisco Rodrigues Monção Filho<sup>122</sup> e Jeronymo Sodrê Pereira<sup>123</sup> exerceram funções parlamentares durante o Império.

Mas foram mesmo as personalidades republicanas, ou pelo menos aquelas que souberam se integrar ao novo regime, as que se fizeram mais presentes no IGHB. De fato, ao tempo da fundação do Instituto, figuravam entre os sócios pelo menos 12 parlamentares, 2 ocupantes de cargos públicos e um ex-Governador, Manuel Victorino Pereira, o primeiro a ocupar o cargo após a proclamação da República.

Outros fundadores ainda, mesmo não exercendo funções públicas naquele momento, eram personalidades atuantes no meio político, vindo a alcançar grande destaque anos mais tarde, como os futuros Governadores do Estado Luiz Vianna (mandato de 1896 a 1900), Severino dos Santos Vieira (mandato de 1901 a 1904) e Victal Baptista Soares (mandato de 1928-1930)<sup>124</sup>, apenas para citar os de maior notoriedade. Essa relação de proximidade entre personalidades políticas estaduais e o IGHB manteve-se ao longo do período de nosso estudo. Considere-se a esse respeito (ainda com base nas propostas de sócios de 1916 a 1930), a filiação

<sup>120</sup> SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos ilustres (1564-1925)*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973. p. 175-176, 125-126 e 155-156, respectivamente. Sobre o Cons. José Luiz de Almeida Couto veja-se ainda: Necrologia. *Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 6, p. 441-446, dez, 1895.

<sup>121</sup> SOUZA, 1973, p. 133-134.

<sup>122</sup> *Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 27 p. 129-130, 1901 e n. 30, p. 61-64, 1906.

<sup>123</sup> BRITO, 1996, p. 55-56.

<sup>124</sup> SOUZA, op. cit. p. 192, 167-168, 183-184 e 137-138, respectivamente.

do então governador interino do estado em 1916, Cônego José Cupertino Lacerda<sup>125</sup> e do governador, em 1917, Antonio Ferraz Muniz de Aragão<sup>126</sup>.

Tais adesões dos chefes do executivo (que, vale frisar, não foram as primeiras) devem ter soado aos seus contemporâneos como um indicativo de conduta política. Daí que, em 1920, momento também marcado pelo início das preparações no IGHB para as comemorações do centenário da independência e, portanto de maior notabilidade do Instituto, quatro secretários estaduais, das pastas do Interior, Polícia, Fazenda e Agricultura, bem como o Diretor do Tesouro, tenham a um só tempo se tornado sócios<sup>127</sup>.

Sob o mesmo impulso filiaram-se os intendentess dos municípios de Una e Valença, em 1921<sup>128</sup> e do município de Canavieiras, em 1925<sup>129</sup>. E não nos esqueçamos de que foram 21 os integrantes do legislativo (de senadores a conselheiros municipais) a se vincularem ao IGHB, de 1916 a 1930, no que bem pode ser o indicativo de uma *praxis* política de busca por legitimação perante a sociedade, através da associação de suas imagens ao Instituto baiano.

Esses dados deixam claro o tipo de relação que se estabeleceu entre o IGHB e as esferas do poder público. Uma relação desenvolvida e mediada pelos indivíduos que se encontravam em algum momento (ou sempre) em uma das (ou nas duas) instituições. Em outros termos, boa parte dos integrantes do Instituto, efetivamente foram não apenas do governo, mas constituíram o governo. E, como tal, garantiram à instituição um tratamento privilegiado (mas não desinteressado).

Uma boa noção dessa perspectiva de apoio mútuo entre o Instituto e as esferas governamentais pode ser apreendida, aliás, quando se observa a proposição encaminhada pelos sócios à diretoria, em junho de 1912, em decorrência da dificuldade orçamentária para publicação da revista. O documento sugeria a constituição de uma comissão de 3 integrantes que deveriam, num tom de quase cobrança, “[...] conferenciar com o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Governador do Estado e o seu brilhante Secretário, nossos eméritos consócios, pedindo-lhes o auxílio do Estado para realização cabal, pronta e em tempo da publicação da revista” [grifo nosso]<sup>130</sup>.

<sup>1</sup> 125

Arquivo do IGHB. Caixa 09 (1915-1917). Propostas de 1916.

<sup>126</sup> Idem. Caixa 10 (1917). Propostas mês de março.

<sup>127</sup> Os secretários em questão foram, respectivamente: J. J. de L. Macedo, Antonio J. da Silva, Manoel Matos Cerqueira de Menezes, José Barbosa de Souza e Domingos Vasconcelos. Arquivo do IGHB. Caixa 12 (1920-1921). Expediente do mês de agosto de 1920.

<sup>128</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 12 (1920-1921). Expediente do mês de maio de 1921.

<sup>129</sup> Idem. Caixa 15 (1925). Expediente do mês de março.

<sup>130</sup>

Um outro elemento nada desprezível no contato e intermediação entre instituições eram as relações de parentesco existentes entre os sócios e integrantes dos governos local e federal, espelhando a “teia de relações” familiares, de amizades e políticas que se estabelecia entre indivíduos e organizações públicas ou privadas, e que foi um dos traços mais característica da Bahia no período<sup>131</sup>.

Não são muitos os exemplos comprovados de que dispomos sobre tais relações, sobretudo pela dificuldade de identificação nominal dos membros do governo com os quais se estabeleciam os contatos do Instituto. Os poucos casos que elencamos (como se verá mais adiante) sugerem-nos que a atuação de figuras, familiares, amigos ou correligionários dos membros do IGHB, constituiu-se em um dos artifícios mais usados pela instituição para garantir um canal de comunicações aberto nas esferas governamentais, bem como para a defesa dos seus interesses em diversas instâncias do executivo e do legislativo estadual.

## 2. AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO IGHB E O APOIO DO ESTADO

Quando deu início a suas atividades o IGHB apresentava uma estrutura que, mais uma vez, refletia a influência do modelo organizacional do Instituto Histórico brasileiro. Compunha-se então de cinco categorias de sócios: os fundadores, os efetivos, os correspondentes, os honorários e os beneméritos, e destas categorias apenas a de “fundadores” não encontrava correspondente na composição do Instituto brasileiro.

Já para o desenvolvimento de seus trabalhos haviam dez comissões assim consideradas: Comissão de admissão de sócios; de fundos e orçamentos; de estatutos, redação da revista, livros e jornais; de manuscritos, autógrafos e documentos; de geografia, história e etnografia; de estatística, demografia e história natural; de topografia, geodésia e arqueologia; de filatelia, numismática, cerâmica e inscrições; de mapas, cartas geográficas, plantas e retratos e de biografias<sup>132</sup>. Esta organização inicial, contudo, veio a ser alterada ainda no decurso da Primeira República, ao que tudo indica pela exigüidade de atividades de algumas das

---

Arquivo do IGHB. Caixa 06 (1909-1912). Expediente de 1912. Proposta apresentada em 2 de julho de 1912.

<sup>131</sup> SILVA, P., 2000, p. 90 e 102-103.

<sup>132</sup> Capítulo II – Das Comissões, dos Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 47-52, set. 1894.

comissões ou pela simples inadequação destas às redefinições dos campos do saber.

No que se refere à estrutura de sua mesa administrativa o IGHB contava com a exígua composição de um presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário (e suplentes), um tesoureiro, um orador e empregados (amanuense [ou escrevente], cobrador e porteiro). Os estatutos abriam ainda a possibilidade para a concessão de títulos de presidentes honorários, como um recurso natural para garantir o reconhecimento e apoio de autoridades cuja proximidade fosse interessante ao Instituto. Mas, como já discutimos, contrariando uma tendência entre as instituições do gênero, pelo menos inicialmente, tais títulos não foram concedidos.

De qualquer modo, conquanto a expectativa de se imprimir um perfil intelectualizado ao IGHB não tenha sido levado concretamente além do grupo fundador, esse esforço resultou pelo menos na reunião de um número de estudiosos suficiente para viabilizar um dos seus principais propósitos institucionais - a publicação da revista do Instituto, cuja comissão responsável tinha como primeiro integrante, novamente, João Nepomuceno Torres<sup>133</sup>.

De fato, enquanto o velho IHB levou sete anos para reunir as condições necessárias ao lançamento do seu modesto periódico de 20 páginas, o IGHB lançou o primeiro número de sua revista apenas três meses após a sua fundação. Tratava-se então, a exemplo da revista do Instituto Histórico Brasileiro, de uma publicação trimestral<sup>134</sup> (tornada anual a partir de 1923), e como aquela foi concebida inicialmente para organizar-se em volumes, cada um dos quais compreenderia quatro números. Mas a organização por volumes foi logo abandonada, passando a ser indicada apenas a sua numeração – seqüenciada – já a partir do segundo número. Em todos os casos, porém, a revista possuía sempre um mínimo de 100 páginas, mas que ultrapassava muito freqüentemente (e já nos primeiros números) as 200 páginas.

A viabilidade de um periódico com tais características se deveu, antes de qualquer coisa, ao grande número de sócios e potenciais colaboradores e ao apoio financeiro ao instituto para a publicação, como se verá mais adiante. Mas a disponibilidade de recursos e mesmo um número elevando de integrantes não garantiriam a efetiva oferta de trabalhos publicáveis se um bom número dos sócios

<sup>133</sup> Ata da 5ª sessão do IGHB, de 15 de julho de 1894. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*. Salvador. n. 1, v. 1, p. 34-36, set, 1894.

<sup>134</sup> SANCHEZ, Edney Chistian Thomé. *Revista do IHGB: um periódico na cidade letrada brasileira do séc. XIX*. 2003. Dissertação (mestrado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p. 56-57.

não fosse realmente afeito às letras e estivesse disposto a produzir freqüentemente. Com efeito, nas revistas de números 01 a 56 (relativas ao período deste estudo) nada menos que 235 sócios publicaram textos e/ou trabalhos, 59 deles mais de uma vez. Disso se pode concluir que uma parte nada desprezível dos trabalhos publicados não pode ser confundida com os textos eventualmente apresentados como exigência para o ingresso dos candidatos no IGHB (se se considerar a perspectiva – improvável – de que todos os autores a publicar uma única vez usassem para isso os seus ‘textos de admissão’).

Mas há ainda, além desta disposição por parte dos sócios em contribuir regularmente, um outro cuidado para com a sua produção que contribuiu para a viabilização da revista, pelo menos durante os seus primeiros anos. Trata-se da postura politicamente neutra assumida pela diretoria – e provavelmente também por parte dos sócios – na produção e na edição dos textos. Para a verificação desta questão a análise dos temas publicados durante o período do nosso estudo é bastante esclarecedora.

TABELA 09 - Ocorrência temática na revista do IGHB n<sup>os</sup> 1 a 53

Tema	Ocorrências	Percentual
Arquitetura (civil, militar e religiosa)	16	2,74 %
Artes e monumentos	9	1,54 %
Biografias, necrológicos, memórias e homenagens	100	17,09 %
Curiosidades históricas e científicas	14	2,39 %
Descrições de viagens	22	3,76 %
Documentos	7	1,20 %
Educação e ensino	10	1,71 %
Etnografia	7	1,20 %
Geografia	61	10,43 %
História	229	39,15 %
Institutos históricos baianos	15	2,56 %
Linguística	6	1,03 %
Literatura	6	1,03 %
Mineralogia	11	1,88 %
Municípios (descrições)	22	3,76 %
Tradições regionais	5	0,85 %
Vias de comunicação e transportes	8	1,37 %
Temas diversos	37	6,32 %
Totais	585	100,00 %

Fonte: Análise de Periódico: ordem de assunto. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*: índice período de 1884 a 1998, números 1 a 93. Salvador, 2000. v. 2.

Assim foram considerados 585 textos publicados entre 1894 e 1930<sup>135</sup>, os quais puderam ser agrupados em 17 categorias de maior ocorrência, segundo os critérios de classificação utilizados pelo próprio Instituto, excluídas aí as transcrições

<sup>135</sup> Pare efeito de comparação, considere-se que o Instituto Histórico paulista, no período de 1894 a 1940, publicou em sua revista 465 artigos, de acordo com MAHL, 2001, p. 47.

de atas, relatórios, discursos, correspondências recebidas e enviadas e os planejamentos orçamentários. De acordo com tal levantamento constata-se a acentuada ocorrência (com 17,09 %) os estudos caracterizados como biográficos, necrológicos, memoriais e homenagens, o que confirma o papel assumido pelo IGHB de instituição promotora da memória e cultuadora dos vultos para a nova sociedade republicana.

O primeiro texto biográfico editado pela revista tem como personalidades focadas os “poetas baianos” do século XVII (na verdade, nesse número, apenas Manoel Botelho de Oliveira)<sup>136</sup>. Esta opção por registrar as vivências de personalidades historicamente tão distantes e politicamente ‘neutras’ está relacionada à política de acomodação adotada, em primeira ora, pela diretoria do IGHB frente às expectativas existentes entre os segmentos de neo-republicanos e de antigos monarquistas, (ou, se preferirmos, pelos grupos pró e contra revitalização do antigo IHB) por impor-se na instituição.

Com isso evitava-se tratar de figuras que, naquele momento, só poderiam ter vivido na sociedade imperial, podendo sua exaltação ser confundida com um enaltecimento do antigo contexto político. Essa estratégia permaneceu ainda no segundo número da revista que, além da continuidade do texto sobre os “poetas baianos”, enfocando agora João de Britto Lima, trouxe também a sua primeira, assim identificada, biografia.

Esta, intitulada “notícia biográfica do padre-mestre João Quirino Gomes, oferecida ao Instituto Histórico da Bahia por José Antonio Teixeira em 1859”<sup>137</sup>, chama atenção por três aspectos: primeiro, como no caso dos poetas do longínquo século XVII, tratava-se de trabalho realizado 35 anos antes, quando não havia motivos ou espaço para a incorporação de polêmicas políticas, sobretudo as relativas à natureza do regime. Some-se a isso o fato de que, ainda que o texto em questão trouxesse algum inconveniente desta ordem ou desse margem a alguma leitura negativa, tal ‘deslize’ poderia ser imputado às responsabilidades e propósitos do velho Instituto, cuja ‘participação’ como primeiro depositário da obra, cuidou-se tão esmeradamente por evidenciar.

---

<sup>136</sup> Poetas baianos: século XVII. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 1, n.1, p. 137-139, set. 1894.

<sup>137</sup> Notícia biográfica do padre-mestre João Quirino Gomes, oferecida ao Instituto Histórico da Bahia por José Antonio Teixeira em 1859. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n.2, p. 291-295, dez. 1894.

Nesse particular, contudo, vale observar que tais interpretações negativas efetivamente não devem ter ocorrido, já que a única referência política na biografia do padre-mestre Gomes era a sua – inatacável – defesa da independência nacional. De resto, essa mesma menção ao IHB prestava-se ao ‘reconhecimento’ dos serviços outrora prestados por aquela instituição para a produção da história da Bahia, atendendo assim às expectativas dos defensores de um maior enaltecimento da pioneira agremiação baiana.

Uma posição igualmente cautelosa pode ser identificada no quinto número da revista quando, ao apresentar a necrologia do falecido sócio Joaquim Saldanha Marinho, o 1º Secretário do IGHB, Antonio Calmon, escrevia:

Eleito diversas vezes deputado geral pela capital federal, por Pernambuco e pelo Amazonas mostrou-se orador consumado e espírito altaneiro que não se submetia a interesses partidários da monarquia, sendo chefe reverenciado do elemento histórico republicano.<sup>138</sup>

O linguajar moderado, o melindre de evitar comentários ou adjetivos para os “partidários da monarquia” e o “elemento histórico republicano” são cuidados de todo incomuns para as manifestações acerca de adversários políticos no período, mesmo considerando-se a natureza solene do texto. Assim, tal ausência deve indicar que, nesse momento, o 1º Secretário buscava deliberadamente não eleger ou identificar qualquer personalidade a essa ou aquela ideologia política, e sobretudo desejava não identificar qualquer uma das ideologias como negativa.

Nesse ponto evidencia-se a distinção das formas de utilização das biografias entre o Instituto baiano e o Instituto brasileiro, pois enquanto este último valeu-se das biografias para mostrar quem eram ou não os brasileiros<sup>139</sup>, os textos biográficos produzidos no IGHB em seus primeiros anos eximiram-se sistematicamente de estabelecer qualquer dicotomia entre monarquistas e republicanos.

A política de acomodação manifesta nos posicionamentos e textos editados pelo IGHB perdurou por alguns anos, até que os quadros políticos nacional e local se mostraram mais bem delineados. É a partir desse momento que se vislumbra na revista uma postura mais crítica, seja em relação à Monarquia – cujos defensores se faziam cada vez mais raros – seja para com a própria República, que

<sup>138</sup> ALMEIDA, Antonio Calmon du Pim e. Necrológicos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 5, p. 331-336, set, 1895.

<sup>139</sup> ENDERS, 2000, p. 44-45.



fora, a rigor, uma imposição à Bahia monarquista. Essa fase é bem ilustrada, por sua vez, na fala de Braz do Amaral, em 1901, quando ao desenvolver o necrológico do falecido sócio, Cezar Augusto Marques, afirmou:

[...] foi contemporâneo da grande crise da independência e dos fatos relevantes que se seguiram: as revoluções do primeiro império e da regência; a longa paz do segundo reinado e a corrupção profunda, que caracterizaram o fim do período.

E quando, logo em seguida, ao comentar a vida do General Frederico Sólton Sampaio, especula:

Teriam feito bem os quatrocentos e tantos soldados que proclamaram a República?  
Ainda é cedo para julgar apesar das misérias do presente.  
Naquele tempo já havia uma desastrosa e real fraqueza em cima, e o poder, apesar de moderado nas leis, era sempre de fato absoluto no fundo; mas todos nós que alimentamos o sonho querido da República, não pensávamos em coisa pior: na amargura dos maus dias, dos dias das orgias do encilhamento e das orgias da degola.<sup>140</sup>

Esse processo de politização dos textos da revista não se restringe às biografias, estendendo-se também a outras áreas de maior interesse para os membros do Instituto. Isso fica patente nos textos dedicados à história, tema a ocupar o maior espaço nas páginas da revista, com 229 textos (39,15 % do total), dos quais 155 (26,5 % do total geral e 67,69 % do total dos textos da categoria) tratam especificamente da história da Bahia.

Chama atenção, contudo, que, a despeito de tal predominância no âmbito geral, não existissem textos especificamente voltados para história baiana nos primeiros números da revista, exatamente quando vigorava a política de acomodação identificada quanto aos textos biográficos. Não obstante, os primeiros textos publicados na revista sobre história do Brasil encontram-se já no seu segundo número. Tratam-se dos títulos “O descobrimento do Brasil pelos franceses”, de Antonio Ennes, e os não autografados “O Brasil”, “A descoberta do Brasil e do estado da Bahia: expedição de Pedro Álvares Cabral – Ano de 1500” e “A viagem de Cabral: segundo um seu companheiro”.

Como se constata, a abordagem dos primeiros textos privilegia o enfoque sobre o Brasil e, quando nesse enfoque aparece a Bahia, esta se apresenta como

<sup>1</sup> 140

AMARAL, Hermenegildo Braz do. Necrológicos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 27, p. 127 e 137-142 (respectivamente), 1901.

uma etapa (a culminância) no processo do ‘descobrimento’ e, por isso mesmo, marca o fim destas narrativas. A única exceção nesse tipo de abordagem no conjunto dos textos em questão ocorre no segundo dos trabalhos citados, “O Brasil”. Nesse texto, embora ainda não se desenvolva uma história da Bahia propriamente dita, buscou-se construir um paralelo entre os papéis dos estados de São Paulo e da Bahia, para a o desenvolvimento da história nacional, que foi assim explicado:

A Bahia, depois de se ter defendido bravamente [dos holandeses], florescia nos exercícios da paz: em poucos anos centenas de engenhos aninhavam-se às várzeas ubertosas do recôncavo, os campos e caatingas que se desdobravam do Jacuípe ao São Francisco gemiam aos urros de milhares de manadas de gado.

S. Paulo, inclinado para Oeste, flutuava nas águas bravias do Tietê, e passando entre Urubuponga e Sete Quedas ia a O. do Paraná, ao Paraguai, ao Peru, terror dos jesuítas, flagelo dos índios, tão terrível aos amigos como aos inimigos. Em momentos de maior calma fundava Mogi das Cruzes, semeava de vilas o vale do Paraíba, galgava as bocainas da Mantiqueira e chegava ao Rio S. Francisco.

Simultaneamente o gado levava o gado ao S. Francisco. Paulistas e baianos unidos atacam o Piauí, onde dão com maranhenses, que subindo o Itapicurú procuravam com a metrópole colonial comunicações que não estivessem na dependência das correntes, dos ventos e das areias que arrastam em suas asas caprichosas. Paulistas e baianos unidos rompem as gargantas da Borborema, povoam as ribeiras do Piancó e Piranhas, chegam ao centro do Ceará, levando por toda a parte o gado, isto é, a vida e a civilização.<sup>141</sup>

Na prática, a hoje pitoresca abordagem sugere claramente a idéia de que os bandeirantes eram paulistas e baianos, e que foram igualmente – os maiores – responsáveis pelo desbravamento e colonização do interior do Brasil. Tal esforço por associar o papel da Bahia ao de São Paulo pode encontrar explicação na proeminência econômica que aquele estado vinha assumindo no cenário nacional e do empenho com que, através do seu Instituto paulista, buscava afirmar-se como elemento central do desenvolvimento histórico nacional.

Nesse sentido, o texto apresentado esboça uma ‘recolocação’ do papel da Bahia no contexto histórico nacional, apoiando e apoiada na pretensão paulistana de assumir a dianteira desse suposto processo. Essa linha de ação, contudo, foi logo abandonada. De fato, não há outros textos que sustentem posição similar nos números posteriores da revista ou mesmo em outras publicações (artigos em jornais, livros etc.) dos membros do IGHB. A razão do abandono residia na percepção, por parte dos intelectuais do IGHB, de que não fazia parte dos planos do Instituto

<sup>1</sup> 141

O Brasil. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 2, p. 163-166, dez, 1894.

paulista – e de sua intelectualidade – dividir a primazia da pretensa condição de sociedade definidora dos destinos nacionais com outro grupo social.

De fato, segundo a leitura dominante no IHGSP, não havia no Brasil qualquer outro grupo (ou raça) que pudesse ser equiparado em desenvolvimento e qualidades à “raça paulista”, o que determinou senão o silêncio, pelo menos o desconhecimento sobre as especulações baianas acerca da suposta parceria entre bandeirantes. Voltaremos a discutir a idéia da especialidade da raça paulista em capítulo posterior. Por ora devemos assinalar apenas que a posição paulistana e a possível (melhor dizer conseqüente) indiferença dela resultante, impingia o imediato abandono de tal idéia por parte da intelectualidade do IGHB, sob pena destes assumirem, aos olhos da ciosa sociedade local, a humilhante posição de insistência em uma parceria desprezada pela instituição paulista.

O texto “O Brasil” não se destaca, porém, apenas por tal peculiaridade, pois ao mesmo tempo em que é o único, até então, a ensaiar uma inserção mais incisiva da participação baiana na história nacional, é também o primeiro texto ‘histórico’ a expressar o cuidado com a neutralidade que já marcava os escritos biográficos. Os demais textos do segundo número da revista, não necessitavam desse artifício porque, primeiramente referiam-se a períodos já distantes (mesma facilidade propiciada pelas biografias dos poetas do século XVII), ao tratar de questões em torno da ‘descoberta’ do Brasil. Some-se a isso o fato de que estes outros textos possuíam um caráter acentuadamente narrativo, quando não se caracterizavam como transcrições de relatos e documentos da época.

Nesse aspecto o texto “O Brasil”, ao contrário, pretendia apresentar uma síntese da formação histórica e social da nação, possuindo assim um teor mais analítico e, como tal, muito mais sujeito a expressar tendências ou avaliações de natureza política. E o cuidado do texto em manter a linha de neutralidade se expressa exatamente quando caracteriza o período monárquico que há pouco se findara, como se observa do trecho seguinte:

Deste esse tempo [Primeiro Reinado] o Brasil tem passado por varia sorte. Sacudido por convulsões contínuas durante os dez anos de regência, inquieto e fremente até 1848, desde este tempo percorreu um ciclo de paz: aboliu o tráfico, vulgarizou relativamente a instrução, introduziu as estradas de ferro, pelas comunicações freqüentes com a Europa tornou-se nas cidades mais numerosas como que um apêndice do ocidente; derrocou por

tal modo o sistema colonial que a escravidão e a monarquia foram extraídos sem dor e sem abalos.<sup>142</sup>

Como nos textos biográficos o que mais se destaca não é necessariamente o que está dito, mas o que foi omitido. O segundo reinado, período apresentado como francamente progressista e benfazejo, finda sem que se externem qualquer lamento ou contestação. Sequer mesmo se pôs um fim ao regime, segundo o tom do texto, pois este fora apenas ‘superado’ como uma implicação quase biológica da derrocada do sistema colonial. Em outras palavras, mais uma vez, reconhecem-se méritos do sistema monárquico ao passo em que se lhe toma por naturalmente superado, contemplando desse modo todos os segmentos internos do IGHB.

Nos números imediatamente subseqüentes os temas históricos permanecem relativamente escassos e, quando abordam a Bahia, fazem-no dentro dos parâmetros já explicitados, em que o estado é o mero pano de fundo para um tema, e não o objeto da análise em si, caso, por exemplo, da “história eclesiástica da Bahia”, texto do terceiro número da revista. A maioria dos textos, contudo, permanece enfocando temas da história do Brasil ou mesmo de história geral.

Somente em seu número quatorze a revista traz a primeira parte de texto específico sobre a história baiana, que foi complementado em outros dois números. Tratava-se de “A sabinada: história da revolta da cidade da Bahia em 1837”, de Francisco Vicente Vianna<sup>143</sup>. O texto configura-se como uma transcrição comentada dos autos e correspondências produzidas durante e após o evento, por seus participantes. Apesar disso, o fato de tratar de um tema relacionado à contestação do regime monárquico, confere-lhe a especificidade de trazer a política para as páginas da revista, rompendo assim com o silêncio até então existente sobre os assuntos dessa natureza.

Não por acaso, somente três anos após a publicação deste texto, Braz do Amaral tornou público, desta vez através do jornal Diário de Notícias, o texto “Proclamação da República na Bahia”, extenso artigo publicado ao longo de nada menos que doze edições do periódico (entre 5 e 20 de maio de 1904), no qual a

---

<sup>142</sup> O Brasil. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 2, p. 163-166, dez, 1894.

<sup>143</sup> VIANNA, Francisco Vicente. A sabinada: história da revolta da cidade da Bahia em 1837. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 14, 17 e 25, p. 572-606, 417-435 e 261-292, 1897, 1898 e 1900, respectivamente.

crítica ao regime monárquico é, pela primeira vez, dura e aberta. Este tom, aliás, fica patente logo em seu parágrafo inicial quando o autor sustenta:

Havia sido tão dura a repressão da revolta republicana de 1837, tinha sido, após esse período, durante todo o 2º reinado, tão absurdamente corruptora e hábil a política do império, que parecia morta, a não ser um ou outro pequeno rebento, a árvore da República Brasileira aqui na Bahia até cerca de 1888.<sup>144</sup>

Dentre os temas de maior frequência na revista apenas a geografia, com 61 títulos (7 % do total das ocorrências), os primeiros dos quais já aparecem no segundo número da revista, não mostrou em seus textos a preocupação com a imparcialidade demonstrada nas biografias e escritos históricos. Tal característica, porém, decorre mais da natureza do objeto do texto – as descrições corográficas, inicialmente – que passavam ao largo das considerações políticas, do que de um esforço deliberado por evitar tais considerações, como se via nos textos das outras áreas.

De qualquer modo, o que importa destacar é que o artifício da neutralidade, implementado durante os primeiros anos de vida do IGHB e do seu periódico, tornou-se a política prioritária do Instituto, ainda que esta não fosse professada publicamente. Uma prioridade determinada pela incerteza sobre o apoio, a longo prazo, do novo regime ao Instituto, e sobretudo pela persistência de visões internas conflitantes quanto ao tipo de relação entre a instituição e o seu predecessor IHB. Para tais incertezas a neutralidade foi, no âmbito de sua produção intelectual, o recurso mais prudente para garantir a consolidação da revista e do próprio IGHB.

## 2.1. O apoio oficial ao IGHB

Todo o cuidado da direção do IGHB em neutralizar as tensões internas e evitar situações ou trabalhos que pudessem ser interpretados como uma expressão

---

<sup>1</sup> 144

AMARAL, Braz do. Proclamação da República na Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, n. 337, p. 1, 5 mai. 1904.

de simpatia explícita ao regime monárquico, explicava-se por um objetivo tão simples quanto pragmático: obter e conservar o apoio político, e por extensão material, do governo republicano ao Instituto. E o esforço de fato rendeu os resultados almejados. Os mais imediatos foram, naturalmente, a deferência das diversas autoridades, estaduais e municipais, em reconhecer o Instituto e os seus “mais elevados objetivos”.

Logo, contudo, esta aceitação formal converteu-se em ações concretas de implementação física e financeira da instituição. Em seu relatório sobre o primeiro ano de funcionamento do IGHB, por exemplo, o Primeiro Secretário, Antonio Calmon, informava ter o Governador do estado requerido para o Instituto “alguns móveis e objetos históricos, que pertenceram à antiga secretaria de governo e ao tribunal de apelação”<sup>145</sup>. Pouco tempo depois a ata da décima sétima sessão apresenta a transcrição de trecho do relatório do Secretário de Governo ao Governador do estado, onde o secretário afirmava:

[...] Por certo, instituições como essa, destinadas a levantar o espírito público no Estado da Bahia, dos seus recursos, do seu solo e da sua produção, na guarda e conservação dos documentos que imortalizam seu glorioso passado, e na cultura e aperfeiçoamento da ciência, não podem ser recebidas com indiferença pelos poderes públicos. É, pois, de imperioso dever que o congresso, na sua próxima reunião, vá em auxílio dessa importante instituição que surge, incluindo-a no número das que são mais largamente subvencionadas pelos cofres estaduais.<sup>146</sup>

Na seqüência da mesma ata são apresentadas as resoluções do governo estadual de número 91, de 30 de junho de 1895, concedendo ao IGHB cem loterias com capital de 25 contos de réis cada uma, e a de número 110, de 13 de agosto de 1895, concedendo a subvenção anual de 6:000\$000 (seis contos de réis), como auxílio à publicação da Revista do IGHB, que devia, como contrapartida, obrigar-se a publicar documentos inéditos do Arquivo Público do Estado da Bahia. Registra-se ainda o projeto, encaminhado à Câmara Federal, para concessão de subvenção ao IGHB no valor de 5:000\$000 anuais, mas essa última proposta, informava o Primeiro Secretário, havia sido rejeitada. Tal rejeição não tardou a ser contornada e, a partir do ano de 1899, passou o Instituto a contar também com a subvenção federal, além dos aportes estadual e municipal, com os quais já era agraciado.

<sup>145</sup> ALMEIDA, Antonio Calmon du Pin e. Relatório do ano de 1894, apresentado ao IGHB em 03/05/1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 4, p. 167-174, jun, 1895.

<sup>146</sup> Ata da 17ª Sessão, de 15/09/1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 5, p. 323-326, set, 1895.

Naquele ano as diferentes subvenções oficiais renderam ao IGHB a soma de 11:500\$000 (onze contos e quinhentos mil reis) correspondentes a 43,86% da receita total da instituição na ocasião. Um levantamento dos balanços financeiros do IGHB, publicados na revista entre 1895 e 1909<sup>147</sup>, mostra quanta importância tais auxílios ganharam nos anos subsequentes.

TABELA 10 - **Receitas do IGHB (1895-1909)**

Anos*	Receita total	Subvenções	Percentual das subvenções
1895	3.208.000	500.000	15,59%
1896	9.768.800	6.750.000	69,10%
1897**	13.423.055	—	—
1899	26.219.574	11.500.000	43,86%
1901	24.197.500	12.449.500	51,45%
1902**	9.823.000	—	—
1903	10.210.729	7.916.666	77,53%
1904**	10.210.729	—	—
1905	21.203.996	19.223.130	90,66%
1906	4.584.262	1.873.590	40,87%
1907	6.693.320	5.176.320	77,34%
1908	5.946.800	4.191.800	70,40%
1909	6.366.220	4.353.000	68,38%

Fonte: Revistas do IGHB n.ºs. 04 a 35 (1895-1909).

\* Foram suprimidos os anos para os quais não há dados disponíveis.

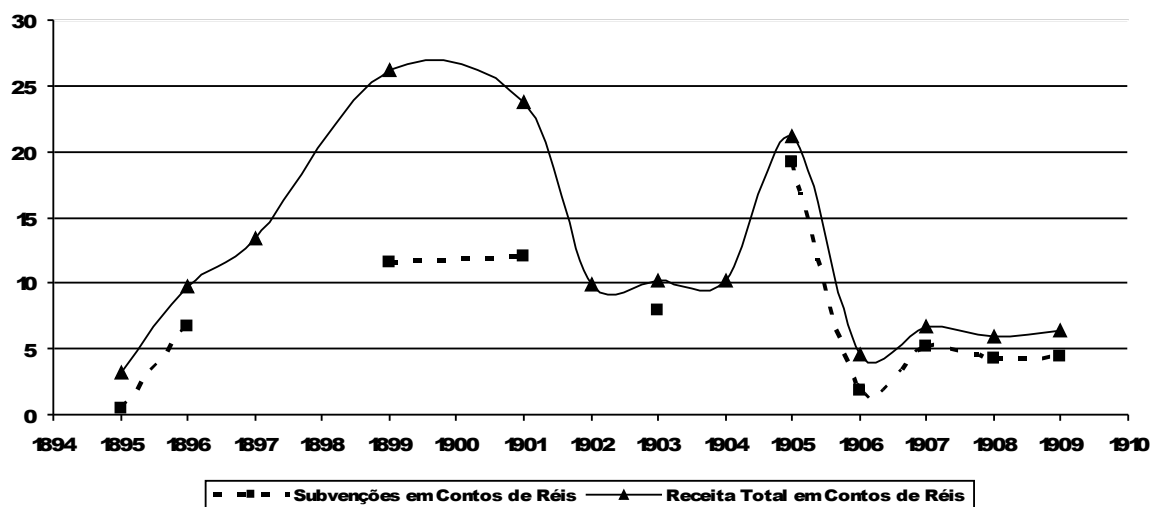
\*\* Destes anos tem-se apenas a receita total, sem indicação do valor das subvenções.

Estas subvenções vinham complementar as receitas próprias do IGHB, obtidas através de diferentes fontes (variáveis conforme o momento), das quais as mais duradouras e rentáveis eram (em ordem crescente de rentabilidade): a assinatura da revista, as (taxas de) jóias e entradas de sócios e as mensalidades dos sócios. Mas essas fontes próprias representaram quase sempre, como se deduz da Tabela 10, a menor parte dos recursos do Instituto, chegando apenas a meros 9,34% da receita em 1905, o que é tanto mais compreensível quando se tem em mente a reduzida dimensão da classe média no estado e à conseqüente dificuldade de arrecimação de recursos a partir de segmento tão reduzido.

O tamanho da importância das subvenções para o IGHB pode ser ainda verificada observando-se o gráfico que se segue:

GRÁFICO 01 – **Receitas do IGHB entre 1895 e 1909**

<sup>147</sup> Após este período os balanços financeiros não são mais publicados pela revista.



Como se constata, salvo pelos excepcionais anos de 1899 e 1901 (em que o Instituto contraiu empréstimos de, respectivamente, 5:023\$507 e 5:000\$000 correspondentes 19,16% e 21,02% das suas receitas totais), os aportes oficiais praticamente confundem-se com os patamares máximos dos ganhos do Instituto. Com efeito, mesmo se considerássemos inexistentes as subvenções nos anos de 1897, 1902 e 1904, ainda assim a média dos recursos subvencionados ao IGHB ficaria no patamar de 46,56%, valor que chegaria a 60,52% se fossem desconsiderados os anos em questão. Em qualquer dos casos, tratam-se de índices expressivos, maiores até que o patamar de 44% de subvenções apresentado pelo economicamente privilegiado Instituto de São Paulo<sup>148</sup>.

Por outro lado, como se constata, se é verdade que as subvenções representaram uma parte expressiva dos recursos do IGHB no período demonstrado, também o é que tais aportes se deram de forma inconstante, quase sempre com a falta – provavelmente pela suspensão – de um ou outro subsídio, pelo menos até 1909, conforme demonstrado na tabela seguinte.

TABELA 11 - Subvenções ao IGHB (1895-1909)

Anos*	Subvenção municipal	Subvenção estadual	Subvenção federal
1895	500.000	—	—
1896	1.250.000	5.500.000	—
1899	1.500.000	6.000.000	4.000.000

<sup>148</sup> MAHL, 2001, p. 17.



1901	1.400.000	6.000.000	5.049.500
1903	1.250.000	—	6.666.666
1905	1.000.000	15.000.000	3.223.130
1906	—	—	1.873.590
1907	—	—	5.176.320
1908	—	—	4.191.800
1909	—	—	4.353.000

Fonte: Revistas do IGHB n<sup>os</sup>. 04 a 35 (1895-1909).

\* Foram suprimidos os anos para os quais não há dados disponíveis.

As interrupções motivavam, não raro, protestos por parte dos sócios e dirigentes em diferentes oportunidades, evidenciando a necessidade das constantes negociações e pleitos junto às várias instâncias de governo para a manutenção do apoio necessário à sobrevivência do Instituto. Assim o foi, por exemplo, em 1904, quando em seu relatório anual o Primeiro Secretário queixou-se de estar a instituição “há quatro anos privada do auxílio oficial”<sup>149</sup> (embora não fique claro a qual auxílio o Secretário se referia). Dois anos mais tarde era o então Presidente, Antonio Carneiro da Rocha, quem protestava contra a suspensão das subvenções estaduais, argumentando que:

Os muitos serviços, que temos prestado à ciência e à história, foram esquecidos pelo nosso Estado, que retirou do seu orçamento da despesa a pequena quantia, que auxiliava a remediar as nossas necessidades materiais.<sup>150</sup>

Em 1908 o Presidente queixa-se novamente, desta vez em função da diminuição das subvenções federais ao Instituto que “mal tem podido publicar a sua revista”<sup>151</sup>. Aparentemente nesta fase – segundo quinquênio da década de 1900 – registra-se uma franca e progressiva redução das subvenções ao Instituto. Mas esta diminuição do apoio oficial não parece ter decorrido de fatores, digamos, internos do Instituto. Pelo menos não pela falta de prestígio do seu Presidente, afinal Antonio Carneiro da Rocha (1842-1925) – um dos fundadores do Instituto – era natural de Salvador e conhecia bem a sociedade em que vivia. Formado em direito em 1865, fora integrante do movimento abolicionista baiano. Desenvolveu também uma carreira política bem sucedida, sendo deputado provincial por três legislaturas, antes de ser eleito deputado geral. Durante a República veio ainda a eleger-se Intendente municipal de Salvador, em 1907<sup>152</sup>.

<sup>149</sup> Relatório do Primeiro Secretário. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n.30, p. 189-196, 1904.

<sup>150</sup> Discurso do Presidente Conselheiro Antonio Carneiro da Rocha. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n.32, p. 194-198, 1906.

<sup>151</sup> Discurso do Presidente Conselheiro Antonio Carneiro da Rocha. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n.34, p. 179-182, 1908.

<sup>152</sup> SOUZA, 1973, p. 147-148.

Desse modo, parece-nos mais provável que a redução dos aportes de recursos ao IGHB decorresse do mesmo fator que, anos antes, contribuiu tão fortemente para a derrocada do antigo Instituto Provincial: o contexto de relativa estabilidade alcançada pelo regime político. Ou seja, assim como a estabilidade do regime monárquico determinou o quadro de indiferença oficial para com o IHB, a consolidação do regime republicano (ou ao menos a percepção desta consolidação) e a conseqüente diminuição de demanda por recursos de legitimação ideológica, condicionou o crescente desinteresse governamental pelo investimento em tais instituições.

É preciso reconhecer, contudo, que no caso específico do IGHB, embora se possa falar em uma diminuição desse interesse governamental, seria absolutamente incorreto sugerir a sua extinção. O mais provável assim é que nesta fase estivesse se processando um redimensionamento do interesse governamental e, conseqüentemente, dos níveis de investimento a patamares mais realistas ou cômodos para o estado naqueles tempos de estabilidade. De qualquer forma a conseqüência dessa inconstância nos componentes de parcela tão expressiva da receita do Instituto foi o progressivo desequilíbrio das suas contas, que registram a ocorrência de *déficits* em três ocasiões, sendo destas, dois anos consecutivos.

TABELA 12 - **Receitas e despesas do IGHB (1895-1909)**

Ano*	Receita	Despesa	Saldo
1895	3.208.000	2.538.000	669.170
1896	9.768.800	4.882.205	4.886.596
1897	13.423.055	11.047.996	2.975.059
1899	26.219.574	11.982.770	14.236.804
1901	24.197.500	21.810.706	2.386.794
1902	9.823.000	9.525.186	297.814
1903	10.210.729	10.532.186	-321.457
1904	10.210.729	10.532.000	-321.271
1905	21.203.996	19.611.314	1.592.682
1906	4.584.262	4.351.840	232.422
1907	6.693.320	6.836.422	-143.102
1908	5.946.800	5.899.440	47.360
1909	6.366.220	6.272.120	94.100

Fonte: Revistas do IGHB nºs. 04 a 35 (1895-1909).

\* Foram suprimidos os anos para os quais não há dados disponíveis.

Desse modo, o fato de ter o Instituto conseguido basear a maior parte de suas receitas em subvenções oficiais não chegou a assegurar que, com tais recursos, as finanças da instituição pudessem desfrutar de uma situação de comodidade, nos anos aqui analisados, para fazer frente a seus gastos. A constatação de tais incertezas, por sua vez, ajuda a avaliar o empenho de sua diretoria em se manter aberta e bem relacionada junto ao poder público.

Da relação entre receitas e despesas do Instituto, a qual apresenta também o saldo anual, pode-se perceber como de fato foram predominantemente exíguos seus recursos. Cabe ainda observar que o saldo de cada ano em questão era acrescentado ao montante da receita do ano imediatamente subsequente, passando a integrá-la. Isso significa que em muitos anos a, digamos, receita real do Instituto, desconsideradas as subvenções, foi ainda menor do que o montante apresentado.

Tome-se, por exemplo, o ano de 1906, do qual, descontados o saldo de 1905 e as subvenções anuais, restaria apenas 1:117\$990 (um conto, cento e dezessete mil, novecentos e noventa réis) como receita real, contra os 4:584\$262 apresentados como montante inicial. Estas despesas do Instituto, embora bastante variáveis ao longo do período deste estudo, concentravam-se em alguns poucos itens regulares e de peso. Dentre estes se destacavam os constantes gastos com a impressão da revista e, a partir de 1899, as elevadas quantias destinadas ao pagamento dos empréstimos contraídos pela instituição, conforme se observa na tabela seguinte:

TABELA 13 - Principais despesas do IGHB (1895-1905)

Itens de despesa	Anos*					
	1895	1896	1899	1901	1903	1905
Aluguel da sede	550.000	520.000	990.000	540.000	—	—
Expediente, utensílios	491.780	—	1.328.170	1.838.000	854.320	478.475
Impressão da revista	475.000	2.800.000	2.170.000	2.745.000	930.000	935.000
Funcionários	806.900	926.205	2.079.000	2.079.996	—	1.266.560
Comissão do cobrador	115.150	—	165.600	164.700	1.588.200	232.500
Juros da hipoteca	—	—	2.750.000	—	2.668.836	8.961.719
Pagamento da hipoteca	—	—	2.500.000	376.000	3.997.830	3.500.000

Fonte: Revistas do IGHB nºs. 04 a 35 (1895-1909).

\* Foram suprimidos os anos para os quais não há dados disponíveis.

Uma segunda série de dados financeiros, relativos ao período de 1910 a 1931, vem complementar esta análise mostrando que a partir de 1912 as despesas do Instituto tiveram uma acentuada redução. Naquele ano, e novamente de 1916 a 1918, o governo estadual publicou leis autorizando a imprensa oficial do estado a imprimir – provavelmente, às suas expensas – as revistas do Instituto, aliviando-o assim do item fixo de maior peso para a instituição<sup>153</sup>. Essa medida, contudo, não

<sup>153</sup> As Leis em questão foram as de números 920, de 28/11/1912; 1.186, de 23/08/1916; 1.232, de 04/09/1917 e 1.287, de 24/08/1918. Cf. DANTAS JÚNIOR, João da Costa Ponto. *Repertório das leis*

chegou a equilibrar as contas institucionais, pois as receitas do período mantiveram a tendência geral de decréscimo, iniciada em meados da década de 1900 e que (a despeito de algumas pequenas oscilações) teve o seu menor montante também em 1912, quando o valor arrecadado – 2:011\$700 – ficou novamente abaixo das despesas da instituição, gerando assim mais um ano de *déficit* nas contas.

TABELA 14 - **Receitas e despesas do IGHB (1910-1931)**

Ano*	Receita	Despesa	Saldo
1910**	10.999.930	11.174.650	- 174.720
1912**	2.011.700	2.157.000	- 145.300
1913**	6.950.000	6.950.000	0
1914**	7.108.000	6.325.900	782.100
1917	14.809.300	8.122.200	6.687.100
1918	14.073.300	6.030.900	8.042.400
1919	12.205.300	6.191.000	6.014.300
1920	7.676.900	5.020.700	2.659.200
1921	9.654.000	5.247.000	4.407.000
1922	9.231.700	7.161.200	2.070.500
1923	17.770.600	8.228.000	9.482.600
1924	41.313.500	17.286.700	24.026.800
1925	54.601.000	43.754.400	10.846.600
1926	46.504.200	45.650.400	853.800
1927	65.397.700	44.905.000	20.492.700
1928	47.747.700	45.132.100	2.615.600
1929	48.440.800	34.447.000	13.963.800
1930	34.254.700	23.697.300	10.557.400
1931	34.793.400	25.483.000	9.310.400

\* Foram suprimidos os anos para os quais não há dados disponíveis.

\*\* Fontes: Registros de receitas e despesas, anos de 1910 e 1912, 1913 e 1914. – Arquivo do IGHB. Caixas 06 (1909-1912); 07 (1913-1914) e 08 (1914-1915), respectivamente.

Fonte: Livro Caixa (1917 [-1931]) – Arquivo do IGHB. Caixa 10 (1917).

Uma reversão dessa tendência de diminuição da receita do IGHB só iniciou-se em 1914. Naquele ano a agremiação baiana foi reinaugurada, após um ano de paralisação provocada por um incêndio, que destruiu parcialmente sua primeira sede (como discutiremos mais adiante). A reestruturação contou com o apoio do então governador J. J. Seabra e provavelmente foi considerada como parte do processo mais amplo de reforma e modernização da capital baiana, por ele empreendido, por garantir à Bahia a manutenção do seu Instituto Histórico, tal qual as demais principais capitais brasileiras. Esse apoio oficial do estado ao Instituto fortaleceu-se novamente no início da década de 1920, com a aproximação das comemorações do centenário da independência. A partir daquele ano o instituto

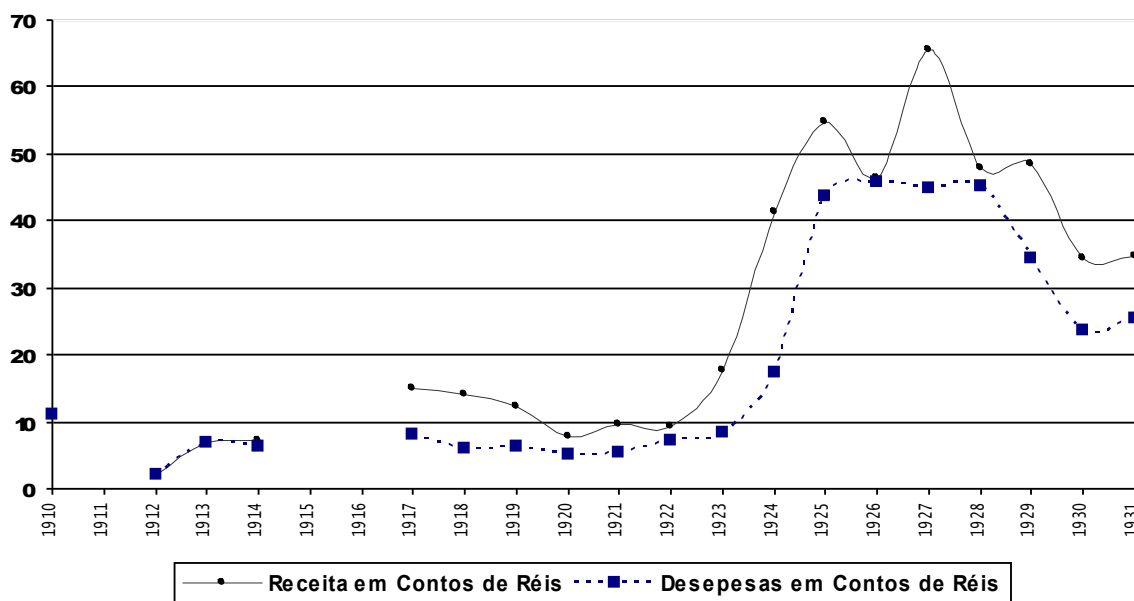
logrou uma notável recuperação econômica, chegando a obter uma receita de 65:397\$700 em 1927, conforme demonstrado na Tabela 14.

Mais significativo ainda é o fato de que em 1923, ano de inauguração da segunda e atual sede, a receita do Instituto praticamente duplica em relação ao biênio anterior, sendo que as despesas aumentam apenas cerca de 13% em relação ao ano anterior, gerando assim um 'ganho real' que se expressa através do maior saldo verificado até então, e marcando o início da fase de maiores arrecadações da instituição, até o já mencionado pico de 1927.

Como se constata também da Tabela 14, diferentemente dos anos anteriores a 1914, quando os níveis de receita estão sempre muito próximos (por vezes inferiores) às despesas, a fase pós 1914, intensificada a partir de 1923, é marcada pelo predomínio distanciamento desses patamares. Com efeito, enquanto os dados relativos aos anos 1895 a 1909 apontam para um saldo residual médio de cerca de 1:625\$948, nos anos de 1914 a 1931 este saldo médio sobre para notáveis 8:300\$768, aproximadamente. Estes dados não são precisos, uma vez que nos faltam informações sobre alguns anos tanto no intervalo de 1895-1909, como no de 1910-1931 (ver tabelas 12 e 14). Não obstante, mesmo com suas lacunas, os dados em questão apontam para o fortalecimento financeiro (e institucional) do IGHB.

A relação entre receitas e despesas desse período pode ainda ser melhor observada no gráfico 02.

#### GRÁFICO 02 – Receita e Despesa do IGHB (1910-1931)



Boa parte das vultosas receitas da fase de fortalecimento econômico do Instituto continuaram a vir das subvenções estaduais e federais. Um levantamento dos dados disponíveis sobre as subvenções de 1912 a 1930 evidencia que elas representaram em média 57,76% da receita do instituto. Proporcionalmente esse valor é ligeiramente inferior à média de 60,81% observada nos anos de 1895-1909 (ver tabela 10), o que se explica pelo aumento geral da receita proporcionado por elementos como, por exemplo, as doações, que se tornaram bastante expressivas a partir de 1920 (como veremos adiante). De um modo geral, contudo, os valores das subvenções continuaram a representar um percentual do qual o IGHB não podia prescindir, como se constata na tabela seguinte.

TABELA 15 - Subvenções ao IGHB (1912-1930)

Ano*	Receita	Subvenção estadual	Subvenção federal	Percentual das subvenções
1912**	2.011.700	—	1.346.000	66,91 %
1913**	6.950.000	1.100.000	—	15,83 %
1924	41.313.500	15.000.000	5.000.000	48,41 %
1925	54.601.000	25.000.000	10.000.000	64,10 %
1926	46.504.200	25.000.000	10.000.000	75,26 %
1927	65.397.700	25.000.000	—	38,23 %
1928	47.747.700	25.000.000	—	52,36 %
1929	48.440.800	25.000.000	10.000.000	72,25 %
1930	34.254.700	25.000.000	10.000.000	102,18 %

\* Foram suprimidos os anos para os quais não há dados disponíveis.

\*\* Fontes: Registros de receitas e despesas, anos de 1912 e 1913. – Arquivo do IGHB. Caixas 06 (1909-1912) e 07 (1913-1914), respectivamente.

Fonte: [Livro] Movimento das subvenções concedidas ao IGHB de 1924 por diante. – Arquivo do IGHB. Caixa 14 (1923-1924).

Cabe aqui uma observação quando aos dados apresentados. Deve-se notar que em 1930 as subvenções anunciadas (35:000\$000) superam o montante total da receita daquele ano. Trate-se, obviamente, de uma distorção e decorre do fato de que, embora o registro de uma subvenção fosse feito num dado ano, a liberação dos recursos (principalmente no caso das subvenções federais) só se efetivava em parcelas, repassadas ao IGHB ao longo do ano, mediante a apresentação de prestações de contas. Assim, embora o montante subvencionado para 1930 fosse de trinta e cinco contos de réis, parte desses recursos só devem ter sido incorporados aos cofres da instituição no ano subseqüente, resultando assim na discrepância observada.

Por outro lado, mesmo considerando a distorção registrada, os dados apresentados evidenciam o papel primordial assumido pelo governo estadual na manutenção do IGHB após 1923 (como dissemos, o ano da inauguração da segunda e atual sede da instituição). Com efeito, de 1924 a 1930 o governo estadual tornou-se não só o mais regular como o também o maior contribuinte do Instituto, contrastando notavelmente com o período de 1895-1909 (ver Tabela 11), quando sua participação foi a mais irregular dentre os provedores da agremiação baiana.

## **2.2. Aproveitando o momento: a consolidação do IGHB**

A conversão do estado baiano, de parceiro esporádico em principal mantenedor do IGHB não se deu de modo espontâneo, como é de se imaginar. Resultou, pelo contrário, da cuidadosa e eficiente utilização da já mencionada aproximação das comemorações do Centenário da Independência, oportunidade estratégica que não passou despercebida para a então diretoria do IGHB<sup>154</sup>, para consolidar definitivamente a sua importância simbólica perante a sociedade e garantir apoio material à instituição num patamar até então inusitado.

De acordo com os relatórios do Instituto, as primeiras discussões sobre as comemorações especiais se deram ainda em 1918. No ano seguinte o Instituto já se incumbia oficialmente de organizar os festejos pela data, na Bahia, em conformidade com a determinação do então Secretário Estadual do Interior, Gonçalo Moniz Sodré

---

<sup>154</sup> Compunham a referida Diretoria: o Presidente Theodoro Sampaio, o Vice-Presidente Joaquim dos Reis Magalhães, o Primeiro Secretário Bernardino José de Souza, o Segundo Secretário José Wanderley de Araújo Pinho e Orador Oficial Braz Hermenegildo do Amaral.

de Aragão, que era também sócio do IGHB. Uma vez garantida a exclusividade por tal incumbência, nasceu a proposta, apresentada em sessão de maio de 1920, para que a Bahia acompanhasse o restante do país nas solenidades de 1922, “reservando-nos, porém, para maiores demonstrações de nosso júbilo o ano de 1923, centenário da redenção da Bahia” ocasião em que se comemoraria a conclusão de uma “construção gigantesca” – a “Casa da Bahia”<sup>155</sup>, a nova sede do próprio IGHB.

Tratava-se então do mais ambicioso empreendimento financeiro do IGHB e, ao mesmo tempo, de um audacioso projeto de autopromoção através da vinculação – melhor até dizer, da transformação – das comemorações pelo centenário da independência da Bahia, em uma ampla celebração do próprio Instituto, concretizada pela inauguração de uma nova e monumental sede. O apelo à sociedade por contribuições para a realização da obra, feito pela diretoria do IGHB, é particularmente claro em tais intentos ao afirmar:

Nós do Instituto a boas horas, valemo-nos da quadra propícia do primeiro século vencido do nascimento do Brasil soberano para desejarmos obter e em 1923 inaugurar uma sede que melhormente responda aos elevados intuitos de nossa sociedade. Não é mister, meus dignos ouvintes, justificar o empenho em que estamos: a míngua de espaço, o diminuto de material, as aperturas em que vivemos tão bela vida, certo, ressaltam e ressaltam aos olhos mais descuriosos que passearem aos ângulos de nossa tenda. A inauguração de um novo prédio, mais amplo, mais próprio, mais condigno, será o nosso número particular nas festas centenárias por cujos resplendores fomos os primeiros a falar na Bahia: ele será, meus senhores, um dos monumentos erguidos em memória do fato culminante da nossa história, o maior de todos pela idealidade de sua fundação, o mais simbólico, porque fala, sente e produz, e mais duradouro porque debaixo de suas abóbadas adejará sempre o pensamento criador, o mais expressivo e eloquente porque a palavra e o livro hão de memorar na passada dos anos a generosidade dos que os criaram em dias de esplêndidas reminiscências invisas.<sup>156</sup>

Até então o Instituto ocupava um sobrado alugado na Praça 15 de Novembro – Terreiro de Jesus, próximo à Faculdade de Medicina, que usara, aliás, o mesmo prédio como secretaria, antes do Instituto instalar ali suas dependências. Tratava-se, portanto, de um imóvel já antigo, embora a existência de uma sede fixa já representasse um grande passo para a consolidação da instituição.

<sup>1</sup> 155

A casa da Bahia: monumento comemorativo do centenário da redenção política da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 48, p. 293-338, 1923.

<sup>156</sup> Apelo (à Sociedade para construção da Casa da Bahia). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 48, p. 295-296, 1923.



FOTO 01 - Primeira sede do IGHB (prédio alugado)



Fonte: COELHO, José (Edit.) *Estado da Bahia*: obra de propaganda geral. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1923. p. 83-84.

A antigüidade das instalações cobrou seu preço à instituição quando, em setembro de 1913, um incêndio consumiu o prédio, destruindo quase totalmente a biblioteca do Instituto e boa parte de sua documentação<sup>157</sup>. O incidente forçou a suspensão das atividades por mais um ano, até que, em novembro de 1914, realizou-se a reabertura do IGHB, com um corpo dirigente convencido da necessidade de instalações mais amplas e modernas para aquela que pretendia ser a “Casa da Bahia”.

Assim, em 1921, dando já andamento aos acordos firmados com o governo estadual realizou-se, durante as comemorações do 2 de julho (Independência da Bahia), o lançamento da pedra fundamental do novo prédio, em terreno – doado pelo estado – situado no início da Avenida Sete de Setembro, “artéria principal da cidade”.

Estiveram presentes à cerimônia o então governador do estado, J. J. Seabra, e as principais autoridades políticas, militares e religiosas, além de toda a diretoria do IGHB e um grande número de populares. Mas o evento era até então de caráter simbólico. Somente em agosto daquele ano firmou-se contrato com

<sup>157</sup> A maior parte da documentação produzida entre 1898 e 1913 parece ter sido perdida, visto que o reduzido volume de documentos relativos aos 15 anos desse intervalo encontra-se agrupada em apenas 3 caixas, enquanto as demais caixas comportam apenas os documentos de 1 ou 2 anos.

Engenheiro Arquiteto Júlio Conti, para execução da obra orçada inicialmente em vultosos 540:000\$000 (quinhentos e quarenta contos), mas que chegou a quase 600:000\$000<sup>158</sup>, segundo dados do próprio IGHB.

Tratava-se (e trata-se ainda hoje) de um prédio imponente cuja construção, em apenas dois anos, pode ser considerada excepcionalmente breve, o que, por certo, indica terem sido disponibilizados recursos constantes e volumosos para sua execução. A procedência destes recursos, aliás, foi significativamente variada, atestando a eficiência da diretoria do IGHB na divulgação e defesa de sua proposta tanto no estado como fora dele.

O governo federal, por exemplo, auxiliou o empreendimento com 100:000\$000, entregues pelo próprio Presidente Epiácio Pessoa “graças ao prestígio do [...] Dr. Antonio Pires de Carvalho Albuquerque” (sócio benemérito do Instituto e, muito provavelmente, filho do Comendador Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque – sócio fundador do IGHB). O governo estadual ofereceu outros 100:000\$000, bem como o já aludido terreno. Outros estados também contribuíram: São Paulo e Espírito Santo ofertaram 10:000\$000, cada. O Rio Grande do Sul enviou 5:000\$000, ao passo que Santa Catarina enviou 2:000\$0000. Dos estados de Goiás, Ceará, Sergipe, Paraíba e Alagoas, recebeu o Instituto 1:000\$000, de cada.

Foi de 232:000\$000 o total das doações oficiais para o projeto da nova sede do IGHB, o que implica dizer que o montante restante, algo próximo dos 368:000\$000, foi proveniente de doações da comunidade. Estas doações, por sua vez, variaram de 50 réis a 20:000\$000, e, de acordo com Theodoro Sampaio – o então Orador Oficial do IGHB, vieram dos mais variados segmentos da sociedade, até mesmo de estrangeiros (consta que o Rei Belga também contribuiu, mas não se indica o valor), numa demonstração de apoio ao projeto que surpreendeu o próprio Sampaio, que assim registrou sua impressão:

Cavalheiro que, modesto, se oculta, envia-nos o seu avultado auxílio com estas simples palavras — “um português”. Outro estrangeiro, que nem mesmo a nacionalidade denuncia, no seu donativo fá-lo com esta manifestação de simpatia — “um estrangeiro que muito apreciou as festas de setembro”. Da infância das escolas chegam-nos listas com pequenas quantias subscritas de que ela contente se privou de suas guloseimas. Até dos presos da cadeia pública vem-nos lista com expressiva demonstração

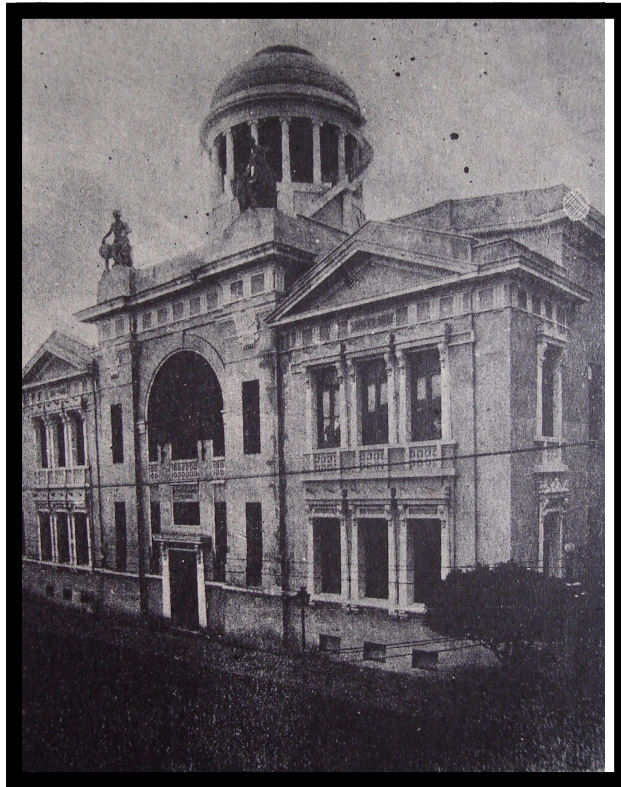
---

<sup>158</sup> A casa da Bahia: monumento comemorativo do centenário da redenção política da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 48, p. 297-298, 1923.

como esta — “esquecidos embora, mas não impedidos de concorrer para a ‘Casa da Bahia’”. Não lhes tínhamos distribuído listas de subscrição.<sup>159</sup>

Em 2 de julho de 1923 inaugurou-se, conforme planejado, a nova sede do IGHB, em meio a amplo cerimonial e prolongados festejos, ainda mais concorridos que os do lançamento da pedra fundamental, dois anos antes. Era finalmente, ainda segundo Theodoro Sampaio, a concretização da “‘Casa da Bahia’, templo erguido à sua História, palácio majestoso, como nenhum outro instituto do mesmo gênero no país o possu[ia]”, numa leitura dos acontecimentos que parece ter sido amplamente compartilhada por seus contemporâneos.

FOTO 02 - Segunda (e atual) sede do IGHB no ano de sua inauguração



Fonte: Revista do IGHB, n. 48, p. 294, 1923.

Nesse caso, importa destacar que, independentemente da dimensão da participação oficial e da sociedade civil, o fato é que a nova sede do IGHB era um empreendimento que, por sua monumentalidade, só uma sociedade convencida de sua importância se permitiria levar a cabo.

<sup>159</sup> SAMPAIO, Theodoro. Discurso pronunciado na sessão solene de 2 de julho de 1923 do centenário da independência nacional na Bahia, ao inaugurar-se o novo edifício do Instituto Histórico”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 48, p. 320-324, 1923.

Essa importância, é bom lembrar, vinha sendo construída desde muito tempo, e com o raiar da década de 1920 consolidou-se notavelmente. As expressões desse processo, contudo, foram quase sempre discretas, manifestando-se, por exemplo, num crescente de consultas ao IGHB sobre como proceder ou participar dos eventos cívicos apoiados pela instituição ou na procura desta como referência para o encaminhamento de questões relacionadas à história e aos valores da sociedade baiana.

Boas ilustrações de tais fenômenos podem ser observados em três correspondências enviadas ao Instituto por não sócios, que viam na agremiação a possibilidade de atendimento ou resolução de suas expectativas ou problemas particulares. O primeiro destes contatos foi feito em 1921 por Luiz Paulo de Santa Izabel, autor de hinos cívicos e institucionais, que esperava ter uma de suas composições alçada à condição de hino oficial das comemorações da independência na Bahia, pelo que escreveu ao presidente do IGHB:

Não peço-vos proteção para que a composição que acompanha este seja oficialmente aceito como hino do Centenário da Independência da nossa acrisolada pátria, pois penso que uma obra para ser considerada deva ter os requisitos necessários que se adapte ao fim designado, e não por intermédio de proteção; porém, conheço que ela para poder chegar ao seu fim será preciso um forte pulso, e este pulso forte é o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual sois vós ilustre Diretor, e assim nas vossas mãos entrego o fruto das minhas débeis lucubrações, que ao futuro dirá quem fui<sup>160</sup>.

Nesse contato fica patente a crença de Santa Izabel de que o Instituto efetivamente possuía os meios para favorecê-lo em seu intento, uma vez que, para todos os efeitos, era o Instituto o 'órgão' responsável por celebrações do porte da comemoração pelo centenário da independência. Ao mesmo tempo, o encaminhamento direto do seu pedido ao Diretor do IGHB exprime a sua percepção acerca de como as relações pessoais integravam a política institucional da agremiação. Essa leitura em particular parece ter sido compartilhada por José Nelli, proprietário da "Fábrica de Filmes Cinematográficos", que escreveu ao Secretário Perpétuo do IGHB, Bernardino de Souza, solicitando o auxílio deste para vender três filmes "históricos", a saber: "A visita do grande Ruy Barbosa à Bahia", "A memorável

---

<sup>1</sup> 160

Arquivo do IGHB. Caixa 12 (1920-1921). Correspondência enviada ao Instituto por Luiz Paulo de Santa Izabel, em 12 de julho de 1921.

procissão do Sr. do Bonfim” e “A visita do Príncipe Humberto di Savoia, herdeiro da Itália, ao Brasil”).

Em sua carta ao secretário, Nelli afirmava estar passando por dificuldades financeiras e dizia estar certo de que o secretário poderia auxiliá-lo, viabilizando a compra dos filmes pelo Instituto ou sugerindo-lhes a particulares, pelo que conclui:

Veja se for possível vir em meu socorro com a venda destes três filmes, pois, confesso-lhe, seria a minha salvação. Não lhe faltam meios para que possa resolver este caso; sua posição social, sua influência, tudo é favorável para uma boa e satisfatória solução<sup>161</sup>.

A questão comum que surge dos pleitos de Nelli e de Santa Izabel é: teriam sido as suas iniciativas de buscar a influência do IGHB o resultado de avaliações particulares e pontuais sobre o potencial de intercessão do Instituto junto às diferentes esferas da sociedade, ou seriam elas indicativos de uma percepção generalizada sobre como as relações pessoais se inseriam na condução do Instituto e de como estas, além de poder beneficiar os pleiteantes imediatos, serviam também ao atendimento das necessidades da própria instituição?

Os indícios de que dispomos não permitem uma afirmação conclusiva para tal questionamento. Mas eles são suficientemente sugestivos e recorrentes (lembremo-nos do episódio da admissão do diretor do orfanato) para que julguemos ser possível tomá-los como indicativos de que era esta a leitura que a sociedade fazia tanto do poder de atuação do Instituto, como da natureza das estratégias de interação entre a instituição e a sociedade, até porque tais práticas, assentadas nas relações pessoais, longe de serem particulares ao IGHB, encontravam-se amplamente difundidas na Bahia da Primeira República.

Um dos mais significativos destes indícios pontuais do prestígio alcançado pelo IGHB após 1923, contudo, encontra-se, a nosso ver, na correspondência encaminhada ao Instituto pelos moradores da rua do Imperador, em 1925. A carta, assinada por 462 moradores, pedia ao Secretário do Instituto que “intercede[sse] junto dos poderes competentes para que [a rua] seja nivelada e tenha o indispensável calçamento [...]”, evocando o caráter histórico da via que chamavam de “velha abandonada”, a despeito de seu “passado glorioso, onde pisaram fidalgos de outrora”<sup>162</sup>.

---

<sup>161</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 15 (1925). Expediente do mês de fevereiro. Correspondência enviada ao Secretário Perpétuo do Instituto por José Nelli, em 15 de fevereiro de 1925.

Independentemente dos resultados alcançados (sobre os quais não temos qualquer informação), a carta reforça de forma contundente aquilo que já temos sinalizado, ou seja, o Instituto experimentou o ápice de seu prestígio nos anos subseqüentes a 1923, sendo a ele associado o poder senão de deliberar, pelo menos de conduzir e influenciar em assuntos concernentes a história e às manifestações cívicas da Bahia. Uma percepção tão amplamente difundida alçou o Instituto à categoria de via preferencial para o encaminhamento do pleito daqueles moradores, certos de que o caráter histórico de sua rua a distinguiria aos olhos da instituição e de que esta intermediaria a resolução de suas demandas.

Uma outra dimensão desse fortalecimento da imagem do IGHB junto à sociedade apresenta-se na tendência constante de aumento do número de sócios, o que era também, ao mesmo tempo, uma expressão da utilização do Instituto como elemento de autopromoção social, à medida que este se notabilizava como reduto da intelectualidade baiana. Veja-se esta evolução na tabela seguinte.

TABELA 16 – Número de sócios do IGHB (1909-1928)

Ano*	Sócios Efetivos		Sócios Protetores		Sócios Beneméritos		Sócios Honorários		Sócios Correspondentes		Total Geral	
	Pelos Informes	Pela RIGHB	Pelos Informes	Pela RIGHB	Pelos Informes	Pela RIGHB	Pelos Informes	Pela RIGHB	Pelos Informes	Pela RIGHB	Pelos Informes	Pela RIGHB
1909	—	156	—	—	—	2	—	9	—	175	—	342
		162**										
1910		159**										
1911		169**										
1912		199**										
1913	236	—	—	—	—	—	13	—	242	—	491	—
1914	236	—	—	—	—	—	13	—	242	—	491	—
1915	259	—	—	—	—	—	13	—	242	—	514	—
1916	282	—	—	—	—	—	13	—	242	—	537	—
1917	266	307	—	—	—	1	13	21	242	133	521	462
1918	282	312	—	—	—	1	13	26	242	139	537	478
1919	282	350	—	—	—	1	13	25	242	139	537	515
1923	—	446	—	29	—	12	—	38	—	134	—	659
1926	—	474	—	29	—	11	—	36	—	133	—	683
1928	—	485	—	29	—	23	—	94	—	65	—	696

\* Foram suprimidos os anos para os quais não há dados disponíveis.

\*\* Fonte: Relação dos sócios efetivos do IGHB (livro) de 1909 [a 1912]. Arquivo do IGHB. Caixa 6 (1909-1912).

Fontes: Informes do IGHB à Diretoria Geral de Estatística de 25 de maio de 1922 e janeiro e fevereiro de 1923. Arquivo do IGHB. Caixas 13 e 14 (1922-1924), respectivamente e Revistas do IGHB, n. 35, 1909; n. 48, 1923; n. 52, 1926 e n. 54, 1928.

Como se observa, os dados relativos ao número de sócios advêm de múltiplas fontes e há diferenças significativas entre estas. Nossa avaliação em particular baseou-se nas listas de sócios apresentados em diferentes números da revista do Instituto, num livro de registro exclusivo dos “sócios efetivos”

<sup>162</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 15 (1925). Expediente do mês de setembro. Correspondência enviada ao Secretário Perpétuo do Instituto pela Comissão de moradores da Rua do Imperador, em 31 de junho de 1925.

compreendendo 1909 a 1912 e nos informes do Instituto à Diretoria Geral de Estatística, de 1922 e 1923.

Todas estas fontes indicam uma tendência geral de crescimento do número de sócios, embora os índices médios de crescimento variem de uma para outra. Não temos elementos suficientes para uma averiguação de qual dentre as fontes apresenta a 'verdadeira' seqüência de dados e, com efeito, talvez essa seja uma questão menor, visto não haverem divergências quanto ao fato básico de que o IGHB logrou atrair letrados e intelectuais de maneira constante durante o período do nosso estudo.

A regularidade na adesão dos sócios, a ampla participação da sociedade para a viabilização do projeto da nova sede e a leitura que esta sociedade fazia do potencial político-simbólico do Instituto, parece-nos claro, não podem ser tomados como fenômenos isolados. Estes elementos constituem, em seu conjunto, o cenário no qual o IGHB era entendido como mais do que uma mera agremiação de ilustres, o instituto era a instância à qual cabia pensar e representar a Bahia e suas aspirações.

## **CAPÍTULO IV**

### **O IGHB E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA BAHIA**

As comemorações pelo centenário da Independência e os desdobramentos propiciados por aquele marco simbólico, ainda na primeira metade da década de 1920, constituíram-se, como vimos, concomitantemente em uma oportunidade e uma expressão do prestígio alcançado pelo IGHB na sociedade baiana.

Seria ilusório, porém, atribuir a deferência dispensada à agremiação baiana a partir de 1923 apenas a aqueles eventos comemorativos. De fato, embora naquele momento as oportunidades do IGHB tenham sido potencializadas (e bem aproveitadas), o seu espaço institucional vinha sendo construído e consolidado desde sua origem, a partir do engajamento (ora efetivo, ora mais presumido que concreto) na reflexão das questões prementes para o estado.

Desde sua instalação, já o demonstramos, o IGHB foi identificado como um instrumento para a inserção da Bahia nos novos tempos republicanos. Esse intento foi percebido e bem discutido por Rinaldo Leite, e embora o autor não trate necessariamente do Instituto, reconhece o seu envolvimento (através da sua revista e, especialmente, dos intelectuais que lhe integravam), num duplo movimento para valorização simbólica do estado.

Assim, por um lado, o IGHB ou alguns de seus mais destacados membros foram peças atuantes no esforço pela rememoração do que entendiam como os “tempos de glória da Bahia”, período identificado com o Segundo Reinado, quando a “proeminência econômica, política, artística, intelectual, religiosa e espiritual” faziam da Bahia um “lugar privilegiado”, conferindo sentido à idéia de que lhe cabia um lugar de destaque na história nacional<sup>163</sup>. De outro lado, as tentativas de ‘conciliar’ o estado com o novo regime levaram o eminente orador do IGHB, Braz do Amaral (ainda que falando de ‘fora’ do Instituto), a atribuir aos baianos a primazia pelos ideais federalistas nos país<sup>164</sup> e, do mesmo modo, esteve o Instituto francamente engajado em propagandear as possibilidades econômicas do estado no cenário republicano, assinalando a sua recuperação simbólica e econômica nos novos tempos<sup>165</sup>.

---

<sup>163</sup> LEITE, 2005, p. 42. Veja-se a respeito todo o capítulo 1.

<sup>164</sup> Idem, p. 56-57.

<sup>1</sup> <sup>165</sup>

LEITE, 2005, p. 257-262.



Mas houve um campo de discussões em particular onde a atuação do IGHB reflete bem tanto as preocupações de adequação da Bahia ao ideário do novo regime republicano, quanto a dimensão da aproximação e, por vezes, das concessões ao estado pelo Instituto para garantir o sempre necessário apoio daquele. Trata-se da expectativa de ampla modernização da sociedade baiana, com suas muitas implicações sociais. Para situarmos melhor as posições do IGHB, é conveniente que tracemos aqui este cenário de fundo em suas linhas gerais.

## 1. O IGHB E A 'MODERNIZAÇÃO' REPUBLICANA NA BAHIA

A instauração da República brasileira, no decurso da última década do século XIX e das primeiras décadas do XX, foi acompanhada por significativas alterações no cenário nacional, frutos da nova realidade política e econômica. O conjunto destas mudanças apontava para uma mesma direção: a consolidação de um projeto de modernização nacional expresso pelo anseio de modificação dos elementos de identificação da sociedade brasileira com o seu passado monarquista e colonial. Tais elementos eram os estigmas denunciadores do atraso nacional perante os países europeus, como a ausência de um setor industrial relevante, a insalubridade crônica de nossas principais cidades e a natureza mestiça da população. Transpor tais dificuldades equivalia a igualar-se à Europa e à América do Norte (industrializadas, saneadas e brancas) e, portanto, à civilização<sup>166</sup>.

Não que a busca pela modernização e civilidade fosse um fenômeno novo ou, mais propriamente, republicano. Pelo contrário, a bibliografia sobre o tema indica claramente que a preocupação e a intenção de 'civilizar' a sociedade já eram uma constante entre os dirigentes políticos das últimas décadas do Império, e se

---

<sup>166</sup> Sobre a relação entre tais elementos e a idéia de civilização, afirma ainda Rinaldo Leite: "Da ligação estabelecida, a princípio, entre o estado da saúde e a estrutura urbana, fundou-se um vínculo inexorável entre higienização e urbanização [...] que prosseguiu estabelecendo vínculos sucessivos, contíguos, múltiplos e recíprocos entre muitos outros fenômenos: modernização, urbanização, higienização, normatização, moralização dos costumes, ações de controle social, regulamentação dos usos do espaço, etc... Tornaram-se, todos eles, corolários, e seguiram um decurso tal que se referir a modernização ou à urbanização ou à higienização implicava sempre referir-se sempre a outras tantas 'ações'. Uma expressão, entretanto, pela abrangência que adquiriu resumia todo este complexo de relações: civilizar." LEITE, 1996, p. 11.

expressava através das ações em torno do controle das habitações, hábitos de higiene e padrões de sociabilidade<sup>167</sup>.

O novo elemento presente no ideal de civilização encampado pela sociedade republicana reside na exacerbação, por assim dizer, das expectativas em torno da possibilidade de realização dessa nova sociedade, seja quanto às suas conquistas materiais, seja quanto ao seu estilo de vida. De fato, a sociedade – ou pelo menos os segmentos dirigentes e a intelectualidade nacional – viram o advento do regime republicano como sendo uma expressão inicial e concreta da superação do atraso nacional, então associado à condição de nação colonizada e, por extensão, ao antigo regime.

O teor desta idéia de civilização pode ainda ser aqui caracterizada, observando que estava associada ao grande entusiasmo provocado pelo desenvolvimento de novas tecnologias, progressivamente incorporadas ao cotidiano da população, como resultado direto da chamada Revolução Científico-Tecnológica (ou Segunda Revolução Industrial), protagonizada pela Europa por volta de 1870<sup>168</sup>.

Assim, as realizações tecnológicas dos europeus, o crescimento de suas indústrias e o seu crescente domínio sobre novas regiões do globo eram vistas como indicadores seguros da eficácia do seu modelo e processo de desenvolvimento, e até mesmo da pertinência de suas crenças sobre a superioridade racial branca<sup>169</sup>. No afã de encontrar o caminho para a superação do atraso do país, negando seu passado colonial, a sociedade volta então seus olhos

---

<sup>167</sup> Uma visão geral das expectativas de civilização da sociedade durante o Império pode ser obtida em vários trabalhos, muitos dos quais já foram mencionados neste estudo. Além destes podemos também citar o trabalho de Chalhoub, sobre as políticas para controle dos cortiços e epidemias no Brasil imperial, notadamente na corte. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (ver especialmente os capítulos 1 e 3); Veja-se ainda Carlos A. C. Lima, em seu estudo das 'novas' habitações republicanas, ao observar a legislação destinada ao controle e normatização das moradias, deixada pelo Império. Cf. LEMOS, Carlos A. C. *A Cidade que a República encontrou*. In. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 13-14; FRAGA FILHO, 1996 p. 135-150, por sua vez, ao discutir o desenvolvimento da intolerância da comunidade para com a figura dos mendigos, na Bahia do século XIX, mostra como estes foram vistos como "ameaças à ordem social" e, conseqüentemente, empecilhos à modernização da sociedade; Devemos citar ainda J. J. Reis, que nos apresenta os esforços das autoridades provinciais para civilizar as práticas da população baiana diante da morte ainda na primeira metade do século XIX. Cf. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Ver capítulos 10 e 11. "Civilizar os Costumes" I e II

<sup>168</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. v. 3. p. 8-11.

<sup>169</sup> DECCA, Edgar de. O colonialismo como a glória do império. In. *O século XX. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à primeira grande guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.1, p. 154-158.

para a Europa e os Estados Unidos, glorificando seus modos de vida, seus valores, identificando-os como civilizados e dispendo-se a reproduzi-los como o caminho seguro para alcançar aquela civilidade.

O advento da República também significou a realização do projeto burguês de internalização do capitalismo no país<sup>170</sup>, permitindo o estabelecimento de uma elite dirigente burguesa, preocupada em se por em sintonia com o modo de vida europeu e, como decorrência, estender seus valores à sociedade brasileira, fossem eles expressos pelos ditos novos padrões urbanos, fossem aqueles relativos à dimensão social.

Nessa perspectiva, talvez a primeira expressão de tal esforço possa ser identificada no desenvolvimento dos grandes planos de reforma urbanística, ocorridos entre os últimos anos do século XIX e a terceira década do século seguinte. Destaca-se nesse período a construção da nova capital mineira, Belo Horizonte, cuja primeira etapa foi levada a cabo entre 1894 e 1897<sup>171</sup>, e o início das amplas reformas no Rio de Janeiro, em 1904, com a reforma do porto, o saneamento da cidade e o reordenamento urbano (medidas voltadas para a viabilização da circulação de mercadorias entre o porto e a cidade e para a dotação da região de uma ambiência mais européia – e mais civilizada). À Capital Federal seguiram-se as reformas do Recife e de Belém<sup>172</sup>, entre 1909 e 1913, as de Porto Alegre<sup>173</sup>, em 1914, e as de Salvador, entre 1912 e 1916<sup>174</sup>.

Nestes casos os elementos mais característicos eram, primeiramente, a intenção de destituir as cidades de seus traços coloniais (ainda que nem todas o tenham conseguido), com a ampliação das ruas e das vias de circulação da população e do comércio, bem como através da demolição dos antigos padrões de moradia e da redefinição dos espaços sociais segundo critérios econômicos e raciais. Um segundo traço foi a adoção do modelo de urbanização europeu,

<sup>170</sup> PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 12.

<sup>171</sup> Sobre a experiência republicana em Minas Gerais ver também: HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. *A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – BH – 1907-1908*. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 2, p. 57-63, out. 1997.

<sup>172</sup> Sobre o processo de modernização republicana em Belém veja-se: SARGES, Maria de Nazaré. *Belém, um outro olhar sobre a “Paris dos trópicos”*. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D’Água, 1999. p. 49-74.

<sup>173</sup> Sobre a experiência da capital gaúcha ver: PESAVENTO, Sandra J. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 282, 1995.

<sup>174</sup> Para uma análise do conjunto destas transformações ver: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1913)*. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. p. 103-105; Sobre a experiência soteropolitana, em específico, ver: LEITE, 1996, especialmente os capítulos 2 e 4.

notadamente da Paris *haussmaniana*, como referência para a redefinição desses espaços urbanos, dadas as preocupações demonstradas e efetivamente implementadas pela capital francesa, com o estabelecimento de uma lógica econômica de organização do espaço e de controle dos elementos e populações da cidade<sup>175</sup>.

Uma outra dimensão desse processo, complementar e indissociável, envolveu a pretensão de associar as reformas urbanas a outras de natureza social, alterando ou extinguindo costumes e práticas populares. Algumas destas práticas estavam relacionadas às questões de ordem médica, outras envolviam aquilo que podemos definir como a moral burguesa, voltada entre outros aspectos para a valorização do trabalho e a negação do ócio, como bem convinha ao ideário do incipiente capitalismo nacional<sup>176</sup>. A principal mudança social a ser feita, porém, era então a eliminação da presença física e cultural da população negra do corpo social, fosse essa uma eliminação direta, fosse ela pela via da miscigenação. De qualquer modo um passo considerado fundamental ao processo de condução da sociedade à civilização almejada<sup>177</sup>.

É bem verdade que a questão racial também esteve presente na pauta das preocupações da intelectualidade nacional desde o início do Segundo Reinado. De fato, o início do debate acerca do caráter racial do povo brasileiro, ou pelo menos a elevação do tema à condição de problema nacional, confunde-se com o início da busca por uma imagem representativa da nacionalidade brasileira, expressa pela figura do mestiço, durante a década de 40 do século XIX. Ocasão em que começa a se estabelecer a divergência quanto à validade de tal imagem dada a impossibilidade da civilização dos indígenas, advogada por alguns e, portanto, à impossibilidade de uma síntese entre as três raças fundadoras (índios, brancos e negros) que fosse também viável do ponto de vista das qualidades intrínsecas (atributos morais, físicos e intelectuais) da nação<sup>178</sup>.

Dentro de tais premissas, se havia alguma discussão em torno da possibilidade de assimilação proveitosa do indígena, o mesmo não ocorria com o elemento negro, tido sempre como menos apto intelectualmente, além de

1 175

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p. 23-24 e 92-93.

<sup>176</sup> PESAVENTO, 1998. p. 62-71.

<sup>177</sup> IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 115-121.

<sup>178</sup> MONTEIRO, Jonh Manuel. As “raças” indígenas no pensamento Brasileiro do Império. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCB, 1996. p. 16-17.

moralmente inferior, o que o punha na condição de um elemento a ser eliminado de modo a não obstar o desenvolvimento da nação<sup>179</sup>. Essa era a expressão do pensamento ‘científico’ dominante à época, particularmente junto à intelectualidade nacional, e que aqui se fazia representar por nomes como Henry T. Buckle, Arthur de Gobineau, Paul Broca, Cesare Lombroso, Louis Couty, H. Spencer e Louis Agassiz, apenas para citar alguns dos mais ‘populares’ a divulgar suas idéias ainda durante o período imperial brasileiro. Não nos dedicaremos aqui à análise ou mesmo a uma exposição mais detalhada de tais idéias, pois tal empreendimento já foi desenvolvido mais detidamente e com maior propriedade por vários autores<sup>180</sup>.

De um modo geral, porém, podemos afirmar que aqueles ‘estudiosos’ do século XIX defendiam a existência de raças humanas dotadas de atributos naturais e imutáveis, fossem eles determinados pelas características próprias de cada tipo racial, fossem pela conformação de cada um dos tipos às condições climáticas de seu habitat. Tais raças, pensadas de forma hierarquizada, tinham sempre como elemento mais desenvolvido o branco-europeu, seguido por semitas, orientais e indígenas americanos como grupos intermediários (embora essa composição também variasse entre os ‘estudiosos’ da questão), seguidos ainda pelos negros, estes – como já foi dito – tidos invariavelmente como os mais primitivos dentre os tipos raciais, ou até mesmo como tipos sub-humanos.

Dentro dessa lógica as autoridades imperiais empenharam-se por promover a imigração de europeus, dada à impossibilidade do desenvolvimento nacional com base nos seus elementos predominantes (os índios e os negros). Como conseqüência, buscou-se demonstrar a possibilidade de adaptação de povos de origem européia ao ambiente tropical, como parte necessária de um processo de embranquecimento da sociedade brasileira. As primeiras medidas nesse sentido resultaram no estabelecimento de colônias agrícolas homogêneas no sul do país, privilegiando-se assim a nacionalização de uma população branca européia em lugar de uma estratégia de miscigenação com as populações locais<sup>181</sup>.

<sup>179</sup> SCHWARTZ, 1993, p. 208-209.

<sup>180</sup> Dentre os autores em questão podemos citar como referências para o tema e/ou suas implicações na realidade nacional, além dos já trabalhados até o momento: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977; SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Revista Afro-Ásia*, n. 18, p. 77-101, 1996; RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de raça e assimilação em Oliveira Viana. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 573-601, 2003, entre outros.

<sup>181</sup>

Com o advento da República, afirma Seyferth, a antiga política imperial de imigração foi duramente criticada por supostamente permitir, fosse em função de estratégia de alocação dos imigrantes para regiões específicas, fosse pela escolha de 'etnias inassimiláveis' (uma referência direcionada especialmente aos alemães), a formação de núcleos cuja homogeneidade passou a ser vista como um perigo à nacionalidade. Perigo porque, em tese, sendo tão homogêneas, as comunidades mostravam-se pouco interessadas em assimilar língua e costumes nacionais, permanecendo efetivamente como comunidades estrangeiras em território nacional. Além disso, estando tão localizadas, tais comunidades só produziam, por assim dizer, um desenvolvimento pontual, o que se afigurava como uma ameaça de desequilíbrio regional para as novas autoridades republicanas.

O que se observa então é o acirramento do debate sobre a pertinência do elemento estrangeiro no processo de modernização nacional, considerando-se, por uma lado, o potencial civilizador de tais grupos e, de outro lado, nas palavras de Aguiar, os possíveis "desdobramentos [da presença estrangeira] que poderiam levar ao rompimento da unidade territorial ou provocar mudanças na ordem social"<sup>182</sup>, preocupações que se tornaram ainda mais acentuadas (sobretudo em relação aos alemães) com o advento da Primeira Guerra.

De qualquer modo, embora as preocupações com a homogeneidade das colônias (especialmente alemãs) já não correspondessem à realidade por volta do fim do século XIX, sustenta ainda Seyferth, o governo republicano passou a defender a necessidade da diversificação das 'etnias' envolvidas com a imigração. Nesse momento ganharam atenção as 'etnias latinas' que, tidas como mais afeitas à assimilação, possibilitariam, através da miscigenação, a eliminação dos elementos das raças inferiores da sociedade, processo que deveria permitir a emergência de uma nova sociedade branca<sup>183</sup>.

As preocupações republicanas com os ambientes urbanos permaneceram, desse modo, orientadas pelos mesmos princípios do período Imperial, ou seja, o combate à insalubridade das cidades e, em última instância, à

---

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In. MAIO; SANTOS, 1996. p. 46-47.

<sup>182</sup> AGUIAR, Gilson Costa. *Germânicos e germanismo*: o debate sobre a imigração germânica na ótica do estado e do ideário nacional brasileiro na transição da monarquia para a república. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista. p. 40-41.

<sup>183</sup> SEYFERTH, 1996. p. 48-55.

sua desafricanização. Todavia, com o novo regime, o trato destas questões ganhou uma energia e uma relevância até então inusitadas, dado o seu caráter racial mais acentuado. Assim, as medidas e ações das autoridades do estado republicano no sentido de reestruturar os espaços urbanos e reorganizar suas populações funcionaram, na prática, como a concretização de uma política de caráter eugenista, cuja necessidade era há muito defendida e anunciada. Todo o processo, por seu turno, era respaldado por um discurso higienista, que teve em Oswaldo Cruz e Belisário Pena alguns dos seus expoentes, e que concebia a proliferação de muitas das doenças no meio urbano como uma evidência da inferioridade racial ou mesmo da degeneração (pela mestiçagem com as raças inferiores – leia-se, os negros) de boa parte da população<sup>184</sup>.

Concebida como um dos principais compromissos do novo regime, a discussão sobre o caráter racial da população foi encampada e desenvolvida em diferentes frentes tendo sempre como base idéias (mais ou menos integradas) como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social, aqui assimiladas e reelaboradas de modo tanto a reafirmar a necessidade de aprimoramento do ‘caráter’ do povo, como a sinalizar com a possibilidade do desenvolvimento nacional, a despeito de (ou mediante) sua mestiçagem<sup>185</sup>.

Sinais concretos dessa política são observados, por exemplo, na demolição de áreas da cidade tradicionalmente habitadas pelas populações pobres e de cor, com a remoção de seus moradores para as periferias ou até mesmo a sua deportação para outras regiões do país, como ocorrido com parte dos indivíduos detidos nos distúrbios decorrentes da Revolta da Vacina, em meio às reformas do Rio de Janeiro em 1904<sup>186</sup>. No que se refere à já aludida política da reconfiguração dos costumes, o viés racial manifestou-se na expectativa da eliminação das práticas populares associadas de algum modo ao passado colonial da nação e, especialmente, aos usos e elementos originados das tradições africanas ou dos sincretismos, como os batuques, os sambas, os terreiros e os seus cultos religiosos.

Assim, fosse nos principais centros do país, fosse nos pólos regionais mais distantes, a perspectiva de civilização dos costumes passava necessariamente pela desafricanização destes. Em seu conjunto, essas medidas se associariam ao

---

<sup>184</sup> ROMERO, Marisa. As normas médicas em São Paulo, 1889-1930. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p. 167-177, jun. 1996.

<sup>185</sup> SCHWARTZ, 1993. Ver especialmente o cap. II. p. 43-66.

<sup>186</sup> SEVCENKO, 1998. p. 25-26.

influxo de imigrantes europeus e garantiriam (segundo as expectativas) o embranquecimento senão das cidades como um todo, pelo menos das áreas que se pretendia caracterizar como mais representativas da nova identidade nacional (progressivamente mais branca e europeizada). Mas como implementar um tal processo na Bahia e, particularmente em Salvador, a mais negra das capitais brasileiras?

## 2. O IGHB: UM PALCO PARA DISCUSSÃO DA QUESTÃO RACIAL NA BAHIA

A exemplo das demais regiões brasileiras, a questão racial, vinha sendo abordada na Bahia desde os tempos do Império. De fato, de acordo com Affonso Ruy, já em 1835, o Presidente da Província sugeriu ao governo regencial “a volta para a África de todos os escravos maiores de 50 anos e já pensava em substituí-los por colonos europeus”<sup>187</sup>. Mais de meio século depois, instigados pelas transformações do período, governantes e boa parte da intelectualidade baiana esforçavam-se por contribuir com a inserção da Bahia no projeto civilizador nacional. Não por acaso uma das medidas adotadas pelas autoridades republicanas na Bahia, após a abolição, foi exatamente a ‘recondução’ para a África de cerca de 8.000 africanos libertos<sup>188</sup>.

Os intelectuais, por sua vez, dispunham-se a pensar o problema e apresentar-lhe soluções. Estes intelectuais (já tivemos oportunidade de assinalar) pertenciam aos mais diversos segmentos da sociedade, eram médicos, literatos, advogados, jornalistas, entre muitos outros. E como tais tinham no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia um dos mais profícuos espaços para o desenvolvimento dos debates sobre a questão.

Os elementos teóricos por eles adotados vinham (como no restante do país) das leituras e citações de autores estrangeiros, norte americanos e europeus, cujas idéias racistas acabaram por se tornar os fundamentos para a discussão. A preferência por tais autores, por sua vez, resultava da valorização exacerbada do modelo de civilização daqueles povos pela intelectualidade nacional, de tal modo

---

<sup>187</sup> RUY, Affonso. *História da câmara municipal da cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953. p. 322.

<sup>188</sup> BARCELAR, Jéferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 38.



que, nas palavras de Skidmore, “quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas idéias geradas na Europa, tanto mais ouviam falar na inferioridade do negro e do índio”<sup>189</sup>.

Um primeiro indício do contato dos integrantes do IGHB com estes autores pode ser verificado nas listas de doações bibliográficas feitas por sócios e instituições ao Instituto. Por estas listas podemos dar como certo, por exemplo, o conhecimento das idéias de H. Spencer, cujas obras *L'education* e *History of United State* foram registradas como ofertas feitas pelo Gabinete Português de Leitura<sup>190</sup>. Trabalhos de referência como *Encyclopedie des gens du monde*<sup>191</sup> também estão indicadas como ofertadas ao IGHB. Dentre os autores nacionais incorporados ao acervo do Instituto, um dos primeiros a discutir o tema a partir dos mesmos pressupostos foi Ladislau Netto com *Aperçu sur la théorie de l'évolution*<sup>192</sup>. Infelizmente o incêndio na biblioteca do Instituto, em 1913, destruiu estas e outras prováveis doações, impossibilitando um levantamento mais seguro da presença de obras estrangeiras e nacionais, para além dos registros das ofertas.

Um outro meio certo de entrada de tais idéias no IGHB deu-se, sem dúvida, através do contato do Instituto com outras instituições de saber, também abertas ao contato e consumo das idéias européias e americanas sobre raça. Dentre tais instituições a mais influente, neste campo, foi por certo a Faculdade de Medicina da Bahia, o único centro, aliás, a igualar (ou mesmo a superar) o IGHB como espaço de reflexão da questão racial no estado.

Este destaque da Faculdade de Medicina não era fortuito. Resultava antes de tudo do seu prestígio como instituição, à qual se atribuía o papel de difusora das práticas médicas de matriz européia (embora seus integrantes também tenham participado diretamente, segundo Edler, de um “movimento mais amplo voltado para a produção de um saber médico original sobre a nosologia brasileira”<sup>193</sup>). Um tal ‘perfil’ punha conseqüentemente a Faculdade de Medicina na condição ‘natural’ de entidade propagadora da modernização dos hábitos e cuidados

---

<sup>189</sup>

1

SKIDMORE, 1976, p. 69.

<sup>190</sup> Atas da 23ª sessão 12/04/1896 e da 28ª sessão 21/06/1896. *Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia*. Salvador, n. 8, p. 218 e 289 (respectivamente), jun, 1896.

<sup>191</sup> Ata da 26ª sessão 17/05/1896. Idem, p. 280.

<sup>192</sup> Ata da 35ª sessão 25/10/1896. *Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia*. Salvador, n. 10, p. 600, dez, 1896.

<sup>193</sup> EDLER, Flavio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História ciência, saude-Manguinhos*, v. 9, n. 2, p.357-385, maio/ago, 2002.

com a saúde da sociedade<sup>194</sup>. Exemplo disso, aliás, observa Marivaldo Amaral, foi a criação da maternidade-escola da faculdade, com a qual se esperava, além de possibilitar o treino dos profissionais médicos, a reformulação dos costumes ligados ao parto, especialmente nas camadas populares<sup>195</sup>. Pelas expectativas em torno do seu potencial modernizador, como instituição científica, e em função mesmo do caráter ‘científico’ atribuído às ditas características raciais a Faculdade de Medicina tornou-se assim, direta ou indiretamente, propícia ao debate do tema racial na Bahia.

Some-se a isso o fato de se encontrarem ali alguns dos profissionais mais renomados da época, no que se refere à discussão do tema racial no Brasil. Dentre estes profissionais o mais notável, durante a década de 1890, foi sabidamente o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Membro da *Médico-Legal Society of New York* e da *Société-Médico-Psychologique* de Paris, e defensor ferrenho da idéia da inviabilidade do desenvolvimento nacional em função da presença negra (enquanto tal ou mesmo miscigenado) entre a população, Nina Rodrigues tornou-se um dos intelectuais mais lidos e respeitados de então.

A atuação de Nina Rodrigues como referência para a intelectualidade do período não é desconhecida. De fato, além da influência junto a seus pares médicos, foi também o fundador da medicina legal no Brasil, chegando a dialogar com a área do direito ao defender a necessidade de um código penal específico para os negros e mestiços em seu trabalho “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, que por acaso veio a ser uma das obras ofertada ao IGHB<sup>196</sup>. Além disso e, a bem da verdade, foi um dos que mais influenciou o pensamento social brasileiro até a década de 1930, ainda que tal influência se desse por contraposição (sobretudo entre o incipiente meio antropológico) a uma suposta “Escola Nina Rodrigues”, como o observou Mariza Corrêa<sup>197</sup>.

---

<sup>194</sup> AMARAL, Marivaldo Cruz do. Da comadre para o doutor: a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia republicana (1910-1927). Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. p. 27 e 49.

<sup>195</sup> Idem. p. 56 e 135-137.

<sup>196</sup> Relatório anual apresentado pelo Primeiro Secretário Antônio Calmon, em 03 de maio de 1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 4, p. 167-174, jun, 1895. Alguns anos mais tarde o Instituto veio a receber também a outro estudo de Nina Rodrigues, A medicina legal no Brasil v. 1, doado pelo próprio Nina, a essa altura na condição de sócio do IGHB. Cf. Ofertas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 32, p. 224, 1906.

<sup>197</sup> Para uma visão mais aprofundada, ver: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf., 1998.

Além dos trabalhos publicados, a difusão de suas idéias na Bahia deu-se fundamentalmente através de um veículo especializado: a *Gazeta Médica da Bahia*, revista da Faculdade de Medicina, com a qual Nina Rodrigues colaborou assiduamente, chegando mesmo a ocupar o cargo de redator-chefe da mesma, em 1891<sup>198</sup>. Nesse mesmo ano Rodrigues assinava o artigo “A lepra no Estado da Bahia”, onde preconizou: “a lepra tende a desaparecer na Bahia, independente de medidas repressoras e provavelmente apenas com a suspensão do tráfico africano e com os progressos da civilização”<sup>199</sup>, numa associação entre a eliminação dos negros (e dos mestiços a médio prazo) da sociedade e a eliminação da própria doença.

Embora este discurso fosse destinado preferencialmente ao público médico, não se restringia a ele, sendo também deliberadamente difundido entre a intelectualidade baiana. Para isso a *Gazeta Médica* era oferecida, em permuta, a outras instituições locais de importância, dentre as quais o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia era por certo uma das mais visadas<sup>200</sup>.

Com isso a discussão sobre o caráter racial da população baiana extrapolava o meio médico (que, obviamente, não tinha em Nina Rodrigues o único preocupado com tais questões<sup>201</sup>), por meio da sua *Gazeta*, e se fazia saber junto ao IGHB, e por extensão aos principais nomes do poder político e econômico, dentro ou fora do governo, possibilitando assim o estabelecimento de um círculo, que se iniciava com a intelectualidade e chegava à esfera do executivo, ou seja, dos pensadores aos executores de uma abordagem e tratamento racializado da população.

A influência e a aceitação, junto ao IGHB, das idéias sobre a ‘qualidade’ racial da população e suas implicações para o desenvolvimento social baiano, pode ser constatada pela incorporação de tais temas às questões de rotina do Instituto.

---

<sup>198</sup> INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA Grandes vultos do IGHB: Raimundo Nina Rodrigues. *Boletim informativo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. ano 5, n. 31, p. 4-5, jun. Jul. 2006.

<sup>199</sup> RODRIGUES, Nina. A lepra no estado da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*. n. 22, p. 346-354, 1891.

<sup>200</sup> Essa permuta é normalmente registrada através das listagens das “ofertas” de obras pelos sócios ou instituições ao IGHB. Nesse sentido veja-se, por exemplo, listas de ofertas dos meses do junho de 1897 e setembro de 1898. In. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, nºs. 12 e 17. pp. 463 e 457, 1897 e 1898, respectivamente.

<sup>201</sup> De fato, a temática racial, em suas várias facetas (mas com uma natural predominância da relação raça/doença), foi freqüentemente abordada pelos colaboradores da *Gazeta Médica da Bahia*, como pode ser constatado, por exemplo, com o artigo “As moléstias nos mulatos e índios”, apresentado no nº 24, p. 275-277, de 1892, ou com o artigo do Dr. José R. da Costa Doria, intitulado “Deve-se modificar o código criminal brasileiro de acordo com os progressos da medicina e da sociologia?”, apresentado no nº 25, p. 57-64, de 1893.

Os discursos produzidos refletem tais preocupações, externando posicionamentos e propostas que, indo ao encontro das posições defendidas pelos médicos, legitimam-se e, ao mesmo tempo, lhes conferem legitimidade, numa teia de apoio e reciprocidade que aproximava os grupos institucionais (não por acaso o próprio Nina Rodrigues tornou-se sócio do IGHB<sup>202</sup>) e fortalecia seu discurso conjunto.

Uma das primeiras expressões desta aproximação revela-se já no segundo ano de funcionamento do IHGB, no discurso preferido em sua sessão de aniversário, de autoria do presidente, Tranquilino L. Torres. Neste discurso, ao falar sobre a dificuldade enfrentada pelas mentes ilustradas do estado para promover o “desenvolvimento das letras pátrias”, o Dr. Torres argumentou que tal dificuldade se devia basicamente a um arraigado sentimento de desconfiança que caracterizava o baiano. Este sentimento, por sua vez, se explicaria do seguinte modo:

[...] para não me alongar na posição de muitos outros males que nos flagelam e transitam, pelo retraimento egoístico e desconfiança de tudo e de todos, essa enfermidade que, talvez, pelo produto de raças degeneradas, se inoculou no corpo inteiro do país e do estado principalmente – esse esforço sublime [o de desenvolvimento das letras pátrias], repito, não corresponde nem anima as tentativas dos empreendedores.<sup>203</sup>

No desenvolvimento do seu raciocínio o Dr. Torres ponderou ainda que a desconfiança da população implicava em descrédito das instituições do estado e que tal descrédito formaria o campo propício para o desenvolvimento de três males “elevados à altura de instituições”, a saber: a jogatina, a politicagem e a prostituição, que, segundo Torres, desenvolver-se-iam mais “na camada pobre de recursos, mais geralmente composta da raça redimida”. Aqui se repete, portanto, o mesmo argumento que atribui à presença negra na população e à conseqüente miscigenação com esse grupo o principal fator de impedimento ao desenvolvimento da civilização nacional, e que, posteriormente, fora usado também por Nina Rodrigues para sustentar idêntico ponto de vista, quando afirma:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem

<sup>2</sup> 202

Na ata da 36ª Sessão Ordinária do IGHB, realizada a 22 de novembro de 1896, consta da ordem do dia a apresentação do Dr. Nina Rodrigues como novo sócio. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 10, p. 603, dez. 1896.

<sup>203</sup> TORRES, Tranquilino L. Discurso proferido na sessão magna aniversário (12ª Sessão), a 03/05 de 1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 04. p. 149-165, jun, 1895.

os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo.<sup>204</sup>

No que diz respeito à argumentação do presidente do IGHB, contudo, fica igualmente evidente a franca influência do pensamento de Gobienau quanto à degeneração das raças<sup>205</sup> e a sua inquietação quanto à situação da sociedade nacional. Tal inquietação conduz Torres a mais uma das usuais associações do período, estabelecendo uma relação direta entre os diversos males sociais que afligiam os menos favorecidos e a sua preponderância entre a população negra e mestiça, ou seja, a associação entre raças e classes<sup>206</sup>.

É compreensível que o jogo e a prostituição enquanto recursos e estratégias possíveis de lazer e sobrevivência, respectivamente, para uma população menos favorecida estivessem predominantemente relacionados àqueles que se encontravam mais marginalizados na sociedade, ou seja, negros e mestiços. Todavia, é pouco provável que o presidente do IGHB tivesse seu raciocínio assentado em tal causalidade social, dada sua assimilação das noções de degeneração racial e ao caráter natural ou mesmo biológico que atribuía ao degenerado (mestiço) como inoculador das mazelas baianas, e que o afastava de uma leitura mais sociológica do problema.

Uma outra voz a discutir as possibilidades do desenvolvimento regional ainda no final do século XIX, mas com uma abordagem praticamente antagônica à do presidente foi o Professor Antonio Alexandre Borges dos Reis, com o artigo intitulado “Colonos, indígenas e escravos: os jesuítas e a catequese”. Nesse texto, Reis apresentou uma visão sobre os povos indígenas e negros que, apesar de não negar o princípio da existência das raças humanas, ia de encontro aos pressupostos das teorias dominantes ao apontar, sem a usual hierarquização, a contribuição dos diferentes povos constituidores da nação brasileira.

De fato, Reis chegou mesmo a inverter o destaque conferido aos elementos componentes das três raças no Brasil, negando os prejuízos associados à presença negra entre a população e redimensionando, por assim dizer, a contribuição do elemento branco e índio, da tríade racial nacional. Sobre o

---

2 204

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Editora da UNB, 1988. p. 07.

<sup>205</sup> SILVEIRA, 1999, 89-145. Ver também BANTON, 1977, p. 57.

<sup>206</sup> Idem.

português, por exemplo, afirmou, contrapondo-se a uma visão idealizada daquele grupo: “[...] de fidalgos aventureiros e dissolutos, degradados, soldados marujos e, de envolta, alguns homens bons, constituíram-se os colonizadores portugueses”<sup>207</sup>.

Como se observa, tratava-se de uma descrição predominantemente negativa, ainda que reconhecendo mais adiante que foi com este grupo, acrescido de “elementos [...] moralmente mais sãos [em relação aos próprios portugueses]”, que “regulou-se a distribuição da justiça, garantiu-se a propriedade e firmou-se o domínio da lei”. E continuou, amenizando o quadro inicial:

Sofrendo a influência e a modificação do meio físico [...], o elemento português nacionalizou-se, e entrou como o fator mais preponderante na constituição da pátria nova, pelo seu caráter em extremo assimilador, pela ascendência legítima da família, da cultura intelectual, da posição social e política.

Para Reis, portanto, aos portugueses caberia preparar “pela absorção [de negros e índios], pela remodelação final, a raça forte que há de formar a hegemonia de nossa pátria na América Latina”. É notável que para este estudioso tal síntese de raças resultasse em uma raça forte, e não na idéia da degeneração, o que obviamente reforçava sua visão não hierárquica das raças.

No caso do índio, Reis apresentou-o em três possíveis posições, a saber: como aliado, quando “presta valiosos serviços ao colonizador”, visto ser um grande conhecedor da terra; como inimigo, quando investia bravamente (uma adjetivação positiva, note-se) contra o português e, finalmente, como escravo, quando é “fraco e indolente para o trabalho, insubmisso ao eito”. A descrição do negro foi surpreendentemente ainda mais positiva, quando ponderou:

Arrancados violentamente do pátrio solo, e transportados, qual mercadoria, em infectos porões de navios, para estranha região onde a vida lhes vinha decorrer bem outra, jungidos ao eito, sob o azorrague do feitor, constituíram, entretanto, esses infelizes representantes da raça negra um fator poderoso de nossa nacionalidade, pela sua intensa proliferação.

Raça igualmente vencida e subjugada, mas trabalhadora, valente e forte, prestou também à integração da pátria nova os mais valiosos serviços [...]. Para a raça forte que aludimos, para o tipo brasileiro do futuro, que se remodela, ela [a raça negra] levará as virtudes das raças puras e sans.

Não temos dados sobre a figura do (assim identificado) Professor Reis que possam esclarecer sua postura frente à questão. Em suma, porém, o certo é que sua abordagem colocava-se na contramão do pensamento dominante, apesar

<sup>207</sup> REIS, Alexandre Borges dos. Colonos, indígenas e escravos: os jesuítas e a catequese *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 28, p. 57-63, 1897.

de não escapar a uma leitura do problema do desenvolvimento nacional fundamentado em elementos raciais, ao sugerir um papel central aos negros como elementos promotores dos progressos futuros.

Não há registros diretos de como tais idéias foram recebidas pelos membros do IGHB, uma vez que não há qualquer debate ou texto de contraponto claramente voltado a rebater as suas afirmações. É possível que esse 'silêncio' indique uma certa indiferença dos sócios do Instituto frente às idéias de Reis, o que o teria colocado em uma posição de isolamento ou, numa situação extrema, até mesmo de descrédito. Se tais posições foram tomadas, elas se deram não pelas idéias de Reis quanto à integração dos indígenas, no que se aproximava do próprio presidente, mas por sua intolerável defesa dos supostos atributos da raça negra, que os punha em pé de igualdade com portugueses (brancos) e índios.

Por outro lado, esse mesmo 'silêncio' para com a visão de Reis pode ser entendido como apenas mais uma expressão do já discutido padrão de sociabilidade do IGHB, em que os embates diretos, bem como a análise mais acurada dos conteúdos dos distintos discursos, eram cuidadosamente evitados de modo a possibilitar a convivência da diversidade de tipos e visões que caracterizaram o Instituto desde seu primeiro momento.

Nessa perspectiva (mais verossímil que a primeira, a nosso ver), o simples fato de uma visão (que não foi a única) tão radicalmente antagônica àquela do Presidente Tranquilino Torres ter encontrado espaço na Revista do Instituto (ainda que dois anos após a publicação do discurso do Presidente) demonstra que a agremiação evitou ao máximo definir uma posição oficial quanto à questão (essa só veio a ocorrer anos depois, como veremos adiante) e, mais significativamente, que se manteve aberta, desde os seus primeiros anos de existência, senão à discussão direta, pelo menos ao acolhimento e divulgação das diferentes leituras da questão racial, desde que estas permanecessem formalmente como expressões do pensamento individual daqueles que as advogavam.

Não obstante, é preciso reconhecer que embora o IGHB não tenha se mostrado fundamentalmente refratário às visões divergentes, a leitura predominante na instituição, pelo menos em sua primeira década de existência, esteve condicionada pelos pressupostos das doutrinas raciais então em voga no país e que ecoavam, naturalmente, junto à sociedade letrada baiana e nas demais instituições de saber do estado.

Essa predominância é indicada, primeiramente, pelas condições de socialização encontradas pelas diferentes visões. Assim, enquanto o discurso de Tranquilino Torres foi lido em sessão solene do Instituto, além de ser posteriormente publicado na revista, o que lhe conferiu uma imediata e acentuada notoriedade, o pensamento de Reis contou apenas com a revista para sua difusão. Nesse sentido, a ênfase concedida pela agremiação à divulgação das idéias de Torres no mesmo momento em que, como vimos, fora conferido ao IGHB a tarefa de auxiliar o estado em sua integração aos ideais do novo regime, pode ser entendida como uma expressão do cuidado do Instituto em atender às expectativas da sociedade, demonstrando estar em sintonia com as idéias que, Brasil a fora, orientavam as políticas da tratamento da questão racial, no país.

Um outro indício mais evidente dessa predominância está na simples recorrência das abordagens pautadas nas doutrinas raciais. Escritos posteriores ao do Professor Reis confirmam esse entendimento, ao apresentarem posicionamentos que coadunavam com os do Presidente. Um bom exemplo disto foram os artigos “Lucas, o salteador”, escritos por Thomé de Moura, e publicados nos números 16 e 18 da revista do Instituto<sup>208</sup>. Nestes artigos (que são, em verdade, partes distintas de um mesmo texto) Thomé Moura discutiu a história e trajetória do negro conhecido como “Lucas da Feira”, um escravo fugido que entre os anos de 1838 e 1848 (data de sua captura) formou e chefiou um bando de salteadores responsável – segundo os registros oficiais – por mais de 150 roubos e assassinatos nas estradas que ligavam as cidades baianas de Cachoeira e Feira de Santana<sup>209</sup>.

Ao desenvolver sua análise do caso, as citações de Moura a Lombroso e a Emilio Laurent são diretas e constantes. Mais do que isto, a incorporação das idéias daqueles pelo autor condicionam toda a sua abordagem e argumentação, que pode mesmo ser descrita – sem exageros – como *lombrosiana*. Isso é particularmente claro no segundo texto, quando mesmo admitindo a falibilidade da teoria do estudioso italiano, Moura não hesitou em afirmar:

As alucinações do crime deveriam ter deixado vários vestígios no crânio de Lucas, dentro do qual se revolviam somente idéias tenebrosas, e que por isso mesmo mereceu as atenções da medicina legal, que nele descobriu a cabeça de um criminoso de primeira plana, cujas boças [sic] de destruição,

<sup>208</sup> MOURA, Thomé. Lucas: o salteador. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n<sup>os</sup>. 16 e 18, p. 321-333 e 638-652, jun e dez, respectivamente, 1898.

<sup>209</sup> POPPINO, 1968, 50-51. Sobre Lucas da Feira veja-se também: LIMA, Zélia de Jesus. *Lucas Evangelista, o Lucas da Feira: estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana*. Salvador, 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.



roubo e assassinato se devem distinguir francamente nas suas partes laterais e posteriores inferiores<sup>210</sup>.

Outro a demonstrar a incorporação das idéias racistas pelo Instituto foi Braz Hermenegildo do Amaral, orador oficial da instituição, que em artigo intitulado “Explorações do município do Prado pelo engenheiro Apolinário Front”, teceu longas considerações sobre a massiva participação dos exploradores estrangeiros no desbravamento e mapeamento das regiões desconhecidas do Brasil e particularmente da Bahia. Sua explicação para o fenômeno era de que:

É no fundo [uma] questão de preparo que tanta falta a todos nós brasileiros, falta que tem por causa as deficiências e os vícios de nossa instrução, esta lazeira e humilhação de nossa mocidade, comparada com a mocidade dos grandes povos livres do mundo moderno; que tem por causa o enervamento psíquico e moral de uma raça, principalmente pela carência ou superficialidade do preparo nos estudos e exercícios úteis<sup>211</sup>.

Como se vê trata-se de um raciocínio um tanto confuso: a predominância de estrangeiros na atividade exploratória seria, para o autor, o resultado da falta de preparo educacional dos jovens nacionais. Esse despreparo, por sua vez, teria por “causa” aspectos de natureza racial (o enervamento psíquico e moral), mas estes aspectos acabavam condicionados exatamente pelo mesmo fator que deveriam originalmente explicar: a falta de adequado preparo intelectual. Tais inversões e reviravoltas argumentativas eram bastante comuns em textos de autores nacionais e estrangeiros que buscavam justificar comportamentos ou qualidades de determinados povos (sobretudo os ditos inferiores) a partir das suas supostas características raciais. De qualquer modo, era ninguém menos que o orador do instituto quem falava, conferindo foros de legitimidade a tais idéias com o peso de seu cargo e do seu prestígio intelectual.

Braz do Amaral voltou a discutir a questão racial no artigo “As tribos negras importadas: estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil – os grandes mercados de escravos”, de 1915. Nesse trabalho Amaral fez uma ampla descrição das características das diferentes “raças” trazidas ao país como escravos, alternando caracterizações mais ou menos negativas conforme cada grupo abordado. Notável, porém, é o fato de que se ali os grupos negros africanos foram eventualmente vistos como detentores de traços positivos, o mesmo não ocorreu

<sup>210</sup> MOURA, 1898, p. 638-652.

<sup>211</sup> AMARAL, Braz. H. do. Explorações do município do Prado pelo engenheiro Apolinário Front. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 15 p. 3-25, mar, 1898.

com os negros crioulos (nascidos no Brasil) e mestiços, descritos por Amaral como inferiores, física e moralmente, aos seus ascendentes africanos. Nesse sentido, Amaral, que era também médico e professor da Faculdade de Medicina (vale lembrar), aproximava-se sobremaneira das idéias defendidas por Nina Rodrigues, ao condenar a mestiçagem como um fenômeno essencialmente negativo, posto que degenerativo, sobre o que afirmava:

Além de laboriosos os africanos eram exatos cumpridores de seus deveres e obrigações; não parecem ter herdado deles os hábitos de desleixo, relaxação de deveres e falta de cumprimento das obrigações contratadas, que são tão freqüentes nos crioulos mestiços seus descendentes. Estes [crioulos] são mais ágeis, espertos e ativos, mesmo mais inteligentes ou antes têm uma imaginação mais viva do que os africanos; mas, em geral lhes são inferiores no amor ao trabalho, na perseverança e em outras qualidades morais. Por causas que devem ser estudadas, os descendentes degeneram também em vigor físico; [...] mulatos e cabras descendentes deles apresentam tipos magros, franzinos, dos quais os mais robustos não atingem o vigor da medida dos africanos, seus ascendentes<sup>212</sup>.

Manifestações como estas, é certo, deixam claro o ponto de vista de alguns dos mais destacados membros do IGHB sobre a questão racial na Bahia. Mas embora indicassem, como já o dissemos, uma visão majoritária no Instituto frente ao assunto, permaneciam até então, e a rigor, como expressões do pensamento individual dos seus autores.

Somente em 1919 o IGHB posiciona-se oficialmente sobre o assunto, quando foi chamado pelo governo estadual para apresentar uma figura simbólica que representasse a Bahia na composição do monumento do Ipiranga, em comemoração do primeiro centenário da independência<sup>213</sup>. Nessa ocasião, uma comissão composta por Theodoro Sampaio, Pirajá da Silva e A. de Campos França fez um apanhado dos símbolos representativos da Bahia e apresentou o seu parecer formal sobre o assunto, argumentando:

Não é um Brasil índio ou Brasil catecúmeno que se vai celebrar. Essas modalidades já passaram, há séculos, como formas transitórias de uma civilização transplantada. O Brasil índio nunca existiu. Dizer Brasil é dizer civilização, cristianismo, nas plagas da América pela ação portuguesa.[...] A figura representativa da nossa gente não será, portanto, a do índio. Não é o tipo índio que aqui prevalece, como no México e no Paraguai, mas sim o tipo europeu, que experimentou na América, e em sucessivas gerações mais

2 212

AMARAL, Braz. H. do. As tribos negras importadas: estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil – os grandes mercados de escravos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 41 p. 39-72, 1915.

<sup>213</sup> O pedido fora feito pelo arquiteto Roberto Etzel, visando concorrer ao projeto de construção do monumento do Ipiranga.

ou menos caldeados com essas, a influência do meio físico, o que, no dizer de H. Spencer, vale por “uma natureza um pouco mais plástica do que a delas, mais apta a receber as impressões de um meio que se renova pelos progressos da vida social e, por isso, mais própria a criar ideais e a manifestar sentimentos de uma forma particular”

É por isso que optamos a que se não tome por figura representativa da Bahia o tipo índio, que não é prevaletente, nem do mestiço acentuado, que é forma transitória, mas a da mulher baiana dos nossos dias, de procedência européia ou branca, com feições expressivas do nosso meio étnico [...]<sup>214</sup>

Desnecessário dizer o quanto a identificação da procedência exclusiva ou mesmo a predominância européia da população distanciava-se da realidade da composição étnica da sociedade. O parecer dos membros do IGHB foi, antes de qualquer coisa, uma negação à possibilidade de que a Bahia fosse representada, e assim vista, como um meio cuja população não estivesse a altura das expectativas e dos esforços empreendidos por outros estados da federação para se civilizar, para se europeizar, para se desafrikanizar. Logo, seu elemento característico não seria o índio, muito menos o caboclo (o mestiço transitório – e degenerado), seria o branco europeu, que punha a Bahia lado a lado com os principais centros do país.

Embora essa negação soasse como o enunciado formal de um projeto ante os outros estados da federação, ela era primordialmente uma declaração à própria sociedade baiana de que o Instituto permanecia atento às suas expectativas de encaminhamento para a questão racial no estado, de acordo com as idéias e valores dominantes na intelectualidade nacional, o que garantia a identificação do Instituto como uma entidade capaz de traduzir os interesses da sociedade local (e lhe assegurava, conseqüentemente, o apoio e prestígio perante aquela sociedade), ainda que no âmbito da instituição permanecesse e até se houvesse ampliado o espaço para os olhares diferentes sobre a questão.

De fato, a despeito de sua formalidade, esse enunciado distanciava-se daquilo que há muito vinha sendo pensado no IGHB, ao rejeitar a figura do caboclo. Não que esse elemento fosse representativo da composição étnica da sociedade, ou tampouco que se desejasse que o fosse. Ao negar o elemento caboclo como possibilidade, porém, o parecer negava também implicitamente a viabilidade do processo de mestiçagem, esta sim considerada não apenas possível, mas sobretudo necessária na realidade baiana.

---

<sup>214</sup> SAMPAIO, Theodoro; SILVA, Pirajá da; FRANÇA, A. de Campos. A figura simbólica da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 45, p. 231-232, 1919.

A opção por tal negativa num parecer formal, vale reafirmar, era compreensível. Aquele documento seria encaminhado à capital federal a fim de ser apreciado pelo engenheiro, que, por sua vez, poderia eventualmente ganhar o concurso e imortalizar a imagem simbólica da Bahia em âmbito nacional. Daí o cuidado por indicar, de imediato (e em conformidade com as expectativas da sociedade), aquilo que se pretendia alcançar em termos de identidade racial. Internamente, porém, a realidade era outra e os membros do IGHB reconheciam-na bem.

A Bahia estava longe de ser uma sociedade branca,urgia pensar e defender os meios para lhe conferir essa tão ansiada condição, e dentre todas as possibilidades a mais certa e viável era (sabia-se) exatamente a miscigenação. Ao contrário do que afirmava o parecer, portanto, a mestiçagem como fenômeno não era um problema, era necessária. Ela haveria de ser feita para produzir não o caboclo, e sim um novo tipo, mais branco, mais europeizado. Haveria de ser, enfim, uma mestiçagem positiva.

### 3. O IGHB E A DEFESA DA IMIGRAÇÃO EUROPÉIA

Uma vez identificado o posicionamento do IGHB (fosse ele oficial ou não) ao longo dos anos da Primeira República, pautado na opinião dominante sobre a inferioridade da raça negra, cabe assinalar um outro elemento que se delineia desde o início das discussões no Instituto: a adoção da tese, acatada também pela maior parte das elites nacionais, que advogava a possibilidade de se promover uma miscigenação positiva (que não resultasse em uma raça degenerada), a partir da inserção do elemento branco europeu na população<sup>215</sup>.

De fato, tão assentada era tal opinião, que a manifestação do tema do branqueamento não se dava em termos de questionamentos sobre a sua pertinência ou não, mas tão somente quanto à melhor estratégia para implementá-lo, através da miscigenação, que pressupunha, por sua vez, a organização e promoção da colonização estrangeira (leia-se européia) para a Bahia.

Assim o tema da colonização apresenta-se como um dos mais constantes no Instituto em seus primeiros anos, e um primeiro indicativo disso pode ser

---

<sup>215</sup> SKIDMORE, 1976, p. 81-86.

verificado nas muitas ofertas de trabalhos relativos ao tema, como as “Teses de colonização” de Cardoso Menezes, doada pelo sócio Augusto V. do Sacramento Black<sup>216</sup>; o “Contrato entre governo imperial e o desembargador Polycarpo Lopes de Leão e o Dr. Egas Muniz Barreto de Aragão para introdução de imigrantes e estabelecimento de colônias agrícolas e industriais na Bahia”<sup>217</sup> apresentado pelo sócio Conselheiro Joaquim Pires Machado Portela, ou ainda as “Questões de Imigração”, de Alfredo Taunay, doada por Francisco Marques de Góes Calmon<sup>218</sup>, que por acaso viria a se tornar governador do estado, em 1924.

Outro indicativo era a abordagem direta do tema nas páginas da revista. Nesse último caso, o primeiro texto publicado a tratar diretamente o assunto foi, novamente, do Presidente Tranquilino Torres, que em seu discurso comemorativo pelo aniversário do instituto, defendia como medida necessária ao desenvolvimento do interior do estado:

[a incorporação de] povos agricultores da Europa, mais próprios para a lavoura com garantias e medidas que façam da imigração uma realidade pelo respeito aos contratos, pela certeza da punição na infração deles, pela doação de terrenos, pela garantia de saída dos seus produtos, facilitando a instrução a seus filhos, despertando-lhes e fecundando o espírito religioso [...] com os ensinamentos pela fé e com uma moral inquebrantável<sup>219</sup>.

Em 1897, outros dois textos de Tranquilino Torres voltaram a abordar o assunto. Os textos em questão (que eram de fato a transcrição de duas cartas endereçadas originalmente ao Presidente da Província e ao Governador do Estado, respectivamente) eram dedicados à questão da colonização do estado por nacionais e estrangeiros.

Tratava-se de uma publicação póstuma (Tranquilino L. Torres morreria no ano anterior, vitimado por tuberculose), e como tal muito provavelmente guardava também um sentido de homenagem ao presidente falecido. Ainda assim diziam muito da posição dominante no Instituto, e é mesmo sintomático que embora sua preocupação principal fosse demonstrar a viabilidade da colonização utilizando-se o elemento indígena (como veremos adiante), não tenha hesitado em vaticinar que o

<sup>216</sup> Ata da 16ª sessão 07/09/1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 5, p. 315, set, 1895.

<sup>217</sup> Ata da 35ª sessão 25/10/1896. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 10, p. 601, dez, 1896.

<sup>218</sup> Ata da 58ª sessão 18/09/1898. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 18, p. 466, set, 1898.

<sup>219</sup> TORRES, 1895, 149-165.

sucesso de qualquer empreendimento colonizador dependeria da presença do elemento europeu como catalisador, junto aos demais elementos humanos, do processo de civilização que se desejava promover, sobre o que afirmou o presidente:

Eu vos lembraria, como medida complementar, a conveniência de encaminhar para essa localidade colonos europeus, porque cada colono inteligente, moralizado e laborioso que se introduz nessa região, além de ser uma força produtiva, em relação à agricultura, é um elemento de civilização para esses centros do estado, que deve ainda mesmo com sacrifício aproveitar o concurso de todos esses homens, filhos de uma civilização mais apurada, e portanto capazes de ensinar pelo exemplo aos homens rudes do interior, construindo uma escola, onde possam aprender a trabalhar, vendo cada indivíduo duplicar e quadruplicar suas forças produtivas pelos mecanismos e aparelhos modernos apropriados.<sup>220</sup>

A observação do presidente sobre a necessidade dos colonos europeus não constituía uma novidade para os integrantes do IGHB, tampouco para a sociedade baiana de um modo geral. Com efeito, já mencionamos que a intenção de desafrikanizar a sociedade baiana remontava ao Império, quando – como uma consequência imediata daquela idéia – estabeleceu-se também as discussões sobre a imigração e colonização estrangeira. Em 1857, o Presidente da Província, João Lins V. C. de Sinumbú, já defendia a utilidade da introdução de colonos europeus (pensava então especialmente nos alemães), por serem “o meio de aumentar, fora das regras ordinárias, a população, [sendo] também a importação da indústria viva”<sup>221</sup>.

Quase três décadas depois, em 24 de fevereiro de 1886, se formava em Salvador, motivada ainda pelas mesmas preocupações e expectativas, a Sociedade Baiana de Imigração (SBI), que por acaso contava entre seus 22 fundadores com pelo menos cinco nomes que viriam a integrar o grupo fundador do IGHB<sup>222</sup>. Em sua carta convocatória à comunidade a SBI justificava sua existência pela necessidade imediata da imigração europeia que era, segundo o manifesto:

Indubitavelmente, [...] o mais poderoso fator para a evolução da nossa indústria agrícola, por conter em si os germens não só da atividade inteligente como da evolução moral, [conseqüentemente] cumpri-nos promovê-la por meio de uma associação destinada a provocar pela

<sup>220</sup> TORRES, Tranquilino. Colonização nacional e estrangeira. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 11, p. 03-18, mar, 1897.

<sup>221</sup>

APEB. Biblioteca. SINIMBÚ. João Lins V. C. Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província, na abertura da sessão ordinária de 1857.

<sup>222</sup> Eram eles: Antônio Carneiro da Rocha, José Luiz de Almeida Couto, o Barão Moniz de Araújo, Jeronymo Sodrê Pereira e Severino dos Santos Vieira.

propaganda a espontaneidade dessa imigração e facilitar por meios práticos a colonização dos imigrantes.<sup>223</sup>

Ocorre que a imigração europeia jamais ocorreu no volume e na tipologia dos imigrantes, conforme o idealizado pelas autoridades. A própria SBI, aliás, no mesmo documento já citado, reconhecia: “infelizmente, nesta província ainda nada iniciou neste sentido [a imigração]”. Com a República a situação não era diferente, ainda que o tema permanecesse sempre como um dos mais ardorosamente discutidos pela sociedade<sup>224</sup>. Em 1912, Edvaldo D. Gonçalves, no seu estudo sobre o Brasil e a posição da Bahia, ainda chamava a atenção:

Infelizmente, sob o aspecto demográfico, o confronto é desfavorável ao Brasil. Em toda a sua vastíssima área o desenvolvimento da população não tem sido igualmente favorecido pelas correntes imigratórias, muito acentuadas em certos estados do sul, mas quase nulas nos estados do norte [...]

[sendo que, no tocante à Bahia]

Embora sobejem aqui as terras férteis, que espalhadas por zonas dos mais favoráveis e salubres climas, a permitir a locação de quaisquer imigrantes, a Bahia não possui nenhum serviço de colonização que lhe proporcione a ocupação do solo [...]<sup>225</sup>.

A constatação do malogro do empreendimento da imigração europeia na Bahia foi também feita na década posterior por José Coelho, numa obra que mesmo buscando ser de “propaganda geral” do estado, não pôde furtar-se a reconhecer que as “inefcazes tentativas de colonização, foram sem valor sob o ponto de vista étnico”<sup>226</sup>, referindo-se claramente à expectativa (não atendida) de embranquecimento da população.

Toda essa dificuldade, porém, foi ampla e nitidamente percebida pelas mentes mais atentas do IGHB. Desse modo, ao mesmo tempo em que levantavam a bandeira da miscigenação positiva com e pela imigração europeia, dedicaram-se a pensar tanto os meios para contornar as dificuldades que se apresentavam para sua efetiva implementação, como a considerar as alternativas possíveis a este elemento estrangeiro no processo civilizatório que se acreditava em andamento. Dessas

<sup>223</sup> APEB. Sessão Colonial e Provincial. Série: Polícia do Porto. Maço 4.609. Atas da Sociedade Baiana de Imigração. p. 1.

<sup>224</sup> O tema “imigração e colonização” foi recorrente nos jornais do período. O Correio de Notícias, por exemplo, abordou a questão em suas edições de nº 1.888, de 26/09/1898 e 1.914, de 26/10/1898. O Diário de Notícias, por sua vez, tratou do assunto em editoriais nos nºs 637 de 05/05/1905; 1.195 e 1.198 de 03 e 06/04/1907, respectivamente; 1.241 de 29/05/1907 e 1.570 de 15/07/1908, apenas para nos limitarmos às duas primeiras décadas da República.

<sup>225</sup> GONÇALVES, Edvaldo Diniz. *A Bahia no anuário estatístico do Brasil (1908-1912)*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1917. p. 13-22.

<sup>226</sup> COELHO, 1923, p. 23.

medidas resultaram: a construção da imagem de uma Bahia de características européias e a concepção e defesa da estratégia do melhoramento racial pela integração de índios ao ‘processo civilizador’ nacional, bem como o desenvolvimento da idéia da viabilidade da civilização mestiça nacional.

Os discursos e ações relativos a cada uma destas estratégias foram postas em prática simultaneamente, e se sobrepuseram em vários momentos. Esse fato evidencia que resultavam de distintas concepções sobre a abordagem do problema por diferentes integrantes do Instituto, e não de um esquema prévia e coletivamente articulado para o ‘combate’ à falta dos imigrantes europeus. Desse modo, uma análise das ditas estratégias deveria ser, a rigor, desenvolvida tomando-as simultaneamente. Optaremos aqui, contudo, e por uma questão meramente didática, por discuti-las separadamente, na expectativa de assim melhor esclarecer os percursos de cada uma.

### 3.1. A ‘Bahia européia’ nos estudos dos membros do IGHB

A constatação da inexistência de correntes imigratórias européias para as terras baianas, pelos intelectuais do IGHB, desde muito cedo lhes fez aderir à estratégia de descrever a Bahia, sobretudo em seus aspectos climáticos, como uma terra de características francamente européias. Não que tal recurso tenha se originado propriamente no âmbito do Instituto, afinal, ao descrever os “climas e ventos” da província em um dos muitos trabalhos preparados para promover o Brasil e suas regiões nas várias Exposições Universais do século XIX<sup>227</sup>, Manoel Jesuíno

<sup>227</sup> De acordo com Iná Elias de Castro “as exposições universais consagraram-se, ao longo da segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, como grandes acontecimentos que celebravam o progresso dos povos. Eram marcadas pelo caráter de competição entre as nações, onde seus produtos, nos moldes de uma olimpíada moderna, entravam em competição e, julgados por juízes, recebiam medalhas que atestavam suas qualidades. Tratava-se de uma celebração à mercadoria e à civilização, onde cada país deveria levar o melhor que possuísse” Cf. CASTRO, 2006. p. 7. Para se ter uma idéia da difusão da proposta das exposições universais, basta mencionar que, somente no século XIX, foram dezesseis as exposições universais ocorridas, a saber: Londres - 1851; Paris - 1855; Londres - 1863; Paris - 1867; Viena - 1873; Filadélfia (EUA) - 1876; Paris - 1878; Sdney (Austrália) 1879; Melbourne (Austrália) - 1880; Amsterdã (Holanda) - 1883; Antuérpia (Bélgica) - 1885; New Orleans (EUA) - 1885; Barcelona (Espanha) - 1888; Copenhague (Dinamarca) - 1888; Bruxelas (Bélgicas) - 1899; Paris - 1889. Cf. DELGADO, Marcos. A arquitetura e o desenvolvimento tecnológico do século XIX. Disponível em: <<http://www.arqbusca.hpg.ig.com.br/ArqXIXAH.html>>. Acesso em: 15 nov. 2006.



Ferreira já afirmava, em 1875, que o “sertão [baiano] é quente e seco, havendo sítios como Monte Alto, Caetité, Jacobina, Maracás, Feira de Santana e outros onde o clima não é inferior ao mais ameno do sul da Europa”<sup>228</sup>.

Em 1893 foi Francisco Vicente Vianna (que viria a se tornar sócio do IGHB) quem se valeu da referência à Europa para descrever a cidade de Barra do Rio Grande, cujo clima, afirmava, era “muito salubre e permit[ia] a plantação dos frutos europeus...”<sup>229</sup>, em trabalho realizado por solicitação direta do governador, com a finalidade de apresentar a melhor imagem possível da Bahia na exposição de Chicago (conforme nota introdutória à obra).

Em 1913 o recurso reaparece empregado por Antonio J. de Souza Carneiro, em estudo sobre a borracha na Bahia, quando traçou um panorama das riquezas e qualidades naturais do estado, observando que o mesmo encontrava-se apto a receber populações “tanto como qualquer país europeu, exceto a Rússia”, visto que “os indivíduos de todas as nações acham-se tão bem aclimatados no Estado como os próprios naturais”, sendo ainda “os norte-americanos, ingleses e alemães [...] os que mais viajam o estado e, cedo, adaptam-se ao meio, que consideram confortante, necessário e útil aos golpes da atividade de sua raça”<sup>230</sup>.

Mesmo em 1929, ao que tudo indica, a europeização da Bahia ainda era empregada como artifício de propaganda, como o demonstra Mario Ferreira Barbosa, em folheto provavelmente publicado às custas do estado, ‘A Bahia e sua riqueza econômica’, no qual se lê:

A Bahia pode ufanar-se da colaboração eficiente que presta à economia nacional, bem como do muito que tem realizado, contando com seus próprios esforços, para a exploração de sua riqueza prodigiosa. Estado privilegiado, dispondo de terras para todas as culturas e climas para todas as raças, nele se produz o que se quer, como muito bem verá o homem nacional! ou estrangeiro, localizando-se na região que melhor considerar, de acordo com o clima a que se tenha habituado. Por isso, enquanto a policultura assegura facilidades econômicas, podendo escolher o homem do campo a lavoura que bem lhe convier, encontrará também o estrangeiro climas que não são tropicais, num Estado conhecido como tal, proporcionando-lhe um meio magnífico para sua adaptação, para o desenvolvimento da sua atividade, para o bem estar de sua existência. Municípios conta o Estado, formados por muitos milhares de quilômetros quadrados, dotados de magníficos climas e esplendias terras, até para as

<sup>228</sup> FERREIRA, Manoel Jesuino. *A província da Bahia*: apontamentos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. p. 07. Material preparado para a exposição da Filadélfia (EUA), em 1875.

<sup>229</sup> VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1893. p. 424.

<sup>230</sup> CARNEIRO, Antonio J. de Souza. *A borracha no estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1913. p. 13-24.

culturas européias, podendo-se citar entre outros – Morro do Chapéu, Maracás e Caetité [...]”<sup>231</sup>

Na seqüência Carneiro apresentou um quadro comparativo entre as temperaturas médias de Morro do Chapéu e de diversas cidades européias e sul americanas (onde figuram Roma, Lisboa, Montevideú, Buenos Ayres, etc.) sendo a cidade baiana sempre mais amena.

Seguindo assim o que parecia ser uma tendência nos trabalhos oficiais, o IGHB abraçou o discurso da Bahia de características européias e, já em 1896, publicou “O estado da Bahia”. Tratava-se então de uma transcrição do folheto preparado pelo governo estadual para a propaganda da Bahia no exterior tendo em vista o serviço de imigração. Sua reprodução na Revista do Instituto, porém, não foi um ato meramente formal, mas, pelo contrário, uma demonstração de sintonia com a política oficial, pelo que reconhecia tratar-se de um “trabalho consciencioso e cheio de informações úteis em que seu autor demonstra as vantagens que os trabalhadores estrangeiros podem encontrar na Bahia [...]”, no qual se lia:

no interior do estado, porém, o nível do solo se vai solevando e a baixa temperatura é bastante acentuada na estação invernososa aproximando o clima de tais localidades aos da Europa meridional e permitindo cultivar os frutos dos países temperados, como o trigo, alfafa, etc.  
Quer a zona da costa quer as terras do centro do Estado são de grande salubridade, prolongando-se a uma elevada média de par com robustez física pouco comum mesmo na Europa.<sup>232</sup>

A partir desse texto outros vieram a ser publicados com enfoques semelhantes. A maior parte deles enquadrava-se na categoria identificável como descrições de municípios, ou seja, caracterizações e notas sobre localidades do interior do estado em que ocorria a europeização das características das terras e climas tratados pelos membros do Instituto. Nesses casos, o traço em comum é a apresentação das terras baianas como propícias ao recebimento de imigrantes e variedades vegetais européias, contrariando assim a noção estabelecida de que o nordeste não estaria apto a abrigar essas populações por suas características climáticas. Este é o caso do município de Vitória, descrito como detentor de um clima frio e variável, que “não poucas vezes desce o termômetro de Redmur a 10; [e

<sup>231</sup> BARBOSA, Mario Ferreira. *A Bahia e sua riqueza econômica*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 192[9]?, p. 01.

<sup>232</sup>

BAHIA. Serviço da Imigração. O estado da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 10, p. 551-563, dez. 1896.

que] nos meses de abril a agosto [...] torna-se verdadeiramente europeu”<sup>233</sup>. Na mesma linha foram apresentadas ainda a Corografia do Município de Canavieiras<sup>234</sup> e a descrição do município de Morro do Chapéu<sup>235</sup>.

Ao adotar tal estratégia o IGHB assumia – já o dissemos – uma posição de endosso às expectativas da sociedade letrada, bem como ao discurso oficial sobre a imigração. Cabe aqui observar que a adoção dessa estratégia pelos intelectuais baianos assemelhava-se à abordagem e ao discurso adotado por seus pares do IHGSP, poucos anos depois. Nesse aspecto vale retomar o estudo desenvolvido por Mahl sobre o IHGSP, pois ele nos possibilitará constatar a grande similaridade estabelecida entre os recursos utilizados por ambas as instituições para a consecução de seus objetivos. Começemos relembando que, de acordo com o autor, o discurso desenvolvido no Instituto paulista visando a inserção do estado na história nacional, baseava-se na suposta ação desbravadora de uma raça paulista, cuja gênese se encontraria na figura do bandeirante.

Ainda segundo Mahl, o entendimento acerca do desenvolvimento desta raça paulista gerava visões divergentes, ao longo das três primeiras décadas do século XX, no que diz respeito à relação entre o homem e seu meio ambiente. Para alguns dos membros do IHGSP, mais receptivos às teorias da inviabilidade civilizatória das zonas tórridas, a grande virtude do homem paulista teria sido exatamente conseguir lutar e se sobrepôr àquela natureza hostil, desenvolvendo no percurso “características físicas e culturais que acabariam por diferenciar o povo bandeirante dos demais brasileiros”. Para o segundo grupo, porém, a especialidade do povo paulista ligava-se a uma correlata especialidade do clima e do relevo das terras bandeirantes, em contraposição à caracterização geral (e negativa) do clima nacional<sup>236</sup>.

Para esse segundo grupo a especialidade do meio ambiente paulista expressava-se principalmente pela amenidade das temperaturas e pela salubridade geral das terras, traços que acabavam por conferir ao estado características européias (ditas assim, literalmente)<sup>237</sup>. .Todavia, enquanto o IGHSP (ou pelo

<sup>233</sup> TORRES, Tranquilino. Município de Vitória. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 12, p.157-174, jun. 1897.

<sup>234</sup> VIANNA, Antonio Salustiano. Corografia do Município de Canavieiras. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 44, p. 57-122, 1918.

<sup>235</sup> OLIVEIRA, Antonio Gabriel de. Morro do Chapéu. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 45, p.165-172, 1919.

<sup>236</sup> MAHL, 2001, 79-86.

<sup>237</sup> Idem, p. 93-98.

menos parte dele) evocava a idéia da natureza de características européias para consolidar o discurso da excepcionalidade da raça bandeirante, o IGHB valia-se do mesmo recurso, desde fins do século XIX, para assinalar a possibilidade da concretização da tão ansiada (e ao fim inexistente) imigração européia. Nesse particular, é notável que, ao contrário do IHGSP, não tenha havido no IGHB tendências antagônicas quanto ao recurso à ‘europeização’ da Bahia nos escritos do Instituto (poder-se-á falar, no máximo, na coexistência de propostas distintas).

A exemplo do que ocorria na Bahia, já por volta de 1900, a imigração européia era apresentada na revista do IHGSP como um fenômeno possível e benfazejo para o desenvolvimento da sociedade local. Mas enquanto ali o fenômeno imigratório era uma realidade, a Bahia amargava o malogro de seus esforços nesse sentido, de modo que não havia espaço para divergências à proposta da imigração. Esta era uma necessidade que se sobrepunha as visões pessoais. Divergências eram um luxo ao qual somente os intelectuais do estado de São Paulo – inundado por imigrantes europeus – podiam se dar.

### **3.2. As alternativas à modernização pela imigração européia**

O pressuposto da viabilidade da miscigenação baseava-se na visão de que o europeu era o elemento ideal e necessário para transformação física e cultural da sociedade. À medida que a inviabilidade dessa presença européia se evidenciava, porém, outros recursos passaram a ser considerados, concomitantemente à estratégia da construção da imagem da Bahia européia, para a superação do problema racial da população. Primeiramente esse novo caminho foi delineado a partir da avaliação de que, na ausência de europeus para embranquecer a população, dever-se-ia considerar a possibilidade do elemento indígena cumprir papel similar, ainda que a ‘miscigenação’ assim obtida não fosse a ideal.

Foi Tranquilino Torres quem apresentou ao IGHB tal abordagem para o problema racial baiano no já aludido discurso de aniversário da instituição. Naquele texto, após as considerações sobre o atraso da sociedade baiana em função da acentuada presença negra, o presidente do Instituto acrescentou um novo elemento à sua reflexão: a possibilidade de integração e mesmo de contribuição dos indígenas à sociedade baiana.

A defesa da integração do indígena foi feita sob os mesmos pressupostos das hierarquias raciais, e tinham como ponto de partida à reiteração da inferioridade de negros, identificando a escravidão africana como um erro histórico, que ameaçava ser repetido, segundo Torres, com as tentativas de introdução de imigrantes asiáticos no país, frente à possibilidade do recurso ao índio para definição de uma raça nacional. Sobre tais questões, afirmava o Dr. Torres:

Em vez de termos uma raça definida, produto do índio com o europeu; em vez de, no nosso próprio solo, onde tínhamos bastante messe a colher, promovermos a domesticação, educação e civilização dos autóctones do país, convertendo-os em homens livres, aptos para todos os misteres e profissões liberais adotadas ao nosso clima; íamos buscar colonos nos sertões da África, trazendo-nos uma instituição muito mais execrável e de conseqüências muitos mais desastrosas, que entorpeceu e entorpecerá por muitos anos ainda o nosso progresso.

Ainda hoje, lá pelo centro e oriente da Ásia, andamos em demanda de uma colonização igualmente insuportável, e que não creio, trará melhores contingentes para o nosso futuro, para nossos costumes, para nossa raça apesar da soma enormíssima que o governo do país despense para manter uma embaixada, em busca de um tratado, rejeitado em boa hora<sup>238</sup>.

Após indicar as desvantagens da ‘opção’ histórica pelos negros, Torres sinaliza a alternativa da integração dos indígenas. Para tanto sugeriu que fossem educados os ‘selvagens’, “procurando despertar-lhes a atenção, que é igual e vivaz como a das crianças, para as artes e indústrias, para as letras e ciências, para a agricultura como talvez mais adaptada a sua índole”. Essa medida seria então complementada pela imprescindível contribuição civilizadora do branco europeu.

No texto sobre a “colonização nacional e estrangeira” Torres reafirmou seu posicionamento em defesa de uma colonização do interior baseada na utilização dos indígenas e de colonos europeus, como forma de garantir um tipo racial nacional apropriado. Ao fazê-lo Torres também punha em evidência a adaptação que fazia das idéias européias ao negar o primitivismo indígena como característica imutável. A esta condição preferia a designação do indígena como um ‘degenerado’, o que em sua fala não era uma condição natural, e sim social e historicamente determinada, logo, alterável pela ação civilizadora da miscigenação, da catequese e da educação, promovidas pelo Estado e seus parceiros, em função do que acreditava ser justo e necessário:

[...] tirar nossos compatriotas indígenas do ócio ignaro para a atividade útil, da indecisão, da indecisão brutal para as iniciativas enérgicas que só o estado de civilidade inspira, das rasteiras sombras da ignorância para as

<sup>238</sup> TORRES, 1895, 149-165.

cintilações sublimes! É arrancá-los do círculo estreito que encalha a vida do selvagem, para fazê-los respirar por largos horizontes, onde avultam na luz do ideal os grandes homens, as grandes coisas.

O selvagem não é o homem primitivo, é o homem degenerado!

Reabilitemo-lo [...]. Restituamos-lhe com a civilização os tesouros que ignora no estado selvagem, e de que tem estado privado há pelo menos 400 anos, para reerguê-lo da decadência, para fazê-lo subir aos cimos iluminados e sadios em que vive a vida do espírito e do coração<sup>239</sup>.

Essa abordagem, marcada pela expectativa futura de aprimoramento (ou reconstituição) da sociedade baiana, permaneceu predominante no Instituto até 1911, quando um outro integrante apresentou uma até então inusitada visão (no âmbito do IGHB) sobre a miscigenação no país. O integrante em questão era Theodoro Sampaio, um dos mais ilustres intelectuais brasileiros da primeira república. Sua tese: o Brasil havia já iniciado o efetivo desenvolvimento de uma raça própria, única e capaz, e o fazia com os elementos de que dispunha historicamente (o branco português, o indígena e, igualmente, o negro), sendo mesmo a condição mestiça do povo uma prova de sua adaptabilidade e potencial de desenvolvimento, e não um estágio a ser superado.

Theodoro Sampaio não foi uma voz isolada na defesa de uma nova leitura das potencialidades da sociedade brasileira, com ou a despeito de sua composição racial. Por volta de 1915 nomes como Miguel Calmon, Gilberto Amado e Basílio de Magalhães, entre outros, já buscavam caracterizar a identidade nacional e explicar os problemas relativos ao seu desenvolvimento a partir de uma abordagem histórica e geopolítica, ao mesmo tempo em que questionavam os antigos pressupostos raciais<sup>240</sup>.

Não obstante, Theodoro Sampaio antecipou, de certa forma, essa formulação ao defender, em uma série de trabalhos e discursos, idéias cujo teor, vale ressaltar, representavam um avanço significativo em relação às propostas anteriores, senão pela manutenção de elementos raciais em seu discurso, pelo menos na anulação prática da relevância de tais elementos individuais, frente à noção da raça (una) brasileira, o que, de resto, o tornava um novo referencial para a questão na instituição baiana.

Antes de nos determos mais nas idéias de Theodoro Sampaio, cabe aqui um breve olhar sobre a biografia desse intelectual baiano, pois tal recurso

<sup>239</sup> TORRES, 1897, p. 03-18.

<sup>240</sup> SKIDMORE, 1976, p. 183-188.

esclarecerá muito sobre as posições que veio a defender, especialmente a partir da primeira década do século XX.

FOTO 03 – Theodoro Sampaio



Fonte: COELHO, 1923, p. 15.

Theodoro Sampaio (1855-1937) foi uma daquelas personalidades históricas cuja trajetória pessoal desperta a curiosidade do pesquisador e – por que não dizer – a admiração de quem é capaz de reconhecer o mérito e o valor daqueles que, como ele – mulato que era, em uma sociedade impregnada de idéias racistas – superaram as dificuldades e as barreiras sociais, obtendo o respeito e o reconhecimento de seus contemporâneos. José Carlos B. Santana avalia a dimensão desse reconhecimento ao propor a figura de um cidadão hipotético que, interessando na figura de Theodoro, se põe a pesquisá-lo. Para o autor:

Se for paulista, ou alguém que conheça a capital daquele Estado, o cidadão hipotético [que identificou a existência do município de Theodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, no oeste paulista] lembrará tratar-se do mesmo nome dado a uma das principais avenidas que corta o bairro de Pinheiros, mas dificilmente associará essa “*coincidência*” à atuação do engenheiro baiano que, durante os anos em que viveu e trabalhou em São Paulo (1886-1904) participou, dentre outras, da fundação da Escola Politécnica e da criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, dirigiu os trabalhos de saneamento do Estado e, antes destes fatos, na condição de “*primeiro ajudante*” do geólogo Orville Derby (Diretor da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo) foi responsável pela primeira expedição de exploração dos rios Itapetinga e Paranapanema. Se o cidadão hipotético for baiano, lembrará da existência de um município Teodoro Sampaio, no Recôncavo Baiano, além de ruas como o mesmo nome em cidades importantes. Se a curiosidade o levar a uma rápida consulta ao livro dos códigos de endereçamento postal [...] encontrará o nome de Teodoro Sampaio em ruas de cidades como Salvador, Feira de Santana, Curitiba, Londrina, Rio de Janeiro e Santos, apenas para citar algumas. Certamente, no entanto, nenhuma relação fará entre essas “*coincidência*s” e o filho de uma mãe escrava e um padre, que nasceu em 1855, sob teto de uma capela no engenho Canabrava, no Recôncavo de

Santo Amaro, dali saíria, levado pelo pai, para estudar e se formar engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, vindo posteriormente a comprar as cartas de alforria de pelo menos três de seus irmãos que viviam na condição de escravo nas plantações de cana-de-açúcar da terra onde nasceu<sup>241</sup>.

A citação foi longa, e ainda assim sintética em relação ao muito que foi e fez Theodoro Sampaio. E se ainda restar alguma dúvida sobre o prestígio alcançado pelo engenheiro no IGHB, basta citar que, em 1955, dezoito anos após a sua morte, Sampaio foi o tema de 80 páginas (compreendendo sete trabalhos distintos, dentre os quais “As primeiras vias de comunicação da cidade do Salvador”, do próprio Theodoro), na revista do instituto<sup>242</sup>.

Era o reconhecimento do Instituto ao homem que, além de fundador do IHGSP, sócio do IGHB desde 1899 e membro do IHGB, fora também orador oficial do Instituto baiano, de 1913 a 1921, e seu presidente de 1922 a 1927. Em 1927 foi eleito deputado federal, exercendo o mandato até 1929. No ano seguinte assumiu o Ministério das Relações Exteriores<sup>243</sup>. Durante esse período sua verve de intelectual de primeira linha não diminuiu, e encontra-se mesmo evidenciada nos cerca de 176 trabalhos, compreendendo monografias, artigos discursos e memórias, publicados entre 1871 e 1937<sup>244</sup>.

Esse intelectual respeitado começou a desenvolver as idéias que ajudaram a notabilizá-lo no IGHB ainda quando de sua passagem, como fundador, pelo IHGSP, entre 1894 e 1904, onde também atuou como um dos integrantes mais produtivos. Esse destaque, aliás, provavelmente levou Marcelo Mahl a julgar que Sampaio fosse paulista, uma vez que (além de não mencionar a sua procedência baiana), o autor identifica Theodoro Sampaio como um destacado exemplo tanto do entusiasmo da intelectualidade paulistana pela imigração européia, como da defesa da idéia de uma raça especificamente paulista, síntese das características indígenas e européias. Essas idéias estariam claramente expostas, para aquele autor, em pelo menos dois textos de Theodoro Sampaio na revista do IHGSP.

<sup>241</sup> 2

SANTANA, José Carlos Barreto. Theodoro Sampaio. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 951-966.

<sup>242</sup> Vários autores. Theodoro Sampaio. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 79, p. 11-91, 1955.

<sup>243</sup> LIMA, Arnaldo do Rosário. *Theodoro Sampaio: sua vida e sua obra*. Salvador, 1981. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. p. 34-36. Ver também “Cronologia da vida de Theodoro Sampaio”, p. 63-65.

<sup>244</sup> LIMA, A. 1981. Ver “Cronologia da obra de Theodoro Sampaio”, p. 66-71.



O primeiro desses textos, de 1899, fazia alusão à raça paulista ao afirmar: “esses mestiços, eram o que se podia chamar os homens de ação, os nervos dessa população nova que vinha depositando com os caracteres da independência, da audácia e do amor pela aventura em terras distantes”. Já o segundo texto, de 1900, tratava da contribuição da imigração européia para o desenvolvimento do estado de São Paulo em específico, em função do que afirmava Sampaio:

A imigração, como se vê, não trouxe para S. Paulo tão somente a salvação da lavoura do café, trouxe-lhe a expressão, a confiança e o progresso. Engrandeceu as suas cidades e deu-lhes esse cunho europeu que impressiona sem chocar, porque através do que nos aparece estranho e alienígena, se presente vigorosa e preponderante a alma nacional, fazendo de tantos elementos, aparentemente discordantes, um só todo, o povo brasileiro.<sup>245</sup>

É inegável, nas passagens apresentadas, a existência das noções apontadas por Mahl. Todavia, nestas mesmas passagens há que se notar a ênfase dada por Sampaio ao processo de conformação de uma nova (e viável) raça no Brasil – que era inicialmente, é bem verdade, uma raça paulista, mas que logo converteu-se em um corpo geral, o povo brasileiro.

O meio ambiente do IHGSP e a expectativa de seus pares pelo fortalecimento do papel histórico de São Paulo na história nacional por certo explicam a adesão inicial de Sampaio à idéia da singularidade paulista. Sua condição de mestiço, de feições predominantemente negras, e seu próprio percurso pessoal (a superação de todas as dificuldades que enfrentara para estudar e se manter na juventude) indicam, por outro lado, o sentido da negação da inviabilidade de uma síntese nacional mais ampla (que abarcasse não apenas brancos e indígenas, mas também negros), presente na sua proposição da idéia de um ‘povo brasileiro’.

Se tais idéias ficavam, porém, apenas subentendidas durante sua estada no IHGSP, na Bahia, e na condição de orador oficial do IGHB, elas puderam ser retomadas, aprimoradas e defendidas em sua plenitude. A primeira menção à raça brasileira no Instituto baiano ocorreu em discurso de 1911, quando afirmou:

Ainda que a alguns, e dos mais eminentes críticos modernos, pareça incerta a nossa marcha no porvir, porque a história ainda não assinalou, nas passadas eras, um grande povo, que concorresse para o progresso humano, trazendo nas veias sangue misturado das raças que corre no nosso meio étnico, ainda que a outros, tomados de preconceito, pareça que a terra formosíssima, que nos coube em sorte, seja um desperdício em mão

<sup>245</sup> SAMPAIO, T. apud MAHL, 2001, p. 35 e 113.

de brasileiro, [...] a verdade é que na nossa evolução, lenta e por vezes tormentosa, de uma aparência frágil e incoerente, estamos elaborando o nosso próprio tipo nacional, definitivo, capaz de agir e dominar no meio trópico em que nascemos.

[e acrescentou]

É bem verdade que a história não nos mostrou ainda uma civilização brilhante, despontada entre o Equador e os trópicos [...].

A História, porém, terá acaso concluído o seu ciclo no mundo? A espécie humana terá dito por ventura sua última palavra na sua evolução sobre a terra?

As raças novas aí estão, cada dia, revelando qualidades surpreendentes com que a ciência não contava, e elas hão de demonstrar ainda que a espécie humana está bem longe de ter atingido o seu tipo verdadeiro, evoluído e definitivo<sup>246</sup>.

Trata-se, como se pode ver, de um texto em que Sampaio introduz a noção de uma civilização tropical viável, ensaiando um desvencilhamento (uma vez que ainda se vale) dos determinismos geográfico e racial. Nesse sentido, é notável que tenha observado, na seqüência do texto, que a experiência colonizadora do Novo Mundo era por demais recente para permitir conclusões sobre a inviabilidade da raça branca para além da zona temperada da Europa. Salientou a esse respeito que se era verdadeiro o fracasso das experiências de fixação francesa e holandesa em território brasileiro, também o era que portugueses – como europeus – lograram bons resultados em tal empreitada, evidenciando assim a sua crença na possibilidade do desenvolvimento dessa ‘raça’ nos trópicos.

Ao mesmo tempo ainda, Sampaio rebateu a premissa de que as raças ditas puras tendiam à degeneração pela ação do meio climático, argumentando quanto a isso que: “Tem-se, com efeito, observado que o português nos seus descendentes brasileiros, sem mescla, em nada perdeu no tipo físico, como não decaiu no moral, e até parece ter ganho em vivacidade, quanto ao intelectual”. O orador do Instituto justificou seu raciocínio citando longamente suas experiências com as populações mestiças durante expedição a um afluente do Rio Paraná, em 1886, quando descreveu os tipos mestiços de sua equipe expedicionária como “heróis obscuros”, cuja fibra e persistência permitia-lhes o êxito da dura jornada. Por tudo isso, concluiu Sampaio:

A nova civilização diferirá certamente da européia, porque evoluída em meio diverso; mas, nem por isso, lhe será inferior e a História registrará, pela primeira vez, o despontar de uma civilização de tipo próprio, tendo por

---

<sup>246</sup> SAMPAIO, Theodoro. Discurso do orador oficial do Instituto. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 37, p. 115-135, 1911.

berço e por domínio uma região das mais vastas da zona tórrida, a região inabitável dos antigos. Este será o destino do Brasil<sup>247</sup>.

Como primeira reflexão, são flagrantes as contradições do texto no que tange à tentativa de valorização de uma nova raça mestiça e a persistência conflitante dos pressupostos raciais de análise, que fazem com que Sampaio não deixe de atribuir ao europeu (em particular ao português) o papel preponderante no processo de formação dessa raça nacional e no seu potencial de êxito. Como antes, quando falava para seus pares no Instituto paulista, é bem provável que a cautela de Theodoro Sampaio em manter os elementos raciais em seu discurso se devesse à necessidade de reconhecimento junto aos seus colegas do IGHB, apresentando uma abordagem que pudesse solucionar o entrave do desenvolvimento social nacional, mas que não parecesse infundada frente às teorias dominantes. De qualquer modo, importa salientar a iniciativa da proposição de uma ‘saída’ para o desenvolvimento da Bahia, que se via ‘travada’ pela ausência de uma imigração européia.

Seis anos depois Theodoro Sampaio retomou a discussão em novo discurso, pronunciado durante a sessão solene de aniversário do Instituto. Nessa fala, Sampaio começou analisando o momento pelo qual passava a civilização – numa referência direta à Europa e à Primeira Guerra Mundial. Assinalou a iminência de uma “nova era” entre as nações, bem como reafirmou sua fé no papel destacado que o Brasil haveria de desempenhar nesse novo cenário. Ressaltava, porém, que a assunção de um tal lugar de destaque pelo Brasil dependia do aprimoramento do caráter nacional, e afirmava: “estamos [...] como o adolescente, nesse período da vida que reclama mais atenção para a formação do caráter. As esperanças de que são capazes as nações novas depende disso”<sup>248</sup>.

Em 1919, em outro discurso, Theodoro Sampaio voltou a defender a idéia da especificidade do povo brasileiro como uma síntese positiva da mistura de raças. Desta vez, contudo, a defesa foi motivada pelo registro do que chamou de “afronta ao cristianismo e à civilização”, referindo-se à proclamação da desigualdade das raças no Congresso da Paz (fim da Primeira Guerra), sobre o que escreveu:

---

2 247

SAMPAIO, T., 1911, p. 115-135.

<sup>248</sup> SAMPAIO, Theodoro. Discurso pronunciado na sessão solene de 3 de maio de 1917, quando se comemorou o aniversário do Instituto. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 43, p. 133-149, 1917.

Diante da insolência da medida vitoriosa, o povo brasileiro estremeceu, ele, que ha quatro séculos se vem constituindo com a mescla de todas as raças, com o concurso de todos os povos, e até com o patrimônio moral de africanos e de ameríndios, de que é ele aqui o sucessor nesta terra dos trópicos.

Negar a igualdade jurídica das raças, e negá-la com a colaboração de representantes do Brasil, é um verdadeiro atentado contra a moral, diante da qual este Instituto não pode silenciar, um vilipêndio aos brasileiros, cujo título de glória, que o distingue dos demais povos, é o da sua tolerância, da sua equanimidade, da sua gratidão para com as duas raças que lhe cultivaram a terra e a enriqueceram, demonstração esta de um progresso moral que nem todas as gentes atingiram e que, neste particular, é a própria moral evangélica em ação, a mais alta criação que jamais saiu da consciência humana.

Deixar o direito do homem, a própria dignidade humana, a mercê de uma acidente de cor, é renegar séculos de luta das mais gloriosas da história da civilização, é preconceito que só a estupidez explica sem jamais se escusar.<sup>249</sup>

A veemência desta defesa precisa ser bem situada. Em primeiro lugar ela se deveu à ameaça direta que a idéia da desigualdade das raças trazia à proposta de uma raça brasileira, que seria por definição miscigenada. Esta, como tal, estaria fadada, segundo a teoria das desigualdades, à degeneração e, portanto, impedida de ocupar o lugar de destaque almejado por Theodoro Sampaio no cenário mundial. Some-se a isso as não menos significativas implicações pessoais das idéias racistas para o orador do Instituto. Acatá-las, ou mesmo omitir-se frente à adesão de seus pares (daí a fala em nome do Instituto), equivaleria a admitir que sua negritude não era um mero “acidente de cor”, mas o indicativo de uma suposta inferioridade intelectual e moral. Algo inaceitável perante os demais sócios do Instituto, muitos dos quais, ainda que brancos e bem nascidos, jamais o igualariam em brilhantismo e têmpera.

A defesa exaltada feita por Theodoro Sampaio expressava, por fim, a necessidade de combater a persistência das teorias raciais mais ortodoxas no próprio Instituto. De fato, embora pudessem ser caracterizados como uma corrente com pouca voz ativa (pela situação de inviabilidade em que tais idéias colocavam, a sociedade brasileira e, sobretudo, a baiana, com o seu grande contingente negro e mestiço na população), alguns membros do IGHB se mantinham na defesa de uma visão apegada ainda às teorias raciais em sua forma mais virulenta, e se mostravam prontos a defendê-las como posições dominantes no Instituto.

A melhor expressão desta linha de pensamento é encontrada em Egas Moniz Barreto de Aragão, cuja preocupação maior era refutar a noção de que o

---

<sup>249</sup> SAMPAIO, Theodoro. Sessão magna aniversária de 3 de maio de 1919: discurso do orador oficial. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 45, p. 179-191, 1919.

clima não teria influência significativa nas capacidades humanas. Uma idéia errônea, segundo Aragão, que se encontrava cada vez mais difundida entre a intelectualidade. Essa opinião foi externada por Aragão originalmente em apresentação durante o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 1917, e reproduzido no ano seguinte, em artigo da revista do Instituto, em que se lia já no início: “Proclama-se vulgarmente que o clima tropical não influi na saúde do homem, podendo este transformar o meio cósmico, o que constitui uma das mais ousadas heresias biológicas”<sup>250</sup>.

Após tal advertência Aragão passava a ‘demonstrar’ a influência do clima sobre os seres vivos citando inúmeros exemplos da variedade de plantas e animais desenvolvidos conforme as características climáticas de suas regiões de origem, estendendo os exemplos às populações humanas e suas características físicas. O passo seguinte foi o estabelecimento da usual (e temerária) associação entre a influência do meio físico sobre as qualidades intelectuais dos homens, observando:

Embora seja ainda obscura a ação do clima tropical sobre as células corticais, porquanto a trópico-psicologia apenas começa a balbuciar as suas primeiras palavras, é incontestável que esse clima perturba a neurobiose não só dos estrangeiros recém chegados, mas também dos próprios aborígenes<sup>251</sup>.

A conclusão imediata da análise desenvolvida por Aragão foi a noção da influência negativa do clima tropical sobre o físico, o intelecto e a moral dos homens, o que punha o Brasil e, no país, a tórrida Bahia, em condição das mais desfavoráveis para o abrigo e desenvolvimento de tipos humanos necessários ao desenvolvimento de uma civilização nacional realmente capaz.

Era contra o grassar de tais premissas no IGHB, portanto, que se colocava Sampaio, defendendo a tese, exatamente antagônica, de que o povo brasileiro era o primeiro a superar as adversidades determinadas pela zona tórrida, capacitando-se ao desenvolvimento de uma civilização pungente nesta área. Sua posição nesse sentido voltou a ser reafirmada em ocasiões posteriores, ainda que por vezes precisasse enfatizar o caráter processual e o “ritmo próprio” da formação da civilização nacional, que não era, para Sampaio, essencialmente diferente do vivido pelos povos do velho mundo para se constituírem como nações<sup>252</sup>.

<sup>250</sup> ARAGÃO, Egas Moniz Barreto de. Influência do clima tropical sobre o homem. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 44, p. 279-295, 1918.

<sup>251</sup> ARAGÃO, 1918, p. 279-295.

<sup>252</sup> SAMPAIO, Theodoro. Discurso na sessão solene de 2 de julho de 1926, no IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 52, p. 391-394, 1926.

Theodoro Sampaio jamais abriu mão, como também não o fizeram seus pares, da defesa da necessidade do elemento europeu para aprimorar e acelerar o processo de desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Pareceu mesmo ver essa fórmula como a única possível quando deu seu parecer sobre a figura simbólica (européia) da Bahia, em 1919, ou ainda quando voltou a lamentar a falta dos braços estrangeiros para a exploração das riquezas do estado, em 1928<sup>253</sup>.

Todavia, é preciso considerar que em ambas as ocasiões, e mesmo nos outros momentos em que se valeu de argumentos raciais para apresentar suas idéias, Sampaio atendia a duas compreensíveis necessidades: mostrar-se inteirado das idéias dominantes sobre a questão e, ao fazê-lo, garantir a sintonia com a intelectualidade baiana e a possibilidade de se fazer ouvido por ela, bem como se mostrar em acordo com as expectativas da sociedade baiana para com o seu aprimoramento racial. Não obstante, defendeu de forma veemente a alternativa da civilização pelo desenvolvimento da raça mestiça bem sucedida, que espelhava sem dúvida sua expectativa pessoal de reconhecimento, mas foi, sobretudo, o corolário dos esforços dos integrantes do IGHB para apontar uma alternativa para o dilema enfrentado pela sociedade baiana: civilizar-se, modernizar-se a despeito da ausência dos europeus.

---

<sup>253</sup> SAMPAIO, T. A Bahia: atualidade e futuro. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 54, p. 147-172, 1928.

## **CAPÍTULO V**

### **ENTRE OS PLANOS E OS FATOS: A ATUAÇÃO DO IGHB**

Vimos até o momento como se articulou internamente o IGHB para atuar como a instituição de referência da sociedade baiana no que diz respeito à definição de sua identidade e para inserção do estado no cenário nacional da Primeira República. Cabe indagar agora: qual o nível de êxito da Instituição baiana em seus objetivos? A sociedade baiana reconheceu o Instituto, de fato, como a “Casa da Bahia”? As proposições pensadas em seu âmbito lograram ecoar para além de seus recintos?

De imediato é preciso observar que as respostas a estas indagações não são tão objetivas e concisas. O período sobre o qual nos debruçamos é dilatado e ao longo dele as expectativas e cobranças, numa palavra, a relação da sociedade com o Instituto modificou-se, adequando-se às contingências de cada momento. Assim, uma visão da interação do Instituto com a sociedade baiana precisa ser necessariamente pontuada, de acordo com cada uma das fases e das funções assumidas, por assim dizer, pelo IGHB no decurso da Primeira República.

Como já o dissemos em momento anterior, por certo qualquer tentativa de periodização ou de segmentação da história do IGHB não deixará de ser arbitrária, na medida em que será pautada em uma leitura pessoal e parcial da relevância dos fatos balizadores da cronologia. Apesar disso, o recurso a uma tal segmentação

será útil para a avaliação a que nos propomos. Desse modo, considerando nosso interesse específico, pode-se dividir o percurso do IGHB na Primeira República em dois momentos: o primeiro compreendendo os anos da fundação à mudança para sua sede atual (1894-1923) e de então até 1930.

Na sua primeira fase o IGHB preocupou-se em ressaltar a sua própria existência como um sinal indelével da integração do estado ao processo de modernização republicana do país. Nesse sentido, a grande interlocução do Instituto logo em seus primeiros momentos de existência com outras instituições da capital baiana e de outros estados cumpria a função de assinalar o fato de que a Bahia abrigava, como outros importantes estados, o seu instituto histórico. Daí o cuidado em registrar o recebimento de ofícios de autoridades como o Presidente da República, o Governador do Estado, o Intendente Municipal, além das instituições irmãs<sup>254</sup>.

O cuidado com as relações institucionais não se limitava, porém, às instâncias governamentais e aos demais institutos históricos. Uma ampla gama de instituições locais, das mais variadas naturezas, foram igualmente interlocutoras do IGHB. Eram instituições como a Santa Casa de Misericórdia, a Associação Comercial da Bahia ou até mesmo a Comissão Promotora da Representação do Estado da Bahia Exposição Universal<sup>255</sup>, organizações das quais o IGHB não dependia diretamente para se manter ou para desenvolver seus afazeres internos, mas que, como entidades pré-existentes, estabelecidas e reconhecidas na sociedade, acabavam por se tornar aliadas necessárias (com o seu endosso) à ratificação da condição de instituição civilizadora do Instituto no estado. Não é de surpreender, portanto, que esse contato com as demais instituições locais, longe de resultar de uma manifestação espontânea daquelas, tenha decorrido de um esforço sistemático de manutenção dessa comunicação. Os primeiros registros de correspondência do IGHB, nesse sentido, deixam claro o cuidado do Instituto em informar as muitas instituições locais sobre o andamento de suas atividades, numa demonstração de 'atenção' para com aquelas, que certamente se revertia (ou assim se esperava) em reconhecimento mútuo.

---

<sup>254</sup> Veja-se, a título de exemplo, a citação às correspondências recebidas de diversas autoridades na ata da sessão de 29 de junho de 1895. 29 de junho de 1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 4, p. 180, jun, 1895.

<sup>255</sup> Ata da 15ª sessão de 11 de agosto de 1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 5, p. 304, set, 1895.



Só para que se tenha uma idéia da natureza desse tipo de expediente, basta citar que os registros de correspondências recebidas ainda em 1894 acusam o recebimento da relação da diretoria eleita e funcionários do IGHB pela Junta Comercial de Salvador, pelo 3º Distrito Militar, pela Junta de Higiene e o Tribunal de Primeira Instância do Estado, bem como pelo Tribunal de Apelação e a Secretaria de Polícia estadual, além do Palácio de Governo e da Intendência Municipal<sup>256</sup>.

Uma das primeiras benesses colhidas pelo Instituto mediante esses cuidados, além do já aludido apoio financeiro, foi reconhecimento por parte da sociedade e, particularmente das instâncias governamentais, de sua condição de instituição responsável pela produção de dados senão oficiais, pelo menos, legitimamente representativos da Bahia. Essa foi uma condição pleiteada desde os primeiros momentos do IGHB, e já aparecia em 1895, na proposta apresentada pelo sócio Adolpho Morales de Los Rios, para que o Instituto:

Tom[asse] a iniciativa da criação da carta geográfica e geológica do Estado, assim como o estudo hidrográfico do seu território, e como consequência a criação do cadastro florestal, mineiro [sic], agrícola e das propriedades edificadas<sup>257</sup>

A assunção desse papel, como dissemos, veio já em setembro de 1895, quando o governo do estado escolheu entre os membros do IGHB os integrantes da Comissão Estadual para fornecer dados sobre a Bahia à Comissão Central de Bibliografia, do Rio de Janeiro<sup>258</sup>. No mesmo ano a solicitação de dados dirigida ao estado pela Diretoria Geral de Estatística, do Rio de Janeiro, foi encaminhada ao IGHB, com a incumbência de apresentar-lhe resposta<sup>259</sup>.

Em 1916 a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública reencaminhou ao Instituto a solicitação de informações sobre as principais bibliotecas do estado, sua freqüência anual, bem como obras especiais sob sua guarda. Os dados havia sido solicitados por um certo Plínio Cavalcante (sobre qual não há maiores informações), que pretendia organizar uma publicação sobre “a bibliologia no Brasil”<sup>260</sup>

<sup>256</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 01 (1894-1895). Livro de Registro de Correspondências Recebidas em 1894-1895.

<sup>257</sup> Ata da 22ª Sessão de 22 de dezembro de 1895. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 6, p. 436, dez, 1895.

<sup>258</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 01(1894-1895). Livro de Registro de Correspondências Recebidas em 1894-1895. Ofício nº 781, recebido em 20 de setembro de 1895.

<sup>259</sup> Idem. Ofício nº 1.525, recebido em 30 de outubro de 1895.

<sup>260</sup> Idem. Caixa 09 (1915-1917). Expediente do mês de novembro. Ofício nº 214, recebido em 19 de setembro de 1916.

No ano seguinte a Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio solicitou ao Instituto o fornecimento de “dados precisos” acerca dos limites do estado da Bahia com os estados vizinhos<sup>261</sup>. Ainda em 1917, foi Braz do Amaral quem produziu as informações solicitadas pelo Ministério da Agricultura ao governo da Bahia sobre os sistemas de colonização empregados no estado. Amaral foi incumbido da tarefa por solicitação direta do então Secretário da Agricultura do Estado, Arthur Pedreira Franco, e publicou posteriormente o resultado de seu trabalho sob a forma do artigo “Colonização na Bahia” na revista do Instituto<sup>262</sup>.

FOTO 04 – Braz Hermenegildo do Amaral



Fonte: Revista Bahia Ilustrada . n. 13 apud LEITE, 2005, s/p. [caderno de ilustrações]

Figura das mais respeitadas no estado tanto por sua intelectualidade como por sua atuação política<sup>263</sup>, Braz do Amaral foi, aliás, uma das personalidades mais solicitadas no IGHB para fornecer informações de caráter praticamente oficial, sobre o estado. Em pelo menos três ocasiões, 1913, 1915 e 1918, o então ex-orador do Instituto foi consultado pelo governo estadual para a resolução de questões de limites entre a Bahia e os estados do Espírito Santo e de Sergipe. No caso do primeiro, por exemplo, o Governador afirmava em sua fala anual à Assembléia Legislativa:

<sup>261</sup> Idem. Caixa 10 (1917) Expediente do mês de março. Ofício nº 55, recebido em 13 de janeiro de 1917.

<sup>262</sup> AMARAL, Hermenegildo Braz do. Colonização na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 43, p. 93-98, 1917.

<sup>263</sup> Seu prestígio político valeu-lhe, por exemplo, o papel de intermediário da negociação ocorrida entre o então governador J. J. Seabra e o banqueiro Francisco Marques de Góes Calmon, para que esse último se candidatasse ao governo do estado com o apoio oficial, no conturbado final daquele governo, em 1923. Cf. SAMPAIO, C. 1998, p. 174.

Não podia dispensar nessa pesquisa a experiência do professor Braz do Amaral, porque, além de ser na matéria o nosso especialista, tinha, a respeito do caso do Espírito Santo, estudos profundíssimos e o exato conhecimento das fontes [...]<sup>264</sup>

Em 1915, Braz do Amaral chegou a ser encaminhado a Sergipe como representante do governo baiano junto às autoridades daquele estado para tratar da resolução das questões de fronteira entre os estados, sendo sua atuação bastante elogiada pelas autoridades, que reconheceram ter sido firmado um acordo oficial com base em seu parecer e recomendações sobre o assunto<sup>265</sup>.

Papel semelhante tiveram Theodoro Sampaio e Filinto Mello (este último também integrante do IGHB<sup>266</sup>). Em 1924 ambos atuaram como árbitros, a pedido do governo estadual, no litígio acerca dos limites entre os municípios baianos de Belmonte e Canavieiras, respectivamente. Como na atuação de Braz do Amaral, os pareceres dos membros do Instituto foram a base das negociações para o encerramento das disputas entre os municípios<sup>267</sup>.

Tão significativo quanto produzir as informações formais sobre o estado era, internamente, capitanear os eventos e manifestações públicas em que se processassem os 'ritos' definidores da identidade social e política pretendida para a Bahia. Assim quase tão rapidamente quanto angariou a atribuição de produzir os dados acerca do estado, o IGHB logrou também a incumbência de organizar os eventos cívicos oficiais.

A primeira e mais rotineira manifestação que o IGHB assumiu como atribuição natural foi a comemoração anual da Independência da Bahia, no 2 de julho. É sintomático, nesse particular, que a solenidade de inauguração do Monumento ao 2 de Julho, em 1895, tenha sido coordenada pelo IGHB, ao qual coube ainda o registro da ata oficial do evento<sup>268</sup>. Além dessa atribuição permanente,

<sup>264</sup> APEB. Biblioteca. Limites do Estado. In. *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, na abertura da 1ª Sessão ordinária da 12ª legislatura pelo Dr. J. J. Seabra – Governador do Estado. Bahia: Seção de Obras da Revista do Brasil, 1913. p. 23-25.

<sup>265</sup> APEB. Biblioteca. Limites do Estado. In. *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, na abertura da 1ª Sessão ordinária da 13ª legislatura pelo Dr. J. J. Seabra – Governador do Estado. Bahia: Seção de Obras da Revista do Brasil, 1915. p. 47-52. Veja-se também a esse respeito, no mesmo arquivo e setor: *Relações da Bahia com a União e os outros Estados*. In. *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, na abertura da 2ª Sessão ordinária da 14ª legislatura pelo Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão – Governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918. p. 17-40.

<sup>266</sup> Lista de sócios. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 52, p. 434, 1926.

<sup>267</sup> Não pronunciar-se os conselhos dos municípios sobre o laudo dos árbitros. *Diário da Bahia*, Salvador, n. 274, 18 nov. 1924.

<sup>268</sup> Ata da solenidade de inauguração do Monumento ao 2 de Julho (transcrição). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 5, p. 224-225, set, 1895.

por assim dizer, com a organização dos festejos anuais da Independência do estado (e que se mantém ainda na atualidade, é bom lembrar), o Instituto logo foi designado a cuidar também de eventos cívicos específicos.

Em 1897, por exemplo, a diretoria do IGHB informava à Intendência Municipal de Salvador, que a Comissão do Instituto, encarregada das comemorações do centenário do jesuíta Padre Antônio Vieira, havia deliberado pela realização de um desfile cívico e pelo lançamento de uma lápide comemorativa pela data<sup>269</sup>. Um ano depois, a diretoria encaminhava ofício ao governador informando ter organizado comissão específica para comemoração do 4º Centenário da Descoberta do Brasil<sup>270</sup>, evidenciando assim a consolidação do seu papel como instituição cultivadora e enaltecadora dos acontecimentos e vultos nacionais.

As comemorações do 7 de setembro também foram, usualmente, conduzidas pelo IGHB, de tal modo que, por exemplo, em 1922, as entidades interessadas em participar dos festejos encaminharam ao Instituto os seus pleitos. Assim o foi com a Diretoria da Guarda Noturna da Rua J. J. Seabra e com a Associação União dos Varejistas, que oficiaram ao IGHB propondo que suas entidades integrassem os festejos com comissões representativas próprias<sup>271</sup> e assim fazendo reconheceram a primazia do Instituto na organização da festa cívica.

Foi digna de nota ainda, nessa primeira fase, a realização do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1916, cuja organização teve ampla participação do IGHB, além do apoio do governo estadual. Da Comissão Organizadora do evento, composta por cinco integrantes, pelo menos dois: Theodoro Sampaio e Braz do Amaral eram integrantes do Instituto e ocuparam as destacadas funções de presidente e vice-presidente, respectivamente<sup>272</sup>.

A primazia do IGHB na coordenação dos eventos cívicos e científicos no estado não se limitou, porém, à sua primeira fase de existência. Com efeito, a partir da mudança de sua sede e da notoriedade que o Instituto obteve com mobilização social ocorrida para construção do prédio, a instituição viu reiterada e fortalecida a

<sup>269</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 02 (1896-1894). Livro de Registro de Ofícios Expedidos. Ofício nº 208, enviado em 05 de junho de 1897.

<sup>270</sup> Idem. Ofício nº 237, enviado em 20 de outubro de 1898.

<sup>271</sup> Arquivo do IGHB. Caixa 13 (1922-1923). Correspondência recebida da Diretoria da Guarda Noturna da Rua J. J. Seabra, em 4 de setembro de 1922 e da Associação União dos Varejistas, em 6 de setembro de 1922, respectivamente.

<sup>272</sup> Os demais nomes e seus respectivos cargos na Comissão foram: Bernardino José de Souza – Secretário Geral; Joaquim dos Reis Magalhães – 1º Secretário e Aníbal Revault de Figueiredo – 2º Secretário. Ver a respeito CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., 1916, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 1917.

sua condição de responsável pela vida e representação cívicas do estado. O episódio que melhor expressa o *status* alcançado pelo Instituto nesse momento ocorreu em 1926, quando a Bahia se preparava para receber o avião “Jahu” que, ao que tudo indica, realizava um vôo pelo continente sul americano, sendo a primeira aeronave brasileira a realizar tal viagem, ou (menos provável), a contar com brasileiros entre seus tripulantes (os jornais que noticiaram o acontecimento não trataram desses pormenores).

A notícia sobre a possível passagem do Jahu pela capital baiana foi dada com estardalhaço pelo Jornal Diário da Bahia, que dedicou primeira página ao evento, sob o título “O vôo brasileiro: o avião Jahu reiniciará hoje a sua rota vitoriosa de Las Palmas em demanda a Porto Prata”, tendo o texto o significativo subtítulo: “o que resolveu o Instituto Histórico como as homenagens da Bahia aos bravos tripulantes do Jahu”.

Poucos enunciados poderiam ser tão claros. O IGHB assumira formalmente, naquele momento, o papel de organizador dos eventos públicos de grande porte e caráter cívico na capital do estado. Na prática, era sua prerrogativa a determinação sobre quais e como devem ser realizadas as atividades comemorativas específicas, ainda que formalmente submetesse os planejamentos à Assembléia Legislativa. Os planos desenvolvidos para a recepção ao Jahu e sua tripulação expressam bem essa autonomia deliberativa, como se depreende da nota publicada:

Na hipótese dos bravos aviadores descerem nesta Capital serão recebidos numa grande manifestação popular, oferecendo-se aos mesmos um cartão de ouro onde está consignado o aplauso da Bahia ao grande feito, resolvendo-se posteriormente outras homenagens e nesse caso serão eles hóspedes oficiais do Governo.

Se não descerem serão saudados do alto da torre da Casa da Bahia [o IGHB] pelas autoridades e representantes de todas as classes, enviando-lhes posteriormente o cartão de ouro que assinalará que a Bahia jamais deixará de glorificar os pioneiros da civilização.

A comissão executiva pedirá ao Sr. Arcebispo ordem para mandar repicar os sinos à passagem do avião e dará outras providências no sentido de tornar ruidosas as manifestações da Bahia<sup>273</sup>.

Desnecessário discorrer sobre o nível de participação do IGHB na referida comissão executiva. Ao mesmo tempo, não deixa de ser surpreendente o grau de interlocução com outras instituições (especialmente o governo estadual), usufruído pelo Instituto, sendo-lhe mesmo possível decidir, ou pelo menos sugerir, a

<sup>273</sup> O vôo brasileiro: o avião Jahu reiniciará ... *Diário da Bahia*. Salvador, n. 250, 6 nov. 1926. p. 1

hospedagem dos aviadores, bem como a atuação da Igreja no evento. Um evento semelhante ocorreu em 1926, quando da visita do Presidente eleito Washington Luis à Bahia, ocasião em que o IGHB realizou a “recepção solene” ao ilustre visitante<sup>274</sup>.

A inserção do Instituto nas atividades oficiais devia-se ao diálogo estabelecido, desde os seus primórdios, por muitos dos seus membros nas esferas governamentais, onde conciliavam e promoviam os interesses mútuos das instituições. Devia-se, igualmente, à condição de prestígio de que desfrutava a Casa da Bahia, ainda recém instalada em seu novo e portentoso prédio, cuja existência – imaginava-se – era uma prova, sempre pronta a ser exibida, da capacidade de realização, do apoio e do constante interesse dos baianos pelos elementos próprios à civilização.

É certo que os relacionamentos institucionais do IGHB e a sua capacidade de atuação nessa esfera eram das mais profícuas durante o período de nosso estudo. Ocorre que para uma instituição que pretendia ser ao mesmo tempo um símbolo e um centro de promoção da civilização junto à população, era necessário também se fazer ouvir pela sociedade civil. Foram os jornais os veículos através dos quais o IGHB pretendeu se apresentar como atuante à sociedade, mas a sua presença em suas páginas variou em frequência e espaço, evidenciando o jogo de interesses e de ganhos políticos associados à imagem do Instituto.

Dos periódicos hoje disponíveis à consulta, o primeiro e mais antigo a tratar do IGHB foi o Correio de Notícias, de 1898. Tratava-se então de um jornal de caráter praticamente oficial, cuja quase totalidade das colunas era dedicada à publicação do expediente das secretarias e demais órgãos e instâncias do estado, de modo que editais, relatórios, listagens oficiais, atas das sessões da Câmara dos Deputados ou do poder judiciário constituíam matérias certas e corriqueiras no Correio. Era em meio a esse tipo de informação que o Correio de Notícias publicava também pequenas e freqüentes notas sobre o Instituto<sup>275</sup>, normalmente convocações aos sócios para reuniões, ou sínteses das sessões realizadas. De imediato esse tratamento sugere uma ‘leitura’ do Instituto como um órgão oficial ou, pelo menos como uma instituição prestadora de ‘serviços’ ao estado, que por sua vez era, pelo menos no caso do Correio, provavelmente o financiador das chamadas.

---

<sup>274</sup> Recepção solene. *Diário da Bahia*. Salvador, n. 183, 15 ago. 1926.

<sup>275</sup> Em 1898 pelo menos 09 notas sobre o IGHB foram publicadas, entre julho e agosto, nas edições de número 1.838, 1.877, 1.890, 1.948, 2.000, 2.238, 2.240, 2.367 e 2.455.

Outro periódico a ser considerado aqui por sua longevidade é o Diário da Bahia. Em cerca de três décadas o jornal oscilou entre a condição de órgão de oposição e situação, conforme a alternância das forças políticas<sup>276</sup>, com implicações diretas para o espaço ocupado pelo IGHB em suas páginas. Os primeiros anos de atuação do Diário da Bahia foram de indiferença ao IGHB. Mesmo entre 1900 e 1904, período em que era identificado como órgão da situação, não fez referência ao Instituto. Entre 1912 e 1916, fase do primeiro governo de J. J. Seabra, o jornal era francamente oposicionista e, nesse período, tampouco se menciona o IGHB, embora existam freqüentes notícias sobre as expectativas e a organização popular para a realização dos festejos pelo 2 de julho, solenidade que sabidamente era organizada oficialmente pelo IGHB.

O Diário da Bahia só saiu da oposição em 1917. Sintomaticamente só então uma pequena nota informa a realização de reunião no Instituto e sua pauta<sup>277</sup>. Nos quatro anos seguintes pelo menos nove notas foram dadas, noticiando desde ofertas de livros pelos sócios ao Instituto, até a realização de conferências, sendo notável ainda a menção à participação do Instituto na organização dos festejos do 7 de setembro em Salvador, em 1918<sup>278</sup>.

Em 1920 J. J. Seabra iniciou o seu segundo período de governo (que se estendeu a 1924), O Diário reassumiu sua posição de feroz oposicionista e, novamente, minguaram as referências ao Instituto em suas páginas. De fato, entre 1920 e 1921 nenhum espaço teve o IGHB naquele jornal, de modo que sequer o lançamento da pedra fundamental do novo prédio (em junho de 1921) foi noticiado. Somente no ano seguinte, quando o imponente prédio do Instituto já se erguia, apoiado maciçamente pelas contribuições da sociedade, o Diário da Bahia voltou a citar o IGHB, noticiando as atividades ali realizadas<sup>279</sup>.

Tanto a abertura do jornal ao IGHB, em sua fase situacionista, como a retomada do silêncio sobre o Instituto evidenciam que a instituição foi identificada

<sup>276</sup> CARVALHO FILHO, Aloísio de. *Jornalismo na Bahia: 1875-1960*. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 82, p. 17-27, 1958-1960.

<sup>277</sup>

*Diário da Bahia*. Salvador, n. 50, 4 mar. 1917.

<sup>278</sup> *Diário da Bahia*. Salvador, n. 173, 2 ago. 1918 [nota sobre ofertas dos sócios]; n. 186, 20. ago. 1918 [nota sobre organização do 7 de setembro pelo IGHB]; n. 193, 28 ago. 1918 [nota sobre ofertas dos sócios]; n. 229, 10 dez. 1918 [nota sobre anúncio de conferência no IGHB]; n. 230, 11 dez. 1918 [nota sobre conferência realizada no IGHB]; n. 138, 15 jun. 1919 [nota sobre conferência realizada no IGHB]; n. 152, 02 jul. 1919 [nota sobre participação do IGHB na festa do 2 de Julho]; n. 160, 13 jul. 1919 [nota sobre organização da comissão do IGHB para análise da Figura da Bahia].

<sup>279</sup> *Diário da Bahia*. Salvador n. 271, 14 nov. 1922.

por segmentos políticos como um aparelho do estado, cuja notoriedade deveria ser minimizada conforme a conveniência de se reconhecer ou não a legitimidade e eficiência ao governo. Por outro lado, essa mesma percepção da ‘função política’ do Instituto determinou a retomada do olhar do jornal para a agremiação baiana. Afinal, não era mais possível ignorar aquilo que a sociedade tão expressivamente apoiava, e cuja nova sede, já o dissemos, o alçaria a uma condição de prestígio até então inusitada. O fato em si era que Instituto exigia então uma atenção constante e, mais do que isso, um tratamento sóbrio e respeitoso. Um indicativo desta percepção da importância assumida pelo IGHB para a sociedade pode ser identificado no artigo cujo título: “O governo não comemorará o 2 de Julho!”, já anunciava de pronto a disposição do jornal para atacar o governo, ao mesmo tempo em que o texto reconhecia o empenho da sociedade em apoiar o Instituto, pelo que o articulista do Diário afirmava:

A Bahia é bem verdade não se descuida do preito a ser prestado aos seus grandes homens de antanho.

A generosidade com que ela concorreu para o levantamento do novo palácio do benemérito [sic] Instituto Histórico é bem a clara prova do seu amor às tradições imperecíveis do seu civismo<sup>280</sup>

Na prática, a postura assumida pelo Diário junto ao IGHB foi a da preservação, motivada pelo entendimento de que para sociedade o Instituto era (pelo menos naquele momento) uma instituição cujo sentido e existência estavam acima das querelas políticas, devendo assim ser delas resguardado. Essa atitude de preservação fica evidente não só no artigo citado, mas em toda uma série de textos publicados pelo Diário da Bahia entre os dias 5 e 25 de abril de 1923<sup>281</sup>.

Nestes artigos o jornal fez duras críticas ao governo pela falta de preparativos para a comemoração do 2 de Julho. O cuidado com o IGHB fez com que este não chegasse a figurar na maior parte dos textos. Quando citado, porém, foi de forma positiva, como uma das poucas instituições empenhadas em preparar adequadamente a festa cívica baiana. Outro cuidado constante é o de desarticular qualquer associação entre a construção da nova sede do IGHB e a atuação do governo, remetendo os méritos pela realização da obra à sociedade, como bem se depreende de um dos artigos da referida série, intitulado “Mas é preciso alguma

<sup>280</sup> O Governo não comemorará o 2 de Julho! *Diário da Bahia*. Salvador, n. 79, 5 abr. 1923.

<sup>281</sup> Cf. *Diário da Bahia*. Salvador, abril de 1923. n.ºs. 79, 80, 82, 84, 91, 92, 95 e 97.



coisa útil para o 2 de Julho”, em que, no usual tom de ataque ao governo, afirmava o articulista:

As únicas coisas úteis do programa [da festa] são a inauguração do palácio do Instituto Histórico, a inauguração da Igreja da Ajuda, a abertura da exposição de Pecuária e o monumento à memória de Castro Alves.

Nada disso, porém se deve ao governo, em nada disso a sua parte se destaca; em nenhum destes números valiosos do programa sua ação foi permanente ou fecunda.

A construção do palácio do Instituto é obra da Bahia e do esforço formidável do Sr. Bernardino de Souza, a remodelação da ‘Ajuda’ tem de levar-se em conta a irmandade deste templo; a Exposição é da iniciativa particular, com o auxílio eficiente apenas do governo federal, e a estátua de Castro Alves se levantou, mercê da tenacidade de alguns amigos e admiradores do contar eterno das ‘Espumas flutuantes’<sup>282</sup>.

Na mesma linha (inclusive quanto ao título provocante) o último dos artigos citados “A parte do governo, no centenário baiano: até ‘reprise’ de uma inauguração”, atacava: “Que pertence ao governo na inauguração do Palácio do benemérito Instituto Histórico? Nada mais, nada menos, até hoje do que o auxílio de 75 contos num edifício, que já vai custando para mais de 500”<sup>283</sup>.

Estabelecida a distinção no trato do governo e do Instituto pelo Diário, a agremiação baiana prosseguiu figurando nas páginas do periódico oposicionista, que passou a dispensar uma atenção até então inusitada ao dia-a-dia da instituição, divulgando-lhe as reuniões ordinárias e extra-ordinárias, as mudanças e posses das novas diretorias, além da participação do IGHB na organização e realização dos festejos pelo 2 de Julho<sup>284</sup>.

A estratégia adotada pelo Diário da Bahia é evidenciada ainda pela atuação do jornal Diário de Notícias. Instrumento de veiculação das idéias e ações de grupo político distinto, o Diário de Notícias foi sempre um antagonista declarado do Diário da Bahia, na defesa de idéias e personalidades. Assim, enquanto o Diário da Bahia silenciava quanto às atividades do IGHB entre 1900 e 1917, o Diário de Notícias cedia-lhe espaço desde 1904 até pelo menos 1907<sup>285</sup>, para a notificação de

<sup>282</sup> Mas é preciso alguma coisa útil para o 2 de Julho. *Diário da Bahia*. Salvador, n. 91, 18 abr. 1923.

<sup>283</sup> A parte do governo... *Diário da Bahia*. Salvador, n. 97, 25 abr. 1923.

<sup>284</sup> *Diário da Bahia*. Salvador, n. 103, 2 mai. 1923 [nota sobre o aniversário do IGHB]; n. 105, 4. mai. 1923 [nota sobre última sessão do IGHB no prédio velho]; n. 310, 30 dez. 1924 [nota sobre os novos diretores do Instituto]; n. 152, 2 jul. 1925 [nota sobre os festejos do 2 de julho e a participação do IGHB]; n. 153, 4 jul. 1925 [nota sobre os festejos do 2 de julho e a participação do IGHB]; n. 186, 9 ago. 1925 [nota sobre o planejamento de recepção a acadêmicos mineiros no IGHB]; n. 267, 24 nov. 1925 [nota sobre a realização de sessão no IGHB].

<sup>285</sup> *Diário de Notícias*, Salvador, n. 336, 4 mai. 1904 [nota sobre atividades desenvolvidas no IGHB]; n. 343, 14 mai. 1904 [nota sobre atividades desenvolvidas no IGHB]; n. 353, 26 mai. 1904 [nota sobre atividades desenvolvidas no IGHB]; n. 356, 30 mai. 1904 [nota sobre atividades desenvolvidas no IGHB]; n. 633, 5 mai. 1905 [discurso proferido pelo presidente do IGHB]; n. 1.221, 3 mai. 1907 [nota

suas atividades mais rotineiras (como reuniões, ofertas de sócios, palestras, entre outras) ou mesmo para publicação de artigos de integrantes do Instituto, como no caso do texto de Braz do Amaral “Memória histórica: a proclamação da república na Bahia”, publicado ao longo de nada menos que 11 edições<sup>286</sup>.

Em seu conjunto os periódicos ora analisados evidenciam, como já o sinalizamos, que durante a sua primeira fase de existência o IGHB foi identificado e efetivamente tratado como um órgão ou instituição a serviço do estado. Nessa condição a divulgação de suas atividades para a sociedade esteve à mercê da visão e dos interesses dos diferentes periódicos e dos respectivos grupos políticos aos quais se vinculavam. A ascensão simbólica obtida pelo Instituto com a construção de sua nova sede, porém, impôs aos periódicos uma reavaliação de tal estratégia.

O Instituto havia se tornado um patrimônio da sociedade baiana, apoiado e construído que fora por ela. Desconsiderá-lo era o equivalente a ignorar esse fato. E nenhum dos grupos políticos em questão desejava ou podia abrir mão de sua pretensa representatividade social, de modo que, em nome dela (e de sua auto-preservação), tornou-se imperativo reconhecer o IGHB como a Casa da Bahia, e não apenas como obra de uma ou outra gestão governamental. Por outro lado, se é verdade que a presença do IGHB nos jornais oscilou entre um e outro dos periódicos, também o é que o Instituto logrou manter-se, fosse através de um, fosse através de outro periódico, quase sempre divulgando as suas atividades ao público leitor.

Nesse sentido, vale observar que dentro da abrangência cronológica dos periódicos aqui trabalhados (1898-1930), não foram localizadas menções ao IGHB, em qualquer dos jornais citados, apenas nos intervalos de 1899, 1901-1903, 1906, 1908-1916, 1920-1921 e 1927-1929. Mesmo esses períodos, contudo, não significam necessariamente o desaparecimento do Instituto na imprensa, já que o mais provável é que as referências ao mesmo tenham migrado para um outro periódico, especialmente durante o intervalo de 1908 a 1916. De qualquer modo, provavelmente foi essa relativa constância da divulgação das atividades do IGHB junto à população que possibilitou o amplo apoio da sociedade à proposta de construção da nova sede.

---

sobre comemoração do aniversário do IGHB].

<sup>286</sup> AMARAL, Braz do. Memória histórica: a proclamação da república na Bahia. *Diário de Notícias*. Salvador. n. 337-348, 5-20 mai. 1904.

Do mesmo modo, foi por meio da imprensa que a sociedade baiana entrou em contato com algumas das propostas gestadas pelos integrantes do Instituto a respeito das questões de interesse para o estado. Exemplo disso foi a publicação, pelo *Diário da Bahia*, do discurso pronunciado no IGHB por Theodoro Sampaio, em 1926, no qual a sociedade pôde tomar contato com a proposição do engenheiro baiano acerca da originalidade e viabilidade da civilização brasileira por sua condição mestiça e sua inusitada adaptação à zona tórrida<sup>287</sup>.

A totalidade da imprensa baiana não foi sempre uma aliada do IGHB em seu esforço por consolidar-se institucionalmente. Todavia, como vimos, os dirigentes do Instituto souberam manter a notoriedade da instituição, fosse por suas relações políticas, fosse pela adoção de uma estratégia eficiente de comunicação com a sociedade. Qualquer que tenha sido o fator principal nesse processo, o certo é que, longe de ser um elemento passivo a sujeitar-se aos interesses da imprensa, o IGHB valeu-se dela – explorando os espaços e as conjunturas – para se fazer presente e para se fortalecer como instituição. Noutros termos, a imprensa foi para o IGHB um instrumento político-institucional, tanto quanto a imprensa julgou a agremiação baiana um aparelho de promoção de interesses políticos-partidários.

## 1. A IMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA A BAHIA: EXPECTATIVAS E MEDIDAS

Quando tratamos da comunicação desenvolvida pelo IGHB junto à sociedade baiana, uma expectativa que se põe quase imediatamente é a da verificação de como as idéias produzidas no instituto repercutiam junto à sociedade. Infelizmente, porém, os periódicos que serviram de veículo às propostas dos integrantes do IGHB não trazem elementos suficientes para nos permitir um vislumbre de tal recepção. Ou, talvez, a própria ausência desses dados, a inexistência de um debate em torno de idéias singulares e tão significativamente ‘úteis’ (como a da civilização brasileira, de Theodoro Sampaio) para o enfrentamento das questões que afetavam a Bahia, seja um indicativo de um certo distanciamento da conservadora sociedade baiana para com tais idéias, a despeito do seu manifesto apreço pelo IGHB.

---

<sup>2</sup> 287

A brilhante sessão magna do Instituto Histórico. *Diário da Bahia*. Salvador, n. 149, 4 jul. 1926.

Mais viável nesse sentido é perscrutar as implicações das propostas do IGHB junto às diferentes esferas do governo estadual. Para tal empreendimento a questão da imigração estrangeira apresenta-se como um elemento passível de averiguação, pois que, como questão basilar para as expectativas de aprimoramento da sociedade nacional (e baiana) da primeira república, esteve sempre na ordem do dia tanto no governo, como no próprio IGHB.

Um indicativo da relevância do tema da imigração para o governo baiano ao longo da Primeira República pode ser identificado no levantamento da legislação produzida com esse fim, durante o período em questão. Essa legislação pode ser vislumbrada, em suas linhas gerais, na tabela que se segue:

**TABELA 17 - Leis estaduais relativas à imigração e colonização (1894-1922)**

<b>Leis</b>	<b>Datas</b>	<b>Síntese</b>
nº 55	25/06/1894	Manda contratar a introdução de 3 mil trabalhadores chineses no estado.
nº 73, Art. 5º, § 2	28/08/1894	Autoriza a abertura de créditos necessários à imigração asiática.
nº 88	27/06/1895	Autoriza a contratação de 25 mil imigrantes europeus, pelo governo.
nº 111. Art. 5º, § 2	13/08/1895	Autoriza a abertura de créditos necessários à imigração asiática.
nº 153	17/08/1896	Autoriza a abertura de créditos para a imigração européia e asiática.
nº 211	19/08/1897	Idem
nº 283	06/09/1898	Idem
nº 345	31/08/1899	Idem
nº 408	20/09/1900	Idem
nº 455	25/06/1902	Autoriza crédito de 100:000\$000 para indenização da Cia. Metropolitana pela rescisão de contrato de imigração.
nº 612	10/08/1905	Autoriza o governo a promover a imigração estrangeira e a colonizá-los como proprietários de terras, constituindo núcleos coloniais.
nº 920, Art. 34	28/11/1912	Autoriza o governo a promover a imigração e colonização no estado.
nº 1.005, Art. 25	23/08/1913	Idem
nº 1.064, Art. 23	27/08/1915	Idem
nº 1.122, Art. 21	21/08/1915	Idem
nº 1.186, Art. 19	23/08/1916	Idem
nº 1.460	03/09/1920	Autoriza a fundação de hospedaria de imigrantes próxima à capital.
nº 1.464	14/09/1920	Autoriza acordo com governo federal para o estabelecimento de colônias estrangeiras em terras devolutas do estado.
nº 1.540	06/09/1921	Autoriza constatação de serviço de introdução e localização de imigrantes
nº 1.541, Art. 43	14/10/1921	Idem à lei 1.464. de 14/08/1920
nº 1.611, Art. 41	25/09/1922	Idem
nº 1.706, Art. 39	24/09/1922	Idem
nº 1.729	23/08/1922	Autoriza a organização do serviço de imigração e colonização

Fonte: DANTAS JÚNIOR, 1928. p. 102-103.

O conjunto das leis dedicadas à viabilização da imigração na Bahia sugere, à primeira vista, a efetiva implementação desse processo pelo estado. Entretanto, como assinalamos anteriormente, o êxito do projeto de colonização do europeia implementado pelo governo baiano esteve sempre aquém, ou foi simplesmente um fracasso, em relação às expectativas geradas pelo mesmo.

As falas e mensagens dos governadores do estado, ao longo do período em questão, permitem avaliar melhor esse projeto, situando também a motivação e as implicações das leis já relacionadas. A primeira das mensagens que nos interessa averiguar, um texto de 1893, já tratava a questão da imigração com o tom que caracterizou o tema em todas as falas e mensagens posteriores: um empreendimento até então malogrado, mas em torno do qual se depositavam as apostas de sucesso.

Naquela ocasião em particular, a proposta da imigração assentava-se especialmente na idéia reinante sobre a falta crônica de mão-de-obra para a exploração e desenvolvimento do interior do estado. A constatação da ausência de imigrantes habilitados a suprir essa demanda e o caráter emergencial de que se revestiu a questão levou o então governador, Joaquim Manoel Rodrigues de Lima, a considerar a alternativa da utilização de nacionais para a consecução daquela tarefa, sob a forma de trabalhos forçados. É o que se conclui da fala aos membros da Assembléia Legislativa, quando afirmou o governador:

Clamo também a vossa judiciosa atenção a deficiência de braços e de capital com que luta a lavoura, debatendo-se em uma crise permanente, convindo tentar a resolução do problema da imigração e colonização, acerca do qual nada temos feito de positivo, confeccionar leis repressivas da vagabundagem, aproveitando inúmeros braços que, em deplorável ócio, pejam as cidades e povoados, tornando-se um elemento deletério e ameaça permanente à ordem pública<sup>1</sup>.

A idéia, felizmente, não chegou a ser implementada. Sua simples proposição, contudo, indica já naquele momento uma certa descrença na obtenção de um fluxo significativo de imigração europeia, pelo menos no curto prazo. Pelo mesmo motivo, o texto teceu considerações sobre as características dos poucos imigrantes europeus introduzidos no estado no ano anterior (cerca de 115

---

<sup>1</sup> 1

APEB. Biblioteca. *Mensagem e relatórios apresentados à assembléia geral legislativa* pelo Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador do estado. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1893. p. 5.

indivíduos<sup>2</sup>), ressaltando a inadequação da maior parte destes “às necessidades da lavoura”. Essa escassez quantitativa e qualitativa de imigrantes europeus determinou ainda a especulação sobre a possibilidade de se promover a imigração chinesa para o atendimento das demandas do estado.

A imigração então pensada visava a recuperação da agricultura em crise e, como tal, deveria destinar-se ao interior, além de ser constituída (assim se desejava) por agricultores aptos ao trabalho – situação em que os muito jovens, os muito velhos e os “artistas” eram tidos como exemplos de uma imigração inadequada. Uma imigração voltada para a agricultura, logo destinada ao interior, explica também a aceitação aos asiáticos, tidos normalmente como indesejáveis por parte da intelectualidade. Estes, de qualquer modo ficariam distantes da capital, incapacitados por seu isolamento de se misturar e comprometer a civilização branca e europeizada que se pretendia formar.

A fala de 1894 chega a mencionar a realização de contatos para vinda de imigrantes japoneses para o estado<sup>3</sup>, mas em 1895 a imigração asiática foi descartada por seu elevado custo em relação à imigração europeia (à razão de 17 libras por asiático, contra uma variação de 3 a 7 libras por europeu). Pesaram ainda para o abandono da proposta, as condições estabelecidas para os contatos, dentre as quais se destacavam: a necessidade de adiantamento de 3 libras para o traslado de cada asiático e a longa duração (de 5 anos) do contrato, período durante o qual o contratante ver-se-ia obrigado a fornecer as condições básicas de sobrevivência aos imigrantes (como habitação, alimentação e vestuário) além de respeitar períodos de descanso e fixar um pagamento de 15 dólares mexicanos por 10 horas de trabalho diário, entre outras exigências<sup>4</sup>.

Tais empecilhos acabaram por determinar um novo direcionamento dos esforços governamentais para a promoção da imigração europeia, que voltou a ter senão a exclusividade dos interesses, pelo menos a prioridade na atenção das autoridades. Esta imigração (advertiam) deveria ser feita de forma cuidadosa, de modo a se evitar a atração do “rebotinho da população europeia, sem a mínima

---

<sup>2</sup> Idem. p. 24-25.

<sup>3</sup> <sup>3</sup>

APEB. Biblioteca. *Mensagem e relatórios apresentados à assembléia geral legislativa* pelo Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador do estado. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1894. p. 56-58.

<sup>4</sup> APEB. Biblioteca. *Mensagem e relatórios apresentados à assembléia geral legislativa* pelo Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador do estado. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1895. p. 72-77.

capacidade moral e com inteira ignorância teórica e prática de tudo quanto concerne à agricultura e indústria”.

Em 1897, o então governador Luiz Vianna lamentava a dificuldade de desenvolvimento regional do estado e atribuía parte dessa dificuldade a ausência dos imigrantes. Complementava seu raciocínio observando ainda o descumprimento do contrato, pela companhia responsável, para a introdução de 25 mil imigrantes europeus e 3 mil asiáticos. Diante dessas dificuldades, o governador sinalizava com a possibilidade de desenvolvimento de um novo projeto de imigração, em que o estado haveria de formar um núcleo colonial no município de Amargosa, ressarcindo o traslado de imigrantes custeados por proprietários agrícolas e industriais, bem como criando um banco de apoio à atividade de colonização<sup>5</sup>.

Um ano depois o governador informava estar sendo organizada a colônia de Amargosa (da qual, aliás, não há qualquer outra informação posterior). No mesmo texto o governador ponderava sobre ser o êxodo dos poucos imigrantes encaminhados às áreas rurais rumo às cidades (sobretudo à capital) um dos principais fatores a impedir o desenvolvimento satisfatório da ‘colonização agrícola’ pretendida para os europeus. Segundo seus argumentos, os imigrantes estariam abandonando as áreas agrícolas em busca de oportunidades e empregos tipicamente urbanos, como criados e jardineiros, com salários fixos e mais rentáveis. Por esse motivo, sugeria a promoção de uma imigração especialmente direcionada para a área urbana, cuja função seria atender à demanda existente por tais atividades, após o que, se retomaria a imigração para a agricultura<sup>6</sup>.

Por volta de 1900 a persistente ausência dos imigrantes, a despeito das várias providências tomadas, desanimava o governador. Seu prognóstico então era o de que a Bahia não teria os tão desejados europeus porque estes simplesmente não se interessavam pelo estado, face às alternativas mais atraentes dos estados do sul, sobre o que relatou:

De uma leva de 400 [europeus] que aqui aportaram e foram recebidos em hospedaria de imigrantes, teve o governo conhecimento de que mais de 200 fizeram seguir logo suas bagagem para o Rio e Santos, desembarcando tão somente a fim de fazerem jus à passagem que haviam tido para o nosso porto.

---

<sup>5</sup> APEB. Biblioteca. *Mensagem e relatórios apresentados à assembléia geral legislativa* pelo Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador do estado. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, em 1897. p. 13-15.

<sup>6</sup> APEB. Biblioteca. *Mensagem e relatórios apresentados à assembléia geral legislativa* pelo Dr. Luiz Vianna, governador do estado. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1898. p. 21-22.

Este fato e outros fizeram-me suspender a imigração subvencionada, parecendo-me preferível oferecer-lhes lotes de terra em lugares apropriados, sob condições de aí se fixarem, não podendo aliená-los senão depois de uma sucessão.

A corrente imigratória está estabelecida para os estados do sul, onde a amenidade do clima é atraente.

Enquanto, pois, o imigrante encontrar facilidade de viver bem ali, devemos perder a esperança de encarrear a imigração estrangeira para o nosso estado onde não tem ligação de espécie alguma<sup>7</sup>.

Essa leitura afetou a determinação do governo em empenhar recursos para a imigração. Não por acaso as leis aprovadas durante a década de 1900 sobre imigração foram apenas duas, sendo uma relativa à rescisão do contrato com a empresa de imigração (lei nº 455 de 1902), e, a outra, relativa à redefinição do modelo de imigração para o ‘formato’ baseado na concessão de terras (lei nº 612 de 1905), conforme proposto pelo governador (ver Tabela 17).

Em 1906, a mensagem do então governador, José Marcelino de Souza, mencionava a incapacidade financeira do estado em promover a imigração, um serviço “tão útil quanto dispendioso”. Salientava também a sua intenção de apoiar a imigração assim que houvesse recursos<sup>8</sup>. A mesma alegação foi utilizada pelo governador João Ferreira de Araújo Pinho, em 1909<sup>9</sup>, situação que não se alterou até fins de 1912 (início do primeiro governo de J. J. Seabra), quando só então novas leis estaduais, a começar pela lei de nº 920, autorizaram novamente o estado baiano a promover a imigração, adotando para tanto as providências necessárias.

Apesar desta sinalização positiva de 1912, somente em 1920 (início do segundo governo de J. J. Seabra) registra-se a tomada de uma medida concreta em prol da imigração. É quando se dá o estabelecimento de acordo entre o governo estadual e o Ministério da Agricultura visando facilitar a criação de uma corrente imigratória italiana, ‘reservando’ para esta os municípios de Jequié, Maracás, Morro do Chapéu e Jacobina como os mais indicados para o empreendimento<sup>10</sup>.

Mais uma vez, porém, os planos concebidos não foram levados adiante. Todas as mensagens e relatórios de 1922 a 1930 possuem referências à importância da imigração para o estado e o seu desenvolvimento, mas nenhum dos

<sup>7</sup> APEB. Biblioteca. *Mensagem e relatórios apresentados à assembléia geral legislativa* pelo Dr. Luiz Vianna, governador do estado. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1900. p. 14-15.

<sup>8</sup> APEB. Biblioteca. *Mensagem e relatórios apresentados à assembléia geral legislativa* pelo governador Dr. José Marcelino de Souza. Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1906, p. 48-49.

<sup>9</sup> Idem pelo governador João Ferreira de Araújo Pinho, 1909. p. 67-69.

<sup>10</sup> APEB. Biblioteca. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. J. J. Seabra – governador do estado*. Pelo Engenheiro José Barbosa de Souza – secretário da agricultura, indústria, comércio, viação e obras públicas do estado da Bahia, no ano de 1920. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. p. 172-181.



documentos em questão apresenta resultados concretos do acordo firmado com o Ministério da Agricultura, ou chega a citar qualquer outra medida com esse fim (a despeito da legislação produzida a esse respeito), indicando que o tema permaneceu a partir de então muito mais como um elemento de discurso do que como uma preocupação concreta do governo.

Toda essa trajetória, discursos, expectativas e ações, parecem não ter qualquer relação imediata com o IGHB. Afinal, oficialmente o pressuposto básico dos diferentes governos foi sempre o de que a imigração européia era um elemento necessário ao desenvolvimento do estado (especialmente no que se refere ao aproveitamento agrícola do interior), enquanto o Instituto oscilava entre esta visão mais conservadora e as propostas de valorização dos tipos humanos nacionais indígenas e negros.

Mas um olhar mais atento pode revelar que, em lugar de uma atitude indiferente do governo para com o Instituto no trato da questão, houve sempre uma atitude de atenta observância entre as duas instituições quanto às expectativas e propostas mútuas. A esse respeito pense-se, por exemplo, nas falas e relatórios de 1893 a 1897. Todos esses documentos registram a adoção de medidas concretas para a implementação da imigração e as leis aprovadas durante o período (que inclusive disponibilizam recursos financeiros) atestam a veracidade do interesse do governo pelo assunto.

Paralelamente, no IGHB, a tese dominante nesse período é também a da necessidade do elemento europeu como estimulador e aprimorador do desenvolvimento social do estado. O referencial para tais idéias era então Tranquilino L. Torres, que defendia também o aproveitamento dos indígenas para o processo em questão. Torres, porém, faleceu em 1896, e sem o 'pai' da idéia a proposta do aproveitamento indígena acabou por se esmaecer frente à opinião dominante acerca da inviabilidade civilizatória de uma sociedade racialmente mestiça.

Não obstante a idéia havia sido apresentada. Em 1900 o então governador era Luiz Vianna, um dos fundadores do IGHB, que conviveu com Tranquilino L. Torres, com o professor Antonio A. Borges dos Reis (defensor da visão positiva sobre os negros) e com todo o início das discussões no Instituto sobre a questão racial na Bahia. Foi também Vianna o primeiro governante a se manifestar oficialmente sobre a inviabilidade da imigração e, ainda que a reconhecendo como

desejável aos interesses do estado, atuou concretamente para a suspensão dos investimentos que lhe eram usualmente destinados.

De 1900 a 1909, os governadores limitaram-se a informar a indisponibilidade de recursos para a promoção da imigração, dando continuidade à restrição de recursos iniciada por Vianna. No mesmo período Theodoro Sampaio começou a desenvolver sua tese da civilização brasileira, inicialmente no IHGSP e, a partir de 1904, no próprio IGHB, embora a apresentação formal da idéia só tenha ocorrido em 1911.

Em 1912 e 1920, recém empossado nas duas ocasiões, J. J. Seabra resgatou a proposta (politicamente interessante) da imigração, embora não tenha logrado resultado em um ou outro momento. Nos mesmos anos o governador manteve estreita relação com o Instituto, apoiando a instituição em sua reinauguração, após o incêndio de 1913 e, ainda mais, na mudança da sede, em 1923. Uma proximidade que lhe possibilitou o contato com as propostas alternativas para a imigração. Não há, é bem verdade, referências diretas ao Instituto nas idéias apresentadas nas falas e relatórios dos governadores, mas a menos que se pretenda dar completo crédito à casualidade, a correspondência cronológica existente entre a ascensão de Luiz Vianna ao governo (bem como o 'surgimento' da idéia da civilização brasileira) e o progressivo enfraquecimento das políticas de imigração do governo, deve ser vista como um indicativo da adaptação dos discursos institucionais.

Um 'movimento' que se iniciou com o IGHB corroborando os planos governamentais para a imigração e, com o malogro desses, com o governo valendo-se das propostas do Instituto para respaldar suas ações (ou o abandono delas) para com a questão. Com tal afirmação não pretendemos sugerir que o IGHB, nesse segundo momento, atuasse como uma entidade supra-institucional, uma super instituição ou qualquer outra configuração que evoque a idéia de uma força paralela no estado, pronta a determinar os rumos das políticas oficiais. O IGHB, a despeito de proximidade com o governo estadual, jamais foi formalmente um órgão oficial, tampouco uma instância deliberativa.

Por esse motivo o Instituto e suas proposições devem ser percebidos na exata medida de sua relevância para os governantes na Primeira República, ou seja, como um 'celeiro' de idéias (além de ser em si mesmo um símbolo de civilidade e modernidade), cujas propostas – no caso específico da questão racial – só

encontravam eco junto aos governantes a partir do momento em que serviam à resolução de problemas concretos. O fato era que a imigração europeia para a Bahia simplesmente não ocorria, por fatores diversos que iam da dificuldade de adaptação dos imigrantes ao clima, até (e mais significativamente) à condição de abandono a que os poucos colonos existentes viam-se submetidos em alguns dos rincões mais isolados e hostis do estado.

Superar tais adversidades, criando as condições realmente necessárias à qualquer processo de colonização (nacional ou estrangeiro), envolveria o enfrentamento de questões, apenas para exemplificar, como a do acesso à terra e a contestação de interesses políticos e econômicos de potentados regionais. Tratava-se, portanto, de uma tarefa significativamente mais complexa do que firmar contratos de imigração, construir hospedarias ou mesmo subsidiar viagens.

Nessa perspectiva, acatar as idéias do IGHB afigurava-se como uma alternativa para o governo, na medida em que as proposições acerca da viabilidade da mestiçagem entre os elementos nacionais forneciam-lhe o respaldo institucional e intelectual para a atitude de 'abandono' dos esforços pela imigração europeia e, conseqüentemente, de não enfrentamento dos problemas concretos que a inviabilizavam. Noutros termos, os limites da influência das idéias oriundas do IGHB deve ser situada no contexto da sua adequação às diferentes estratégias políticas dos vários governos, ao longo do período aqui analisado, ora endossando os investimentos na imigração europeia, ora justificando seu abandono, ainda que aqueles governos mantivessem uma conveniente ambigüidade em seu discurso, ao permanecer – formalmente – reafirmando a necessidade de tal empreendimento para o estado.

## 2. O IGHB DE 1923 A 1930: A REDEFINIÇÃO DE UM PERFIL INSTITUCIONAL

O percurso transcorrido até o momento permitiu-nos constatar que podemos estabelecer o ano de 1923 para o IGHB como um divisor de águas em sua relação com a sociedade. Desde a sua fundação e até aquele momento o Instituto manteve-se numa condição de dependência dos poderes governamentais, ainda que seus dirigentes tenham sido suficientemente hábeis para identificar as expectativas dos governantes para com a instituição e progressivamente convertê-

las em benefícios, na maior parte do período de 1894 a 1922. Não obstante, a despeito de tais medidas, por mais de uma ocasião o Instituto viu minguar o vital apoio oficial (em termos financeiros) que lhe era dispensado. Esses períodos de distanciamento oficial corresponderam aos momentos em que, por diferentes razões, o papel institucional do IGHB perdeu a relevância que teve em fases como a da consolidação de regime republicano no estado, quando serviu (ou foi pelo menos concebido) como um instrumento facilitador do ingresso do estado no novo regime.

A instabilidade decorrente dessa situação impôs o IGHB uma procura constante por apoio dentro e fora do governo, o que implica dizer que seus dirigentes tiveram de estar sempre muito atentos aos interesses da sociedade baiana. Dessa atenção dependia a possibilidade de poder adequar-se a suas expectativas, abraçar seus pontos de vista e suas aspirações, tornando-se por fim um 'aliado' ao qual a sociedade devia apoiar para ser apoiada.

É nessa relação de reciprocidade que deve ser situado, para além das convicções pessoais, o apoio do Instituto às propostas de imigração européias, que não deixaram de figurar entre as aspirações da sociedade no período de que tratamos (e sua persistência nos discursos e na política oficial é uma prova disso). Ou ainda, e de modo mais explícito, o endosso e divulgação dados pelo Instituto à estratégia da 'europeização' da Bahia nos escritos e descrições oficiais.

A partir de 1923 essa relação foi-se modificando progressivamente. Não se trata de sugerir aqui uma ruptura ou inversão total das estratégias que garantiram a sobrevivência e consolidação do IGHB por tantos anos. Trata-se, isto sim, de reconhecer que a partir de então, com o *status* alcançado junto à sociedade e, por extensão, ao governo, o Instituto pôde passar a distanciar-se das expectativas sociais em alguns de seus posicionamentos. Noutros termos, a partir de 1923 o IGHB tornou-se progressivamente uma instituição de 'pensamento' mais autônomo em relação à sociedade, uma prerrogativa que ironicamente se fez possível graças ao prestígio que esta mesma sociedade lhe possibilitara após os muitos anos de atenção e endosso a suas aspirações.

A natureza das distinções de posicionamentos entre o Instituto e a sociedade baiana já foram aqui indiretamente apontados. Essa progressiva discrepância, porém, girou sempre em torno da balizar questão racial. Com efeito, constatamos que o Instituto caminhou da visão mais conservadora sobre a questão da viabilidade racial da sociedade para uma leitura que, se não chegou a abandonar

o preceito racial, flexibilizou-o a ponto de considerar, nas palavras de Theodoro Sampaio, a inusitada originalidade da bem sucedida experiência civilizatória da raça (mestiça) brasileira.

No mesmo transcurso de tempo a sociedade baiana permaneceu não apenas apegada aos pressupostos raciais para a análise das questões gerais do estado, como acompanhou, por assim dizer, a disseminação de tais idéias ao longo das décadas de 1920 e 1930. Um primeiro indicativo dessa persistência de idéias encontra-se no trato da questão da imigração. Já sinalizamos sobre a recorrência do tema nos periódicos das duas primeiras décadas da República<sup>11</sup>, quando o Instituto também abraçava tal bandeira como ‘posição oficial’.

Na década seguinte, mesmo após a ascensão da tese sobre a raça brasileira (e sua divulgação pela imprensa), as atenções dos periódicos baianos permaneceram freqüentemente voltadas para a discussão sobre a imigração, fosse ela européia ou não. Somente o *Diário da Bahia*, por exemplo, publicou sete artigos num intervalo de três anos<sup>12</sup>, abordando problemas que iam desde a falta de apoio aos poucos imigrantes que chegavam à Bahia, até a viabilidade da imigração japonesa (rechaçada anos antes), dada a exigüidade de imigrantes europeus. Além da temática da imigração, porém, um outro aspecto do discurso racial começou a se fazer presente nos jornais baianos: a eugenia.

Em 1923 o *Diário da Bahia* já publicava a nota “Higiene Social” que era basicamente uma apresentação e defesa das políticas eugenistas, bem como de seu emprego sistemático na Bahia<sup>13</sup>. O texto trazia ainda os germens de uma visão totalitária acerca da sociedade ao rebater antecipadamente as eventuais críticas às medidas de “higiene social”, como a do “atestado de sanidade” que deveria “impedir de casar o tuberculoso, o leproso, o louco, o avariado, em benefício da sociedade conjugal, em benefício da prole”.

---

<sup>11</sup>

O *Correio de Notícias* e o *Diário de Notícias* publicaram pelo menos sete artigos sobre o tema entre 1898 e 1908. Ver nota de nº 62, no capítulo 4.

<sup>12</sup> Ver *Diário da Bahia*. Salvador, n. 291, 7 dez. 1924 [nota sobre a falta de apoio a imigrantes italianos]; n. 293, 10 dez. 1924 [nota sobre o problema da imigração]; n. 300, 19 dez. 1924 [nota sobre a imigração italiana]; n. 306, 24 dez. 1924 [nota sobre o perigo da imigração japonesa]; n. 307, 25 dez. 1924 [nota sobre a negociações para a promoção da imigração de italianos]; n. 287, 08 dez. 1927 [nota sobre a propagando do Brasil no Japão com vistas à imigração]; n. 291, 13 dez. 1927 [nota sobre as boas relações nipônico-brasileiras e a possibilidade – positiva – da imigração de japoneses].

<sup>13</sup> PRUDÊNCIO, João. Higiene Social. *Diário da Bahia*. Salvador, n. 95, 22 abri. 1923.

Nesses casos, afirmava o autor – um médico que assinava sob o pseudônimo de João PRUDÊNCIO (com o termo em caixa alta mesmo) – era necessário que se mantivesse prioritariamente a saúde das massas, para o que cada um, “cada parte do todo, [deveria] concorr[er] com seu esforço para este fim”, num claro eufemismo para a defesa da supressão das liberdades e direitos individuais. Não que a proposta de implementação da eugenia fosse algo propriamente inusitado no pensamento da intelectualidade baiana até então, afinal o discurso relativo a purificação da raça pela eliminação do elemento negro da população possuía, a rigor, um caráter eugenista. O discurso do Dr. ‘Prudêncio’, porém, trazia para a sociedade baiana uma leitura da questão em sua forma mais ‘acabada’ para a época. A eugenia proposta pelo médico não era um sub-produto de uma política de embranquecimento da sociedade, era um instrumento concebido para o aprimoramento social a partir da família e do controle de suas características. Tratava-se de uma nova abordagem para a resolução das questões raciais, em franca expansão no Brasil dos anos de 1920 a 1930<sup>14</sup>, e sua presença nos periódicos baianos indica, mais uma vez, a determinação da sociedade local de manter-se afinada com as últimas e mais significativas propostas para a questão.

Quase concomitantemente (e de forma complementar) começaram a surgir também nos jornais manifestações de simpatia pelos regimes totalitários em ascensão na Europa, sendo o fascismo o mais citado no caso do Diário da Bahia. Nesse sentido basta mencionar que as notas publicadas sobre o movimento, ainda que breves, possuíam um tom entusiasta, como fica evidente na edição de 1º de novembro de 1924, quando o Diário anunciou “Avante, sobre Roma! – o 2º aniversário da marcha triunfal que firmou o poder fascista na Itália”<sup>15</sup>, ou em 1926, quando noticiou em tom quase comemorativo “O Duce vencera todos os perigos”, numa referência ao processo de extinção dos partidos políticos italianos, após o mal sucedido atentado sofrido por Mussolini naquele ano<sup>16</sup>.

Não surpreende, pois, que a temática eugenista tenha voltado às páginas do Diário da Bahia. Em 1930, de modo acentuadamente prosaico, o jornal noticiava a eleição da gaúcha Yolanda Pires no concurso para Miss Universo (também

---

<sup>14</sup> GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. p. 23-24.

<sup>15</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, n. 260, 01 nov. 1924. A edição n. 262 de 04 de novembro trouxe ainda uma segunda nota, complementar a primeira, intitulada “Comemorando a marcha sobre Roma”.

<sup>16</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, n. 260, 18 nov. 1926.

identificado como “olimpíada da raça branca”), um feito que, segundo o articulista “glorifica[va] um padrão que reflet[ia] a eugenia da raça brasileira”<sup>17</sup>. Anos depois, em 1932 o artigo não autografado (possivelmente do mesmo autor do artigo de 1923), intitulado “A medicina na sociedade e no lar: certificado médico municipal” reapresentava – de forma mais contundente – tanto a idéia da necessidade das práticas eugenistas junto à sociedade, como a defesa do direito do Estado de implementar tais práticas, sobrepondo-se aos direitos individuais daqueles que fossem os eventuais focos das medidas de melhoramento racial<sup>18</sup>.

Em seu conjunto tais manifestações espelhavam as preocupações emergentes quanto ao tipo de composição racial da população, pensada à luz do arianismo europeu. Era a reavaliação das expectativas iniciais acerca do potencial modernizador da imigração européia – considerada quase indistintamente – e que determinava a adoção de uma nova postura perante esta. É o momento em que, como assinala Jeffrey Lasser:

o governo Vargas começou a estabelecer normas que modificaram a noção de raça, incluindo o que hoje os acadêmicos chamam de etnia e religião. [e como consequência] Quase imediatamente após o golpe de Vargas, em 1930, uma série de medidas administrativas diminuiu a categoria de imigrantes aceitáveis<sup>19</sup>.

Tais medidas são o resultado de influências na intelectualidade do Estado Novo, das doutrinas científico-racistas em voga nos regimes autoritários europeus e que apregoavam que, ao contrário do discurso difundido na Primeira República, nem toda imigração era necessariamente boa (ainda que européia), visto que nem toda ela era necessariamente “branca”. Com efeito, em 1932 estabeleceu-se a proibição do livre ingresso de estrangeiros no país, sendo a entrada destes limitada à observação da quota anual de 2% do número de imigrantes (por nacionalidade) que já estava no Brasil<sup>20</sup>. Na prática, em seu conjunto, tais ações põem fim ao fenômeno da imigração verificado nas décadas anteriores.

<sup>17</sup> *Diário da Bahia*, Salvador, n. 209, 9 set. 1930. Referências complementares ao concurso a ao regresso da Miss Universo foram feitas nas edições 218 e 226 do *Diário da Bahia*, de 10 e 28 de setembro daquele ano, respectivamente.

<sup>18</sup> A medicina na sociedade e no lar: certificado médico municipal. *Diário da Bahia*, Salvador, n. 145, 12 out. 1932.

<sup>19</sup> LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a era Vargas. *Revista brasileira de história* São Paulo: ANPUH/Marco Zero. v. 14, n. 28, p. 121-150, 1994.

<sup>20</sup> BERGMANN, Michel. *Nasce um povo: estudo antropológico da população brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 128.

Malgrado esta simpatia crescente da imprensa pela eugenia e o necessário contexto de totalitarismo que a viabilizava, o IGHB assumiu uma posição de progressivo afastamento de tais idéias. De fato, após 1923 a produção intelectual do Instituto muda substancialmente o seu perfil, passando da produção de caráter mais acentuadamente biográfico dos primeiros anos de existência, para uma produção mais voltada para a análise e discussão de temas específicos, ligados especialmente à História e a Geografia, que acabam por se tornar os temas de maior recorrência na revista (ver Tabela 09).

Para além da questão racial, essa mudança parece espelhar uma crescente expectativa interna do IGHB por imprimir um caráter mais técnico-científico a sua produção, um processo que se via limitado pela necessidade da instituição corroborar os posicionamentos dominantes na sociedade. Um indicativo dessa tensão pode ser identificado na contradição que se estabelece no discurso do Instituto sobre as características europeias da Bahia. Como vimos em capítulo anterior, até 1919 a revista publicou descrições de municípios com o recurso a europeização destes, uma vez que o periódico possuía como leitores prioritários os próprios baianos. Ocorre que em 1917, durante a realização do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, vários trabalhos acerca dos municípios baianos foram apresentados, destoado da fórmula que acalentava as expectativas de estímulo à imigração.

Os registros de tais comunicações encontram-se no segundo volume dos anais do Congresso, onde há uma predominância dos trabalhos relacionados ao ensino da Geografia e às “Monografias descritivas regionais”. Nessa segunda categoria estão agrupadas 28 descrições de municípios sendo destes 19 baianos. Nas descrições dos municípios baianos (cujo padrão aplica-se também aos demais) não foi localizada qualquer referência a características ‘europeias’ dos climas das regiões em questão, embora as alusões – sempre imprecisas – à salubridade sejam relativamente freqüentes.

A ausência de referências à ‘europeidade’ nas descrições deveu-se provavelmente à natureza do Congresso, um evento de caráter nacional, para o qual as atenções das mentes mais ilustradas da área estavam voltadas. Tratava-se portanto de uma ocasião em que cabia aos intelectuais integrantes do Instituto demonstrar o seu conhecimento e interação com as linhas ‘modernas’ do pensamento científico da época. Um contexto em que a estratégia de promoção da



imigração, ou simples auto-valorização, por meio da atribuição de características europeias ao clima mostrava-se não apenas como um recurso inadequado, mas como um ponto a ser efetivamente excluído de qualquer registro oficial.

Pode-se argumentar, é bem verdade, que nem todos os autores das descrições dos municípios baianos pertenciam ao IGHB e que o abandono de tal recurso, por parte desses, não serve como indicativo das expectativas dos integrantes do Instituto. É fato, porém, que uma boa parte dos autores, não apenas era integrante, como também faziam parte do núcleo mais atuante do IGHB, e estiveram no cerne do movimento pela europeização das terras baianas, não podendo assim ser considerados como ignorantes quanto ao uso de tal recurso de valorização<sup>21</sup>.

Quanto aos demais, embora suas motivações não possam realmente ser vinculadas aos interesses imediatos do IGHB, permanece válida a premissa de que, como intelectuais, procuravam demonstrar afinidade com as abordagens correntes de sua área, em lugar de se manterem apegados à usual fórmula da caracterização territorial pela associação com a Europa, que de resto já vinha mostrando-se ineficaz como estratégia para um efetivo processo de estímulo à imigração europeia para a Bahia.

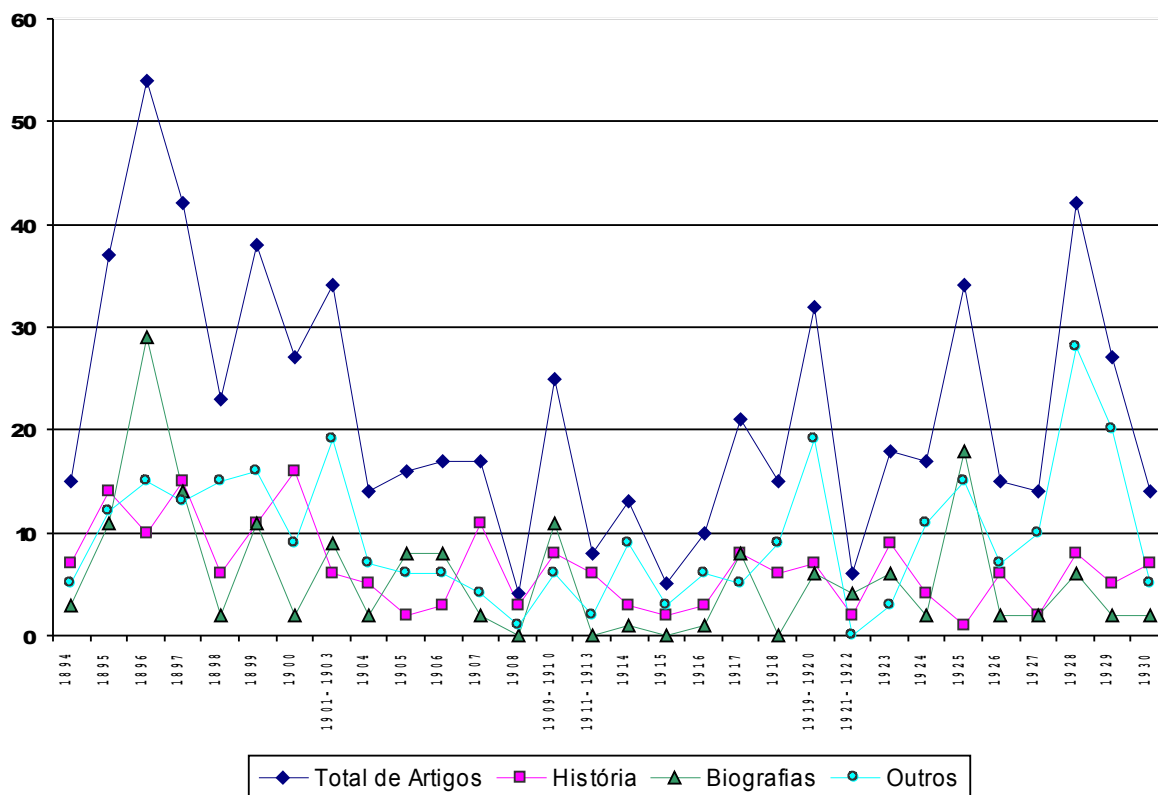
Atendendo, pois, a essa demanda interna, a especialização das temáticas da revista ocorreu tacitamente após 1923. As alterações ocorreram independentemente do volume de artigos publicados anualmente, número que, aliás, variou muito ao longo do tempo observado neste estudo em função de fatores diversos, como a simples falta de recursos ou mesmo o redirecionamento destes para fins de maior prioridade (caso da construção da sede nova entre 1921 e 1923). A variação do número de artigos existentes na revistas do Instituto a cada ano (ou intervalo de anos) correspondente aos números de 01 a 56 pode ser observada no gráfico que segue. Este gráfico apresenta ainda os diferentes índices de ocorrência

---

<sup>21</sup> O Prof. Braz do Amaral, por exemplo, assina três descrições, sendo respectivamente: Município de Geremoabo (p. 320), Patrocínio do Coité (p. 337) e São José do Riacho de Casa Nova (p. 345). Além dele Francisco Borges de Barros assina a descrição de Belmonte (p. 600), apenas para citar os mais destacados. Cf. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., 1916, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico E Histórico Da Bahia; Imprensa Oficial do Estado, v. 2, 1918.

de trabalho de cunho biográfico e histórico, bem como os de outras<sup>22</sup> categorias entre 1894 e 1930.

GRÁFICO 03 - Variação do número de artigos da Revista do IGHB entre 1894 e 1930 (total e por área)



À primeira vista o gráfico evidencia apenas a inconstância no volume de artigos ao longo período em questão. Ocorre que para além da mera oscilação numérica, os dados apontam para a alteração na tipologia dos artigos mais freqüentes antes e depois de 1923. Assim, os artigos de teor histórico cuja média era de 5,5 por ano entre 1894 e 1922, passam para uma média anual de 6, de 1923 a 1930. As sempre presentes biografias têm sua média aumentada de 4,7 para 5,7 a cada ano no mesmo período. Já os 'outros' tipos de artigos aumentam de uma média de 6,7 para 14,1.

Em termos percentuais os dados dos diferentes períodos apontam para uma redução proporcional dos artigos de caráter histórico. Estes artigos e, em menor escala, as biografias cederam espaço, a partir de 1923, aos estudos

<sup>22</sup> Conforme identificado na Tabela 09, as demais categorias verificadas eram: Arquitetura (civil, militar e religiosa), Artes e monumentos, Curiosidades históricas e científicas. Descrições de viagens, Documentos, Educação e ensino, Etnografia, Geografia, Institutos históricos baianos, Linguística Literária, Mineralogia, Municípios (descrições), Tradições regionais, Vias de comunicação e transportes, entre outros de menor ocorrência.

geográficos, às descrições de viagem, os estudos de lingüística e às demais categorias mencionadas na tabela 09. Assim, acompanhando o desinteresse progressivo (mas jamais total) do IGHB para com as demandas da sociedade baiana, conforme afirmamos pouco antes, a história e as biografias (bem como as homenagens e necrológicos) perderam um espaço significativo para outras áreas temáticas menos 'propícias' à utilização como suportes ideológicos. A variação percentual dos temas pode ser observada na tabela seguinte.

**TABELA 18 - Ocorrência das áreas temáticas antes e depois de 1923**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>1894 a 1922</b>	<b>1923 a 1930</b>	<b>Variação percentual</b>
História	32,56 %	23,20 %	- 9,35
Biografias	27,91 %	22,10 %	- 5,81
Outros	39,53 %	54,70 %	15,16

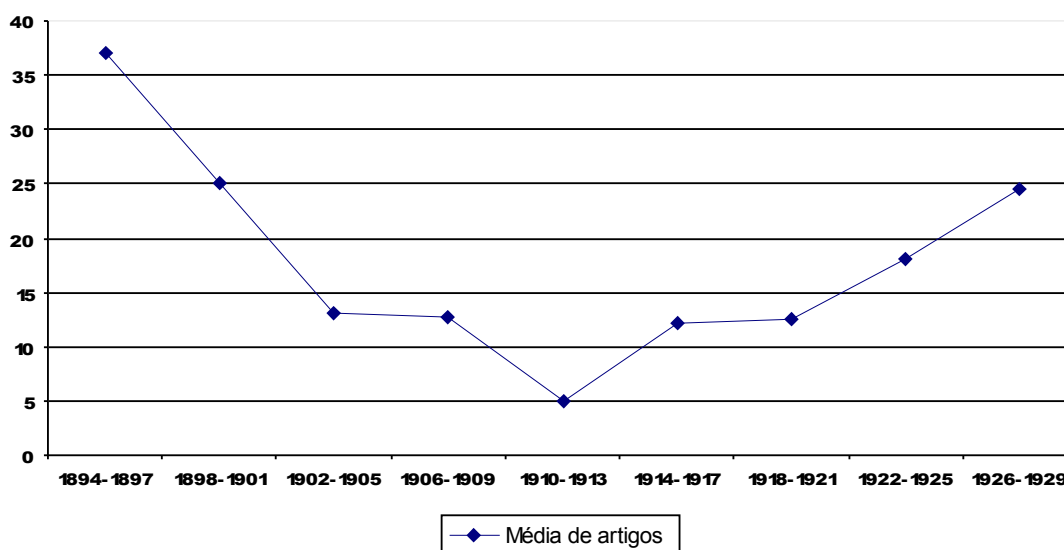
Fonte: Índice da revista do IGHB, v. 2.

Tão importante quanto registrar o aumento dos 'outros' tipos de artigos após 1923, é constatar que estes novos artigos não têm os elementos do discurso racial, tão recorrentes na fase anterior e ainda persistentes na visão predominante na imprensa baiana e em publicações de cunho oficial<sup>23</sup>, naquele momento.

Outro indicativo do fortalecimento da produção do instituto após 1923 pode ser observado na variação do número de artigos publicados em intervalos quadrienais. Esta variação (expressa no Gráfico 04) sem dúvida acompanhou diretamente as oscilações do estado financeiro do Instituto e, por extensão, refletiam o nível de proximidade e apoio oficial à instituição. Não obstante indica também o interesse dos sócios em publicar, talvez como reflexo da maior autonomia adquirida pela instituição.

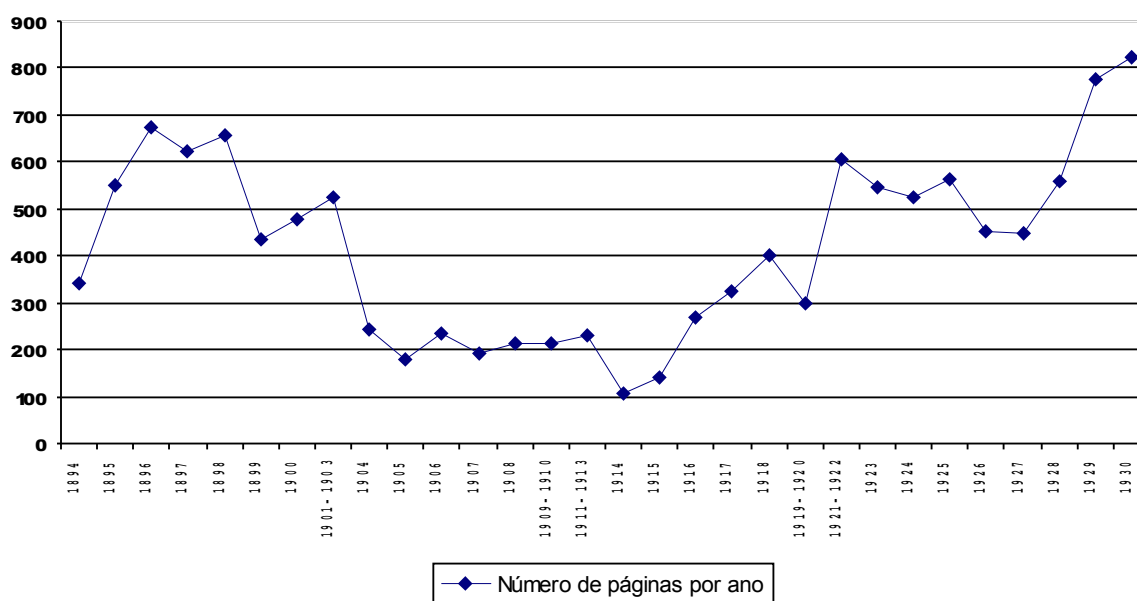
**GRÁFICO 04 - Variação da média quadrienal de artigos na Revista do IGHB (1894-1929)**

<sup>23</sup> Ver o folheto *A Bahia e sua riqueza econômica*, de BARBOSA, Mario Ferreira, publicado pela Imprensa Oficial do Estado em 1929, com suas descrições europeizantes dos municípios baianos. Cf. BARBOSA, 1929, p. 1-2.



De forma ainda mais significativa pode-se constatar no mesmo período um aumento expressivo do número de páginas da revista, indicando que, grosso modo, mais do que um simples aumento no número de artigos, estes ganham também em densidade em relação àqueles produzidos antes de 1923. Nesse sentido, a título de ilustração, cabe observar que, no 1894, os artigos publicados possuíam uma média aproximada de 22 páginas, enquanto em 1930 essa média subiu para aproximadamente 58 páginas. O aumento do volume de páginas da revista do IGHB pode ser acompanhado no gráfico que se segue:

**GRÁFICO 05 - Variação do número de páginas da Revista do IGHB (1894-1930)**



De fato, o patamar do volume alcançado pela revista a partir de 1928 foi o mais alto de sua história, estendendo-se até por volta de 1940 com uma média de 559 páginas por número editado. Somente a partir de 1941 (e na década subsequente) a revista voltou ao patamar de 262 páginas, média mais próxima ao padrão que se estabeleceu desde então.

Do exposto pode-se salientar, portanto, que a partir de 1923 o IGHB buscou dotar a sua produção de um caráter mais técnico-científico. Uma ambição, ao que tudo indica, acalentada desde muito tempo antes, mas tolhida pela necessidade de articulação da agremiação baiana com a sociedade local e suas expectativas para com o trato de questões entendidas como cruciais. O novo direcionamento fez-se possível pela autonomia (baseada no prestígio social) auferida pelo Instituto frente às demandas do governo e da própria sociedade, mas não menos significativo deve ter sido a influência do seu então presidente em 1923, Theodoro Sampaio, cuja formação técnica em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, por certo aproximava-o de um perfil intelectual do homem de ciência, em lugar do homem tão somente de letras, na acepção empregada por Schwarcz<sup>24</sup>.

Nesse sentido, a influência de Theodoro Sampaio (homem de formação técnica) e as modificações na produção do Instituto espelham o momento de redefinição dos perfis de muitas das instituições de saber nacionais, que buscam a especialização nas áreas do conhecimento científico. Essa determinação, aliada ao apoio que, a partir de 1930, tiveram em conjunto a intelectualidade nacional e as instituições culturais do país, como fruto da estratégia de arregimentação da inteligência e da cultura nacional, necessários para por em andamento o projeto de reforma do estado por Vargas<sup>25</sup>, formam e explicam (simultaneamente) as condições que permitiram ao Instituto o vigor produtivo da década de 1930.

Por outro lado, a despeito desse movimento em direção à cientificização da produção do IGHB, a agremiação jamais chegou a converter-se totalmente numa instituição exclusivamente científica. A alteração da natureza dos trabalhos produzidos não implicou, como vimos, na exclusão da produção de cunho mais acentuadamente literário, pois o Instituto não abandonou a perspectiva de abrigar a intelectualidade baiana, considerada em toda a sua diversidade de formação.

<sup>24</sup>

SCHWARCZ, 1993, p. 18.

<sup>25</sup> FIORUCCI, Flavia. ¿Aliados o enemigos? Los intelectuales en los gobiernos de Vargas y Perón. *ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE*. v. 15, n. 12, jul. dez. 1994. Disponível em: <[http://www.tau.ac.il/eial/XV\\_2/fiorucci.html](http://www.tau.ac.il/eial/XV_2/fiorucci.html)>. Acesso em: 8 ago. 2005.

De fato, o IGHB jamais pretendeu ser o reduto de um ou outro segmento científico ou intelectual específico, sequer mesmo foi um espaço aberto exclusivamente aos intelectuais (ainda que o mérito científico-literário tenha sido sempre uma marca e um critério de aceitação entre seus integrantes), sendo também – e de forma indissociável – um palco de discussões cujas implicações políticas e econômicas podiam eventualmente ecoar para além do seu espaço, convertendo-se em argumentos e princípios que afetaram boa parte da vida baiana na Primeira República. Sob tal perspectiva o IGHB tornou-se efetivamente aquilo que almejava em 1923, ou seja, a instituição converteu-se em um espaço capaz de pensar o estado e fornecer (segundo seus próprios critérios) os elementos para o entendimento das suas questões e problemas mais fundamentais, ela tornou-se assim a “Casa da Bahia”.

## **CONCLUSÃO**

Quando, em 1894, um grupo de destacados integrantes da sociedade baiana decidiu criar, ou recriar, uma instituição de saber à imagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procuravam recuperar parte de prestígio e da relevância que – política e economicamente – a Bahia desfrutara no cenário nacional, décadas antes. Mas exatamente porque o estado já não dispunha de fôlego econômico e força política, a nova instituição deveria assegurar à Bahia uma posição de prestígio a partir do seu reconhecimento como um estado integrado ao projeto de modernização nacional republicano.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nasceu assim com a dupla condição de símbolo e instrumento da modernização e civilização da sociedade baiana, segundo os critérios da então recém estabelecida mentalidade republicana. Ocorre que mesmo cercados por tais expectativas os dirigentes do Instituto lidaram sempre com a sombria perspectiva da extinção institucional em função da falta de apoio político e financeiro da sociedade de um modo geral e, em particular, do governo estadual.

Todos os fundadores, em 1894, ainda se recordavam (boa parte deles foram mesmo contemporâneos) do antigo Instituto Histórico Provincial, cujo insucesso e extinção, em 1877, deveu-se à indiferença governamental. Todos reconheciam que a sociedade baiana fora refratária, ou pelo menos desdenhosa, em relação ao Instituto Provincial, visto que – certa de poder prescindir de elementos de apoio à sua imagem no contexto nacional – envolveu-se minimamente com a agremiação e silenciou frente ao descaso governamental.

Havia, portanto, para a diretoria do IGHB, a clara percepção de que a sobrevivência institucional dependia de uma atitude de atenta observância das demandas da sociedade local por elementos simbólicos frente ao contexto nacional. Assim, não foi por acaso que o IGHB (re)nasceu no momento em que a então recém instaurada República cobrava da Bahia uma demonstração de engajamento efetivo. E pelo mesmo motivo o Instituto baiano teve como primeira tarefa exatamente a afirmação de sua natureza republicana, ainda que tal declaração tenha sido cuidadosamente elaborada, de modo a não menosprezar o prestígio daqueles (muitos) que – na sociedade baiana e no próprio Instituto – encarnavam o antigo regime.

A pronta identificação da necessidade de reconhecimento da sociedade rendeu ao Instituto o apoio político e financeiro que possibilitou sua inserção no cenário do saber no estado. Logrou a instituição iniciar suas atividades publicando uma revista trimestral, que garantiu a divulgação dos trabalhos de seus integrantes, incentivando-lhes a participação e estimulando o ingresso de novos sócios. Com isso o IGHB garantiu um espaço até então ocupado apenas pelas sociedades literárias e, no que se refere à produção de conhecimentos, pela Faculdade de Medicina, que por sua natureza não podia atender às demandas por informações acerca do estado (fosse quanto à sua história e identidade, fosse quanto à suas terras e condições naturais), lacuna que o Instituto propunha-se a preencher.

A natureza da relação de interdependência que se estabeleceu entre o Instituto e o estado não permitiria na agremiação baiana o desenvolvimento de uma, digamos, cultura de isenção para com as posições oficiais sobre determinadas questões de interesse para as políticas oficiais, dentre as quais a defesa da necessidade de modificação do perfil social da população (embranquecendo-a) e de sua correlata civilização, pela promoção da imigração européia, são os exemplos mais emblemáticos.

Não se trata de afirmar que os membros do Instituto tivessem sua produção intelectual condicionada por qualquer tipo de influência externa, não há indícios de nenhum tipo de censura (ou coisa que o valha) na relação entre o Instituto (e sua produção) e o governo estadual, em suas várias gestões. Nesse sentido, devemos reconhecer, antes de qualquer coisa, que como homens do seu tempo os integrantes do IGHB produziram de acordo com os referenciais de sua época.

O que deve ser ressaltado quanto à natureza da produção do Instituto e seu potencial para os interesses governamentais é que, embora tal produção estivesse majoritariamente enquadrada nos modelos e pressupostos dominantes, havia também – já o demonstramos – propostas divergentes quanto a tais modelos, mas estas, ou seus defensores, não lograram (pelo menos até a década de 1910) impor-se como representativos do pensamento da Instituição, que os preteriu – e a suas idéias – como elementos com os quais o Instituto deveria ou poderia ser identificado.

Assim, tais propostas não ganharam relevância porque não eram convenientes na perspectiva institucional. Porque, em essência, traziam elementos



que iam de encontro ao projeto social pretendido pelo estado, e que o IGHB deveria por princípio respaldar e fundamentar. Noutros termos, não ocorreu um monitoramento externo da produção do Instituto, esse controle foi por princípio de caráter interno, determinado pela percepção da dependência institucional para com o estado baiano.

A natureza dessa dependência ficou patente, aliás, no crítico período de 1904 até pelo menos 1910, quando em função da consolidação do regime republicano no estado esmaecem-se as demandas simbólicas institucionais e, em conseqüência, diminui o apoio financeiro à agremiação baiana, tanto por parte do governo federal como estadual. O efeito de tal retração pôde ser sentido na diminuição da produção institucional e na simplificação das características da revista do Instituto, sobretudo quanto à redução do número de páginas.

Frente a esse contexto a opção institucional pelo endosso das posições oficiais nas questões já aludidas, ganha sentido como estratégia mais eficiente de autopreservação. Não obstante, já o salientamos, no bojo da produção do IGHB houve sempre aqueles que almejavam difundir posições independentes, dissonantes em relação aos discursos dominantes. Somente o fortalecimento institucional – processo construído ao longo das três primeiras décadas de existência – permitiu ao IGHB criar as condições que lhe possibilitaram assumir posições divergentes em relação ao governo.

Não que a dependência econômica do Instituto em relação ao governo tenha sido completamente superada, ou que a instituição tenha pretendido romper com a imagem e a condição de órgão (não oficial) de referência para a identidade e os saberes acerca da Bahia. De fato, foi exatamente a consolidação desta última faceta do Instituto que lhe assegurou um tal nível prestígio social (expresso pelo apoio massivo à construção de sua nova sede) que o tornou passível de uma identificação emblemática com a própria Bahia. Com isso, desconsiderá-lo converteu-se em uma demonstração – assim entendida – de falta de percepção acerca dos valores e dos elementos mais significativos para a sociedade local, um deslize ao qual as forças políticas (fossem elas o governo ou os segmentos de oposição) não podiam se permitir.

Desfrutando de sua condição de entidade-símbolo o IGHB pôde, a partir de 1923, atuar com relativa independência em relação às posições oficiais, chegando mesmo a contrapor-se às opiniões dominantes na imprensa sobre as

questões raciais (seus encaminhamentos) na sociedade baiana. Nesse ponto, é o discurso oficial que passa a buscar uma identificação com as posições predominantes no Instituto.

Para além das questões relativas à trajetória de sua consolidação, devemos ainda assinalar que o IGHB manteve-se sempre como um espaço dos mais prestigiados e significativos dentre as instituições de saber no cenário social baiano da Primeira República. Esse destaque, porém, não se deveu tanto à natureza ou relevância intrínseca de sua produção, dado que o Instituto não chegou a (nem pretendeu) se especializar em um campo do saber do qual pudesse vir a ser um centro de referência.

O grande mérito do IGHB como instituição de saber foi ter-se prestado como espaço de convivência de esferas distintas da sociedade – sua elite intelectual, política e econômica. Nesse espaço coexistiram muitas das mentes mais ilustradas do estado e algumas das personalidades políticas mais influentes, muitos dos quais fizeram parte do governo – não raro – como dirigentes máximos. Dessa relação resultou sem dúvida a circulação de idéias entre as diferentes instituições que permitiu ao IGHB converter-se em um elemento de amparo para as políticas oficiais (ou ao abandono destas), uma expectativa em verdade sempre acalentada pelo Instituto.

Sob tal perspectiva o IGHB foi sempre um espaço marcado pela diversidade, no que se refere a sua composição. E como tal foi sempre um palco para o diálogo (e disputas) entre os segmentos, que a despeito de tudo souberam dar continuidade à existência da instituição, administrando os choques em potencial através de uma ‘política’ de cordialidade entre os sócios. Tratava-se de uma estratégia de coexistência que impunha a ‘não avaliação’ da contribuição alheia para além do elemento formal narrativo.

Do mesmo modo reside aí a descrição com que mesmo as posições ditas ‘oficiais’ do Instituto foram defendidas e o fato destas estarem freqüentemente associadas às suas figuras mais notáveis, cujo prestígio (prévio) permitia-lhes a anuência tácita de seus pares, mais do que uma concordância explícita a qualquer proposta. Não obstante, o contato com a diversidade de visões – como o dissemos – efetivamente existia, o que fazia do IGHB um fórum privilegiado para quem desejasse conhecer o pensamento dos baianos sobre a Bahia.

## **FONTES**

**Arquivo Público do Estado da Bahia**

**Seção:** Biblioteca

**Série:** Falas, mensagens e relatórios dos governadores do estado – 1893-1930

**Seção:** Colonial e Provincial

**Série:** Instrução Pública / Correspondências recebidas / instituições culturais

Maço 4057: Instituto Histórico e Geográfico - 1857-1887

Maço 4068: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia - 1876

**Série:** Polícia do Porto

Maço 4609: Atas da Sociedade Baiana de imigração

**Seção:** Republicana

Jornal Correio de Notícias 1898-1900

Jornal Diário da Bahia - 1903-1905, 1916-1930

Jornal Diário de Notícias 1903-1907, 1910-1916

Jornal O Imparcial - 1918

**Instituto Geográfico e Histórico da Bahia****Seção:** Arquivo Histórico

Caixa 01 (1894-1895):

- Livro de Registro de Correspondências Recebidas em 1894-1895

Caixa 02 (1896-1898).

- Livro de Registro de Ofícios Expedidos

Caixa 06 (1909-1912):

- Expediente de 1912. Propostas de julho de 1912
- Livro de registro dos sócios efetivos do IGHB de 1909 [a 1912]
- Propostas de 1902
- Propostas de outubro de 1911
- Registros de receitas e despesas de 1910 e 1912

Caixa 07 (1913-1914):

- Registros de receitas e despesas de 1913

Caixa 08 (1914-1915):

- Propostas de 1915
- Registros de receitas e despesas de 1914.

Caixa 09 (1915-1917):

- Expediente do mês de novembro de 1916
- Propostas de 1916

**Caixa 10 (1917):**

- Expediente do mês de março. Correspondência recebida em janeiro de 1917
- Propostas mês de março

**Caixa 12 (1920-1921):**

- Expediente do mês de agosto de 1920
- Correspondências recebidas em 1921
- Expediente do mês de maio de 1921

**Caixa 13 (1922-1923):**

- Correspondências recebidas em 1922
- Expedientes dos meses de abril e julho de 1922,
- Expediente do mês de julho. Propostas de sócios do mês de julho de 1922
- Informes do IGHB à Diretoria Geral de Estatística de 1922

**Caixa 14 (1923-1924):**

- Expediente dos meses de janeiro e fevereiro de 1923
- Informes do IGHB à Diretoria Geral de Estatística de 1923 e 1924
- [Livro] Movimento das subvenções concedidas ao IGHB de 1924 por diante

**Caixa 15 (1925):**

- Expediente do mês de março
- Expediente do mês de fevereiro. Correspondências recebidas em fevereiro de 1925
- Expediente do mês de setembro. Correspondências recebidas em junho de 1925

**Caixas 16 (1926); 17 (1927-1928) e 18 (1929-1930)**

- Propostas de sócios de 1926, 1927, 1928, 1929 e 1930.

**Seção: Biblioteca****Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**

(volume/ano)

v. 01, 1894	v. 16, 1898	v. 31, 1905	v. 45, 1919
v. 02, 1894	v. 17, 1898	v. 32, 1906	v. 46, 1919
v. 03, 1895	v. 18, 1898	v. 33, 1907	v. 47, 1921
v. 04, 1895	v. 19, 1899	v. 34, 1907	v. 48, 1923
v. 05, 1895	v. 20, 1899	v. 35, 1909	v. 49, 1924
v. 06, 1895	v. 21, 1899	v. 36, 1909	v. 50, 1925
v. 07, 1896	v. 22, 1899	v. 36, 1909	v. 51, 1925
v. 08, 1896	v. 23, 1899	v. 37, 1911	v. 52, 1926
v. 09, 1896	v. 24, 1900	v. 38, 1912	v. 53, 1927
v. 10, 1896	v. 25, 1900	v. 39, 1913	v. 54, 1928
v. 11, 1897	v. 26, 1900	v. 40, 1914	v. 55, 1929
v. 12, 1897	v. 27, 1901	v. 41, 1915	v. 56, 1930
v. 13, 1897	v. 28, 1901	v. 42, 1916	
v. 14, 1897	v. 29, 1901	v. 43, 1917	
v. 15, 1898	v. 30, 1904	v. 44, 1918	

**Referências**

ACEVES, Patricia. La red científica en el área farmacéutica, química y metalúrgica en la Nueva Espanha de finales del siglo XVIII. In. AFONSO-GOLDFARD, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Orgs). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995. (Coleção América 500 anos: raízes e trajetórias; v. 2).

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da província da Bahia: com declaração de todas as distâncias das cidades, vilas e povoações*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1888.

AGUIAR, Gilson Costa. *Germânicos e germanismo: o debate sobre a imigração germânica na ótica do estado e do ideário nacional brasileiro na transição da monarquia para a república*. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Capinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALAMBERT, Francisco. O Brasil no espelho do Paraguai. In. MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos imigrantes. In. NOVAIS, Fernando A. (Coord.) *História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*. Salvador, v.5, n. 4, p. 19-54. out. dez. 1977.

AMARAL, Hermenegildo Braz do. Necrológicos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 27, p. 127-142, 1901

AMARAL, Marivaldo Cruz do. *Da comadre para o doutor: a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia republicana (1910-1927)*. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Salvador, 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Itália no nordeste*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1992.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e classe média em Salvador (1870-1889)*. Salvador, 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

AZEVEDO, Thales. *Italianos na Bahia e outros temas*. Salvador: Egba, 1988.

AZEVEDO, Thales; LINS, E. Q. Vieira. *História do banco da Bahia 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

BACELAR, Jefferson. *Galegos no paraíso racial*. Salvador: CED/CEAO/lamaná, 1994.

\_\_\_\_\_. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro, Pallas, 2001.

BAHIA, Diretoria Geral de Estatística. *Anuário estatístico 1929-1930*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Índice: período de 1894 a 1998, números 1 a 93, Salvador, 1999. v. 1.

BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Índice: período de 1894 a 1998, números 1 a 93, Salvador, 2000. v. 2.

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1976.

BARBOSA, Mario Ferreira. *A Bahia e sua riqueza econômica*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927.

BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. *História, Ciência e Saúde Manguinhos*. v. 10, n. 1, p. 151-172, abr. 2003.

BERGMANN, Michel. *Nasce um povo: estudo antropológico da população brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1977.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BÓBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Unb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In. FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL, Assis. Literatura baiana: breve panorama da poesia baiana no século XX. *Letras da Bahia*. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/artcult/letrasdabahia/literatura.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-Rom.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política (1870-1888)*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

BUENO, Francisco da Silveira (org.) *Dicionário escolar da professor*. Brasília: Ministério da educação, 19[60].

CAPEL, Horacio. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos I. *Geo Crítica* – quadernos críticos de geografía humana. Barcelona, ano 1, n. 8, mar. 1977.

\_\_\_\_\_. Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos II. *Geo Crítica* – quadernos críticos de geografía humana. Barcelona, ano 1, n. 9, maio. 1977.

CARNEIRO, Antonio J. de Souza. *A borracha no estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1913.

CARONE, Edgar. *A república velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.

CARVALHO FILHO, Aloísio de. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 82, p. 17-27, 1958-1960.

CASTRO, Iná Elias de. Do imaginário tropical à política: a resposta da geografia brasileira à história da maldição. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. V. 10, n. 218 (11), 1 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-11.htm>>. Acesso em: 15. nov. 2006.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, José (Edit.). *Estado da Bahia: obra de propaganda geral*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1923.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., 1916, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico E Histórico Da Bahia; Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 1917.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., 1916, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico E Histórico Da Bahia; Imprensa Oficial do Estado, v. 2, 1918.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusp, 1998.

COSTA, Virginia (Coord.) *História da imigração no Brasil: as famílias*. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileira, [1992].

DANTAS JÚNIOR, João da Costa Ponto. *Repertório das leis do estado da Bahia 1891-1928*. Bahia: Tipografia São Francisco, 1928.

DANTES, Maria Amélia M. Relações científicas e tradições científicas locais: modelos institucionais no Brasil no final do século XX. In: AFONSO-GOLDFARD, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Orgs). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995. (Coleção América 500 anos: raízes e trajetórias; v. 2).

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do séc. XIX*. Salvador: EDUFBA; Sarah Letras, 1996.

DECCA, Edgar de. O colonialismo como a glória do império. In. *O século XX. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à primeira grande guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.1.

DeNIPOTI, Cláudio. Templos do progresso: instituições de leitura no Brasil oitocentista. *Locus*, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 95-106, 2002.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

EDLER, Flavio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História ciência, saúde-Manguinhos*, v. 9, n. 2, p. 357-385, maio/ago, 2002.

EL FAR, Alessandra. *A encarnação da imortalidade: uma análise a academia brasileira de letras nos primeiros anos da república (1897-1924)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ENDERS, Armelle. O Plutarco brasileiro: a produção dos vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.

FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Iamaná; Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

FAUSTO, Boris. (Dir.) *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (Coleção História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 4)

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante (1870-1940)*, São Paulo: Unesp, 2002.

FERREIRA, Manoel Jesuíno. *A província da Bahia: apontamentos*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

FIGUEIRÔA, Silvia F. M. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX. *Interciência*, v. 17, n. 3. p. 141-146, may-june 1992.

\_\_\_\_\_, Ciências no torrão natal: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional. In. AFONSO-GOLDFARD, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Orgs). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995. (Coleção América 500 anos: raízes e trajetórias; v. 2).

FIORUCCI, Flavia. ¿Aliados o enemigos? Los intelectuales en los gobiernos de Vargas y Perón. *ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE*. v. 15, n. 12, jul. dez. 1994. Disponível em: <[http://www.tau.ac.il/eial/XV\\_2/fiorucci.html](http://www.tau.ac.il/eial/XV_2/fiorucci.html)>. Acesso em: 8 ago. 2005.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A mudança no desenho urbano de Salvador: principais agentes no século XIX e princípios do XX. In. BATISTA, Marta Rossetti (Coord.) *Cidades brasileiras II: práticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1998. v.1.

\_\_\_\_\_. J.J. Seabra e a reforma urbana de Salvador. In. BATISTA, Marta Rossetti; CRAF, Maria Elisa de Campos (Orgs.) *Cidades brasileiras II: práticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1999. v. 2.

FONSECA, Maria Rachel Froes da. Ciência e identidade na América Espanhola (1780-1830). In. AFONSO-GOLDFARD, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Orgs). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995. (Coleção América 500 anos: raízes e trajetórias; v. 2).

FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. Cinematógrafos: espetáculos da modernidade (1897-1930). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 1999,



Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 867-875.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador, EDUFBA, 1996.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Au Brésil: deux regions de Bahia (1896-1937)*. Paris, 1992, Tese (Doutorado em História). Université de Paris – Sorbone. Paris IV.

\_\_\_\_\_. Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia Análise & Dados*. Salvador. SEI. v. 9, n. 4, p. 24-37. mar. 2000.

\_\_\_\_\_. *Salvador e a Bahia contemporânea*. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 375-379.

\_\_\_\_\_. *A Salvador das décadas de 40 e 50 do século XX*. (aula pública). Disciplina História da Bahia II, 31 maio 2005.

GAVIRA, José. Las Sociedades Geográficas. *Estudios Geográficos*, Madrid, p. 309-315, 1948.

GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GONÇALVES, Edvaldo Diniz. *A Bahia no anuário estatístico do Brasil (1908-1912)*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

GUIMARÃES, Emmanuel Ribeiro. Evolução da economia baiana: algumas considerações. *Planejamento*. Salvador, v. 5, n. 1, p. 31-46, jan. mar. 1977.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. São Paulo, 1994. (doutoramento em História Social) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – BH – 1907-1908. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 2, p. 57-63, out. 1997.

HILTON, Satnley. *O Brasil e as grandes potências (1930-1939): os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSAWM, Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO GENEALÓGICO DA BAHIA. Suma genealógica das mais antigas e tradicionais famílias baianas. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, n. 17, p. 197-201, 1971.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Grandes vultos do IGHB: Raimundo Nina Rodrigues. *Boletim informativo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. ano 5, n. 31, p. 4-5, jun. Jul. 2006

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MATO GROSSO DO SUL. *Pequeno histórico do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*. Disponível em <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.paginadogaucha.com.br/ihgrgs/hist.htm>>. Acesso em 29 ago. 2005.

KÜPPEL, Griselda Pinheiro. *Salvador: salubridade, traçado e clima urbano*. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 807-821.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se – ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador – 1912-1916*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LEMOS, Carlos A. C. *A Cidade que a República encontrou*. In. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a era Vargas. *Revista brasileira de história* São Paulo: ANPUH/Marco Zero. v. 14, n. 28, p. 121-150, 1994.

LIMA, Arnaldo do Rosário. *Theodoro Sampaio: sua vida e sua obra*. Salvador, 1981. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

LOPES, Raimundo Luiz de Oliveira. Editorial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana*. Feira de Santana. ano 1, n. 1. p. 13-15, 2004.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Salvador, 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

- MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo do império: a construção dos mitos da história nacionalista do séc. XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000.
- MACIEL, Laura Antunes. A higiene como 'pedagogia do cidadão'. *Revista História*, São Paulo, n. 127-128, p. 85-96, ago-dez 1992 a jan-jul 1993.
- MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica: o instituto histórico e geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Assis, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista.
- MONTEIRO, Jonh Manuel. As "raças" indígenas no pensamento Brasileiro do Império. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Relações econômicas entre Brasil e Portugal (1880-1930)*. Salvador, 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia século XIX: uma província do império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MONTEIRO, Tania Penido. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: emigração e comércio*. Porto: Centro de Estudos da Secretaria da Emigração, 1985.
- NETTO, Jeronymo Ferreira Alves. *História* [do Instituto Histórico de Petrópolis]. Disponível em: <<http://www.ihp.org.br/default2.htm>>. Acesso em 29 ago. 2005.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. et. al. *Bambúrrios e quimeras* (olhares sobre Lençóis: narrativas de garimpos e interpretações da cultura. Feira de Santana: UEFS, 2002.
- OLIVEIRA, Waldir Ferreira. A Bahia no século XIX. In. SOUZA, Regina Celeste de Almeida (Coord.) *Atlas do estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC; SEPLAB, 1970. (C 03/1-2).
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires. *Pelas ruas da Bahia: criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana (1912-1937)*. Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- OSÓRIO, Ubaldo. *A Ilha de Itaparica: história e tradição*. 6. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado, 1979.
- PEDRÃO, Fernando. O recôncavo baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. In. LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PEREIRA, Sérgio Nunes. Saber e poder nos institutos e sociedades geográficas no Brasil: um olhar sobre o IHGB. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, ano 30, n. 170, p. 249-258, jul. set. 1998.
- PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 282, 1995.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

PINHEIRO, Israel. A república na Bahia: capital versus interior. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 1041-1050.

PIRES, Antonio Liberac Cardoso. *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea*. Campinas, 2001. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapoã, 1968.

PORTO, Costa. *O pastoreio na formação do nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1913). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Editora da UNB, 1988.

ROMERO, Marisa. As normas médicas em São Paulo, 1889-1930. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p. 167-177, jun. 1996

RUY, Affonso. *História da câmara municipal da cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém, um outro olhar sobre a “Paris dos trópicos”. In: ISOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D’Água, 1999.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1999.

SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a companhia empório industrial do norte (1891-1973)*. Salvador, 1975. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia.

SAMPAIO, Theodoro *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

SANCHEZ, Edney Chistian Thomé. *Revista do IHGB: um periódico na cidade letrada brasileira do séc. XIX*. Campinas, 2003. Dissertação (mestrado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas.

SANDES, Noé F. *A invenção da nação entre a monarquia e a república*. São Paulo, 1997. Tese (doutoramento em História Social). Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP.

SANTANA, José Carlos Barreto. Teodoro Sampaio. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 951-966.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A república do povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

\_\_\_\_\_. Novas e velhas ocupações na Salvador republicana (1850-1930). In: FRENANDES, A.; GOMES, M. A. F. (orgs). *Cidade e história*. Salvador: M.A.U., 1992.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. v. 3.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/Fapesp/Anpuh, v. 13, n.25, p. 67-80, set. ago, 1993

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Benedito (Coord.) *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, José Calazans Brandão da. *A revolução de 1930 na Bahia: documentos e estudos*. Salvador: Mestrado em Ciências Sociais da FFCH; Universidade Federal da Bahia, 1980.

SILVA, Maria Conceição da Costa e. Nota prévia. In: BAHIA, Fundação Cultural do Estado da Bahia. *O instituto histórico da Bahia e o seu periódico (1856-1877)*. ed. fac-similar. Salvador: FUNCEB, 2001.

SILVA, Marina Helena Chaves. *E eis que chegaram os alemães: alteridade e memória em Maracás*. Jequié, 2001. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documentação), Universidade do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000.

SILVEIRA, Maria Juliana Rodrigues da. O Discurso saneador e a modernização da cidade de Salvador (1890-1930). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 1999, Salvador. *Anais*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 889-900.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOBRINHO, Antônio Gaio. *Histórico* [do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei]. Disponível em: <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/cadastro/ihg.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos ilustres (1564-1925)*. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.

TAVARES, Giovana Galvão. *A Trajetória de uma casa de saber: o Instituto Histórico e Geografia de Goiás (1930-1970)*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas.

TORRES, Tranquilino L. Memória histórica sobre o instituto fundado em 1855. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, ano 1, v. 1, n. 1, p. 65-81, 1894.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

VESSURY, Hebe. La ciencia en América Latina (1820-1870). In: VAZQUEZ, Josefina Z.; GRIJALVA, Manuel Miño (Dir.) *Historia general de América latina*. Paris: Unesco, 2003. v. 4.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia, 1893.

VIANNA, Hildegardes. Revisando o poeta Castelar Sampaio. *Separata da Revista da Academia de Letras da Bahia*. n. 43, p. 285-300, mar. 1998.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagem e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



APÊNDICE A – Composição detalhada dos sócios admitidos ao IGHB entre 1916 e 1930

Categorias / Atividades	Anos															Total
	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	
Acadêmico (estudante)	1	-	2	2	3	4	1	2	-	2	3	2	1	2	4	29
Advogado	4	9	5	5	3	14	1	-	2	4	3	1	-	2	1	54
Agricultor/Fazendeiro	1	1	1	6	-	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	13
Capitalista	3	3	-	1	4	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	13
Clérigo	-	-	1	-	-	-	-	4	1	-	-	1	-	-	-	7
Comerciante	4	10	6	-	9	7	2	3	4	3	4	1	-	-	3	56
Dentista	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Diretor/Chefe de empresa/entidade	4	6	1	1	3	1	3	4	-	2	4	3	-	1	1	34
Doador	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	4
Engenheiro	4	4	2	6	5	7	3	3	3	4	9	-	2	2	3	57
Escritor	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4
Farmacêutico	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	2	2	-	-	-	7
Funcionário público	5	8	6	1	4	4	2	5	-	2	3	1	3	-	5	49
Industrial	-	2	2	-	3	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	11
Integrantes do Executivo	3	1	-	-	9	2	-	-	-	1	-	-	1	1	-	18
Integrantes do Judiciário	4	-	-	1	1	-	3	1	-	-	4	-	-	-	-	14
Integrantes do Legislativo	-	8	2	1	-	-	1	1	-	5	2	-	1	-	-	21
Jornalista	-	2	2	-	2	4	1	1	-	-	-	-	-	1	-	13
Médico	4	13	7	6	4	2	1	3	-	3	14	5	2	6	1	71
Militar	1	4	-	3	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	11
Professor	3	5	8	4	-	3	1	3	2	1	2	2	1	-	4	39
Sócio de Instituto Histórico	1	1	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	-	6
<b>Não Identificado</b>	-	-	4	1	-	3	1	4	1	-	4	4	1	-	-	23
<b>Outras Categorias</b>																
Ajudante de delegacia	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Comerciário	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Contador	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Corretor	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Delegado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Diplomata	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Escriturário	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	2

(Continua)



Categorias / Atividades	Anos															Total
	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	
Fotógrafo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Guarda-livros	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Historiógrafo	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Marinheiro	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Naturalista	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Operário	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Telegrafista	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2
<b>Totais Anuais</b>	<b>47</b>	<b>80</b>	<b>52</b>	<b>40</b>	<b>54</b>	<b>57</b>	<b>30</b>	<b>42</b>	<b>14</b>	<b>28</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>24</b>	<b>581</b>

Fonte: Propostas de sócios 1916 a 1930

APÊNDICE B – Relação das mulheres admitidas ao IGHB entre 1896 e 1930

Sócia	Ano de Ingresso	Categoria	Título	Fontes
Amélia Rodrigues	1896	Efetiva	Professora	Revista do IGHB. n. 35, 1909.
Maria Elisa Valente Muniz de Aragão	1902	Honorária	<i>Não Identificado</i>	Caixa 06 – Propostas de 1902
Maria Luiza de Souza Alves	1911	Efetiva	Literara, poetiza e Profª do Instituto Normal	Caixa 06 – Propostas de outubro de 1911
Eufrosina Miranda	1911	Efetiva	Professora e poetiza	Caixa 06 – Propostas de outubro de 1911
Henriqueta Martins Catarino	1915	Efetiva	Pelo cultivo das letras e da História	Caixa 08 – Proposta de 1915
Cordula Spinola de Atahyde	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 41, 1915
Elisa Pereira	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 41, 1915
Anísia dos Santos Seabra	1921	Efetiva	<i>Não Identificado</i>	Caixa 12 – Propostas de abril de 1921
Emília de Oliveira Lobo Vianna	1921	Efetiva	Professora	Caixa 12 – Propostas de abril de 1921
Ster Flora Bastos	1921	Efetiva	Professora	Caixa 12 – Propostas de abril de 1921
Sophia Costa Pinto Passos de Oliveira	1921	Efetiva	<i>Não Identificado</i>	Caixa 12 – Propostas de dezembro de 1921
Márcia Eugênia Gantois Temporal	1922	Efetiva	Doadora de objeto histórico	Caixa 13 – Proposta de junho de 1922
Alice Machado Martins Catarino	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Elisa Bitencourt de Mello	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Elvira Lima da Silva Pereira	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Eneida Wense de Oliveira	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Isabel de Seabra Durval	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Josephina de Almeida Vasconcelos	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Julieta de Góes Calmon	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Maria Adelaide Dias Coelho Martins	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Maria Amélia de Souza Dias da Silva	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Maria da Glória Barreto de Assis	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Marieta Gonçalves do Passo Cunha	?	Protetora	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Maria de Lourdes Moniz Barreto	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 48, 1923
Maria Regis de Santana	1926	Efetiva	Engenheira	Caixa 16 – Expediente de abril de 1926
Zuhmira Silvany	1926	Efetiva	Diretora do Conservatório de Música	Caixa 16 – Expediente de abril de 1926
Áurea Anna de Miranda	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 52, 1926
Maria Regis de Sant'Ana	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 52, 1926
Anna Peixoto da Silva Costa	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 52, 1926

(continua)

<b>Sócia</b>	<b>Ano de Ingresso</b>	<b>Categoria</b>	<b>Título</b>	<b>Fontes</b>
Lavínia Villas-Boas Machado	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 52, 1926
Leocádia Sá Carneiro	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 52, 1926
Thereza Villas-Boas Machado	?	Efetiva	<i>Sem registro</i>	Revista do IGHB. n. 52, 1926
Guiomar Borges	1927	Efetiva	<i>Não Identificado</i>	Caixa 17 – Expediente de novembro de 1927
Júlia Galeano Santana	1927	Efetiva	<i>Não Identificado</i>	Caixa 17 – Expediente de novembro de 1927
Amphrysia Santiago	1928	Efetiva	Professora	Caixa 17 – Propostas de dezembro de 1928

ANEXO A – Relação dos sócios efetivos fundadores do IGHB\*

1. Abílio de Magalhães Carvalho
2. Acelyno Muniz de Pinho
3. Adolfo Marales de Los Rios
4. Adolpho Diniz Gonçalves
5. Adolpho Malbouisson
6. Cel. Affonso Pedreira de Cerqueira
7. Alexandre Garcia Pedreira
8. Alfredo Cesar Cabussú
9. Alfredo Devoto
10. Alfredo Requião
11. Alfredo Thomé de Britto
12. Major Aloysio Lopes Pereira de Carvalho
13. Amaro de Lellis Piedade
14. Cônego Ananias Correa do Amaral
15. Ângelo dos Santos Moreira
16. Antonio Alexandre Borges dos Reis
17. Antonio Calmon do Pin e Almeida
18. Antonio Carneiro da Rocha
19. Antonio Coutinho de Sousa
20. Antonio Joaquim de Passos
21. Antonio Moreira de Goes
22. Antonio Pacifico Pareira
23. Aristides Augusto Milton
24. Aristides Cesar Spinola Zama
25. Aristides Galvão de Queiróz
26. Arthur de Mello Mattos
27. Arthur Rodrigues de Macedo
28. Augusto Alvares Guimarães
29. Augusto Bittencourt de Carvalho Menezes
30. Austriciano Coelho
31. Bellarmino Passos da Costa
32. Bernardino Francisco de Almeida
33. Bonifácio de Aragão Faria Rocha
34. Braulio Xavier da Silva Pereira
35. Braz Hermenegildo do Amaral
36. Cândido Job de Carvalho
37. Cassiano da França Gomes
38. Christino Ramos de Oliveira
39. Cleto Ladislau Tourinho Japiassú
40. Corbiniano Esteves de Lima
41. Cosme Moreira de Almeida
42. Cyridião Durval
43. Deocleciano Ramos
44. Dionysio Gonçalves Martins
45. Domingos Rodrigues Guimarães
46. Eduardo Carigé

---

\* Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 2, p. 335-338, dez. 1894.

47. Eduardo Ferreira de Cerqueira
48. Eduardo Gomes Ferreira Velloso
49. Elias de Figueiredo Nazareht
50. Eloy de Oliveira Guimarães
51. Cel. Ernesto Barbosa Coelho
52. Estanislau Przeweudoski
53. General Evaristo Ladislau e Silva
54. Filinto Justiniano Ferreira Bastos
55. Francisco Braulio Pereira
56. Fr. Francisco da Natividade Carneiro da Cunha
57. Francisco de Assis Britto Cunha
58. Francisco Luiz Vianna
59. Francisco de Oliveira Ramos
60. Francisco de Paula e Oliveira Guimarães
61. Francisco Ferreira Pacheco de Mello
62. Francisco Gomes de Oliveira
63. Francisco Gomes Ferreira Braga
64. Francisco Marques de Goes Calmon
65. Francisco Muniz Ferrão de Aragão
66. Francisco Pires de Carvalho
67. Francisco Rodrigues Monção Filho
68. Frederico Lisboa
69. Glycério José Velloso da Silva
70. Guilherme Pereira Rabello
71. Henrique Barretto Prager
72. Horácio Urpia Junior
73. Ignácio Tourinho
74. Inocência Góes Sobrinho
75. Isaias de Carvalho Santos
76. Jeronymo Sodré Pereira
77. João Antunes de Castro Menezes
78. João Augusto Neiva
79. João Batista de Sá Oliveira
80. João Batista Guimarães Cerne
81. João da Silva Freire
82. João Evangelista de Castro Cerqueira
83. João Florêncio Gomes
84. João Gonsalves Tourinho
85. João Nepomuceno Torres
86. Joaquim dos Reis Magalhães
87. Joaquim Matheus dos Santos
88. José Augusto de Freitas
89. Cônego José Basílio Pereira
90. José Carlos Ferreira
91. José da Costa e Silva
92. José de Oliveira Campos
93. José Francisco da Silva Lima
94. José Júlio de Calazans
95. José Lopes Velloso
96. José Luiz de Almeida Couto

97. José Maria Barreto Falcão
98. José Octacílio dos Santos
99. José Ramos da Silva Júnior
100. Julio Gama
101. Laurindo Alves de Oliveira Regis
102. Lindolpho Jacinto Rocha
103. Cônego Ludgero dos Humildes Pacheco
104. Luis Antonio Filgueiras
105. Cônego Luiz Gonzaga de Oliveira
106. Pe. Luiz da França dos Santos
107. Luiz José de Oliveira Junqueira
108. Luiz Vianna
109. Cônego Manfredo Alves de Lima
110. Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães
111. Manoel Joaquim de Souza Britto
112. Manoel Pedro de Rezende
113. Manuel Bonifácio da Costa
114. Manuel da Cunha Lopes e Vasconcellos
115. Manuel Luiz do Rego
116. Manuel Raimundo Quirino
117. Manuel Victorino Pereira
118. Nicolau Tolentino Carneiro da Cunha
119. Odilon Octaviano dos Santos
120. Odorico Octavio Odilon
121. Olavo de Freitas Martins
122. Pedro Mariani Junior
123. Major Regociano Pires Teixeira
124. S. S. Schindler
125. Major Sabino Pedreira do Couto Ferraz
126. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque
127. Satyro de Oliveira Dias
128. Severino dos Santos Vieira
129. Thomaz Garcez Paranhos Montenegro
130. Tranquilino Borburema
131. Tranquilino Leovigildo Torres
132. Victal Baptista Soares
133. Virgilio Cesar de Carvalho
134. Virgilio de Araujo Cunha

ANEXO B – Modelo da Proposta de sócio do IGHB

# Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

## PROPOSTA DE SÓCIO

Nós abaixo assinados, sócios deste Instituto, no pleno gozo dos direitos que nos conferem os seus Estatutos, propomos para sócio o Ilm. Sr. \_\_\_\_\_

Classe: \_\_\_\_\_  
Títulos: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_  
Residência: \_\_\_\_\_  
Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_  
1º \_\_\_\_\_  
2º \_\_\_\_\_  
3º \_\_\_\_\_

À Comissão de Admissão de Sócios — O Presidente: \_\_\_\_\_  
Parecer: \_\_\_\_\_

A Comissão: \_\_\_\_\_

Aprovada em Sessão de Assembléia Geral de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

O 1º Secretário Perpétuo: \_\_\_\_\_